

V. 5 N.1 JAN./JUN. 2025

DOSSIÊ: AS MULHERES E A MÍDIA

Organização:
Ana Carolina Eiras Coelho Soares
Álvaro Ribeiro Regiani



Universidade Federal de Catalão
Instituto de História e Ciências Sociais

ANÔMALAS

Dossiê As Mulheres e as Mídias

ANÔMALAS, Catalão – GO, v.5, n.1, 287p, jan./jun. 2025

ANÔMALAS, Catalão – GO, v.5, n.1, 287p, jan./ 2025

ISSN: 2764-4200 (On-line), Catalão-GO

Apoio:

Laboratório de Gênero, Etnicidade e Diversidade (LaGED) – UFCAT

<https://periodicos.ufcat.edu.br/ra/index>

Revisão

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto (PPGH-UFSC)

Editoração

Izabela Pereira e Lopes (PPGH/MP - UFCAT)

Capa

Izabela Pereira e Lopes (PPGH/MP - UFCAT)

Editora Chefe

Eliane Martins de Freitas (UFCAT)

Editores

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto (PPGH-UFSC)

Izabela Pereira e Lopes (PPGH /MP - UFCAT)

Editores de Seção deste número

Álvaro Regiani - Professor Adjunto de História das Américas e das Áfricas na Universidade Estadual de Goiás - Campus Nordeste. Licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás Campus Nordeste (2005); Especialista em Filosofia Política pela Universidade de Brasília (2009); Mestre em História pela Universidade de Brasília (2018); Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2022). Pesquisador no grupo de pesquisa História Pública, do Universidade Estadual do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa Literatura em Interfaces: transdisciplinaridade e interculturalidade (LINTERFACES). Vice-coordenador do Grupo de Trabalho Direitas, História e Memória (ANPUH-GO). Principais áreas de pesquisa: História das Américas; História das Áfricas; História do Brasil; História da Filosofia; História e cultura indígena; História e cultura afro-brasileira; História e das relações de gênero. E-mail: alvaro.regiani@ueg.br.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – Professora Efetiva do PPGH/UFG e Professora Associada da Faculdade de História da UFG. Doutora em História (UERJ), realizou pós-doc em Antropologia no PPGAS/UNB (2015-2017) e em História na UFES (2020-2022). Atualmente é Diretora de “Mulheres e Diversidades” dentro da Secretaria de Inclusão da Reitoria da UFG e coordena os grupos: GEPEG-FH/UFG-CNPq; GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais/UFG-CNPq. Premiada em 2021 com a Cátedra Estudos Brasileiros/Estudos de Gênero pelo programa internacional Fulbright em UMass/Amherst, é colunista das Crônicas de Mãe-Revista Cláudia Online. Feminista, Mãe, Poeta, Escritora, Dançarina de dança árabe, Miss e Plantadora de Árvores. Esteve de licença maternidade em 2011 e em 2017/2018. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), especialização em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2008), mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos sobre a imprensa, literatura, feminismos e sexualidades, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, gênero,

mulheres, violência, literatura, sexualidades, século XIX e XX, José de Alencar e Brasil. É escritora de livros de poesias, infanto-juvenil premiado, contos e livros acadêmicos. É autora de diversos artigos acadêmicos, capítulos de livros, livros de poemas, livro infanto-juvenil e participação em coletâneas de poemas e contos e os livros: “Moça Educada, Mulher Civilizada e Esposa Feliz: História e Relações de Gênero em José de Alencar” (EDUSC, 2012), “Amar é o verbo que rima com Paz” (Metanóia, 2015); História das Mulheres e das Relações de Gênero no Centro-Oeste (orgs.) (Life, 2020) e “Maternidades Plurais (orgs.) (Bindi, 2020)”, “História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades em Goiás (Paco, 2021)” e “Receitas de (in)felicidade e pedagogias dos sentimentos: lições de comportamento no Brasil do início do século XX” (CEGRAF/UFG, 2022).

Conselho Consultivo

Alejandra Oberti (UBA), Ana Maria Colling (UFGD), James Naylor Green (BROWN), Luciana de Oliveira Dias (UFG), Olga Magalhães (UNIVERSIDADE DE ÉVORA), Renan Honório Quinalha (UNIFESP), Sarah Wagner York

Conselho Editorial

Patrícia Maria Jesus da Silva, Esdra Basilio, Mateus Pacheco, Robervaldo Linhares Rosa, Kenia Gusmão Medeiros, Paula Faustino Sampaio, Cristiano Nicolini, Maicon da Silva Camargo, Ordália Cristina Gonçalves Araújo, Mariana Toledo Ferreira, Viviane Andrade dos Passos, Neide Célia Ferreira Bastos, Keides Batista Vicente, Vânia Cristina da Silva, Makchwell Coimbra Narcizo. Lucilia Dieguez, Natania Aparecida da Silva Nogueira, Jucelino Sales, Vanessa Clemente Cardoso, Bárbara Dantas, Larissa Leal Neves, Viviane Faria Lopes.

SUMÁRIO

Dossiê As Mulheres e A Mídia

Apresentação

As mulheres e a mídia.....	11
Álvaro Ribeiro Regiani e Ana Carolina Eiras Coelho Soares	

Artigos Dossiê

Leonarda pública ou privada? Estratégias de uma negociante na Corte Imperial	16
Lucilia Dieguez	
E no Carnaval também se fala de feminismo e voto feminino - Brasil, década de 1910	33
Mônica Karawejczyk e Caroline Pereira Leal	
Mulheres na Revista da Semana (1921-1925).....	53
Nadezsda Eloides Dolci	
Coluna “Ciência e Medicina”: conhecimentos científicos no Jornal das Moças no contexto de liberação da pílula anticoncepcional (1960-1961).....	72
Kênia Érica Gusmão Medeiros	
Cinema de Mulheres no Brasil: A representação feminina no filme Os Homens que eu tive (1973).....	97
Bruna Drisostes e Laila Brichta	
Adolescentes infratoras no Brasil: invisibilidade de gênero e perspectivas na socioeducação.....	117
Renan Augustho do Nascimento, Sidemar Alves da Silva Kunz e Helciclever Barros da Silva Sales	
A Invisibilidade dos Femicídios Públicos: O Caso Vivianny Crisley na Mídia.....	135
Luana Lacerda	
“Você é mulher e ele vai te atender”: percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em João Pessoa-PB.....	156
Damirys de Fátima Machado Maciel, Ana Flávia Alves de Lima, Oliviene Querino e Glória Rabay	
Interseccionalidade entre gênero e mídia: análise semiodiscursiva das reportagens do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça.....	175
Ana Carolina Mineiro	
Uma Demônia Desafiadora: Crítica Social e Visão Política de Ann Nocenti no Mainstream de Histórias em Quadrinhos Estadunidenses.....	193
Savio Queiroz Lima	

Movimento #EleNão: O uso das manifestações para fortalecimento da extrema direita brasileira e a circulação de imagens da Marcha das Vadias.....210
Luiza Raquel Waulczinski e Cristina Scheibe Wolff

Mães de Instagram: mobilizações da maternidade por candidatas às eleições de 2022.....227
Alana Fontenelle, Ana Letícia Tostes e Ana Karoline Barbosa

Interfaces comunicacionais amigáveis e gênero: um levantamento preliminar sobre a representação feminina das assistentes virtuais.....251
Carolina Dantas de Figueiredo

Tradução

Quando a História se Interroga: Joan Scott e seu ensaio “Depois da História?” em perspectiva.....264
Ana Carolina Eiras Coelho Soares e Joan W. Scott

CONTENTS

Dossier Women and the Media

Presentation

Women and the Media.....	11
Álvaro Ribeiro Regiani and Ana Carolina Eiras Coelho Soares	

Articles Dossier

Leonarda public or private? Strategies of a businesswoman in the Imperial Court.....	16
Lucilia Dieguez	

And during Carnival, there is also talk of feminism and women's vote - Brazil, 1910s.....	33
Mônica Karawejczyk and Caroline Pereira Leal	

Women in Revista da Semana (1921-1925).....	53
Nadezsda Eloídes Dolci	

Column “Science and Medicine”: scientific knowledge in Jornal das Moças in the context of the legalization of the contraceptive pill (1960-1961).....	72
Kênia Érica Gusmão Medeiros	

Women's Cinema in Brazil: Female representation in the film “Os Homens que eu tive”(1973).....	97
Bruna Drisostes and Laila Brichta	

Teenager offenders in Brazil: gender invisibility and perspectives in socio-education.....	117
Renan Augustho do Nascimento, Sidelmar Alves da Silva Kunz and Helciclever Barros da Silva Sales	

The Invisibility of Public Femicides: The Vivianny Crisley Case in the Media.....	135
Luana Lacerda	

“You are a woman and he will serve you”: perception of moral and sexual harassment against female journalists in João Pessoa-PB.....	156
Damirys de Fátima Machado Maciel, Ana Flávia Alves de Lima, Oliviene Querino and Glória Rabay	

Intersectionality between gender and media: semiodiscursive analysis of reports from the News Portal of the National Council of Justice.....	175
Ana Carolina Mineiro	

A Defiant Demon: Social Criticism and Political Vision of Ann Nocenti in the Mainstream of American Comics.....	193
Savio Queiroz Lima	

#EleNÃO movement: The use of demonstrations to strengthen the Brazilian far right and the circulation of images from the SlutWalk.....210
Luiza Raquel Waulczinski and Cristina Scheibe Wolff

Instagram moms: mobilizations of motherhood by candidates for the 2022 elections.....227
Alana Fontenelle, Ana Letícia Tostes and Ana Karoline Barbosa

Friendly communication interfaces and gender: a preliminary survey on the female representation of virtual assistants.....251
Carolina Dantas de Figueiredo

Translation

When History Questions Itself: Joan Scott and her essay “After History?” in Perspective.....264
Ana Carolina Eiras Coelho Soares and Joan W. Scott

SUMARIO

Dossier Mujeres y Medios de Comunicación

Presentación

Las mujeres y los medios.....	11
Álvaro Ribeiro Regiani y Ana Carolina Eiras Coelho Soares	

Dossier de Artículos

¿Leonarda pública o privada? Estrategias de una empresaria en la Corte Imperial.....	16
3	

Lucilia Dieguez

Y durante el Carnaval también se habla de feminismo y voto femenino - Brasil, década de 1910.....	33
Mônica Karawejczyk y Caroline Pereira Leal	

Mujeres en la Revista da Semana (1921-1925).....	53
Nadezsda Eloides Dolci	

Columna “Ciencia y Medicina”: conocimiento científico en el Jornal das Moças en el contexto de la legalización de la píldora anticonceptiva (1960-1961).....	72
Kênia Érica Gusmão Medeiros	

Cine de mujeres en Brasil: Representación femenina en la película “Os Homens que eu tive” (1973).....	97
Bruna Drisostes y Laila Brichta	

Adolescentes delincuentes en Brasil: invisibilidad y perspectivas de género en la socioeducación.....	117
Renan Augustho do Nascimento, Sidelmar Alves da Silva Kunz y Helciclever Barros da Silva Sales	

La invisibilidad de los feminicidios públicos: el caso Vivianny Crisley en los medios.....	135
Luana Lacerda	

“Tú eres mujer y él te servirá”: percepción de acoso moral y sexual contra mujeres periodistas en João Pessoa-PB.....	156
Damirys de Fátima Machado Maciel, Ana Flávia Alves de Lima, Oliviene Querino y Glória Rabay	

Interseccionalidad entre género y medios: análisis semidiscursivo de reportajes del Portal de Noticias del Consejo Nacional de Justicia.....	175
Ana Carolina Mineiro	

Un demonio desafiante: crítica social y visión política de Ann Nocenti en la corriente principal estadounidense Historietas.....	193
--	-----

Savio Queiroz Lima

Movimiento #EleNãO: El uso de las manifestaciones para fortalecer la extrema derecha brasileña y la circulación de imágenes de la Marcha de las Putas...210
Luiza Raquel Waulczinski y Cristina Scheibe Wolff

Mamás en Instagram: movilizaciones de maternidad de las candidatas a las elecciones de 2022.....227
Alana Fontenelle, Ana Letícia Tostes y Ana Karoline Barbosa

Interfaces de comunicación amigables y género: una encuesta preliminar sobre la representación femenina de las asistentes virtuales.....251
Carolina Dantas de Figueiredo

Traducción

Cuando la historia se cuestiona a sí misma: Joan Scott y su ensayo “¿Después de la historia?” en perspectiva.....264
Ana Carolina Eiras Coelho Soares y Joan W. Scott

As mulheres e a mídia

Women and the media

Las mujeres y los medios de comunicación

Álvaro Regiani¹

Ana Carolina Eiras Coelho Soares²

O dossiê temático “As mulheres e a mídia” reúne artigos que problematizam a presença, a representação e a agência das mulheres nos diversos suportes midiáticos, por meio de uma abordagem interdisciplinar ancorada nos campos da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero, da Comunicação e da Análise Crítica da Mídia. A proposta parte da compreensão de que os meios de comunicação não apenas refletem, mas também produzem e reconfiguram discursos sociais, normatividades e dissidências, sendo, portanto, espaços privilegiados para a análise das dinâmicas de poder que atravessam os corpos, as subjetividades e as temporalidades.

¹ Professor Adjunto de História das Américas e das Áfricas na Universidade Estadual de Goiás - Campus Nordeste. Licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás Campus Nordeste (2005); Especialista em Filosofia Política pela Universidade de Brasília (2009); Mestre em História pela Universidade de Brasília (2018); Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2022). Pesquisador no grupo de pesquisa História Pública, do Universidade Estadual do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa Literatura em Interfaces: transdisciplinaridade e interculturalidade (LINTERFACES). Vice-coordenador do Grupo de Trabalho Direitas, História e Memória (ANPUH-GO). Principais áreas de pesquisa: História das Américas; História das Áfricas; História do Brasil; História da Filosofia; História e cultura indígena; História e cultura afro-brasileira; História e das relações de gênero. E-mail: alvaro.regiani@ueg.br

² Professora Efetiva do PPGH/UFG e Professora Associada da Faculdade de História da UFG. Doutora em História (UERJ), realizou pós-doc em Antropologia no PPGAS/UNB (2015-2017) e em História na UFES (2020-2022). Atualmente é Diretora de “Mulheres e Diversidades” dentro da Secretaria de Inclusão da Reitoria da UFG e coordena os grupos: GEPEG-FH/UFG-CNPq; GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais/UFG-CNPq. Premiada em 2021 com a Cátedra Estudos Brasileiros/Estudos de Gênero pelo programa internacional Fulbright em UMass/Amherst, é colunista das Crônicas de Mãe-Revista Cláudia Online. Feminista, Mãe, Poeta, Escritora, Dançarina de dança árabe, Miss e Plantadora de Árvores. Esteve de licença maternidade em 2011 e em 2017/2018. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), especialização em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2008), mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos sobre a imprensa, literatura, feminismos e sexualidades, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, gênero, mulheres, violência, literatura, sexualidades, século XIX e XX, José de Alencar e Brasil. É escritora de livros de poesias, infanto-juvenil premiado, contos e livros acadêmicos. É autora de diversos artigos acadêmicos, capítulos de livros, livros de poemas, livro infanto-juvenil e participação em coletâneas de poemas e contos e os livros: “Moça Educada, Mulher Civilizada e Esposa Feliz: História e Relações de Gênero em José de Alencar” (EDUSC, 2012), “Amar é o verbo que rima com Paz” (Metanóia, 2015); História das Mulheres e das Relações de Gênero no Centro-Oeste (orgs.) (Life, 2020) e “Maternidades Plurais (orgs.) (Bindi, 2020)”, “História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades em Goiás (Paco, 2021)” e “Receitas de (in)felicidade e pedagogias dos sentimentos: lições de comportamento no Brasil do início do século XX” (CEGRAF/UFG, 2022). E-mail: acecs@ufg.br

A partir de uma perspectiva teórico-metodológica que articula contribuições feministas, pós-estruturalistas e pós-coloniais, os trabalhos reunidos neste dossiê tratam a mídia simultaneamente como fonte e objeto de análise histórica, compreendendo-a como campo estratégico de produção de sentidos, dispositivos de normatização e arenas de disputa simbólica. Longe de serem apenas canais neutros de transmissão, os suportes midiáticos são analisados como tecnologias discursivas que participam ativamente da constituição de subjetividades, da reprodução de hierarquias e da possibilidade de insurgências. Assim, se desvelam operações como os discursos midiáticos operam na construção e na contestação de identidades de gênero, raça, classe e sexualidade.

Os discursos veiculados pelas mídias — impressas, audiovisuais ou digitais — operam na (re)configuração de identidades de gênero, raça, classe e sexualidade, ao mesmo tempo em que refletem e reatualizam valores culturais e estruturas de poder historicamente situadas. Assim, ao privilegiar o gênero como categoria analítica central, os textos tensionam as fronteiras entre o público e o privado, entre a visibilidade e a invisibilidade, entre a norma e a dissidência, evidenciando as formas pelas quais as mulheres — em suas múltiplas posições sociais, étnico-raciais, etárias e geográficas — são interpeladas, silenciadas ou mobilizadas nos diversos produtos culturais e políticos.

Ao investigar desde práticas cotidianas de resistência até performances políticas explicitamente feministas, os artigos deste dossiê exploram a complexidade das dinâmicas mediadas pela comunicação social, expondo os modos pelos quais os corpos femininos são representados, erotizados, criminalizados, apagados ou potencializados conforme regimes discursivos específicos. A mídia, nesse sentido, não é apenas espelho da realidade, mas também máquina de inscrição de normas e exceções, de consagração e de exclusão.

Esse enfoque permite compreender a mídia como um lócus privilegiado para análise histórica das disputas por reconhecimento e legitimação de vozes, narrativas e corpos subalternizados, e ainda como ferramenta de agência política e subjetiva. Ao mapear continuidades e rupturas, os textos reunidos revelam como as mídias servem simultaneamente para reforçar estruturas de dominação e para criar brechas de reinterpretação, reexistência e subversão, em que as mulheres operam como produtoras de sentido, e não apenas como objetos de representação.

Ao tomar o gênero como chave interpretativa, os artigos aqui reunidos desestabilizam as fronteiras entre o público e o privado, a exposição e o apagamento, a conformidade e a transgressão, evidenciando como as mulheres — em sua pluralidade de experiências sociais e históricas — constroem práticas de resistência, ocupam espaços de representação e desafiam

normatividades nos diversos produtos culturais. Os artigos aqui publicados abrangem um recorte temporal e temático amplo, que vai desde o Império brasileiro até os debates contemporâneos em redes digitais. A presença de mulheres negociantes na corte imperial no texto “Leonarda pública ou privada?: Estratégias de uma negociante na Corte Imperial” contrasta com a emergência de representações femininas no carnaval, na imprensa e no cinema, como observamos nos artigos “E no carnaval também se fala de feminismo e voto feminino”, “Mulheres na Revista da Semana (1921-1925)”, “Coluna “Ciência e Medicina” no Jornal das Moças” e “Cinema de Mulheres no Brasil”.

O dossiê também contempla experiências de apagamento e contestação, como nas análises sobre feminicídios midiaticamente silenciados em “A Invisibilidade dos Feminicídios Públicos: O Caso Vivianny Crisley na Mídia” e ““Você é mulher e ele vai te atender: percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em João Pessoa-PB”. Bem como, juventudes femininas em conflito com a lei no artigo “Adolescentes infratoras no Brasil: invisibilidade de gênero e perspectivas na socioeducação” e a presença de vozes lésbicas na interpretação do jornal alternativo no texto “Nós, Mulheres: a representação da lesbianidade no Jornal Nós Por Exemplo (1991-1995)”. A contemporaneidade também é abordada em sua complexidade por meio de reflexões sobre o “Movimento #EleNão”, a performance de maternidade nas eleições em Mães de Instagram: mobilizações da maternidade por candidatas às eleições de 2022” e os atravessamentos de gênero nas interações com os sistemas de saúde e com as tecnologias digitais.

A pluralidade teórica e metodológica dos textos é também evidenciada nos trabalhos que abordam as interfaces comunicacionais sob perspectiva crítica no artigo “Interfaces comunicacionais amigáveis e gênero”, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica em “Interseccionalidade entre gênero e mídia”, e compreensão de escritoras nas Histórias em quadrinhos no artigo “Uma Demônia Desafiadora: Crítica Social e Visão Política de Ann Nocenti”.

Ao reunir essas contribuições, o dossiê reafirma o compromisso com uma historiografia e uma crítica cultural comprometidas com a desnaturalização das hierarquias de gênero, bem como com a problematização das formas simbólicas e materiais pelas quais a opressão, a resistência e a agência feminina se manifestam nos ambientes midiáticos. Trata-se de um convite à escuta e à leitura atentas das múltiplas vozes de mulheres – em sua diversidade de contextos sociais, raciais, sexuais, territoriais e geracionais – que emergem, circulam ou são silenciadas pelas tecnologias comunicacionais ao longo da história. Nesse sentido, os textos aqui reunidos não apenas ampliam o campo de análise sobre a presença e representação das

mulheres nos meios de comunicação, mas também propõem um olhar crítico sobre a própria constituição das mídias como arenas de disputa por visibilidade, poder e reconhecimento. As revistas científicas, nesse panorama, assumem um papel central na mediação dessas reflexões ao viabilizarem espaços de circulação acadêmica comprometidos com o pensamento crítico, a renovação epistemológica e a ampliação das fronteiras do conhecimento. Ao publicar este dossiê, a revista acolhe debates sensíveis e urgentes, reafirmando seu papel como instância de legitimação de saberes plurais, produção de memória e construção coletiva de agendas intelectuais voltadas à justiça cognitiva e social. Que este volume sirva como instrumento de diálogo, formação e transformação nos campos da História, Mídias e dos Estudos de Gênero. A organização deste dossiê é fruto de diálogos acadêmicos e políticos que reconhecem a urgência de pensar criticamente as relações entre gênero e mídia em diferentes contextos históricos e culturais. Ao reunir pesquisadoras e pesquisadores de distintas instituições e áreas do saber, buscamos construir um espaço de interlocução interdisciplinar que valorize abordagens comprometidas com a justiça epistêmica, com a diversidade das experiências femininas e com o enfrentamento das desigualdades estruturais que marcam a produção e circulação dos discursos midiáticos.

A tradução, realizada por Ana Carolina Eiras Coelho Soares, do ensaio intitulado "Depois da História?" de Joan W. Scott, aqui apresentada, visa ampliar o acesso em língua portuguesa a um texto fundamental para os debates historiográficos contemporâneos. Produzido no contexto das “guerras da história” nos Estados Unidos e originalmente publicado em 2001, o texto permanece atual ao desafiar concepções naturalizadas de objetividade, verdade e identidade na escrita da história. Ao historicizar as próprias categorias com que operamos — e ao reivindicar uma prática historiográfica crítica, situada e politicamente responsável —, Joan Scott propõe uma ética da interpretação que se mostra indispensável frente às disputas contemporâneas em torno da memória, da diferença e do futuro. A presente tradução busca preservar o rigor analítico e o compromisso político da autora, reafirmando a importância de seu pensamento para os estudos históricos, de gênero e para a defesa da democracia intelectual.

Agradecemos às autoras e aos autores que aceitaram o convite para compor este número, cujos textos reafirmam o vigor analítico e político dos Estudos de Gênero e da História das Mulheres no cenário acadêmico contemporâneo. Estendemos nosso agradecimento às pareceristas e aos pareceristas anônimos que contribuíram com rigor e generosidade para a qualidade editorial dos artigos, bem como à equipe da revista, cujo trabalho técnico e editorial tornou possível esta publicação.

Esperamos que este dossiê inspire novas pesquisas, práticas pedagógicas e intervenções críticas, fortalecendo a construção de um campo de estudos atento às múltiplas formas de opressão e resistência, e comprometido com a escuta, a memória e a visibilidade das experiências de mulheres nos espaços midiáticos e na sociedade.

Leonarda pública ou privada? Estratégias de uma negociante na Corte Imperial

Public or private Leonarda? Strategies of a trader at the Imperial Court.

¿Leonarda pública o privada? Estrategias de un comerciante en la Corte Imperial.

Lucilia Dieguez¹

Resumo: Estudar mulheres requer atenção às duas estruturas as quais as mesmas estiveram submetidas ao longo do tempo: as relações de poder e ao silenciamento. No entanto, reconstituir os passos de alguém que, no século XIX, construiu sua figura, sabendo manejar as esferas pública e privada ao seu favor, a fim de se mostrar eterna na mentalidade do grupo sócio econômico ao qual estava inserida, nos leva à compreensão de como as ações e os gestos de Leonarda Maria da Silva Velho, negociante de grosso cabedal, falecida em 1825 no Rio de Janeiro, a tornaram um expoente na época, sabendo manter seu poder feminino, seja em suas redes de solidariedade – com sua família- seja em suas teias de sociabilidade em seus negócios. Conforme os argumentos de SCOTT (1999), as experiências e atitudes femininas se destacam num mundo de prevalência masculina. Leonarda era de longe estática; atuava com magnificência e engenhosidade para se firmar enquanto mulher e empresária na sociedade imperial.

Palavras-chave: Comércio; Mulheres; Privado; Público;

Abstract: Studying women requires attention to the two structures to which they have been subjected over time: power relations and silencing. However, to reconstruct the footsteps of someone who, in the nineteenth century, built his figure, knowing how to handle the public and private spheres to his favor, in order to be eternal in the mentality of the socio-economic group to which he was inserted, leads us to the understanding of how the actions and gestures of Leonarda Maria da Silva Velho, a thick-headed trader, deceased in 1825 in Rio de Janeiro. in their solidarity networks- with your family- either in your webs of sociability in your business. According to SCOTT's (1999) arguments, female experiences and attitudes stand out in a male-dominant world. Leonarda was by far static; She acted with magnificence and ingenuity to establish herself as a woman and businesswoman in imperial society.

Keywords: Commerce; Women; Private; Public;

Resumen: Estudiar a las mujeres requiere prestar atención a las dos estructuras a las que han sido sometidas a lo largo del tiempo: las relaciones de poder y el silenciamiento. Sin embargo, reconstruir las huellas de quien, en el siglo XIX, construyó su figura, sabiendo manejar las esferas pública y privada a su favor, para ser eterno en la mentalidad del grupo socioeconómico al que estaba inserto, nos lleva a comprender cómo se reflejaron las acciones y gestos de Leonarda Maria da Silva Velho, comerciante testaruda, fallecida en 1825 en Río de Janeiro, en sus redes de solidaridad -con su familia- o en sus redes de solidaridad. sociabilidad en su negocio. Según los argumentos de SCOTT (1999), las experiencias y actitudes femeninas destacan en un mundo dominado por los hombres. Leonarda estaba por mucho estática; Actuó

¹ Professora de História (Secretaria Municipal de Educação) – Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-9426-4810>. E-mail: historialucilia@gmail.com

con magnificencia e ingenio para consolidarse como mujer y empresaria en la sociedad imperial.

Palabras clave: Comercio; Mujer; Privado; Público;

1. Considerações iniciais.

Estudar o feminino no século XIX possibilita aos pesquisadores, múltiplas abordagens, porém, uma delas parece relevante: de que forma as mulheres encontraram meios para serem visíveis num espaço de silenciamento. Sejam elas provenientes de seios privilegiados ou não, as tentativas, de demarcarem seus espaços, numa seara, predominantemente masculina, apontavam posturas bastante ativas, sejam como gestoras de negócios – pequenos ou grandes- ou nos papéis maternos; no entanto, qualquer percurso escolhido para o estudo de suas trajetórias levam a um direcionamento: o estabelecimento de laços de sociabilidade.

Compreender que a formação destas alianças, no caso dos femininos, advinha da necessidade de sobrevivência num terreno, na maior parte das vezes, machista, nos auxilia na investigação destas nuances. Quais objetivos tinham, ao formarem alianças, além de demonstrarem à sociedade, que estavam “vivas”? Seriam meios de manutenção de poder e de prestígio? Quais eram os mecanismos que utilizavam para se perpetuarem em seus estratos? Recorriam aos artifícios públicos para assegurarem seu bem estar privado?

São inúmeros os questionamentos que este texto pretende explorar, através da discussão de parte de um estudo de caso -desenvolvido ao longo de minha dissertação de Mestrado em História Social, defendido na Universidade Federal Fluminense- de Leonarda Maria da Silva Velho, residente numa chácara na Glória, negociante do Rio de Janeiro do século XIX, proprietária de 254 escravizados, falecida nesta referida cidade no ano de 1825. Além de pertencer ao seletorol da praça mercantil carioca no período a pouco citado, Leonarda possuía uma enorme família, -cujos membros ocupavam cargos de destaque no Império- era Dama de Sua Majestade A Imperatriz, gerindo, desde o falecimento de seu marido, o também negociante Manoel da Silva Velho, todos os negócios mantidos por eles. Dona de inúmeros imóveis no centro da capital imperial, ao falecer, já bastante enferma, deixou, além de uma quantia considerada vultosa para a época, uma variedade de bens em joias e móveis, além de engenhos. Relacionada como a terceira mais proeminente comerciante de “grosso cabedal”, num quadro

analítico de João FRAGOSO (1992), na faixa entre 1820 a 1840², num quadro predominantemente masculino – fora Leonarda, outra comerciante aparece listada-, inferimos que a base de seus negócios foi constituída mediante esta teia envolvendo sociabilidade e solidariedade.³

Em diversos momentos, sua vida pessoal e profissional se entrelaçava a esta rede, sendo este, inclusive, um dos mecanismos de sustentabilidade de destaque no grupo do qual fazia parte. Perseguir, portanto, alguns dos passos de Leonarda, nos leva a uma investigação biográfica, compreendendo o que há de significativo nela e como suas ações, pelo fato de ser mulher, afetaram-na e ainda o meio social no qual estava inserida. Sabina LORIGA (1998) entende que a micro-história não aborda somente indivíduos que representem casos típicos de um grupo no qual se encontra, mas principalmente, analisa aqueles que, muitas vezes se afastam dos demais por possuírem características únicas, emergindo aí dados riquíssimos. Diante disso, este texto propõe uma reflexão sobre as singularidades de Leonarda Maria Velho da Silva, sob dois aspectos: um, referente a sua figura materna, através de um documento onde suplica a D. João que, por piedade à sua família, especialmente às filhas adoentadas, a permita ficar em sua chácara na Glória, pois a mesma havia sido requisitada para ceder moradia a membros da Corte em algumas ocasiões; já o outro trata da pompa e suntuosidade de sua armação fúnebre, simbolizando não apenas o luto familiar, mas ainda o prestígio e o poder da falecida nos cantos onde vivia. Em se tratando de um cerimonial de alguém que integrava uma elite econômica carioca, foram encontrados vários sinais dos gastos enormes empreendidos para tal em seu inventário *post-mortem*; conforme João José REIS (1991), os funerais de pessoas proeminentes funcionavam como uma grande festa; apesar da morte representar uma ruptura, algo deveria ser feito a fim de restabelecer os eixos daqueles que perderam seu ente querido e a festa, representada por toda cerimônia solene e por todo o preparo fúnebre, simbolizava a retomada da ordem perdida até então com o falecimento. Daí, a espetacularização dos enterramentos funcionaria como algo positivo. Reis ainda atenta ao fato para que, nos funerais deste rol abastado, a presença maciça de pessoas era indispensável; tudo compunha as peças da

² É importante atentar para o período cronológico analisado por Fragoso (1992); em 1840 Leonarda Maria da Silva Velho já era falecida, no entanto, seu prestígio, poder e influência ainda perduravam.

³ A outra mulher contemplada na lista foi Gertrudes Pedro Leão, também negociante e dona de um monte no valor de 146:665\$ 676 réis.

teatralização da morte e, segundo, o autor, era comum o envio de cartas-convite às pessoas para estas cerimônias, antes escritas à mão e depois, publicadas nos jornais. Na documentação de Leonada, infelizmente, não encontramos tal convite, entretanto, registros de seus gastos puderam ser evidenciados com detalhes e com descrições precisas para que pudéssemos afirmar que seu enterramento foi cumprido e assistido como um verdadeiro espetáculo.

Em ambos os casos, as ações da negociante transitaram entre as esferas pública e privada: ao enviar uma súplica a Vossa Majestade Real, fazendo valer de seu prestígio, já que sua vasta casa fora requisitada pela Corte e de seu reconhecimento notório e público enquanto negociante, a fim de que sua vontade seja atendida no que concerne a uma necessidade de sua família, algo privado. E ainda nos preparativos de sua morte, sentida no âmbito particular por seus entes, porém espetacularizada, levada a público como forma de consolo aos vivos e de demonstração de seu poder e da perpetuação do mesmo para seu estrato e família.

2. Discussões teóricas.

Desvendar os passos de Leonarda Maria da Silva Velho implica tratar do conceito de *trajetória*, que, de acordo com Pierre BOURDIEU (1996), é indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante. (BOURDIEU, 1996, p. 169.) A análise do autor pode ser associada ao conceito apresentado neste texto, em sua introdução, defendido por LORIGA (1998), de que os traços únicos de um indivíduo em relação aos demais impactam o ambiente ao qual pertence. Tais singularidades serão desenvolvidas aqui, ao longo do trabalho.

Joan SCOTT (1999) avalia que o gênero nas trajetórias históricas vão além das diferenças sexuais, mas que devem ser observadas a partir das relações de poder. A autora acrescenta que é preciso examinar as ações, os gestos, as ideias e os objetivos, a fim de que as qualidades e experiências femininas funcionem como mecanismos de destaque num mundo predominantemente masculino.

Exploramos um pouco mais os estudos teóricos para este trabalho, concordando com os argumentos de Kênia Gusmão de MEDEIROS (2021), de que as relações de gênero, ao longo do tempo, envolveram relações de subordinação e de dominação, evidenciando as diferenças sexuais, de raça num meio cultural; reforça-se ainda que as relações de sujeição estão envolvidas nas construções históricas. Já Cristiane Maria de OLIVEIRA (2021) complementa que:

A definição de gênero está vinculada à construção histórica e social do papel exercido na sociedade por homens e mulheres. É a concepção do masculino e do feminino, que em cada cultura, classifica os indivíduos de acordo com valores e hierarquias sociais. Gênero é diferente de sexo. (OLIVEIRA, 2021, p. 53)

Partindo desta análise conceitual, esta pesquisa evidencia alguns pontos sobre Leonarda; a mesma, apesar de viver rodeada de parentes do sexo masculino, herdou a gestão de seus negócios do marido, mantendo sua visibilidade e seu poder, ainda que a sociedade ditasse regras nas quais predominavam a figura de homens, preferencialmente. Além disso, seus cuidados e proteções com sua família, seus atos de maternar são indicativos de relações de poder, uma vez que seus negócios foram estruturados junto aos filhos e genros, que cumpriam suas vontades conforme suas determinações. Acrescentamos outro elemento que tempera seu poder, o do preparo de seu funeral. A infinidade de itens encomendados e arrolados, representando quantias vultosas empregadas, sinalizam os esforços empreendidos para que essa mulher não fosse esquecida, racionalizando a necessidade de ser um espetáculo público o momento de sua morte e sua cerimônia de despedida.

A fim de discorrer com mais clareza sobre o tema deste artigo, recorreu-se a duas fontes primárias, como base de pesquisa: um documento, datado de 1811, presente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, envolvendo o confisco da chácara da Glória, onde D. Leonarda solicita a D. João que reveja seu ato, argumentando os episódios de saúde familiar; e a segunda, presente em seu inventário *post-mortem*, iniciado em 1825, no acervo do Arquivo Nacional, com a lista de despesas de seu funeral, confirmando, a todo o instante, que seus ritos de passagem foram demonstrados à sociedade carioca da época; caso o falecimento da negociante tivesse ocorrido em tempos atuais, pareceria ter sido organizado por uma grande empresa de publicidade. Embora a comparação pareça esdrúxula, averiguando item a item da documentação, a elite do século XIX tinha intenções de festejar a morte, contratando profissionais capacitados para este momento, envolvendo desde o preparo do corpo, passando pela compra de itens que materializavam o enterro para o público, até músicas e ordenamento de dobres de sinos em igrejas. Tudo objetivando a manutenção de um *status* do finado e ainda para que o restante da sociedade visse um enterramento de alguém da elite.

Os recortes tratados neste texto fazem parte da reconstrução da trajetória histórica de Leonarda Maria Silva Velho, apresentadas na dissertação de Mestrado em História Social, defendida por mim, onde todo o inventário representou a fonte base para a pesquisa.

As inquietações apresentadas na fala introdutória procurarão ser desenvolvidas nas seções subsequentes, cogitando a comprovação de que, D. Leonarda, unindo os papéis de

mulher, mãe e comerciante, usufruiu dos canais públicos, a fim de tornar mais robusto seu poder em esfera privada e social.

3. Uma súplica pública e feminina como afirmação de poder

Em seu testamento, ditado no mesmo ano de seu falecimento, 1825, Leonarda mencionou ter lavrado um documento, em que seu primogênito, Amaro Velho da Silva, poderia realizar obras de reparo na Chácara da Glória, “em que habitamos todos.” (AN, 1825, nº 8373, Maço 433, fl5) A negociante tinha seis filhos, todos casados e que, conforme evidenciamos na documentação, todos residiam em sua companhia. Só o terreno da chácara foi avaliado em 9:050\$000 réis e seu conjunto com casas assobradadas, no valor de 32:000\$000 réis.

A Glória integrava a Freguesia de São José e, de acordo com FILHO (1946), o distrito era povoado por chácaras, situadas em terrenos firmes e férteis e de grandes extensões, pertencentes aos estratos mais ilustres da sociedade carioca do século XIX, que ali estabeleceram moradas. Maurício ABREU (1988) comentou que as Freguesias de São José e da Candelária mostravam particularidades; por abrigarem o Paço Imperial e outros órgãos referentes aos assuntos de Portugal, se tornaram alvo de predileção para o estabelecimento de residências destas elites e classes dirigentes, na região central ou mesmo em chácaras da Glória e do Catete. Se antes, estas famílias proeminentes só se dirigiam a estas duas últimas áreas em fins de semana, depois fixaram suas residências ali (ABREU, 1988, p. 37-38.)

A atração pelas Freguesias da Candelária e de São José não se remete apenas às questões administrativas e comerciais, mas inclusive, por apresentarem ares mais puros, contribuindo para um ambiente mais saudável que na região mais central. Considerando que a família de Leonarda estabeleceu morada, num local predominantemente elitista, não fugindo à sua condição social e econômica abastada nos negócios mercantis, é possível inferir que, também levou em consideração as questões de salubridade. Neste momento, iniciamos a análise de uma das fontes mencionadas a pouco. Em primeiro de fevereiro de 1811, D. Leonarda procurou as autoridades do Império, a fim de realizar o seguinte pedido:

Diz Dona Leonarda Maria da Silva Velho, Viúva do Capitão Manoel Velho da Silva, que sendo senhora e possuidora de huma Caza de Campo, ou Chácara cita no Bairro de N. Sra. Da Glória, por ocasião da vinda feliz de V.M. Real a despejou para rezidir e se acomodar nella o Exmo. Conde de Belmonte, que não se utilizando della foi outra vez entregue a Supplicante que vendo a necessidade em que estava de Cazas o Ilmo. Governador De Pernambuco Caetano Pinto Montenegro lhe ofereceo a mesma Chácara de que se tem utilizado, e como a Supplicante tenha huma numeroza família de filhos, filhas, e emensa escravaria que pella pequenez da Caza de seu domicilio na Cidade tem sofrido, e continuadamente se vê atacada de moléstias, epidemias,

malignas, bexigas e outros males que lhe tem levado parte de seus escravos, e majormente padecendo suas filhas D. Leonarda, e D. Maria, queixas graves como consta das Certidões juntas do Professor assistente e que indefetivelmente precisarão de mudança de ar, e não querendo encomodar o mesmo Ilmo. Governador recorreo a huma chácara por empréstimo, e que estando já de todo mudada a fizerão despejar para nella se acomodar o Exmo. General Francisco Antonio da Veiga Cabral, e como a supplicante se veja em hum estado o mais deplorável por cada vez se hir aumentando gravemente a moléstia de suas filhas, e como o mesmo Ilmo. Governador se acha a partir para o seo Governo recorre a supplicante a Piedade de V. M Real para que atendendo a tão justa supplica haja por bem e por comizeração da Supplicante e toda a sua família mandar que não contendão com a supplicante deixando-a gozar do seo prédio e que delle não possa ser espelida a fim de conservação de sua nomeroza família.

Pa Te A.R. se digne a deferir a supplicante fazendo-lhe a mercê que implora.

Passou-se Aviso em 1º de fevereiro de 1811. (BN, Seção de Manuscritos, 1811, C 412,7.)

A fonte nos emite informações importantes: a primeira delas é a de que a referida chácara do distrito da Glória foi requisitada por D. João três vezes, a fim de acomodar pessoas ilustres do rol do monarca; a segunda informação é a de que, a mudança ágil e brusca para uma de suas casas no centro do Rio, provocaram danos graves de saúde não apenas a suas filhas, mas também ceifaram a vida de alguns de seus escravizados. É certo que, suas filhas D. Leonarda Maria e D. Maria Thomasia apresentaram enfermidades, como varíola ou suas marcas e ainda moléstias consideradas “malignas”, havendo a necessidade de se recorrer aos serviços médicos com frequência.

Cruzando ainda estes dados com demais pontuados em seu inventário e em outras documentações que aqui serão comentadas, é possível inferir que Leonarda recorreu, pelo tom do pedido, à fala de uma mãe em desespero, temendo pelo pior às suas filhas e aos demais familiares, expondo ao monarca sua responsabilidade enquanto matriarca e cuidadora dos seus que viviam à sua volta, algo estritamente feminino, mas também de poder. Tanto que, anexado à súplica enviada, constava um atestado de saúde de D. Maria Thomasia, filha esta que, pelo que se averiguou, sempre teve questões físicas debilitadas:

Attesto que a Sra. D. Maria Thomasia Velho Guedes Pinto padece infinito, sendo com muita frequência atacada de golpes de febre, que a tem conduzido quase [...].

Que por varias vezes tem padecido ataques deste jeito tais, que só tem cedido a valente ação de vesicatorios, e que tem feito [...] se declare afinal alguma Ethica, [...] a sua débil constituição; pelo que se lhe tem sempre recomendado, rezida em Chácaras, ou Quintas nos Subúrbios da Cidade. He tudo verdade e juro pelos meos grãos.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1808.

Manoel Bernardes Pereira da Veiga (BN, Seção de Manuscritos, 1811, C 412,7.)

Percebemos que as condições de D. Maria Thomsia eram constantemente prejudicadas pelos sintomas fortes da varíola, daí a necessidade do uso de medicamentos⁴ para conter as bexigas e bolhas em seu corpo. Compreendemos que a filha de Leonarda já sofria destes problemas pelo menos, três anos antes da súplica enviada a D. João, uma vez que o atestado de saúde estava datado de 1808 e a solicitação ao monarca, de 1811. Não obtivemos a informação de quando sua chácara começou a ser requisitada pela Corte, entretanto, o atestado de saúde de D. Maria Thomsia foi uma das ferramentas usadas, a fim de obter a piedade do governante para que permanecessem na Glória.

Ao longo do processo inventarial, identificamos que, já em 1825, na ocasião do falecimento de Leonarda, Maria Thomsia já era morta e seu viúvo e três filhos não residiam mais com a família Velho na chácara da Glória, mas numa casa no centro, na Rua Direita, pertencente a Leonarda. Quando se deu o falecimento de sua filha e ainda as razões para seu genro e netos não viverem mais junto dos familiares, são desconhecidos. Não há nada, inclusive, no inventário, referente à data da mudança do viúvo de Maria Thomsia e seus filhos da chácara para a casa do centro.

Um outro dado significativo trazido pela documentação é de que, o próprio médico recomenda que a filha de Leonarda resida em chácaras ou lugares cujos ares sejam mais puros, nos levando à conclusão de que seus efeitos no tratamento da doença seriam positivos e sua qualidade de vida melhoraria. Além deste atestado especialmente sobre Maria Thomsia, no pedido ao Imperador, Leonarda reforça que não só esta filha, mas também a outra, cujo nome era igual ao da mãe, possuía recomendações para viver em lugares com “mudança de ar”. As condições dos arredores onde estava localizada a dita casa foram confirmadas por Maria GRAHAM (1821):

O caminho segue do subúrbio do Catete cerca de meia milha. Há algumas boas casas de ambos os lados. Os intervalos são preenchidos por lojas e pequenas casas habitadas pelas famílias dos lojistas da cidade. Chegamos então ao outeiro chamado da Glória, do nome da igreja dedicada a N. Sra. Da Glória, na eminência que domina o mar próximo. O morro é verde, coberto de matas e ornado de casas de campo. É quase insulado e o caminho passa entre ele e outro morro, ainda mais alto, exatamente onde uma abundante fonte (o Chafariz da Glória) deriva de um aqueduto (feita, penso eu, pelo conde de Lavradio), e traz, para esta região da cidade, saúde e frescor das montanhas das vizinhanças. (GRAHAM, 1990, p.235.)

⁴ *Vesicatórios são tratamentos utilizados a fim de conter as erupções, bolhas, feridas, bexigas na pele, uma das manifestações da varíola.*

O comentário da viajante evidencia que a localização geográfica da Glória, privilegiada por abundância de mar e montanha e ainda abastecida pelo aqueduto próximo, tornava-a uma área atrativa a quem buscava saúde na época.

Direcionamos ainda nossos esforços a mais um ponto chave: o de Leonarda se debruçar em, ela mesma, agir para que seu pedido fosse atendido; entendendo que a sociedade dos oitocentos estava assentada em valores direcionados ao mundo masculino e ainda lembrando que o primeiro de seus filhos era um homem e que, suas filhas citadas eram casadas, em momento algum encontramos na documentação pedidos deles intercedendo por suas irmãs e mulheres, mas sim, o da matriarca Leonarda, demonstrando independência e proeminência em suas ações.

Somamos a isto o fato dela mesma ser a proprietária da chácara, ter um nome reconhecido no mundo dos negócios e pertencer a um grupo de grosso cabedal, além de ser uma mãe clamando por piedade às suas filhas e demais parentes. Misturam-se aí os papéis de mulher de negócios e materno, tanto que, resguardando a primeira posição, Leonarda não se nega a acolher membros da Corte, conforme demonstra o documento; quando o “P.R.”⁵ em segunda ocasião lhe foi imposto, a mesma conseguiu uma chácara emprestada para ficar com sua família, “não querendo encomodar o mesmo Ilmo. Governador” (BN, Seção de Manuscritos, 1811,C 412,7.) Contudo, o imóvel também foi requisitado pela Corte em nome de outro membro importante, levando a negociante a conclamar à autoridade para que a deixasse ficar em sua residência na Glória, tendo em vista que o Governador de Pernambuco já deixaria o Rio de Janeiro.

Consideramos que estas ações de Leonarda, especialmente a que se refere a solicitar uma casa por empréstimo e sua súplica no todo depois, são pertinentes à uma mulher integrante de um estrato sócio econômico abastado e que ainda deseja manter e firmar seus laços de sociabilidade com a Corte joanina; em momento algum, a documentação aponta recusa da comerciante em aceitar a mudança temporária, tanto que realiza um agrado ao dito Governador, permitindo-lhe ficar na Glória, sinal este de que era seu desejo de empresária e de mulher de elite ter estes laços estreitados. Leonarda mostrava-se “viva” à Corte, seja como mãe ou

⁵ Sigla para “Príncipe Regente e que nos anos subsequentes foram utilizados, a fim de requisições de casas da elite carioca para abrigar membros da Corte e demais políticos para fixarem residência em locais prósperos do Rio de Janeiro. Nas classes populares, de maneira jocosa, se fazia um trocadilho do significado da sigla com “Ponha-se na rua”.

comerciante, agindo estrategicamente inclusive para sustentar seu nome e seu poder, ao mesmo tempo zelosa e preocupada com as filhas.

Esta engenhosidade de Leonarda fica bastante gritante quando apura-se na documentação que, seus filhos e genros possuíam títulos honoríficos e ocupavam cargos político-administrativos no Império, como Desembargador do Paço e Deputado. Portanto, ao mesmo tempo que demonstrava afeição e preocupação materna em relação à saúde de suas filhas, o fato de abrir mão num dado momento, da própria chácara para acolher alguém importante no Império, representava a reafirmação de seu poder e o cuidado em proteger sua teia social e de negócios, já que o que ocasionaria à sua posição sócio econômica em caso de recusa a uma solicitação de Vossa Majestade Real?

Logo, o aspecto protecionista mesclava o feminino e a empresária, mas ambos em consonância às definições de LORIGA (1998) e SCOTT (1999), emitindo um tom diferencial em relação ao meio onde vivia, ao clamar pela piedade do monarca, incorporando a figura da mulher/mãe esmerada nos cuidados da família que vivia sobre suas asas e ainda sua experiência enquanto gestora e mantenedora do prestígio e do poder conquistados por ela e por seus parentes, mediante seu nome edificado na praça mercantil e no ambiente do Paço.

Outra postura ajustada à sua condição sócio econômica e materna-assistencial, percebida nesta carta, seria a de citar que as moléstias também estavam matando parte de sua escravaria, atestando sua preocupação enquanto proprietária de cativos. Perdendo alguns de seus trabalhadores, a mesma temia por danos em seus negócios, já que atendiam suas necessidades não somente cotidianas em serviços, mas também eram bens negociáveis quando assim o quisesse. Entre 1811 e 1830, lembrando que neste último ano, Leonarda já havia morrido, 18 incursões à África foram feitas por sua empresa, dando nítidos sinais de intensa participação no comércio de escravizados, além de terem adquirido quatro navios sendo para atuação em longa distância. Este item possibilita a aferição de sua atuação e do porquê de se preocupar com a saúde de seus cativos.

Os gestos da reconhecida comerciante funcionam em harmonia com a hipótese de SCOTT (1999) comentada na introdução deste trabalho, salientando sua atuação num âmbito de predomínio masculino.

Ademais, o uso da esfera pública para alcançar o bem estar privado, especialmente de sua família, conclamando a benevolência do monarca para com a situação de suas filhas, expondo algo particular com o intuito de atingir seu objetivo: recuperar sua casa. No entanto, é perceptível o uso estrategista das palavras, não só como sinal de respeito ao governante, como

também escopo de suas redes de sociabilidade, assim como as de solidariedade, direcionadas à sua família.

4. Leonarda “viva” no público, no privado e na eternidade

Em se tratando de teias de sociabilidade e de poder, Leonarda Maria da Silva Velho soube se fazer presente, mesmo após seu falecimento, ocorrido em oito de outubro de 1825, na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu e viveu toda sua vida. Analisando seu inventário *post mortem* minuciosamente, nada deixou determinado em seu testamento, sobre seu funeral; suas palavras acerca disso, se limitaram a que tudo fosse feito conforme seu primogênito, Amaro Velho da Silva. Porém, isto não representou uma condição de submissão da negociante perante o filho, até porque, como costume, os enterramentos das elites funcionavam como espetáculos públicos.

Prosseguindo à averiguação das fontes, procuramos vislumbrar como o preparo de seus ritos de passagem afetaram o meio em que vivia e como todo o aparato de informações funcionava como um recurso de evidenciar sua imagem de mulher e de negociante.

De imediato, só para o armador Antonio Luiz da Cunha Ferreira foi paga a quantia de 647\$360 réis, referentes à arrumação da casa com todos os ornamentos que condiziam a uma cerimônia de uma Dama da Corte. Os artigos incluíam desde a colocação de uma Cruz Romana sobre a rica urna de madeira estofada de seda branca e veludo, passando por teto da casa e assoalhos forrados, até com outros artigos e pano de veludo preto para cobrir o caixão até seu trajeto final, a Igreja da Ordem do Carmo. Fora a aquisição de tecidos aveludados (belbutinas) para enfeitarem cortinas, cimalhas e demais pontos da casa.

A montagem de um funeral nos oitocentos envolvia, especialmente, uma afirmação de poder econômico. Era uma forma de alardear a riqueza e o status do falecido e de sua família, dando claros sinais de que a memória de quem se foi, assim como seu nome, se perpetuariam pela eternidade e materializados pelas figuras de seus herdeiros; antes de expor o nível de fortuna, os enterramentos eram ferramentas de conservação do poder e, em se tratando de uma figura feminina como Leonarda Maria da Silva Velho, era como zelar por suas conquistas de negociante e de gestora de uma numerosa família e de seus bens, num lugar de prevalência masculina. Servia ainda para exhibir à sociedade que uma mulher proeminente estava/esteve ali, sabendo manipular seus instrumentos privados- a doença, a morte, a tristeza familiar com sua partida- para perdurar este extenso poder no âmbito público.

REIS (1991) estudando a Bahia do século XIX, explicitou que as festas religiosas barrocas serviram de paradigmas para as cerimônias de enterramento do período, de tantos gastos e artifícios que eram utilizados nestes acontecimentos. Conforme o autor, multidões lotavam as igrejas e as ruas, a fim de presenciarem as festas. Já Luis Gonçalves dos SANTOS (1981), destacou todo o simbolismo dos funerais do Rio de Janeiro do século XIX, semelhantes à grandes festas: “As pompas funerais, os mausoléus, as músicas, e as armações, etc., mais são consolações dos vivos do que alívio dos mortos.”. (SANTOS, 1981, p. 15)

Diante destas discussões teóricas, este trabalho propõe agora, discutir os efeitos da armação fúnebre de Leonarda. Como já fora dito, era comum o envio de cartas, convites para as pessoas, a fim de comparecerem ao cerimonial de enterramentos, contudo, em seu inventário não foi localizado um esboço de tais comunicações. Por outro lado, o processo de armação foi devidamente detalhado, através dos itens adquiridos com seus respectivos preços e, partindo deste pressuposto, é possível inferir que todo este aparato serviu para irradiar seu enterro à sociedade carioca, algo que, hoje, no século XXI, seria considerado midiático.

Os recursos da armação, isto é, dos preparativos de uma casa para que ali, fosse ambientado um velório, significavam que tudo deveria primar pela impecabilidade, de modo que fosse inesquecível. Os armadores atuavam como cerimonialistas, não somente em ritos fúnebres, em festas inclusive, mas eram muito requisitados em tempos de morte; o fato é que toda decoração proporcionada por estes profissionais se direcionava ao consolo dos entes do morto e ainda, a fim de ser atrativa aos que comparecessem e a aqueles que caminhavam pelas ruas. Devia ser público o sentimento que era particular, explicitado mediante os ornamentos nas residências e nos caminhos pelos quais se passasse o caixão.

Tudo que fosse preparado na armação servia de indicativo às pessoas de fora, inclusive, o estado civil do falecido ou mesmo se se tratava de uma criança. Como Leonarda era uma mulher viúva, o tecido aveludado era preto com franjas de fio de ouro, conforme evidenciado numa das listas de despesas fúnebres em seu inventário: “A casa do oratório foi forrada de belbutina preta agaloada, as cimalthas ornamentadas de galões, bambinelas cobertas com franja de ouro fino.” (AN, 1825, nº8373, maço 433, fl 100)

Outro expediente usado para tornar público o aspecto privado da morte eram os dobres dos sinos; além de preencher um espaço do espetáculo, demarcava o tempo do falecimento. De formas gerais, três toques eram dados no caso de homens e dois, para mulheres. Contrariando a legislação eclesiástica brasileira, que recomendava a sobriedade nos toques, os funerais das elites do XIX descartavam a discrição e agiam com pompa e requinte; a indicação era de que o primeiro dobre ocorresse logo após o falecimento, o segundo no cortejo e, finalmente o terceiro,

na ocasião do sepultamento, preferencialmente onde ocorresse o enterro ou na igreja frequentada pelo falecido. A fim de demonstrar o perfil elitista de Leonarda, um trecho da documentação arrolada nos emite informações sobre o dobre de sinos dados no dia de sua morte:

Recebi do Ilustríssimo Excellentíssimo Senhor Amaro Velho da Silva a quantia de dezenove mil e duzentos réis procedidos dos dobres que se deram na Imperial Capella por alma da Ilustríssima Excellentíssima Senhora Dona Leonarda Maria da Silva Velho e por ser verdade ter recebido a dita quantia [...] por mim assignado. Rio de Janeiro 14 de outubro de 1825. Joze Maria Sineiro da Imperial Capella. (AN, 1825, nº 8373, Maço 433, fl 102)

Analisando a fonte acima, lembramos que a Imperial Capella mencionada no documento, se trata da Igreja Nossa Senhora do Monte do Carmo, antiga Sé, situada no Largo do Paço, centro do Rio de Janeiro, local onde se deu o sepultamento de Leonarda e inclusive, onde seu marido, Manoel Velho da Silva também o foi. Além disso, REIS (1991), comentando o caso dos enterramentos baianos no século XIX, explicou que era costume dar dobres extras na Sé, como indicativo de status e de luxo. Cruzando este dado com a fonte acima, é pertinente dizer que esta magnificência foi atestada no funeral de Leonarda e ainda, lembrando que o fato do dobre de sinos ter sido dado no Carmo, obedece à legislação eclesiástica brasileira, mas também atende ao perfil de opulência da falecida, por se tratar da Antiga Sé no Rio de Janeiro.

Nas listas inventariais, não foi mencionado o número de dobres de sinos dados em seu cerimonial, no entanto, o montante pago, bastante elevado para a época, no valor de 19\$200 réis nos possibilitam aventar que os toques foram dados com luxo e ostentação, desobedecendo à legislação já comentada. Uma vez mais a riqueza agindo como mecanismo de afirmação do poder de Leonarda, assim como o consolo, a morte, algo íntimo que poderia ser sentido apenas por familiares, saindo do lugar privado e assumindo um lugar público e teatral. Chama-se à atenção para o fato de seu filho, Amaro Velho da Silva, ter cumprido o papel de homenagear sua mãe, corroborando também para que a figura feminina fosse vista com excelência por todos

Abordamos ainda outros pontos que fortalecem a musculatura de fausto, poder e de terreno público no funeral da negociante. De acordo com a documentação, seu corpo foi velado em casa, sendo tudo devidamente ornamentado para o cerimonial, tendo transcorrido à noite, pela listagem de itens consumidos nas despesas. Foram gastos 28\$960 réis somente alugando 362 tochas, fora outros valores espantosos com cera, archotes, música, encomendação do corpo, o trabalho do padre que acompanhava tudo, totalizando 344\$760 réis pagos ao responsável Jozé Baptista. Tal grandiosidade aponta o quão notório foi o enterramento de Leonarda, provavelmente presenciado e assistido por um bom número de pessoas, principalmente levando em consideração seus gastos e o tamanho do cortejo, iniciado na Chácara da Glória até o centro

do Rio de Janeiro, na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Seu assento de óbito, encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro emite uma informação relevante e que acende um alerta para o status da falecida: como foi amortalhada, com o traje de Dama de Sua Majestade a Imperatriz. A seguir:

Aos oito dias do mês de Outubro, de mil oitocentos e vinte e cinco anos, na casa de sua morada, no Bairro da Glória, faleceu a Excelentíssima Dama do Imperial Paço Dona Leonarda Maria da Silva Velho, viúva de Manoel Velho da Silva, no dia nove do corrente foi por mim acompanhada em andor para Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, onde de licença foi encomendada, e sepultada, amortalhada na Farda de Dama Imperial Casa: recebeu todos os sacramentos, e fez testamento: de que para constar este assento.

O Cônego Cura Luiz Mariano da Silva.

(ACMRJ, Livro de assentamento de falecimento das pessoas ocupadas no serviço do Paço (1808-1887).

Sabemos que mulheres pertencentes à elite eram agraciadas como Damas da Imperatriz e o indício de que fora sepultada com a farda do cargo que ocupou, mais uma vez representa o artifício de diferenciação social desta mulher, assim como de demonstrar publicamente o simbolismo de sua proximidade com o estrato imperial. O artista e viajante Debret, inclusive, retratou mulheres com os trajes de Dama da Imperatriz, sendo este título um símbolo de prestígio a este seletivo grupo feminino.

Não era uma roupa comum que levaria para a eternidade, mas a de alguém que circulava nas principais rodas do governo; mesmo sendo comerciante de relevância, era a figura de mulher de destaque que aí se fazia presente; era a maneira que a própria Leonarda construía sua memória, numa esfera masculina, mas apontando que uma das Damas da Imperatriz era uma mulher que geria negócios e que transitava neste lugar, contrariando os silenciamentos ou os estereótipos impostos ao público feminino: de espectadoras. Era tornar público e evidente, na peça da morte, que suas redes de sociabilidade estavam ali e ser enterrada com a farda de Dama era uma parte delas.

5.Considerações finais.

Perceber as nuances de uma mulher, como condição de sobrevivência, requer atenção aos detalhes. A apuração da documentação, comentada ao longo do artigo, cumpriu o papel de percorrer os caminhos de Leonarda Maria da Silva Velho, explicitada primeiro, como mulher empresária, que prosperou em suas empreitadas, se firmando no rol mais seletivo da praça mercantil e segundo, como mulher que soube manipular seus atributos de mãe e de matriarca, a fim de demarcar espaços, de se fazer ser vista e, principalmente, enxergada socialmente.

Atendendo às inquietações que embasaram este trabalho, acredita-se que D. Leonarda se serviu do “banquete” público como afirmação de seus desejos: de manter sua teia de sociabilidade, de firmar seus laços de solidariedade, de estar “viva” não apenas na memória dos que ficaram, mas, ao atuar e estar presente no mundo comercial do século XIX. Ainda que sua figura pública prevalecesse nos ambientes do Império, seu perfil privado, como mãe, mulher, mantenedora da família foram combustíveis para a construção desta mulher proeminente, que foi habilidosa o suficiente para perdurar no rol dos maiores comerciantes.

A todo o instante, as fontes arroladas evidenciaram que Leonarda contrariava os apagamentos aos quais as mulheres foram sujeitadas. Em se tratando de uma mulher da elite, então, a mesma remava contra a maré do conceito de imagem atribuído às figuras femininas, como se estivessem sempre acopladas às figuras masculinas; após o falecimento do marido, assumiu seus negócios e a gestão da própria família, que permaneceu vivendo ao seu redor em sua grandiosa chácara.

Soube edificar sua estampa, fazendo uso dos recursos públicos com engenhosidade: um documento a D. João, a fim de garantir seu bem estar privado e ao mesmo tempo se mostrando compreensiva e solidária para atender os pedidos do monarca; não temendo um mundo de prevalência masculina, age ela mesma como mulher/mãe suplicando a compaixão do governante, sem necessidade de interlocutor; dos artigos e armação de seu funeral, atendendo às expectativas dos que ficaram, de que ali esteve/está presente uma mulher de elite, já que a intenção era se eternizar, especialmente enquanto mulher.

Somados a isso, a teatralização de sua morte, milimetricamente cumprida, foi exemplo da adoção dos artifícios públicos, a fim de manutenção de seu poder feminino, mostrando à sociedade imperial que o sofrimento privado de seus entes queridos deveria ser compartilhado com todos, conhecidos ou não, como remédio que curaria a tristeza e ainda como antídoto ao silenciamento imposto às muitas mulheres, até porque, o estrato no qual Leonarda se inseria, ainda era dominado por homens.

Os mecanismos, as ações e gestos de Leonarda serviram para contrariar a ideia de que ali, em vida ou ao longo de seu cerimonial fúnebre, ela seria somente uma mulher estática, rica; era um sinal de que sua postura não era coadjuvante, mas de protagonista que agia, a fim de conduzir seu poder e seus negócios. Suas redes e dia a dia privados foram peças no jogo de suas redes sociais.

Caso vivesse hoje, no século XXI, a comerciante saberia produzir seus conteúdos a fim da conquista de seu bem estar privado.

6. Bibliografia

Fontes Primárias

Manuscritas:

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro:

Assento de óbito de Leonarda Maria da Silva Velho. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de assentamento de falecimento das pessoas ocupadas no serviço do Paço (1808-1887).

Arquivo Nacional:

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Inventário *post-mortem* de Dona Leonarda Maria da Silva Velho – AN, Juízo dos órfãos, ano de 1825, nº 8373, Maço 433.

Biblioteca Nacional:

Leonarda Maria da Silva Velho, Viúva de Manoel Velho da Silva. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C 412,7, ano de 1811.

Literatura de viagem:

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

Livros, Teses e Artigos:

ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. RJ: IPLANRIO/ Jorge Zahar Editor, 1988.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.) Usos e abusos da História Oral. FGV Editora, 1996, p. 167-182.

DIEGUEZ, Lucilia Maria Esteves Santiso. Dona Leonarda Maria da Silva Velho: uma Dama da Corte Imperial(1754-1828). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, 147 p.

DIEGUEZ, Lucilia Maria Esteves Santiso. Dona Leonarda Maria da Silva Velho: uma Dama da Corte Imperial(1754-1828). SP: Ed. Dialética, 2021.

FILHO, Adolfo Morales de los Rios. O Rio de Janeiro Imperial. RJ: Topbooks, 1946.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). RJ: Arquivo Nacional, 1992.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. Jogos de escala- a experiência da microanálise. RJ: FGV Editora, 1998, p. 225-248.

DIEGUEZ, Lucilia.

Leonarda pública ou privada? Estratégias de uma negociante na Corte Imperial

MEDEIROS, Kenia Gusmão. Prefácio. IN: ROVAI, Marta G. de O. MONTEIRO, Livia Nascimento (Orgs.). Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o ensino de História. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021, p. 10-14.

OLIVEIRA, Cristiane Maria de. Gênero. IN: ROVAI, Marta G. de O. MONTEIRO, Livia Nascimento (Orgs.). Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o ensino de História. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021, p. 53-55.

REIS, João José. A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. SP: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Luis Gonçalves dos. Memórias para server à História do Reino do Brasil. SP: Edusp, 1981.

SCOTT, Joan Wallach. Gender and the politics of History. United States of America: Columbia University Press, 1999.

Submetido em 13/03/2025

Aceito em 24/04/2025

E no Carnaval também se fala de feminismo e voto feminino – Brasil, década 1910

*And in Carnival there is also talk of feminism and women's suffrage –
Brazil, 1910's*

*Y en el Carnaval también se habla de feminismo y sufragio
feminino – Brasil, década de 1910*

Mônica Karawejczyk¹

Caroline Pereira Leal²

Resumo: Este artigo busca analisar como o feminismo e o movimento sufragista foram abordados durante o período das festas carnavalescas no Brasil na década de 1910. Como fontes primárias utilizamos alguns periódicos do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelotas; como método, o paradigma indiciário, tal como proposto por Carlo Ginzburg. A pesquisa nos permitiu verificar que, embora o carnaval seja por vezes entendido como um momento de transgressão, com vistas à emancipação e subversão, no que tange à luta feminina pelo direito ao voto, acabou por reforçar as hierarquias dominantes do masculino no período analisado.

Palavras-chave: Carnaval. Voto feminino. Imprensa. Feminismo. Movimento sufragista. Primeira República.

Abstract: This article seeks to analyze how feminism and the suffrage movement were involved through carnival discourse and parts of the press in 1910's before the definitive achievement of women's suffrage in Brazil. As primary sources we used some publications from Rio de Janeiro, Porto Alegre and Pelotas; as a method, the evidentiary paradigm, as proposed by Carlo Ginzburg. The research allowed us to verify that, although carnival is sometimes understood as a moment of transgression, with a view to emancipation and subversion, with regard to the female struggle for the right to vote, it ended up strengthening the dominant positions of men.

Keywords: Carnival. Female suffrage. Press. Feminism. Suffrage movement. First Republic.

Resumen: Este artículo busca analizar como se abordaron el feminismo y el movimiento sufragista durante el período de las festividades del carnaval em Brasil en la década de 1910. Como fuentes primarias se utilizaron algunas publicaciones de Río de Janeiro, Porto Alegre y Pelotas; como método, el paradigma indiciario, propuesto por Carlo Ginzburg. La investigación permitió constatar que, si ben el carnaval a veces es entendido como um momento de transgresión, con miras a la emancipación y la subversión, en lo que respecta a lucha femenina por el derecho al voto, terminó reforzando las jerarquías dominantes del varón em el período analizado.

Palabras clave: Carnaval. Voto feminino. Prensa. Feminismo. Movimiento sufragista. Primeira Republica.

¹ Doutora em História (PPG – História) – UFRGS. <https://orcid.org/0000-0001-7921-7365> . E-mail: karawejczyk@gmail.com.

² Doutora em História (PPG – História) – UFRGS. Professora da Secretaria Municipal de Educação – Porto Alegre – RS. <https://orcid.org/0000-0003-4633-8691>. E-mail: aenrudeira@gmail.com.

Introdução

A historiografia recente, abordando o início do feminismo no Brasil, costuma destacar a década de 1930 como uma das datas-chaves na conquista de direitos para as mulheres³. Afinal foi em 1932 que as brasileiras conseguiram, pela primeira vez, ter o seu direito de votar e ser votadas, reconhecido nacionalmente na letra da lei. Até 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo, as brasileiras puderam participar das lides eleitorais em todo o território brasileiro em três ocasiões, a saber: em 1933 (eleições nacionais), 1934 (eleições estaduais) e 1935 (eleições municipais).⁴ Essa conquista, porém, não veio sem luta.

Já na primeira década do século XX, percebe-se um intenso debate e ebulição do movimento feminino e feminista, tanto no exterior quanto no Brasil. Muito da discussão sobre a inserção da mulher na vida pública e política, no Brasil, foi travada nas páginas da imprensa e a possibilidade de uma igualdade política entre os sexos masculino e feminino, despertava críticas e até mesmo um certo pavor entre alguns setores da sociedade, muitas delas externadas nas páginas dos periódicos. Para Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca com a instauração do regime republicano “a imprensa escrita foi, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Brasil” (Martins, Luca, 2013, p.84). Maria Helena Capelato destaca a visibilidade da análise da imprensa como fonte histórica, pois nela que é possível “captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos” (Capelato, 1988, p.34), bem como acompanhar festas e festividades, como o carnaval. Roger Chartier, por sua vez, salienta que a imprensa pode ser considerada como veículo de “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem”

³ Ver, por exemplo, os estudos de Mônica KARAWEJCZYK (2019 e 2020); Ana PRESTES (2021), Alcileide Cabral NASCIMENTO (2020), Emelly FACUNDES e Alcileide NASCIMENTO (2019) e Teresa MARQUES (2018). Apontamos que existe uma certa discordância entre as abordagens quando feitas por historiadoras e/ou cientistas políticos, uma vez que a maioria das historiadoras busca enfatizar o lado da conquista feminina no que diz respeito à inserção das brasileiras nas lides eleitorais no Brasil, enquanto, grande parte dos cientistas políticos procuram minimizar tal fato ao destacarem que a participação feminina, apesar de ter sido permitida pela lei desde 1932, não foi muito acentuada, neste sentido consultar, por exemplo, artigo de Fernando LIMONGI, Juliana Souza de OLIVEIRA e Stefanie Tomé SCHMITT (2019) e a dissertação de Amy WESTHROP (2022). Contudo, tal controvérsia não nos é relevante neste artigo, motivo pelo qual não será aqui abordada.

⁴ Pela publicação do Decreto 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas regulamentava o Código Eleitoral, estabelecendo como eleitor o "cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo", sem outras restrições, além do critério educacional (só poderiam votar os alfabetizados), mas com a ressalva do voto ser facultativo para as mulheres e para os homens com mais de 60 anos (Brasil, 1932). Em 3 de maio de 1933 ocorreu a primeira eleição nacional na qual as mulheres puderam participar, como eleitoras e candidatas, amparadas pela lei. Com a promulgação da Constituição em 1934 somente foi alterado a idade mínima para o alistamento eleitoral, que passou de 21 para 18 anos e o alistamento obrigatório para as mulheres, que exercessem função pública remunerada. No Brasil, é com a publicação da Constituição de 1946, que o alistamento e o voto passam a ser obrigatórios para homens e mulheres.

(Chartier, 2002, p.10). Tais considerações nos motivaram a centrar nossa análise neste tipo de material.

A escolha do nosso marco temporal, por sua vez, a década de 1910, foi motivada por dois fatores distintos, mas interligados. O primeiro de tais fatores foi a constatação de que o ano de 1910 representa o aparecimento da primeira associação feminina que se tem notícia até o momento, a lutar pelos direitos femininos, o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro e um grupo expressivo de mulheres na capital federal. O segundo fator que nos motivou foi o fato de que a primeira proposta apresentada na Câmara dos Deputados com o objetivo de estender o voto para todas as brasileiras, nas mesmas condições que o voto masculino, ocorreu em 19 de junho de 1917, apresentado pelo então deputado Mauricio de Lacerda. Tanto a atuação do PRF - e de Leolinda Daltro, em especial - como a proposta de Lacerda repercutiram na imprensa no período e foram tema de algumas manifestações culturais, como o carnaval, por exemplo, o que nos despertou o desejo de saber mais sobre essa mistura entre política, mulheres e carnaval.⁵

Assim, nossa proposta, no presente artigo, é a de identificar, a partir da narrativa apresentada por alguns jornais publicados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), de Porto Alegre (RS) e de Pelotas (RS), identificar a forma como as demandas femininas pela cidadania foram exaltadas e/ou execradas na maior festa popular do Brasil, o carnaval. Escolhemos nos fixar em periódicos publicados em tais cidades por serem respectivamente a capital federal do Brasil, uma capital de estado e uma cidade do interior de forma a podermos acompanhar se havia alguma diferença nas suas abordagens ao tratarem da questão do movimento sufragista e/ou do feminismo. Mas porque nos determos no discurso propagado durante o carnaval?

As festas, e em especial o carnaval, têm sido objeto de estudo tanto de historiadores, quanto de cientistas sociais, através de distintas concepções teóricas. Inicialmente, por meio do carnaval se buscava desvendar nossa identidade nacional ou concebê-lo como ruptura com o cotidiano, de inversão da ordem vigente. Revelador de códigos e regras sociais, poderia ser interpretado tanto como mecanismo de manutenção, quanto de subversão dos códigos sociais hegemônicos. Questionando o conceito do carnaval enquanto mecanismo de controle social, de válvula de escape, na teoria da resistência ele se constitui enquanto um instrumento de combate, no qual não “só as assimetrias e as desigualdades seriam reveladas e questionadas, como outros mundos alternativos seriam criados e vivenciados, ainda que temporariamente” (Lorena, 2019, p.55). Dado da cultura popular que resiste e estabelece a crítica ao universo da cultura erudita

⁵ Para uma análise mais detalhada e aprofundada desses dois momentos importantes do feminismo no Brasil, ver KARAWEJCZYK, 2020.

ou da cultura hegemônica, no carnaval os dominados criam interstícios, carnavalizando os símbolos e conceitos dos dominantes. Por meio da festa teríamos acesso ao universo da cultura popular, em contraposição à cultura dominante (Albuquerque Júnior, 2011). Em outra vertente de análise, por meio da história cultural, as festas e, em especial, o carnaval, são entendidas como “uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos”. Ao invés de tradições ou indícios de um determinado tempo, as festas são entendidas como “construções e invenções práticas e discursivas de cada temporalidade na qual elas se deram ou ocorreram e na qual foram nomeadas, instituídas e legitimadas”. À vista disso, o carnaval pode ser entendido como um espaço de lutas concretas e simbólicas, de enfrentamento e de negociação entre grupos e pessoas em torno dos valores e preceitos que definem o viver em sociedade (Albuquerque Júnior, 2011, p.146). Motivo que nos levou a dar tal enfoque para o artigo aqui apresentado.

Para dar conta da nossa proposta, nos baseamos no método definido por Carlo Ginzburg (1989) como *paradigma indiciário* em busca de indícios e sinais da discussão sobre o feminismo e o movimento sufragista na imprensa e no discurso carnavalesco. De modo que tais indícios encontrados por nós no período analisado nas páginas dos periódicos selecionados foram percebidos como sinais que poderiam ser reveladores de práticas sociais e culturais do período. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a maneira como o feminismo e, em especial, o movimento sufragista foram abordados por meio do discurso carnavalesco e de partes da imprensa brasileira, entre os anos de 1910, antes da conquista definitiva do sufrágio feminino no país. A pesquisa foi desenvolvida durante a época da pandemia de COVID 19, tendo sido um dos fatores que nos levou a selecionar para análise periódicos disponíveis para consulta de forma *online* no site da Hemeroteca Digital Brasileira. A busca do material foi feita através das seguintes palavras-chaves: carnaval, feminismo, sufrágio feminino e Leolinda Daltro. Foram consultados para a cidade do Rio de Janeiro, os jornais, *A Noite*, *A Epoca*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*. Para a cidade de Porto Alegre consultamos o acervo dos periódicos *A Federação* e *O Exemplo* e para a cidade de Pelotas, o jornal *A Opinião Pública*, tendo sido fator determinante para a escolha em centrar nossa análise em tais periódicos como fonte primária o fato de apresentarem para o seu público o debate sobre o voto feminino e/ou feminismo no período do Carnaval, bem como o acesso facilitado pelo acervo digitalizado pela Hemeroteca Digital Brasileira⁶. Assim acabamos por selecionar tão somente as matérias que abordavam os momentos em que o tema do voto feminino e do

⁶ Todos os periódicos citados foram consultados em períodos diversos entre outubro de 2019 a agosto de 2024 no site da Hemeroteca, disponível em: <memoria.bn.br>

feminismo ganharam algum destaque na imprensa nacional durante os festejos de Carnaval, como demonstraremos a seguir.

Feminismo e Sufragistas

Fruto de um processo que se iniciou em meados do século XIX, se estendendo até sua garantia legal na década de 1930, a conquista do sufrágio feminino não pode ser entendida tão somente como uma concessão do governo de Getúlio Vargas (Karawejczyk, 2019). Resultado da luta de muitas mulheres que reivindicavam o reconhecimento de sua cidadania política, o feminismo e, em particular, o movimento sufragista já despertava o interesse da imprensa no Brasil desde o início daquela centúria. Como exemplo, podemos citar uma publicação de *O Malho* - revista ilustrada que circulou no Rio de Janeiro e se caracterizava pela sátira política – que em 1908 inseriu nas suas páginas uma charge alertando aos brasileiros e as brasileiras do perigo representado pela atuação das sufragistas inglesas.⁷

Figura 1 – O mundo às avessas



Fonte: *O Malho* (RJ), ed. 322, 14 de novembro de 1908, p.46. Consulta feita no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq=&pagfis=12551>. Acesso em 16.nov.2023.

Na legenda que acompanha o desenho é dado destaque para o seguinte diálogo:

⁷ Para saber mais sobre o discurso dos antifeminismos e o humor sexista, apresentados na revista *O Malho*, consultar, MOREIRA, Thais Batista Rosa. *Na mira do traço: representações antifeministas nas revistas humorísticas PBT e O Malho* (Argentina e Brasil, 1904-1918). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2023.

Uma sufragista: - Viva o voto feminino! Abaixo a impotência dos homens para o serviço da polícia!

Outra: - Yes! Mim vai escreve um artigo aconselhando todas as mulheres do mundo a acompanhar nosso programa!

Inglês: - Cuidado, Srs. brasileiros! Vocês já andam tão caiporas que devem evitar mais esse caiporismo!...

A charge nos parece que foi publicada na revista com o intuito de advertir as brasileiras dos “perigos” da onda sufragista que estava ocorrendo na Inglaterra naquele período, afinal as mulheres, representadas no desenho tem seus corpos disformes, envoltas em vestimentas masculinas e em atitudes atípicas. Uma das mulheres é retratada fumando, de calças, chapéu, segurando em uma das mãos um jornal e no outro uma bengala (típica vestimenta masculina da época), enquanto a outra aparece discursando com feições raivosas e empoleirada nas costas de um homem (supostamente um policial). A legenda procura influenciar o leitor para uma conclusão: nem o feminismo e nem o movimento sufragista inglês são exemplos a serem seguidos pelas brasileiras. Outro ponto a se destacar é que, nas décadas iniciais do século XX, os confrontos com a polícia na Inglaterra não eram tão cordiais como faz parecer essa charge, época em que o sufrágio passou a ser o objetivo principal do movimento feminista.

Bom lembrar que o movimento feminino que mais chamou a atenção, tanto da mídia quanto da opinião pública, para a questão da exclusão feminina da política, foi exatamente o levado a cabo pelas militantes do grupo denominado *Women’s Social and Political Union* – WSPU, mais conhecidas pela alcunha de suffragettes. Tal grupo foi fundado no ano de 1903, na cidade de Manchester, liderado por Emmeline Pankhurst e suas filhas. Foi o mais combativo e o que alcançou mais sucesso em expor o movimento pelo direito ao sufrágio feminino para o mundo. Com palavras de ordem como “Voto para as Mulheres”, “Ações, não palavras” tal grupo ocupou o espaço público tornando visível suas demandas e forçando a sociedade do período a reconhecer sua luta. Elas também publicavam seus próprios jornais semanais, o primeiro deles fundado em 1907, o *Votes for Women*, seguido pelo *The Suffragette*, de 1912 (Karawejczyk, 2013). O que diferenciava suas ações de outros grupos do período era o emprego de táticas não convencionais para que suas demandas fossem notadas, de fato elas começaram a “batalha” interrompendo discursos políticos com gritos de “Voto para as Mulheres”, passando a danificar patrimônios públicos e privados (perpetuados por atos tal como quebrar vitrines de lojas ou martelando telas em museus), se acorrentando em portões de prédios públicos e ocupando o espaço público, organizando passeatas nas ruas, até tomarem atitudes mais radicais, como colocar fogo em caixas de correios e cortar as comunicações dos telégrafos. Em outras palavras, tal grupo acabou aplicando todos os métodos ao seu alcance para obter alguma vitória,

utilizando desde medidas pacíficas até o uso da violência e da violência e da intimidação (Pankhurst, 2018).

Destacamos que a partir do ano de 1909, as inglesas militantes, lideradas por Emmeline Pankhurst, radicalizaram cada vez mais sua forma de atuação no espaço público tendo suas demandas repercutido em lugares tão distantes quanto o estado mais ao sul do Brasil, o Rio Grande do Sul, tal como podemos conferir na publicação do jornal *A Federação* (Porto Alegre)⁸, - veículo oficial do *Partido Republicano Rio-grandense* (PRR), então no poder – que achou por bem advertir seus leitores com as seguintes palavras:

[...] é sempre o assunto do dia o terror que elas causam e que parece ter subido ao paroxismo. Não há desatino concebível a quem não tenham recorrido para obrigar o parlamento britânico a conceder o direito britânico do *votes for women*! A bomba, o fogo incendiário, o veneno, tudo tem sido arma política para a histeria sufragética (*A Federação*, ed 171, 25/07/1913, p.4).

O incômodo com o avanço do movimento feminista e a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres também chegou ao reinado de Momo, como veremos a seguir.

O movimento sufragista e o carnaval – respingos na imprensa

Com a crença de que pelo riso se corrigem os costumes - *Castigat ridendo mores* - e de que o carnaval "não é somente a exibição de carros artísticos, caríssimos e alegóricos, ele deve atingir diretamente os domínios do riso e verberar, por entre gargalhadas estridentes os desmandos dos homens públicos e as ilegalidades legalizadas", Leo., colunista do jornal pelotense *A Opinião Pública*, elogiava o préstito do *Clube Carnavalesco Diamantinos*, por trazer em seu desfile uma crítica às “aspirações do feminismo” (*A Opinião Pública*, Pelotas, ed 50, 02/03/1911, p.1).⁹

Tradicional agremiação carnavalesca da cidade de Pelotas/RS, ainda hoje em atividade como clube social, o *Clube Carnavalesco Diamantinos* foi fundado em 1906. Junto ao *Brilhante*, figurou como uma das principais sociedades carnavalescas da folia pelotense dos

⁸ O jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), circulou entre 1884 e 1937. Tinha por objetivo disseminar ideias republicanas e com a ascensão do partido ao governo da província se tornou seu porta-voz (Hohlfeldt; Rausch, 2006).

⁹ O periódico “*A opinião pública*” publicada na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, teve suas primeiras edições no ano de 1896. Fundado por Theodosio Menezes, João e Felinto Moura, Arthur Hameister e Rodolpho Amorin, era definido como órgão republicano. Segundo Luckow e Nogueira (2008:3), com mudanças de dono e de equipe, o jornal passou a ter nova feição e novas ideias, tornando-se “mais polêmico, por conta do anti-clericalismo de Gomes da Silva, que não se furtava de lançar artigos contra o bispo D. Francisco de Campos Barreto. A seguir, o jornal foi arrendado para diferentes pessoas, o que permitiu sua renovação. Como se tratava de órgão consolidado e respeitado na cidade, inserção de novas ideias no dia-a-dia pelotense tornava-se mais fácil”

anos de 1910. Compostas por membros da elite da cidade, seus préstitos tinham um princípio pedagógico a cumprir:

[...] trazer alegorias suntuosas, elaboradas com requinte artístico, marcadas pela elegância, o que mostrava a superioridade cultural de seus promotores e, ao mesmo tempo, trazia erudição ao povo. Desse modo, seria possível preencher as ruas de civilidade e de civilização, tudo isso por meio do imperativo da alegria (Barreto, 2011, p.236).

Realizando desfiles de carros alegóricos pelas ruas da cidade entre os anos de 1907 e 1918 e em 1920, foi no carnaval de 1913 que o *Diamantinos* estreou o uso de alegorias móveis, como em “melancia”, primeiro carro de movimento. Embora adeptos de inovações tecnológicas, no que tange ao avanço na igualdade de direitos entre homens e mulheres se mostravam bem reacionários. Em seu préstito do carnaval de 1911, por exemplo, os carros de críticas “referiam-se, com muito espírito, à liberdade profissional, à emancipação da mulher e ao contrabando” (*A Opinião Pública*, Pelotas, ed 49, 01/03/1911, p.1). Segundo Leo., na segunda charge era representado “um grupo de mulheres exaltadas, furibundas, gritando pela igualdade de direitos civis, enquanto os pobres maridos se entregavam aos pobres labores domésticos. São as indefiníveis belezas do feminismo, com todo os seus entusiasmos”, dizia ele (*A Opinião Pública*, Pelotas, ed.50, 02/03/1911, p.1).

Trazendo a temática do feminismo para os domínios de Momo, o *C. C. Diamantinos* (de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul) retratou as sufragistas como um grupo de mulheres enraivecidas, desvairadas, que impunham aos maridos obrigações que deveriam ser uma exclusividade feminina. O contraponto a essa imagem feminina era representado na figura da rainha da sociedade carnavalesca. Jovens, entre 15 e 17 anos, filhas de importantes famílias “eram ‘cultuadas’ pelos ‘súditos’: tinham destaque no baile (comandavam a *polonaise* e ocupavam um trono), no préstito (desfilavam em carro próprio, ricamente decorado, com direito a guarda honra, pajem e corte), bem como recebiam uma série de homenagens ao longo do ano, a começar pela cerimônia de coroação” (Barreto, 2011, p. 246-247).

Da mesma forma, no carnaval da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, as rainhas das sociedades carnavalescas também ocuparam um lugar de destaque, se tornando modelos de virtude e beleza, figuraram como *Marias* nos festejos promovidos por essas agremiações (Leal, 2021). No que diz respeito ao movimento feminista ou a luta sufragista, não encontramos nenhuma referência nos desfiles das sociedades carnavalescas da capital do Rio Grande do Sul, nos periódicos consultados; contudo, em 1916, *O Exemplo* - primeiro jornal da imprensa negra gaúcha - informava que desfilando pela rua dos Andradas, no centro da cidade,

fizeram sucesso diversos cordões e grupos carnavalescos, entre eles o *Cordão das Sufragistas (O Exemplo*, Porto Alegre, ed. 10, 12/03/1916, p. 1).¹⁰ Os cordões eram um tipo de associação com fins carnavalescos que se diferenciavam das sociedades carnavalescas por seu aspecto mais popular e menos institucionalizado. De acordo com Lazzari (1998, p.63-164), a expressão era utilizada para referir “ao movimento de povo que seguia os conjuntos musicais de mascarados em meio à multidão da rua, que às vezes também eram chamados de Zé Pereiras, embora não seguissem sua forma original” ou, de modo ainda mais amplo, poderia se referir a um grupo de estudantes, “como os cordões ‘Chove, Não Molha’, dos alunos da Escola de Guerra e ‘Olha a cara dele, Mamãe’, dos alunos da Faculdade de Medicina e Direito, e também a empregados do Comércio com seu cordão ‘Peregrinos do Amor’, um nome de indisfarçável apelo boêmio”. Os cordões mais populares se autodenominavam de clubes, indicando seu desejo de reconhecimento e distinção social.

Assim, dois anos após a essa primeira referência ao voto feminino no carnaval de Porto Alegre, *A Federação* noticiava que “composto de alguns rapazes, apareceu anteontem, tomando parte no carnaval, o Grupo das Sufragistas. Este grupo que apareceu com muito espírito deu uma nota alegre no atual carnaval (*A Federação*, Porto Alegre, ed. 41, 18/02/1918, p.8). Não sabemos se era o mesmo cordão que aparecera em 1916, ou se outro grupo de foliões também escolheu a temática sufragista para celebrar o carnaval, contudo, a evidência do atravessamento de gênero, no qual homens representavam o grupo das sufragistas nos permite pontuar algumas questões interessantes.

Enquanto ritual de inversão e suspensão temporária da ordem vigente, o carnaval seria uma festa que daria vazão aos conflitos do cotidiano, carnavalizando-os. Entretanto, de acordo com Da Matta (1977, p.58), “seria ingênuo supor que o Carnaval apenas neutraliza e inverte as oposições e posições sociais do cotidiano, abolindo suas dimensões de contraste. Na realidade, as inversões do Carnaval [...] terminam por provocar a confiança na ordem”. Ao inverterem o ordenamento social, vestindo-se de mulheres, os jovens foliões transformavam o comportamento feminino e a luta sufragista em sátira carnavalesca, de tal modo que deixam entrever a importância do movimento pela igualdade de direitos e o receio da força que aquelas mulheres vinham demonstrando. Essa desordem temporária, portanto, manifestava um receio com as possíveis mudanças na ordem social vigente. Já enquanto campo de luta simbólica, o carnaval também expressava a disputa entre projetos e sonhos, de aspirações de mudanças por

¹⁰ Criado em 1892, o jornal *O Exemplo* circulou até 1930, com alguns interstícios durante esse período. Dirigido à população negra, ambicionava “ser um exemplo”, especialmente aos homens de cor, discutindo os interesses da população negra brasileira e defendendo a igualdade de direitos a todos os cidadãos (Pinto, 2006; Sousa, 2019).

parte de um grupo social e manutenção do *status quo* por outro, eram lutas em torno da concepção da ordem social. À vista disso, evidencia-se que, em relação ao movimento feminista e à luta sufragista, o carnaval, no Rio Grande do Sul, acabou por reforçar as hierarquias dominantes do masculino, trazendo para a sátira a conduta considerada imprópria de algumas mulheres, ora vista como motivo de preocupação, ora como de graça e piada.

Caso semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, como encontramos no caso de Leolinda de Figueiredo Daltro, uma das primeiras mulheres a lutar pelo voto feminino no Brasil ao fundar o Partido Republicano Feminino, em 1910. Leolinda nasceu na Bahia, em 1854, e tal qual muitas de suas contemporâneas casou bem cedo e teve dois filhos. Separando-se do marido, encontrou motivação para estudar, se tornando professora e, assim, ajudar nas economias domésticas. Já casada pela segunda vez, se transferiu com o marido e os filhos para o Rio de Janeiro. Em 1909, liderou um grupo de mulheres em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República, era a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, que daria origem à fundação do PRF no ano seguinte (Rocha, 2002). Segundo as palavras da própria Leolinda Daltro, ela e suas companheiras queriam “antes de tudo, dar à mulher, um lugar melhor na sociedade, como elemento de progresso, libertando-a tanto quanto possível, da escravidão e da situação de inferioridade em que vivia” (*A Noite*, Rio de Janeiro, ed. 8149, 03/08/1934, p. 2).¹¹ Embora fosse próxima a políticos poderosos, como o general Pinheiro Machado, um dos mais influentes durante a República Velha, “as ideias e ações de Daltro não receberam uma boa acolhida por grande parte da sociedade da época e ela acabou sendo estigmatizada como a representante de um feminismo considerado pernicioso/perigoso” (Karawejczyk, 2014, p.337).

Leolinda foi muitas vezes descrita pela imprensa no período como uma “suffragette” por suas atitudes enérgicas em busca da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Em dezembro de 1916, ela chegou a enviar um requerimento ao Congresso Nacional solicitando “a elaboração de uma lei que de modo claro e explícito dê a mulher brasileira o direito de voto” (Marques, 2018, p.192). Tal requerimento de três páginas foi protocolado no Congresso Nacional e não parece ser coincidência que, no carnaval de 1917, as “Grandes Sociedades” – *Democráticos, Tenentes do Diabo e Fenianos* – que desfilavam no Rio de Janeiro fizeram

¹¹¹¹ O jornal vespertino *A Noite* foi fundado em 1911 por Irineu Marinho na capital federal e logo se transformou em um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro. Marialva Barbosa (2007, p. 89) o apresenta como “o vespertino de maior sucesso da cidade” e Maria Alice Rezende de Carvalho (2012, p. 14) o considera como o primeiro jornal a introduzir, na década de 1910, “um tipo inédito de linguagem jornalística, misto de informação e ficção, que prendia o leitor. Folha independente, sem subvenção do Estado”. Na fase que vai da fundação do periódico até 1925, o jornal apostou em uma linha política de oposição ao governo além de valorizar, nas suas edições, os fatos cotidianos, a política e o noticiário policial.

alguma apologia ao voto feminino ou à pessoa da professora Leolinda, como destacamos a seguir.¹² A *Fenianos* apresentou no seu desfile um carro denominado “O Voto Feminino”, que fazia “uma espirituosa alusão à conhecida professora, useira e veseira na catequese dos bororós, que, pela boca de um endiabrado rapaz, procura fazer valer os direitos das saias” (*A Época*, Rio de Janeiro, ed.1686, 21/02/1917, p.5).¹³ Também a *Democráticos* apresentou uma “alegoria que veio despertar o riso geral. Era a crítica espirituosa, em que uma conhecida professora, “d’alto lá com ela”, é posta em foco. Este engraçadíssimo carro crítico era acompanhado de um regular guarda de honra, em estilo caricato” (*A Época*, Rio de Janeiro, ed. 1686, 21/02/1917, p.2). Há de se ressaltar o destaque cômico dado ao carro que fazia alusão à figura de Leolinda Daltro.

De acordo com Bergson (2004), o riso é uma espécie de gesto social e, desse modo, deve ter uma significação social. Seu sentido seria o de expor e “coagir certas manifestações potencialmente nocivas ao grupo que ele pertence (por extensão, aquilo que faz mal à sociedade; o indivíduo que ri objetiva, essencialmente, corrigir (humilhando) algum tipo de conduta ‘excêntrica’” (Mendonça Júnior, 2014, p.2). Através do poder coercitivo do riso, os carnavalescos atacavam o comportamento da professora e os “direitos das saias”, afinal o “riso é a própria correção” (Bergson, 2004:11). É importante destacar que essa concepção também estava presente nas palavras de Leo., articulista publicado no jornal de Pelotas, citado anteriormente, para quem *Castigat ridendo mores*, ao elogiar o préstito do *Clube Carnavalesco Diamantinos*, de Pelotas, e seu carro de crítica às “aspirações do feminismo”.

Embora projetado para fazer rir, o carro de críticas da *Democráticos* colocava em evidência tanto a figura de Leolinda Daltro, quanto suas ideias e reivindicações. Intitulado “Professora D’Altro lá com ela”, era assim descrito pela própria agremiação:

Não a conhecem? Ora, não há quem desconheça o feminino tipo criticado. Seu nome é barulhento e, por isso mesmo, da berlinda não sai. Quando sucede que nos poucos dias de uma semana não fale na professora d’altro lá com ela, é contar como certo que, no oitavo dia, vai aparecer um pratinho de sensação. Desde que me entendo (o

¹² Em 1917, o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro seguia o seguinte itinerário: saída no Cais do Porto, Mauá, Avenida Rio Branco (em volta pela rua Luiz Vasconcelos), Acre, Uruguaiana, Carioca, praça Tiradentes (em volta), Avenida Passos, Marechal Floriano, Avenida Rio Branco (em volta), Marechal Floriano, Uruguaiana e Castelo. O desfile era dividido em duas partes contendo cada uma delas carros alegóricos, de crítica e de fantasias, tal como informa *O Paiz* (20/02/1917, p.8).

¹³ *O jornal A Epoca fundado em 1912 na capital federal por uma sociedade anônima, tinha por diretores na sua edição de estreia em 31 de julho de 1912, Vicente de Ouro Preto, J. B. Da Camara Canto e Vicente Piragibe, tal como se pode ler na capa da primeira edição. Na mesma página lemos que o jornal que ora se lançava pretendia ser “Jornal independente, sem subordinação a partidos políticos, dedicará A Epoca, todas as suas energias e esforços a obtenção de duas aspirações essenciais: a grandeza, a influência, a absoluta independência do Brasil, na política externa. A manutenção da ordem material e jurídica, dentro das nossas fronteiras [...]” e, assim relatava, no último parágrafo da apresentação do novo jornal, que: “Profundamente crentes, sinceramente católicos, nós os Diretores d’A Epoca, imploramos a Deus a sua excelsa proteção para o nosso jornal, para a nossa Pátria!”* (*A Epoca (RJ)*, ed 1, 31/07/1912, p.1). Em 1917 aparece estampado na capa do jornal ser o diretor somente Vicente Piragibe.

Arlequim tem já 30 anos), ‘isto’ tem sido assim. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, ed. 11824, 20/02/1917, p.8).¹⁴

Surgidas no século XIX, as Grandes Sociedades carnavalescas, tais como *Democráticos*, *Tenentes do Diabo* e *Fenianos*, tentaram implantar no Rio de Janeiro um modelo de carnaval aos moldes dos carnavais europeus. sCompostas exclusivamente por homens, em sua afirmação identitária, enquanto foliões civilizados e civilizadores, recorriam frequentemente a figuras femininas, sempre nos termos da dicotomia honesta/prostituta e, por meio delas construía uma autoimagem de “senhores da alegria”. Contudo, no início do período republicano algo mudaria:

[...] nos assuntos tratados pelas sociedades passam a incluir mulheres que se formavam em medicina, ou que reivindicavam direito ao voto no recente regime. Tratava-se de mulheres que, supostamente, não poderiam mais ser referidas apenas nos termos das categorias morais até então utilizadas (Pereira, 2002, p.312).

É nesse sentido que o carro do *Democráticos* evidencia a marcante presença de Daltro, que através de sua atuação política, há quase uma década, vinha se fazendo ser ouvida, causando muito barulho na sociedade carioca de então, tornando as demandas femininas visíveis e trazendo desconforto para o *status quo*, tal como as suffragettes inglesas, ao se imiscuir no espaço público. Sublinhe-se que tanto os jornais, quanto os próprios carnavalescos, faziam uso de epítetos nada elogiosos para descrever as demandas femininas e principalmente a figura de Leolinda Daltro. Palavras com carga altamente negativa são empregadas, tais como: mulher barulhenta, mulher-homem, entre outros, como se pode acompanhar no enredo do carro, cuja letra foi publicada na mesma edição do jornal *O Paiz*:

A professora d’altro lá com ela,

Afamada por muitas aventuras,
Um homem de vontade se revela,

¹⁴ O jornal matutino *O Paiz* fundado em 1884 é considerado como um dos cinco periódicos mais importantes da capital federal, no início do século XX. Segundo Marialva Barbosa “O Jornal do Brasil, o Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã e O Paiz, tiram juntas 150 mil exemplares. Numa cidade de pouco mais de 600 mil habitantes, observa-se o extraordinário poder de difusão desses impressos. (Barbosa, 2007, p. 41). A partir do “momento em que passa a ser propriedade de João Lage [1904], começa também o seu período áureo, construído em função das suas ligações com o poder. Vivendo das benesses do poder público e do que recebia em troca do apoio explícito aos dirigentes, sejam estaduais, municipais ou nacionais O Paiz constrói sua prosperidade na razão direta de suas ligações com a sociedade política” (Barbosa, 2007, p. 46). Marialva Barbosa assim apresenta um jornal que, na década de 1910, apostou numa linha editorial voltada aos “elogios a todos os governos [...] de quem recebe claramente apoio sob forma de publicidade, O Paiz atravessa toda a década de 1910 envolvido em escândalos, criticando os jornais concorrentes e sendo achincalhado por eles, mas sobretudo, valendo-se de suas estreitas relações com o poder para continuar se mantendo, apesar de ser cada vez maior a sua distância em termos de crescimento empresarial em relação aos concorrentes.” (Barbosa, 2007, p.47).

Fazendo diabruras...

Funda uma escola aqui, outra acolá,
Sai-se daqui e vai para os sertões,
Sendo deveras, mesmo, d'alto lá,
Nas manifestações.

Trouxe do seio da floresta um dia,
Uns semi-nus e tristes botocudos,
Que morreram coitados da mania,
De colossais estudos.

De vez em quando vai ao presidente,
Uma qualquer historia recitar;
E, p'ra mulher pleiteia, altivamente,
Direito de votar.

Mas há que nisto tudo um mal lhe veja,
Quem lhe atribua a triste sorte à zinha,
De ir acabar na porta de uma igreja,
A conversar sozinha
(*O Paiz*, Rio de Janeiro, ed 11824, 20/02/1917, p.8).

No final do século XIX, fazendo uso de uma grande rede de contatos junto ao governo, Daltro angariou fundos para seu projeto de alfabetização indígena, tendo percorrido o interior de Goiás por mais de quatro anos. De acordo com Mônica Karawejczyk (2014, p.333), a professora foi uma “ardorosa defensora dos direitos dos indígenas, batalhou tanto pela alfabetização laica dos mesmos quanto buscou a sua integração na sociedade, sem conotações missionárias, ideia inovadora para a época”. A negativa para atuar na educação indígena em um cargo oficial junto ao governo, justificada pelo fato de ser mulher, teria contribuído “decisivamente para que ela se conscientizasse que era a sua condição sexual o maior empecilho à realização de seus anseios” (Karawejczyk, 2014:, p.37). Após esses fatos, Leolinda Daltro passou a se dedicar cada vez mais para a questão da emancipação das brasileiras. Como nos alerta June Hahner, Leolinda também “advogava que os cargos no serviço público deviam ser abertos a todos os brasileiros independentes do sexo” (Hahner, 2003, p.280).

A visão negativada a respeito do voto feminino, parece ser, no período, um problema de sul a norte do país, como observamos ao analisar a letra da canção da sociedade carnavalesca *Tenentes do Diabo*:

‘o voto feminino’
– o eterno problema do Brasil, do sul ao norte.
O ingente trabalho de eleições, votar é difícil.
E se o sexo barbado foge às urnas,
que se dê lugar ao voto feminino.
A Dona Daltro, professora antiga.
De tico-tico, p’ras gentis meninas.
Formou partido, que um ideal abriga!
–Elas votarem... serem masculinas.
E d’alto assunto esta questão agora.
O Brasil espera solução fadada:

–É ver seu povo, na suprema hora.
Pegando firme na mais rija espada
(*A Época*, Rio de Janeiro, ed, 1686, 21/02/1917, p.5).

Para os *Tenentes do Diabo* o voto era uma exclusividade masculina. A diferenciação sexual legitimava a inferioridade feminina, sobretudo no que tange suas capacidades intelectuais, impondo distintos papéis sociais para homens e mulheres. É nesse sentido que, para os sócios da agremiação carnavalesca, ao almejarem o voto, elas (as mulheres) desejam mesmo era serem homens. Distanciando-se da “ordem natural” das coisas e de suas condições inatas, como fragilidade e recato, as mulheres que lutaram pelo direito ao exercício da cidadania eram retratadas como “barulhentas”, “exaltadas”, “loucas” e “enraivecidas”.

No Brasil, o percentual de votantes no início da República não era muito elevado, chegando a pouco mais de 10% da população, segundo informa Jairo Nicolau (2004), muito devido ao sistema eleitoral vigente e às leis eleitorais do período. Trazemos como exemplo a lei eleitoral de 1904, que, segundo o autor,

[...] introduziu um estranho mecanismo, o voto a descoberto, que na prática violava o princípio do sigilo. O eleitor apresentava duas cédulas, que deviam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Depois de datadas e rubricadas pelos mesários, uma cédula era depositada na urna e a outra ficava no poder do eleitor. Com isso, as lideranças tinham um controle estrito do voto dos eleitores, pois podia-se exigir destes a cédula como prova do voto dado. O voto a descoberto foi um dos principais responsáveis pela ausência de lisura das eleições realizadas no período [...] o processo eleitoral era absolutamente viciado pelas fraudes em larga escala e, salvo poucas exceções, as eleições não eram competitivas [...]. A fraude era generalizada. (Nicolau, 2004, p.32-34).

Destaca-se que, além das fraudes, as eleições das quatro primeiras décadas da República, foram marcadas pela baixa taxa de comparecimento: a eleição de 1912 para a Câmara dos Deputados, por exemplo, levou pouco menos de 2,6% da população para as urnas e, a de 1930, para a presidência do Brasil, um pouco mais de 5% (Nicolau, 2004, p.35). Dois fatos que contribuíam para a baixa participação eleitoral masculina eram o alto grau de analfabetismo, mais de 60% em dados de 1930, e o alistamento e ato de votar não serem obrigatórios. Mas se os homens não queriam votar, por que não permitir que elas o fizessem?

Como salienta Michelle Perrot (1998, p.7), é no espaço público que as diferenças entre os gêneros, masculino e feminino, mais podiam ser observadas, uma vez que era ali que os homens e as mulheres “situam-se nas duas extremidades da escala de valores. [...] Investido de uma função social, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. [...] a mulher [...] pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos”. Assim, enquanto o *homem público* era reconhecido como tendo um valor positivo para a sociedade, a mulher era obrigada a se comportar de forma exemplar para não receber a alcunha de *mulher pública* e,

portanto, sem valor, correndo o risco de ser ridicularizada e mal vista pela sociedade, podendo até mesmo ser “excluída” do seu convívio. Este era “um discurso moralizador que engessava as liberdades femininas e delimitava claramente as suas fronteiras. Vencer esse preconceito, para as mulheres, passou a ser primordial para se alcançar os objetivos de uma igualdade jurídica com os homens” (Karawejczyk, 2020, p.138). Embora críticos ao sufrágio feminino, os cariocas *Tenentes do Diabo* abriam uma brecha para a discussão a respeito dessa questão.

O periódico *Gazeta de Notícias* (RJ)¹⁵, em matéria de capa, também salientou o desfile das sociedades carnavalescas na Avenida Rio Branco, e assim comentou a passagem do carro da *Fenianos*:

[...] o 12º carro crítico “o voto feminino” no qual expunha a curiosidade popular o desejo das senhoras em exercer, como o sexo forte, o direito do voto. A professora Leolinda Daltro, como iniciadora dessa ideia entre nós, foi alvo de grande crítica, mas crítica delicada, sutil, sem qualquer escabrosidade. (*Gazeta de Notícias*, ed. 52, 21/02/1917, p.1).

Segundo o jornal, o melhor carro sobre o tema foi o de outra agremiação, assim descrito pela *Gazeta de Notícias* (21/02/1917, p.1): “Voto Feminino, com a d. Deolinda Daltro a gritar, não era mau, mas todos fizeram o mesmo e sem dúvida o mais bem defendido era o dos democráticos”.¹⁶ Apesar do que propagou a *Gazeta de Notícias* de que a crítica feita a Daltro foi “delicada, sutil, sem qualquer escabrosidade”, não é o que nos parece ao analisar as letras dos enredos apresentados. Todas as descrições deram um destaque negativo à figura dela, que teve assim seu nome atacado diretamente e de forma pessoal, bem como os seus pedidos de sufrágio para as mulheres foram motivo de chacota por parte dos carnavalescos e repetidos pela imprensa.

Destacamos que o uso da sátira e do riso carnavalesco tanto denota um reconhecimento à figura de Leolinda Daltro, quanto um tempo em relação à sua luta. A ironia e deboche parecem ter sido artifícios empregados pelos carnavalescos a fim de deslegitimar suas reivindicações. Afinal, o prazer do rir “mistura-se a intenção inconfessa de humilhar, portanto, é verdade, de corrigir pelo menos exteriormente” (Bergson, 2004, p.100). Em todo caso, isso

¹⁵ O jornal *Gazeta de Notícias*, segundo Marialva Barbosa (2007), foi fundado em 1875 por Ferreira de Araújo Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Eloisio Mendes. É conhecido por ser um dos primeiros jornais da capital federal a ser considerado, desde o final do século XIX, como um “jornal barato, popular, fácil de fazer”. Em suas páginas os escritores “mais estimados do tempo” davam sua contribuição o que a tornou, rapidamente, “querida em todo o país. (2007, p.27). Ainda segundo Barbosa, “a prosperidade do periódico [nas décadas iniciais do século XX] deve-se menos a sua venda avulsa do que aos vultosos contratos firmados com os órgãos municipais para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura” (Barbosa, 2007, p.30).

¹⁶ Encontrou-se na imprensa tanto a grafia Leolinda como Deolinda como formas de a identificar para o público leitor.

demonstra que a questão do voto feminino estava em voga na sociedade brasileira da época, o que pode ter sido determinante para que o deputado Maurício de Lacerda tivesse proposto um projeto de lei que tratasse da questão para o Parlamento, a primeira em tempos de República, ainda em junho de 1917. A proposta apresentada à Câmara Federal pretendia incluir de forma explícita as brasileiras no quesito eleitor ao determinar que: “entre os eleitores [...] estão compreendidas as mulheres maiores de 21 anos que souberem ler e escrever [...]” (Diários, 1917, p.478). Tal proposta era inédita ao apresentar os mesmos termos para admitir o alistamento feminino para participar das eleições do que o já conferidos para os homens e muito parecida na sua escrita com o requerimento enviado por Leolinda Daltro em dezembro de 1916, tal como já destacamos. A proposta repercutiu na imprensa com palavras tanto de apoio quanto de repúdio. O jornal *O Paiz*, por exemplo, destacou nas suas páginas acreditar que “ainda é cedo para a política brasileira preocupar-se com o problema do feminismo. [...] Tudo faz crer, aliás, que o mundo latino demorará em acompanhar o mundo anglo-saxônico na considerável evolução social e política que a vitória do feminismo consubstancia [...]. No Brasil, por exemplo, só conhecemos uma ‘suffragette’ convicta e incansável: é a professora Daltro [...]” (*O Paiz*, ed. 11937, 13/06/1917, p.2).

Outro jornal da capital do Brasil apoiou a proposta na capa da sua edição com as seguintes palavras:

Nada mais irracional do que permitir à mulher o direito de ser educadora e negar-lhe o de ser eleitora [...]. Entre nós, a questão do sufrágio feminino parece antes uma questão de gracejo. Não é que os gracejos sejam novos e variados. Sempre que se trata deste assunto voltam as mesmas pilherias e há quem se julgue infinitamente espirituoso, só porque as repete... [...]. Tudo, portanto, devia aconselhar o Congresso a dar o seu apoio à justa medida proposta pelo sr. Maurício de Lacerda (*A Noite*, ed. 1971, 13/06/1917, p.1).¹⁷

Contudo, tal proposta foi rejeitada pelos parlamentares da comissão que analisou o projeto, o considerando inconstitucional e inoportuno. Para eles “se as modificações nos costumes e nas leis são [...] necessárias, o que é inquietante é ver os feministas se preocuparem muito menos de alargar o lugar da mulher no lar conjugal do que de destruir este lar” (Annaes, 1918, p.587). Reforçando a ideia de que, no Brasil,

o ambiente nacional é inadequado à vitória do “sufragismo” ou das reivindicações femininas porque [...] essas reivindicações são, na Europa, o resultado da desordem econômica, que obriga as mulheres à mesma luta pela existência em que se empenham os homens, e torna o seu trabalho, o seu salário, indispensável para o sustento da família. As mesmas condições sociais são muito diversas e, portanto, a lei proposta não estaria em harmonia com o seu meio (Annaes, 1918, p.588).

¹⁷ Tem-se indícios da proximidade entre o deputado Lacerda e a professora Leolinda Daltro, quando o deputado apresentou uma representação do PRF sobre a questão dos funcionários públicos (*A Noite*, ed. 1799, 20/12/1916, p.3). Sendo assim, é uma das nossas hipóteses de trabalho que, devido a essa aproximação, Lacerda tenha apresentado o pedido de voto para as mulheres quase com as mesmas palavras que o requerimento apresentado por Daltro para o Congresso também em dezembro de 1916.

Apesar de não ter passado pelo crivo da comissão, a tentativa de Lacerda abriu caminho para outras propostas de emendas e projetos de lei, apresentadas no Senado e na Câmara Federal, para incluir as mulheres como eleitoras e elegíveis no Brasil. O projeto apresentado por Mauricio de Lacerda colocou em evidência que algumas mulheres no Brasil queriam participar do mundo político, antes mesmo do final da Primeira Guerra e, entre elas, destacou-se o papel de Leolinda Dalto e das associadas do PRF. Elas tiveram de aguentar chacotas por uma parte da imprensa e dos partidários de Momo, tal como podemos constatar ao longo deste texto.

A partir da década de 1920 outras mulheres e associações passaram a defender o voto para as brasileiras, das quais destacamos as seguintes associações, com atuação inicial na capital federal: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 e presidida por Bertha Lutz; a Aliança Nacional de Mulheres fundada por Natércia da Cunha Silveira em 1931, e o Batalhão Feminino João Pessoa, criado em 1930 sob a liderança de Elvira Komel em Minas Gerais, que o transformou em associação após o final do conflito armado que colocou no poder Getúlio Vargas. Contudo, nenhuma delas foi tão execrada como Leolinda Dalto.

Considerações finais

À vista do exposto, foi possível verificar que, apesar do carnaval ser frequentemente entendido como um momento de inversão da ordem social, com vistas à emancipação e subversão, no que tange à luta feminista pelo direito ao voto nos anos de 1910, os periódicos aqui analisados acabaram por reforçar as hierarquias dominantes do masculino ao seu público-leitor. Seja por meio das alegorias ou dos versos distribuídos dos carros alegóricos, o festejo de Momo analisado em três situações diversas, a saber: na capital federal, em uma das capitais de estado e em uma cidade do interior, corroboraram estereótipos femininos, utilizando da sátira e do riso como instrumento de crítica à conduta de algumas mulheres, como no caso destacado neste artigo de Leolinda de Figueiredo Dalto.

Expondo os conflitos do cotidiano, além do festejar, o que estava em jogo era uma disputa a respeito dos códigos e regras que organizavam a ordem social, sobretudo, no que dizia respeito às assimetrias de poder que, ainda hoje, constituem as relações de gênero. Censurando a reivindicação feminista por espaço na política, tanto o discurso carnavalesco, quanto o da própria imprensa, já externavam sua apreensão com a conquista do voto feminino e buscavam, por meio do carnaval, *Castigat ridendo mores* as “ilegalidades legalizadas”, de que alertava o colunista do jornal pelotense *A Opinião Pública*.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória*, v.7, n.1, p. 134-150, 2011. Disponível em <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/147/147>. Acesso em 03 jun. 2024.
- ANNAES da Câmara dos Deputados. *Sessões de 2 a 31 de julho de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.III, 1918.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARRETO, Alvaro. A elite em festa: a comemoração do Carnaval de Pelotas na década de 1910. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 37, n. 2, p.232-249, 2010. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8999/pdf_15. Acesso em 03 jun. 2024.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo/SP: Ed. Martins Fontes, 2004.
- BRASIL. *Decreto-lei 21.076*, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 jun. 2024.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Irineu Marinho: imprensa e cidade*. São Paulo: Globo, 2012.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- DA MATTA, Roberto. *Ensaio de Antropologia estrutural*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- DIÁRIOS da Câmara dos Deputados. 13 de junho de 1917. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13JUN1917.pdf#page=>. Acesso em 03 jun. 2024.
- FACUNDES, Emelly, S.F.; NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A luta pela expansão da democracia em Pernambuco nos anos de 1930: o movimento feminista como protagonista. *Fronteiras: Revista Catarinense De História*, v. 1, p. 45-65-65, 2019.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HAHNER June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 -1940*. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003.
- HOHLFELDT, Antônio; RAUSCH, Fabio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. *NP de Jornalismo, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.
- KARAWEJCZYK, Mônica. “Suffragettes Nos trópicos?! A Primeira Fase Do Movimento Sufragista No Brasil”. *Locus: Revista De História*, v.20, n.1, p.327-346, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20768>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- KARAWEJCZYK, Mônica. “As suffragettes e o voto feminino”. *História, imagem e narrativas*, n.17, p.1-24, 2013. Disponível em

https://www.academia.edu/6482788/Hist%C3%B3ria_imagem_e_narrativas_N_o_17_outubro_2013_ISSN_1808_9895_As_suffragettes_e_a_luta_pelo_voto_feminino. Acesso em 03 jun. 2024.

KARAWAJCZYK, Mônica. *As Filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020.

KARAWAJCZYK, Mônica. *Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite*. Jundiá: Paco Editorial, 2019.

LEAL, Caroline Pereira. “Mais bela do que o sol, mais bela do que o céu”: Representação feminina no discurso carnavalesco da Porto Alegre do início do século XX (1906-1914). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 1, p.1-13, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.1.37769>. Acesso em 03 jun.2024.

LIMONGI, Fernando; SOUZA OLIVEIRA, Juliana; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio Universal, mas...só para homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. V 27, n70, ed 3, 2019.

LORENA, Carmo Daum e. Subsídios para a análise da festa: o carnaval visto pelas Ciências Sociais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 6, n. 2, pp. 51-67, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.21814/rlec.2110>. Acesso em 03 jun. 2024.

LUCKOW, Fabiane B.1; NOGUEIRA, Isabel Porto. Música de papel: artigos e notícias sobre música no jornal “A Opinião Pública” (1918-1923). In: *XVII Congresso de Iniciação Científica e X Encontro de Pós-Graduação*, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Anais... Pelotas, 2008.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

MENDONÇA JÚNIOR, Jorge Piaia. O Riso e a Ordem Social: ensaio sobre a teoria de Henri Bergson sobre o riso e o cômico. In: XIII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, 2014, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Mulheres e Cidadania: o alistamento eleitoral feminino e a ampliação dos direitos políticos no Rio Grande do Norte (1927-1928). *Saeculum (UFPB)*, v. 25, p. 138-156, 2020.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

PANKHURST, Helen. *Deeds not Words*. The story of women’s rights, then and now. London: Sceptre. E-book, 2018.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Os Senhores da Alegria: a presença das mulheres nas grandes sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: Cunha, Maria Clementina. (Org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília - UNB. Brasília, 2006.

PRESTES, Ana (ORG). *100 anos da luta das mulheres pelo voto. Argentina, Brasil e Uruguai*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021.

KARAWEJCZYK, Mônica, e LEAL, Caroline P..
E no Carnaval também se fala de feminismo e voto feminino – Brasil, década 1910

ROCHA, Elaine Pereira. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859 – 1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002.

SOUSA, Ricardo Costa de. *Instrução e circulação da palavra escrita: o caso do jornal O Exemplo (Porto Alegre, RS, 1892-1930)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2019.

WESTHROP, Amy Josephine. *Adoção do voto feminino no Brasil: entre a teoria da emancipação das mulheres e a motivação eleitoral da elite no poder*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

Submetido em 19/02/2025

Aceito em 05/03/2025

Mulheres na Revista da Semana (1921-1925)

Women in the Weekly Magazine (1921-1925)

Mujeres en la revista semanal (1921-1925)

Nadezsda Eloídes Dolci¹

Resumo: O presente artigo investiga as relações entre as práticas domésticas e alimentares na coluna Nossa alimentação e os papéis femininos e de gênero elaborados pela imprensa tradicional no Rio de Janeiro da década de 1920. Realizamos um levantamento de informações da coluna no período de 1921 a 1925, categorizando-a em 4 temáticas distintas de conteúdos abordados. A circunscrição feminina de modo privado se dava pela sociedade e pela legislação, com a mídia trabalhando pelo reforço das situações, vez que “ensinava” às mulheres bons hábitos e o domínio de técnicas que auxiliassem na administração das casas, casamentos e arranjos familiares.

Palavras-chave: Mulheres; revista; família; gênero.

Abstract: This article investigates the relationship between domestic and eating practices in the Nossa alimentação column and the feminine and gender roles developed by the traditional press in Rio de Janeiro in the 1920s. We surveyed information from the column from 1921 to 1925, categorizing it into four different themes of content. The private circumscription of women was determined by society and legislation, with the media working to reinforce these situations, as it “taught” women good habits and the mastery of techniques that would help in the administration of homes, marriages and family arrangements.

Keywords: Women; magazine; family; gender.

Resumen: Este artículo investiga la relación entre las prácticas domésticas y alimentarias de la columna Nossa alimentação y los roles femeninos y de género desarrollados por la prensa tradicional de Río de Janeiro en la década de 1920. Relevamos informaciones de la columna de 1921 a 1925, categorizándolas en cuatro temas diferentes de contenido. La circunscripción privada de la mujer estaba determinada por la sociedad y la legislación, y los medios de comunicación trabajaban para reforzar estas situaciones, ya que «enseñaban» a las mujeres buenos hábitos y el dominio de técnicas que ayudarían en la administración de los hogares, los matrimonios y los arreglos familiares.

Palavras-clave: Mujeres; revista; familia; género.

Introdução

A alimentação, considerada como tema e objeto de pesquisa, é uma produção relativamente recente, se comparada a outras temáticas no campo da investigação da História. As questões relacionadas à vida doméstica foram e estão sempre permeadas por reflexões

¹ Bacharel em Direito (2015), com especialização em Direitos Humanos (2018). Mestre em História Universidade Federal de Santa Maria. <https://orcid.org/0009-0003-3255-1421>. E-mail: nadezsda_nad@hotmail.com.

acerca de gênero, classes sociais, vestuário, moradia e alimento. Grande parte delas diz respeito ao espaço que, na primeira metade do século XX, era de responsabilidade exclusiva da mulher.

Com a nova perspectiva sobre análise de fontes trazida pela Escola dos Annales e a ampliação das relações entre campos distintos das ciências humanas e sociais nas pesquisas, tornou-se possível aprimorar os estudos no âmbito da História da Alimentação.

A respeito do aumento de interesse pelo campo,

hoje, os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as Ciências Humanas a partir da premissa de que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História (Carlos dos SANTOS, 2005, p. 12).

Trata-se de um extenso campo com potencial de exploração e que desperta interesses variados e possibilidades diversas, afinal, o estudo da alimentação é um vasto domínio multidisciplinar para o qual a História vem oferecer uma síntese ao reunir os recursos das diversas disciplinas para buscar desvendar em cada período do passado as informações alimentares e para poder efetuar a análise da dinâmica temporal das transformações da alimentação humana (Henrique CARNEIRO, 2003, p. 6). Aqui reafirma-se a relevância da pesquisa com alimentação no contexto da História, como meio de concretizar novos entendimentos acerca de práticas sociais e modos de vida em um determinado período.

É nesse mesmo momento, com os Annales, nos anos 1970, que outro campo de pesquisa se desenvolve, a História das Mulheres. Michelle Perrot é grande representante desses estudos na França, contribuindo para a historiografia geral do tema, organizando um dos volumes de História da Vida Privada (2009) e História das mulheres no Ocidente (1990). Com Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1990), Joan Scott se insere nas discussões acerca do gênero na história. Mais recentemente temos as contribuições de Judith Butler, como as trazidas em Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (2003).

O protagonismo feminino, a relação com a família e o lar e as discussões de gênero permeiam este estudo, na medida em que se consideram aspectos como o movimento de emancipação feminina no Brasil a partir da década de 1920 e uma fonte histórica produzida de

maneira direcionada para o público de mulheres donas de casa, que cozinhavam ou supervisionavam outras mulheres responsáveis por tal atividade.

Para melhor contextualizar as reflexões que orientam este artigo, apresenta-se a fonte de pesquisa: o periódico Revista da Semana, com enfoque na coluna Nossa Alimentação, localizada na seção da revista denominada de Jornal das Famílias. O recorte temporal abarca os anos de 1921 até 1925, totalizando 258 edições, disponíveis para consulta *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O conjunto documental analisado apresenta significativos elementos de configuração do padrão de vida brasileiro, de uma classe média, para a década de 1920, momento em que se estava também estabelecendo um perfil de cidadão. O periódico sofre uma alteração editorial ainda nos anos 1910 e, no referido período de estudo, o que se apresenta é o desenho de um modo de vida voltado ao público especialmente feminino e branco.

Busca-se analisar as práticas alimentares e as representações sociais associadas à alimentação e à saúde promovidas pela imprensa, em especial a coluna Nossa Alimentação, visando compreender como essas orientações dietéticas se relacionavam com a construção de papéis femininos no Brasil durante a década de 1920.

Pretendemos contribuir com o campo da História Social e Cultural da Alimentação e as pesquisas sobre gênero², ao analisar como as orientações alimentares promovidas por mídias impressas no início do século XX moldaram as práticas e comportamentos das mulheres urbanas no Brasil. Ao longo do estudo, destaca-se a maneira como essas revistas participaram da construção de uma normatividade alimentar e de saúde voltada para o controle dos papéis femininos no contexto da modernidade brasileira e, ao explorar como as práticas alimentares refletem dinâmicas de poder e controle social, espera-se que o estudo contribua para a compreensão das complexas relações entre mídia, alimentação e identidade no Brasil da década de 1920.

² A temática pode ser encontrada em trabalhos como PILLA, 2015; DÓRIA, 2021; GIARD, 1996; ASSUNÇÃO, 2008.

“Este pequeno jornal conservará uma feição pratica, familiar, e no seu programma vão figurar as materias de utilidade diaria na vida do lar”

A Revista da Semana foi um periódico de circulação semanal, veiculado aos sábados, na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, que podemos classificar – ao menos durante o recorte utilizado – como um exemplar do que se chama de imprensa feminina. Acerca da publicação

A Revista da Semana, fundada por Álvaro de Tefê, começou a circular a 20 de maio de 1901, com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras; passou logo à propriedade do *Jornal do Brasil*, que a vendeu, em 1915, a Carlos Malheiros Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão (Nelson SODRÉ, 1999, p. 297).

Entretanto, a partir de consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é possível verificar o exemplar apresentado como “Anno 1 – n. 1³” da revista, datado de 20 de maio de 1900. É provável que a digitalização do arquivo, posterior à obra de Nelson Sodrê, tenha permitido a verificação da data anterior a que é citada pelo referido autor, o que também explica as divergências de datas encontradas em outras obras que tratam da primeira publicação.

Em *Imprensa Feminina*, informa-se que

A Revista da Semana [...] trazia notícias, editoriais, comentários, um pouco de literatura, uma seção intitulada “Cartas de Mulher”, com uma espécie de crônica, “Jornal das Famílias”, com moda, beleza, trabalhos manuais etc. Foi o melhor produto do gênero durante algumas décadas (Dulcília BUITONI, 1990, p. 42).

Importante salientar que a revista, desde sua criação até o período em estudo, passou por reformulações editoriais. O foco no público feminino não estava presente desde o início,

Uma das mudanças editoriais mais sensíveis pode ser observada em relação às colunas, ligadas ao que na época se denominava “literatura de aconselhamento”, uma prática comum em várias revistas desse período. As temáticas envolvidas nessas editoriais abarcavam desde conselhos médicos e de beleza até sugestões de comportamento e consultórios sentimentais. Uma parte importante da *Revista da Semana* passou a ser destinada em um primeiro momento às *Cartas de Mulher*: crônicas sobre fatos da atualidade assinadas por “Iracema”. Normalmente posta no início da revista, essa seção, [...] caracterizava-se justamente por apontar os fatos do cotidiano sob um ponto de vista feminino (Eliza CASADEI, 2017).

³ Ao longo do texto manteremos a grafia original da época.

Acerca dos responsáveis pela criação e manutenção da revista, Álvaro de Teffé von Hoonholtz⁴, fundador da Revista da Semana, assim apresentado em variadas edições, inclusive com fotos, era filho do barão de Teffé – Antônio Luís von Hoonholtz – considerado um herói da Guerra do Paraguai. Álvaro é listado, na 68ª edição do Almanak Laemmert, como secretário da Casa Civil da Presidência da República (ALMANAK LAEMMERT, 1913, p. 665). Carlos Malheiros Dias era jornalista, diplomata, escritor e autor do romance “A mulata”. Nasceu em 1875, no Porto, filho de um português e uma brasileira (natural do Rio Grande do Sul). Graduou-se em Letras na Universidade de Coimbra. Viveu grandes períodos no Brasil e era contrário à República (Fabriza CARRIJO, 2011, p. 194-196). Faleceu em 1941, em Portugal, de acordo com a edição 43 da revista de mesmo ano. Aureliano Machado figurava, no cabeçalho da publicação, como responsável por receber as correspondências endereçadas à revista, com o cargo de Diretor-gerente. A última página indicava, em seu rodapé, a informação de “Officinas Graphics Aureliano Machado”. A edição 27 de 1950 informa que Artur Brandão desligou-se dos negócios em 1918, mudando-se para Portugal e ingressando na política.

Cabe lembrar que a Revista da Semana não foi o único periódico do gênero. No início dos anos 1900 e concomitantemente ao recorte analisado circulavam pelo Rio de Janeiro e demais localidades outros exemplos de revistas femininas, visando um público feminino de jovens e donas de casa, informando sobre as questões da moda, cuidados com o lar e a família, como é o caso de Fon-Fon, Jornal das Moças, Vida Doméstica e Unica.

Quanto à coluna Nossa Alimentação, localiza-se na seção da revista denominada de Jornal das Famílias. A inauguração da seção se dá na edição 30, de setembro de 1915, conforme catalogação da Hemeroteca Digital. No entanto, no cabeçalho, juntamente com a informação dos conteúdos que serão abordados - Modas, Costumes e Bordados, A vida no lar, Receitas e Conselhos praticos, Economia Domestica, Hygiene da Belleza, Alimentação - encontramos a data de 04/09/1914. A edição seguinte, de 11 de setembro de 1915, apresenta o ano de 1915 no início do jornal, o que nos faz crer que a data de 1914 foi um equívoco. O texto de apresentação informa que naquele exemplar se está inaugurando uma seção demandada pelas leitoras e na qual ocorrerá a inclusão dos assuntos que se demonstrarem de maior interesse à vida doméstica

⁴ Sua irmã, Nair de Teffé, foi primeira-dama do Brasil entre 1913 e 1914 (esposa do mal. Hermes da Fonseca) e primeira cartunista mulher do Brasil, publicando em jornais da época sob o pseudônimo Rian. Também responsável pela execução e (escândalo) da composição *Corta Jaca*, de Chiquinha Gonzaga, no Palácio do Catete em 1914.

e da dona de casa (REVISTA DA SEMANA, 1915, p. 49). Reafirma-se o compromisso com os assuntos que serão futuramente apresentados e invoca-se a participação das leitoras no processo. A introdução cita que

Este pequeno jornal conservará uma feição pratica, familiar, e no seu programma vão figurar as materias de utilidade diaria na vida do lar, compreendendo secções de costura, bordados, alimentação, moda, conselhos e receitas, economia domestica, informações, etc. Destinando-se ás senhoras, este pequeno jornal, que ha de progressivamente engrandecer-se, procurará servir-as em todas as suas necessidades de conhecimentos praticos e responderá a todas as consultas que lhe forem dirigidas (REVISTA DA SEMANA, 1915, p. 49).

Uma importante e interessante informação é a que se extrai do anúncio da nova seção, contida no trecho que afirma que

A competencia da colaboradora a quem a Revista da Semana confiou a tarefa delicada de redigir o Jornal das Familias permite-nos a segurança com que promettemos ás nossas leitoras offerecer-lhes um verdadeiro manancial de conhecimentos uteis, que cada senhora lerá com agrado e com proveito (REVISTA DA SEMANA, 1915, p. 49).

Sugere-se, portanto, que uma mulher é a responsável pelos conteúdos produzidos para a seção, no entanto, não há uma apresentação nominal, tampouco assinatura ao final dos textos apresentados, o que impede a afirmação de autoria da coluna, bem como a verificação de que era de fato escrita por uma mulher. Sabe-se que, por vezes, homens assinavam produções com pseudônimos femininos para uma melhor correspondência com o público, como é o caso de Ana Rita Malheiros, colaboradora na Revista Feminina⁵, fundada por Virgilina de Souza Salles.

Ana era respeitada, suas palavras mereciam a consideração do público, compartilhando com este a defesa dos valores tradicionais. [...] Malheiros seria o símbolo feminino dos ideais da revista... *se fosse realmente uma mulher*. Ana, na verdade, era o pseudônimo sob o qual se expressava Cláudio de Souza, irmão de Virgilina, médico, teatrólogo, membro da Academia Brasileira de Letras. O segredo, tão bem guardado, nunca chegou ao conhecimento do público (Sandra LIMA, 2007, p. 238).

Consideramos ainda a possibilidade de a coluna ter mais de uma pessoa como responsável por sua elaboração. Alguns elementos para essa interpretação são: a grande variedade de temas; a utilização de termos diferentes para se referir a um mesmo assunto – como vegetarianismo e vegetarianismo ao abordar um mesmo modelo de regime; edições que,

⁵ Criada em São Paulo e com circulação entre 1914 e 1936, com viés de emancipação das mulheres.

mesmo com intervalos pequenos entre si, apresentam contradições entre as prescrições que apresentam; e, por fim, a diferença de nomeação em algumas edições do ano de 1925 – entre as 52 publicadas no ano, 29 foram nomeadas como A Nossa Alimentação, fato ocorrido somente no ano mencionado.

Acerca da produção editorial voltada às leitoras,

Os desejos das mulheres foram muitas vezes transformados em mercadoria pela imprensa feminina, aliás, dentro das regras de uma economia capitalista. A imprensa para mulheres também já exerceu a função conscientizadora, a função catártica, psicoterápica, pedagógica, de lazer. [...] A imprensa feminina é múltipla e por isso permite uma infinidade de abordagens (BUITONI, 1990, p. 69).

A Revista da Semana é exemplo disto, com um conteúdo que, ao menos durante o período estudado, era variado e atendia as mais diversas demandas femininas, tanto em relação aos textos, colunas e citações quanto em relação às propagandas, que iam de produtos de beleza à utensílios domésticos, roupas e espaços de lazer e sociabilidade. No Brasil, a proclamação da República (1889) promove uma intensa transformação social: o fortalecimento da família burguesa e o século XX batendo à porta, a urbanização e a modernização da sociedade, exigem novos modelos femininos (Rosa GAUTÉRIO, 2015, p. 27).

A imprensa vai desempenhar significativo papel, no sentido de propagar os comportamentos desses novos modelos femininos cariocas, sobretudo pelas relações sociais serem intermediadas de modo quase exclusivo por padrões econômicos e também mercantis, em consonância com a recente e nova ordem social (Nicolau SEVCENKO, 1999, p. 39). Há tanto influência na reprodução do que se considerava adequado quanto o estabelecimento de novas condutas entendidas como necessárias e bem-vindas ao cotidiano moderno que se aproximava.

“Uma dona de casa economica e preocupada com o bem-estar dos seus cuidará muito da cozinha”

Como já citado, é a edição de número 30, de 1915, que lança o Jornal das Famílias, onde encontramos o que parece ser o título da coluna, já grafado, aparentemente, como Nossa Alimentação. Em razão da digitalização do material não é possível afirmar que o nome era, de fato, esse, mas é o que nos parece mais lógico, sobretudo pela incidência desse mesmo título em tipografias diferentes em outros exemplares.

A primeira versão do título, em razão da digitalização feita a partir de microfilme, encontra-se bastante escurecida nas bordas, mas a figura central pode ser vista com clareza, e a imagem apresentada é de uma mulher de avental, que parece estar próxima de um aparador com pratos. Em um exemplar de 1921 a imagem é bastante legível e podemos ler tanto o título quanto reconhecer o que parece ser uma releitura da versão de 1915. Temos um desenho de traço mais fino e simples de uma mulher branca, novamente de avental, manejando uma panela sobre um fogão.

Ambas as imagens remetem a uma figura feminina que maneja utensílios em uma cozinha e traja uma espécie de uniforme, o que nos parece um elemento de indicação de que trata-se de uma empregada na casa, afinal “fica claro que o ato de preparar o alimento diário à beira do fogão, mesmo sendo ele um ‘moderno equipamento a gás’, não era digno de pessoas com maior poder aquisitivo ou prestígio social” (Débora OLIVEIRA, 2013, p. 107). A segunda versão ainda agrega à composição do cenário, de maneira mais explícita, o elemento de uso do fogão. Não se pode afirmar o tipo do equipamento, se movido a lenha ou a gás. Em São Paulo, nesse período, a companhia Light estava iniciando suas atividades e colaborando para a implementação das inovações da modernidade, como os bondes e a luz elétrica pública. O fornecimento de gás de cozinha seria uma das novidades apresentadas pela companhia e “o evento que marca a inclusão da empresa nesse novo mercado foi a instalação do primeiro fogão a gás no Brasil, em 1901, no Palácio do Governo de São Paulo” (OLIVEIRA, 2013, p. 104).

Ao longo dos 5 anos analisados, a única versão do título que apresenta a imagem feminina é o modelo de 1921, replicado em outras edições, mas aparentemente sem nenhuma correlação com os conteúdos ou qualquer outro elemento do texto. O ano de 1921 é o de maior incidência desse cabeçalho: entre as 52 edições, 36 foram publicadas com essa imagem. Em 1922, o número cai para apenas 7. Os anos de 1923, 1924 e 1925 já não apresentam mais a imagem. No início do século XX ou mais recentemente, “[...] a cozinha feminina é um dos pilares do poder da mulher e o lugar onde ela segue administrando a tradição alimentar: na alimentação árabe, judaica e em tantas outras de feição étnica tradicional, a figura da mulher-cozinheira permanece central (Carlos DÓRIA, 2021, p. 200).

Fosse como responsável pela cozinha ou como empregada, a função dos preparos alimentares da família brasileira estava designada à uma figura feminina. Concordamos que “assim, pode-se pensar a cozinha (e a culinária) como um vetor de comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido” (Maria Eunice MACIEL, 2004, p. 26).

A fonte analisada foi classificada a partir de 4 temáticas: alimentação, saúde, etiqueta e conselhos domésticos e, por vezes, a uma mesma edição se atribuiu mais de um tema.

O número 14 de 1921 se classifica como conselhos domésticos, se intitula “Sciencia culinaria”, e explica que a dona de casa deve entender da arte culinária de modo a ser capaz de orientar sua cozinheira. Tais conhecimentos serviriam também para a realização das tarefas com economia e para eventuais adaptações de ingredientes. O trecho final sugere que as moças não deixem de aprender a cozinhar na casa da mãe, pois é assim que poderão receber os ensinamentos e desenvolver as aptidões que delas serão exigidas. No mesmo ano, a edição 44 se classifica como conselhos domésticos e alimentação e se intitula “Indicações para as donas de casa”. Nela encontramos o elemento econômico, pois se diz que com a alta dos preços a dona de casa deve saber gastar seu dinheiro, principalmente na escolha dos alimentos que a família precisa, mas que podem representar economia, usando-se o leite como exemplo, que apesar de caro é alimento completo e versátil.

Em 1922, no número 6, “A arte de aproveitar os restos”, o texto informa que aproveitar os restos é um predicado que a boa cozinheira deve ter, cada alimento tendo uma aplicação, seguindo-se sugestões de como fazer combinações e usos para alguns alimentos. A edição 16, “O menu”, afirma que compor um menu não é uma tarefa simples, no entanto, para quem possui um cozinheiro à disposição, será mais fácil, pois bastará revisar e corrigir as sugestões do auxiliar. Já aqueles com uma cozinheira focada no trivial e um orçamento apertado enfrentarão mais dificuldades. Há uma distinção entre o cozinheiro capaz de ajudar na elaboração de um jantar e a cozinheira disponível para a mesma finalidade. Lembremos que “empiricamente sabemos que a ‘mulher na cozinha’ é uma categoria diferente da de ‘homem na cozinha’ e, por trás dessa diferença, operam níveis mais profundos da cultura” (DÓRIA, 2021, p. 197). O texto afirma que havendo um cozinheiro à disposição das donas de casa, a elaboração de um menu será fácil; caso haja apenas uma cozinheira, do trivial, e um orçamento restrito, haverá mais dificuldade.

Na França, é de tradição que a responsabilidade caiba quase exclusivamente às mulheres e que essas tarefas sejam objeto de sentimentos ambivalentes: a cozinha francesa é valorizada em relação à das nações vizinhas, a importância da alimentação infantil e da higiene da família é sublinhada pela mídia, a responsabilidade e o papel da dona-de-casa como principal compradora e provedora do lar são priorizados. Ao mesmo tempo, esse trabalho é considerado monótono e repetitivo, desprovido de inteligência e de imaginação; é mantido fora do campo do saber, negligenciando-se nos programas escolares a educação dietética (Luce GIARD, 1997, p. 218).

Nos parece que, embora o cozinheiro seja chamado de auxiliar, este ocupa um lugar profissional, de respeito, enquanto a cozinheira é apenas uma empregada, que cumpre tarefas e não dispõe de grandes conhecimentos técnicos tampouco prestígio.

Em 1923, o número 9, sem título, classificado como saúde, informa que a alimentação deve repor a força e o calor que se perde ao longo dia e que a dona de casa deve considerar a cozinha como um laboratório, com os alimentos representando força e saúde. À mulher se designa o papel de administradora também da saúde familiar.

Em 1924, na edição 3, “Pratos frios para dias quentes”, explica-se que o verão é estação difícil para as cozinheiras, pois o fogão gera grande calor e os alimentados estarão previamente aborrecidos e sem fome. Ainda, aponta que jovens donas de casa, inexperientes com as estações, não saberão o que fazer e, portanto, listam-se boas receitas de pratos frios que se adequarão às circunstâncias.

Por fim, em 1925, edição 29, “As vitaminas”, a coluna faz uma apresentação das vitaminas, de como são importantes para o corpo, como se classificam e agem no organismo. Ao final do texto apela-se às donas de casa para que pensem nas vitaminas em seus menus familiares, novamente atribuindo a responsabilidade pela qualidade de vida familiar à mulher.

O Brasil e, principalmente, o Rio de Janeiro da década de 1920, eram ainda muito conservadores, sendo a cozinha não apenas um espaço funcional, mas também um local simbólico onde se manifestavam os valores e expectativas sociais atribuídos às mulheres. A cozinha era um dos principais palcos onde se desempenhava o papel de “boa esposa” e “boa mãe”. Os exemplos citados são apenas alguns entre a diversidade de prescrições oferecidas pela revista.

Essa identidade feminina estava intrinsecamente ligada à manutenção da ordem doméstica, um microcosmo da ordem social. A simbiose entre mulher e lar refletia-se na própria culinária, que operava como um código de significados culturais: a habilidade em preparar refeições não era apenas uma demonstração de competência prática, mas também de virtude moral, zelo familiar e conformidade com os papéis de gênero da época.

Ainda a respeito da identidade, Judith Butler faz importante apontamento acerca da construção de posturas e modelos femininos, pois entende que o conjunto de atos “encenados” pode ser compreendido como uma identidade que se desenvolve progressivamente pela repetição estilizada de atos. Ainda, nessa composição pela estilização do próprio corpo, o gênero passa a ser compreendido como modo habitual pelo qual gestos corporais, movimentos e encenações de toda ordem criam a fantasia do “eu” generificado definitivo (Judith BUTLER, 2018, p. 3).

Nesse mesmo sentido, Luce Giard faz uma reflexão sobre sua própria experiência com o aprendizado de hábitos culinários, dos quais ela sempre quis escapar.

Entretanto, meu olhar de criança viu e memorizou gestos [...]. Bastariam uma receita ou uma palavra indicativa para suscitar uma estranha anamnese capaz de reativar, por

fragmentos, antigos sabores e primitivas experiências que, sem querer, havia herdado e estavam armazenadas em mim. Tive que confessar que também em mim se aninhava um saber de mulher que sorrateiramente havia escorregado para dentro de mim, burlando a vigilância de meu espírito. Algo que me vinha do corpo, agregando-me ao grande corpo das mulheres de minha linhagem, para incorporar-me ao seu grupo anônimo (GIARD, 1997, p. 213-214).

O papel feminino reforçado pela revista se compunha tanto do entendimento de que aquele modelo sempre esteve posto e presente, quanto da necessidade da reafirmação para sua manutenção e aperfeiçoamento, conforme as necessidades da sociedade.

Além disso, é importante notar como a esfera doméstica influenciava a esfera pública. O sucesso ou o fracasso da vida social masculina muitas vezes era atribuído à estabilidade e harmonia do lar, que recaíam sob a responsabilidade feminina. E, embora algumas mulheres estivessem ingressando no mercado de trabalho, em razão da publicação do Código Civil de 1916, o seio familiar ainda era o local feminino por excelência e era dever delas zelar pela manutenção da família e da ordem doméstica, limitando suas atuações públicas. Cabia à mulher, portanto, a administração das condições familiares e das necessidades econômicas da residência, de modo que a revista preconizava as atitudes exemplares e adequadas a ser adotadas.

Assim, o código complexo (MACIEL, 2004, p. 26), pode ser compreendido como um conjunto de normas sociais, valores e simbolismos que transcendiam o espaço físico da cozinha, em que se percebiam dinâmicas de poder, gênero e identidade, evidenciando como a culinária e a domesticidade eram, simultaneamente, uma prática cotidiana e um discurso cultural.

A partir da perspectiva das representações, explorada por Roger Chartier, é possível compreender a Revista da Semana enquanto um periódico que refletia e moldava os hábitos e costumes sociais do Rio de Janeiro no início do século XX, atuando não apenas como veículo de informação, mas também como agente cultural promotor de ideais e valores da época (CHARTIER, 1991).

Pela publicação de conteúdos como contos literários e artigos informativos de caráter histórico, a revista influenciava a construção de identidades e a disseminação de narrativas que dialogavam com o curso das transformações sociais. Em paralelo, as publicidades revelavam seu papel estratégico na propositura de práticas de consumo, estimulando as leitoras e os leitores a adotarem novos estilos de vida, por meio da divulgação de produtos como mobiliários modernos, roupas da moda, inovações tecnológicas voltadas ao lar e medicamentos.

Além disso, a revista informava ao público o andamento do processo de modernização da cidade, destacando iniciativas de urbanização, obras de infraestrutura e eventos, símbolos de progresso. Assim, ocorria não somente a documentação das mudanças urbanas, mas também a

participação na formação de um imaginário coletivo, alinhado às ideias de modernidade e desenvolvimento, além do registro da incorporação de transformações culturais, apreendidas por esta pesquisa.

O Rio de Janeiro de 1920

O período de 1921 a 1925 situa-se em um momento histórico denominado de Primeira República, que se inicia em 1889 e se estende até 1930. O país vivia um processo de transformação, sobretudo político. Deixamos de ser um Império para nos tornarmos uma República em 1889. Nesse momento já há elementos significativos de alterações sociais que devem ser considerados, vez que

É na segunda metade do século XIX, que a influência francesa atinge o seu auge no Brasil, determinando os modelos da vida social e cultural, através das suas referências intelectuais e filosóficas, como as da pintura, da decoração, da culinária e da moda. Na maioria dos textos da extensa lista de cronistas que caracterizaram a vida na cidade no final dos oitocentos, é freqüente a referência ao “novo”, mesmo que, por vezes, não aparecesse associado ao urbano, pois, aparentemente, o “novo” não poderia vencer a resistência do passado. Muitos cronistas saudavam esse tempo de progresso convictos de que tudo nele inspirava a mudança da fisionomia urbana exigida por uma metrópole (Maria de Fátima MATTOS, 2006, p. 393).

Na virada do século algumas cidades começavam a despontar industrialmente e conflitos na seara agrária ainda eram comuns. Uma série de políticas e medidas ainda estavam em processo de implementação e estruturação. A organização de novas formas de trabalho estava em curso e seria vista como capaz de incitar um sentimento em relação a uma nacionalidade, vencendo traços de uma sociedade entendida como colonial – preguiça e rotina – permitindo que o país recebesse a dádiva da civilização e do capital de países europeus e desenvolvidos (Sidney CHALHOUB, 2012, p. 48).

No Rio de Janeiro havia um prenúncio de novos tempos,

A introdução dos novos hábitos e práticas de consumo foi impulsionada por um revigorado dinamismo cultural por meio das revistas ilustradas, principalmente a partir de 1900, quando a Revista da Semana passou a introduzir a publicação de fotos na sua edição. As publicações ofereciam um modelo e, de certa forma, criavam um parâmetro de comportamento social, através das referências estrangeiras, normalmente citadas, como normas de conduta. A criação do fonógrafo, das salas de cinema e dos salões de dança, bem como a difusão das práticas desportivas eram divulgadas como importantes inovações (MATTOS, 2006, p. 395).

As questões sanitárias eram também elemento gerador de mudanças e um exemplo de distúrbio social do momento foi a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em novembro de 1904. Tais questões estavam inseridas em um cenário mais amplo, se considerarmos que a

Primeira cidade brasileira a sofrer um amplo projeto de reformas após o advento republicano, referenciado no exemplo “civilizador” da Paris haussmanniana, o Rio de Janeiro, capital da nação até 1960, seria alvo das mais variadas tentativas de controle das moradias, no sentido de harmonizar as vizinhanças e estender à dimensão coletiva pública, os padrões de privacidade controlada e estável (Paulo MARINS, 1998, p. 137).

A capital contabilizava, já em 1920, 1.157.873 habitantes, conforme o censo, e o período inspirava grandes mudanças no entendimento do que era ser brasileiro no início do século XX. O Movimento Modernista se desenhava em São Paulo com reflexos nas demais regiões e havia uma pretensão de consolidar uma identidade nacional. A gastronomia inclusive foi uma das vertentes para a qual se voltaram olhares na tentativa de determinar algo que ilustrasse o Brasil.

Se ainda não era possível definir o perfil do brasileiro, ou não se estava totalmente em discussão essa definição no seio das famílias de classe média, ao menos os padrões socialmente aceitáveis estavam sendo difundidos pelas revistas femininas e propagados como o que deveria ser seguido, do modo a portar-se em sociedade elegantemente até as últimas tendências de moda e educação.

Muito embora o foco de análise não seja o conteúdo da revista em sua integralidade, entendemos o periódico como de um perfil bastante conservador, defensor de uma perspectiva política oriunda da elite carioca, noticiando, por exemplo, nos primeiros exemplares analisados, questões relativas à monarquia⁶, mas sem se indispor com os novos líderes republicanos.

A respeito do grande canteiro de obras em que se tinha transformado o Rio de Janeiro, sabemos que foram iniciadas pelo prefeito Pereira Passos, ainda no início dos anos 1900, com outros nomes de vulto no país envolvidos. Um deles foi Paulo de Frontin, a quem coube a notável obra de abertura da Avenida Central, atravessando a Cidade Velha até o norte das docas. Já Pereira Passos recebeu de Rodrigues Alves autoridade irrestrita para conduzir as reformas no restante da cidade, tornando-se responsável pelo planejamento de toda a urbe, exceto o porto e vias adjacentes (Jeffrey NEEDELL, 1993, p. 55).

A revista apresentava um quadro considerável e variado de propagandas pagas, tais como concessionárias e marcas de carros, um sortimento de remédios para males variados, loja de roupas, chapelaria, produtos de beleza femininos e masculinos, lojas de móveis, ou seja, uma miríade de novos e, destaque-se, modernos, produtos a serem consumidos pela sociedade carioca. Cabe aqui apontar que

⁶ *Saliente-se que o primeiro ano de análise é 1921 e a revista já estava em uma esteira de publicações voltadas à comemoração do centenário da Independência em 1922.*

Com a segmentação proporcionando a delimitação do público-alvo e de seus colaboradores, as revistas puderam definir quais as publicidades que teriam espaço em suas páginas. Essa venda de espaço foi primordial para manutenção da continuidade das atividades desses periódicos, uma vez que seus custos ficavam cada vez mais elevados com o incremento de novas tecnologias empregadas em suas publicações (Nielly PASTELLETTO, 2021, p. 61).

O cotidiano social da vida carioca do período se desenha a partir de notícias e comentários acerca de questões como a vida da antiga princesa do Brasil, os jogos de cricket, os banhos de mar de moças filhas da elite, as corridas de cavalos, os novos filmes que estavam sendo apresentados.

A seção do Jornal das Famílias encontra-se sempre ao final do exemplar e apresenta um compilado de temáticas variadas, com uma proposta clara de direcionamento principal ao público feminino e que evidencia um tom de modernidade que se pretende “vender” às mulheres.

Em se tratando do público leitor, sendo ele especificamente feminino, há que se falar das demais áreas pertinentes à vida feminina nesse período. Nesse sentido, falemos das questões de ordem jurídica. A legislação de maior impacto na vida das mulheres brasileiras no início do século XX era o Código Civil de 1916⁷, que teve sua elaboração encomendada ao jurista Clóvis Bevilacqua, pelo então ministro da justiça Epiácio Pessoa.

Nesse sentido,

O sonho de uma nação moderna, iluminada pela ciência e pensada nos termos europeus, envolvia também a adequação ou alteração dos códigos privados, que, longe dos mecanismos públicos ou... desprezando-os e desobedecendo a eles, misturavam-se ao jogo contrastante e dinâmico de tempos e espaços, articulados aos próprios movimentos da vida (Elias SALIBA, 1998, p. 294-296).

Acerca da elaboração da legislação, explica-se que

Esse código resultou de muitas tentativas de fornecer ao país um conjunto coerente de leis civis para substituir a vetusta legislação portuguesa ainda em vigor. Em troca da proteção do casamento, os elaboradores do Código estabeleceram o homem como chefe da família (Teresa MARQUES; Hildete MELO, 2008, p. 468).

O citado código teve seu texto substituído integralmente somente em 2002, com a elaboração do Novo Código Civil⁸. O texto de 1916 faz apontamentos sobre a vida privada e

⁷ Lei n. 3.071 de 01 de janeiro de 1916.

⁸ Lei n. 10.046 de 10 de janeiro de 2002.

doméstica feminina, como por exemplo nos artigos 6º e 36 da Parte Geral, Livro I, Título I, Capítulo I, ao relatar a incapacidade⁹

Art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, I10), ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de 16 (dezesseis) e os menores de 21 (vinte e um) anos (arts. 154 a 156).

II - as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III - os pródigos.

IV - os silvícolas.

Para tal legislação, a mulher casada não era um ente dotado de plena capacidade civil, devendo sujeitar-se ao marido.

Art. 36. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.

Parágrafo único. A mulher casada tem por domicílio o do marido, salvo se estiver desquitada (art. 315), ou lhe competir a administração do casal (art. 251).

No mesmo sentido é o que se expressa no art. 36, que vincula a mulher ao domicílio do marido. Embora o casamento seja um contrato, em análise fria, o Código Civil aqui apresentado expunha uma situação pouco equilibrada entre as partes envolvidas, com uma clara situação de hipossuficiência feminina.

Já no Título II, Capítulo II, no artigo 233, apresenta-se a função do marido

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe:

I - a representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, 289, I e 311);

III - o direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, n. IV);

IV - o direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III);

V - prover a manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

Aqui vemos que homens e mulheres ocupavam e representavam postos muito distintos no casamento, e essa lógica é justificada pelo que se segue, vez que

O autor da primeira versão do Código, Clóvis Bevilácqua (1859-1944), justificou essa divisão dos deveres conjugais em função dos papéis sociais distintos entre homens e mulheres, cabendo aos primeiros ocupar o espaço social público, enquanto a mulher

⁹ O termo trata da capacidade jurídica para o exercício dos atos da vida civil em próprio nome, contraindo deveres e tendo direitos.

¹⁰ Art. 147. É anulável o ato jurídico: I - por incapacidade relativa do agente (art. 6º); II - por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude (arts. 86 a 113).

estaria à frente do *domus* como responsável pelo bem-estar emocional dos membros da família (MARQUES; MELO, 2008, p. 469).

À mulher estava destinada a função de cuidar do lar, dos filhos, manter e zelar pela harmonia da casa e da instituição familiar. Estabelecia-se que os ambientes de convívio externo não eram adequados para as mulheres, ou seja, não deviam neles estar, tampouco manifestar-se socialmente. Cabe lembrar que o direito de voto somente foi concedido às mulheres em 1932¹¹.

No Título II, Capítulo III, artigo 242, apresentam-se as limitações à mulher

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):
I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);
II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);
III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;
IV - aceitar ou repudiar herança ou legado.
V - aceitar tutela, curatela ou outro munus público.
VI - litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados no arts. 248 e 251.
VII - exercer a profissão (art. 233, IV)
VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

O referido artigo nada mais é do que o reflexo do já citado artigo 6, que trata da incapacidade. Uma vez incapaz, mesmo que relativamente, a mulher torna-se alguém que precisa de autorizações¹² por não ser totalmente responsável por si. Importante ressaltar o inciso VII, com a previsão de que a mulher só poderia trabalhar se expressamente autorizada pelo cônjuge, o que reforçava o estigma da mantenedora da ordem do lar e restrita ao ambiente doméstico.

A reprodução da categoria de gênero atua em uma grande escala política quando, por exemplo, as mulheres ingressam pela primeira vez em uma profissão ou conquistam determinados direitos, ou quando são reconhecidas pelo discurso jurídico e político de uma maneira significativamente nova (BUTLER, 2018, p. 8).

Ou seja, a determinação da circunscrição feminina ao ambiente privado e particular se dava pela sociedade, pela legislação, e a mídia trabalhava pelo reforço dessas situações, uma vez que “ensinava” as mulheres a terem bons hábitos e dominar técnicas que auxiliassem na boa administração de suas casas, casamentos e arranjos familiares.

¹¹ Pelo decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral. A Constituição de 1934 o incorporou, mas somente se tornou obrigatório, sendo de fato equivalente ao dos homens, em 1965.

¹² Como prevê o art. 243, que estabelecia que deveria ser um instrumento público ou particular autenticado.

Considerações finais

O perfil das determinações e posturas que se apresentou estruturava condições sociais aderentes a um conjunto da comunidade brasileira no período, não sendo cabível em todos os setores e classes. Foram mulheres vinculadas, sobretudo aos círculos das elites, as mais alcançadas com as informações formuladas e reproduzidas pela Revista da Semana e a coluna Nossa alimentação. A publicação reforçava um perfil comum de padrões de comportamento idealizados, que não eram passíveis de serem adotados por todas as famílias. Grupos mais humildes adotavam os hábitos e modos de vida que lhes eram possíveis.

Abordou-se, portanto, o impacto da imprensa em um grupo social mais restrito, mas em que se pode perceber as dimensões da atuação da mídia na construção e reforço dos padrões femininos sociais pensados para o período.

O eixo de interpretação de gênero permite que se perceba a importância da reprodução do modelo idealizado de mulher para perpetuação do status quo de submissão e sujeição feminina na sociedade conservadora, o que se percebe ter funcionado muito bem, em termos de ordenamentos oficiais, com o código civil, legislação revogada por completo somente no início dos anos 2000. Ainda que as leis tenham sofrido alterações ao longo dos anos e as condições tenham se flexibilizado, a manutenção de um ordenamento durante tanto tempo reflete uma aceitação da sociedade em relação ao que estava ali proposto.

O espaço doméstico da cozinha talvez seja o símbolo de maior representação da condição feminina no espaço privado e os atos culinários a perpetuação dos gestos que compõem o desenho do papel de gênero que se propaga e tenta perpetuar como adequado, permanente e inalterável. Já a mídia se mostra como grande responsável tanto pela afirmação de modelos e hábitos já estabelecidos quanto pelo esforço de inserção de novas condutas, que se julga que devem ser desenvolvidas e são entendidas como adequadas ao momento histórico que se avizinha.

Referências

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial, 69º ano. Rio de Janeiro: Typ. do Almanak Laemmert, 1913. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=49337>. Acesso em 08/12/2024.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. “Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, 2008, v. 19. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/2110/1731>.

BRASIL. *Código Civil 1916. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1916.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa feminina*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BUTLER, Judith. “Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. *Caderno de leituras* [online]. 2018, n. 78. Disponível em https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASADEI, Eliza Bachega. “Questões de consumo e a feminização da Revista da Semana”. *Revista Z Cultural* [online]. Rio de Janeiro, 2017, v. 7. Disponível em <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/questoes-de-consumo-e-a-feminizacao-da-revista-da-semana/>. ISSN 1980 9921. Acesso em: 01/12/2024.

CARRIJO, Fabrizia de Souza. “Carlos Malheiro Dias”. *Convergência Lusíada* [online]. Rio de Janeiro, 2017, n. 26. Disponível em <https://convergencia.emnuvens.com.br/rcl/article/view/140/139>. Acesso em 14/10/2024.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 1991, v. 5. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Formação da culinária brasileira: escritos sobre a cozinha inzoneira*. São Paulo: Fósforo, 2021.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. *Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista*. 2015. Doutorado (Programa de Pós-graduação em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

GIARD, Luce. “As artes de nutrir”. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 211-233.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. “Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil”. *Projeto História* [online]. São Paulo, 2007, n. 2. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2219/1320>. ISSN 2176-2767. Acesso em 31/10/2024.

MACIEL, Maria Eunice. “Uma cozinha à brasileira”. *Revista Estudos Históricos* [online]. Rio de Janeiro, 2004, n. 33. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2217/1356>. ISSN 2178-1494. Acesso em 03/12/2024.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MATTOS, Maria de Fátima. “Representações da Belle Époque - a ilusão e as marcas de uma sociedade em transformação”. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2, 2006, Campinas, IFCH-UNICAMP, Comunicações, Campinas, 2006. p. 393–397.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. “Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis”. *Estudos Feministas* [online]. Florianópolis, 2008, n. 2. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200008/8756>. ISSN 1806-9584. DOI: 10.1590/S0104-026X2008000200008.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Débora. *Dos cadernos de receita às receitas de latinha: indústria e tradição culinária no Brasil*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PASTELLETTO, Nielly da Silva. *Emancipar-se é conhecer-se, emancipar-se é realizar-se: a emancipação feminina na Revista da Semana (1927-1934)*. 2021. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. v. 4. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. “Fontes para história da alimentação e patrimônio alimentar: a coluna ‘Vamos preparar os quitutes’, no Jornal das Moças, nos anos 1950”. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, 2015, v. 10, n. 3, p. 623-635.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1921-1925.

SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na República”. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 289-366.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. “A alimentação e seu lugar na História”. **História: Questões & Debates** [online], Curitiba, 2005, n. 42, p. 11-31. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4643/3797>.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade** [online], Porto Alegre, 2017, v. 20, n. 2, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

Submetido em: 09/12/2024

Aceito em 22/01/2025

Coluna “Ciência e Medicina”: conhecimentos científicos no Jornal das Moças no contexto de liberação da pílula anticoncepcional (1960-1961).

“Science and Medicine” column: scientific knowledge in Jornal das Moças in the context of the release of the contraceptive pill (1960-1961).

Columna “Ciencia y Medicina”: el conocimiento científico en el Jornal das Moças en el contexto del lanzamiento de la píldora anticonceptiva (1960-1961).

Kênia Érica Gusmão Medeiros¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os temas e discursos presentes na coluna “Ciência e Medicina”, do suplemento “Jornal da Mulher” do semanário “Jornal das Moças”. O período analisado corresponde a aproximadamente um semestre antes do lançamento da pílula anticoncepcional um ano depois. Este texto tem como intuito discutir o tipo de discurso científico veiculado pelo jornal, durante um período em que a ciência chegou a uma das conquistas com maior impacto social para a vida das mulheres. Desse modo, o texto busca analisar que tipo de conteúdo foi publicado como sendo supostamente de interesse e valor para as mulheres e sua vivência em sociedade.

Palavras-chave: Mulheres; Jornal das Moças; Ciência e Medicina; Pílula anticoncepcional.

Abstract: This article aims to analyze the themes and discourses present in the column “Science and Medicine” of the supplement “Jornal da Mulher” of the weekly newspaper “Jornal das Moças”. The period analyzed corresponds to approximately one semester before the launch of the contraceptive pill a year later. This text aims to discuss the type of scientific discourse conveyed by the newspaper, during a period in which science reached one of the achievements with the greatest social impact on women's lives. Thus, the text seeks to analyze what type of content was published as being supposedly of interest and value to women and their experiences in society.

Key-words: Women; Young Women's Newspaper; Science and Medicine; Birth control pill.

Resumen: Este artículo analiza los temas y discursos presentes en la columna “Ciencia y Medicina” del suplemento “Jornal da Mulher” del semanario “Jornal das Moças”. El período analizado corresponde aproximadamente a un semestre antes del lanzamiento de la píldora anticonceptiva un año después. Este texto busca discutir el tipo de discurso científico transmitido por el periódico, durante un período en el que la ciencia alcanzó uno de los logros con mayor impacto social en la vida de las mujeres. Así, el texto busca analizar qué tipo de contenido se publicó como supuestamente de interés y valor para las mujeres y su experiencia en la sociedad.

Palabras clave: Mujeres; Jornal das Moças; Ciencia y Medicina; Pastilla anticonceptiva.

¹Doutora em História (UFG). Professora curso de Ciência Sociais Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Formosa, GO. <https://orcid.org/0000-0002-1364-9517>. E-mail: keniaerica.gm@gmail.com.

Introdução

A invenção da pílula consistiu num enorme feito científico que impactou significativamente a vida das mulheres sexualmente ativas nos anos 60 e também das gerações seguintes. Estes impactos não foram apenas de natureza individual, mas também passaram a influenciar o planejamento e os arranjos familiares, na escolarização e no mercado de trabalho. Enfim, a possibilidade de evitar a gravidez causou grandes mudanças nos costumes das mulheres e na própria organização social das décadas posteriores ao seu surgimento.

Este texto tem como objetivo analisar os discursos presentes na coluna “Ciência e medicina”, do suplemento “Jornal da Mulher” do semanário “Jornal das Moças”, publicação brasileira de circulação nacional e destinada ao público feminino². O “Jornal das Moças” começou a circular em 1914 e durou até meados dos anos 60. Em seu primeiro exemplar, o Jornal das Moças trouxe como promessa editorial, trazer às mulheres brasileiras, “os conhecimentos humanos” e “conhecimentos úteis que instruem”. Nas análises realizadas para este artigo, são contemplados exemplares do Jornal das Moças publicados no ano de 1960 e exemplares publicados até meados de 1961, um ano após o lançamento do contraceptivo.

Apesar da publicação ter como público alvo, as mulheres, além das leitoras mulheres casadas, mulheres solteiras, donas de casa, estudantes, professoras, costureiras e mães, enfim, uma enorme variedade de identidades dentro do público feminino, Carla Pinsky argumenta que: “ a revista passa pelas mãos de toda a família, homens e crianças também a leem” (Pinsky, 2014, p.24). A problemática principal que norteia este texto consiste em investigar a abordagem da coluna sobre ciência e medicina, acerca de debates e progressos científicos que aconteciam no mundo, especialmente, o surgimento da pílula.

Coluna “Ciência e Medicina”

O semanário “Jornal das Moças” era distribuído por assinaturas e também vendido em bancas de todo o país. O periódico era bastante popular e colocava-se de acordo com Carla Pinsky, “a serviço dos bons costumes” (Pinsky, 2014, p.24). Ao longo de décadas de publicações com circulação nacional, o jornal, promovia a ideia de que o casamento e a

² Todas as edições analisadas neste artigo estão disponíveis na página da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. *Link* de acesso: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>

maternidade seriam os destinos naturais das mulheres, incentivando meninas e jovens a sonharem e imaginarem a vida conjugal como símbolos de realização e sucesso para mulheres. Na época de 1960 o jornal contava com um suplemento, chamado “Jornal da Mulher”. O suplemento integrava a parte final do jornal e continha colunas sobre assuntos diversos e principalmente modelos de vestidos e bordados para roupas de bebês, toalhas e etc.

Como antecipado na introdução, uma das colunas de presença esporádica do suplemento “Jornal da Mulher”, era a de “Ciência e Medicina”, que comumente sucedia ou antecedia a coluna “Evangelho das Mães”. Ao lado da coluna, dividindo a página, sempre havia a foto de uma modelo usando roupas da última moda, abaixo, uma legenda descrevendo a elegância da peça. A coluna abordava seus temas de modo pouco profundo, dessa maneira, os assuntos e notícias vinculados pela coluna sobre os temas ciência e medicina, alinhavam-se a um projeto editorial que tinha como mote o reforço de uma concepção de feminilidade tradicional e pouco crítica.

Devido à popularidade e à grande circulação da revista, é possível supor que o ideal de ciência e medicina defendido pela coluna influenciou as representações sociais partilhadas na época sobre estes mesmos termos. Já são clássicas na historiografia, as teses que defendem a sensação de aceleração temporal causada pelas muitas e constantes inovações científicas e tecnológicas do século XX, nesse sentido, o campo da medicina foi profundamente afetado por novidades e descobertas frequentes. A concepção da coluna “Ciência e Medicina” de algum modo parece se alinhar com uma necessidade de informar seu público acerca destas tantas novidades da medicina. Mas, a despeito do título, a coluna não se distanciava tanto dos objetivos de sua seção vizinha, “Evangelho das Mães”.

A coluna “Ciência e Medicina” foi especialmente dedicada aos assuntos maternos, sobretudo, aos medicamentos que pudessem ajudar as mães a manterem a saúde, o crescimento e o desenvolvimento dos filhos. O *Jornal das Moças* tinha como público alvo as mulheres e as que fossem mães, evidentemente, também eram leitoras ambicionadas, já que a maternidade era a suposta vocação natural feminina. Compreender essa leitora imaginada, é importante para que se possa auscultar os sentidos dos textos publicados, pois, como argumenta Alberto Manguel, em reflexão sobre invenção da escrita, o ato de escrever cria sempre concomitantemente, um leitor:

Mas escrever não é o único invento que nasceu no instante daquela primeira incisão: uma outra criação aconteceu no mesmo momento. Uma vez que o objetivo do ato de escrever era que o texto fosse resgatado - isto é, lido-, a incisão criou simultaneamente o leitor, um papel que nasceu antes mesmo de o primeiro leitor adquirir presença física (Manguel, 1997, p.207)

As sociedades modernas precisavam de que as mulheres fossem educadas e informadas de modo que pudessem contribuir com os valores desse mundo em desenvolvimento. Uma “nova mulher, submetida à tutela dos conhecimentos científicos e higiênicos” (Matos, 2018, p.65). Para este intento, deveriam ajudar a educação formal e a informal, assim como a imprensa dedicada ao público feminino, que com seu viés pedagógico e normativo, teria papel importante neste processo, “desenvolveu-se todo um esforço para a construção da ‘maternidade científica’, articulando diferentes forças sociais, como médicos, dentistas, escolas, ações públicas e a própria mídia” (*Ibid*,p.65).

Saúde das crianças, novos remédios e suplementos alimentares são assuntos recorrentes no período analisado, o que demonstra que o jornal compreendia as leitoras, sobretudo, as possíveis mães, como consumidoras e agentes de saúde que precisavam ser informadas e convencidas das vantagens de determinados produtos. O direcionamento desse tipo de discurso às mães coadunava com o imaginário social predominante da primeira metade do século, segundo o qual as mães seriam agentes necessários para a promoção da saúde pública. Nas palavras de Maria Izilda Santos de Matos:

A informação feminina tornou-se essencial, pretendia-se por meio da mulher atingir toda a família. Propalava-se a necessidade de impor uma profilaxia antimicrobiana aos lares, cabendo à esposa-mãe zelar pela saúde e bem-estar dos membros da família, ampliando sua responsabilidade como dona de casa no controle dos mandamentos e hábitos de higiene, principalmente em relação às crianças (Matos, 2018, p.65)

Em 1960, a primeira aparição do ano da coluna foi no dia 04 de fevereiro. Dividindo página com duas fotos de modelos utilizando vestidos à moda da época, a palavra “descoberta”, inferindo uma ideia de novidade, foi utilizada para apresentar dois novos medicamentos. O primeiro, um novo antibiótico, segundo a coluna, mais eficaz. Ao longo deste texto, inclusive, ficará evidente como os antibióticos, sobretudo, o DMCT tiveram destaque na coluna. Antibióticos mais fortes e ou combinados, contra bactérias cada vez mais resistentes, foram protagonistas de várias edições da coluna, que de alguma forma, conclamava as mulheres, donas de casa e mães, a serem agentes nessa guerra contra inimigos invisíveis que poderiam estar em seus lares.

DMCT: O MAIS PODEROSO ANTIBIÓTICO JÁ DESCOBERTO

Segundo os cientistas da Universidade de Harvard, uma das mais importantes dos Estados Unidos, o novo antibiótico DMCT é duas vezes mais poderoso que a tetraciclina. O Dr. Maxwell Finland, uma autoridade mundial! em antibióticos, e seus

assistentes, os drs Hans A. Hirsch e Calvin M. Kunin, falaram sobre suas experiências diante de mais de dois mil cientistas presentes ao Sétimo Simpósio Anual e Antibióticos. Essa droga, a demetilclortetraciclina (DMCT) é o mais novo membro da família de tetraciclina que inclui (*sic*) alguns dos antibióticos mais largamente utilizados pela medicina, o DMTC, desenvolvido pelos Laboratórios Lederle da *Cyanamid Internadonal*, está sendo vendido somente nos Estados Unidos, mas, dentro em breve, será distribuído por todo o mundo.

O segundo medicamento é um comprimido de carbimido de cálcio, que de acordo com o texto do jornal, combinado com assistência médica, propiciaria a cura para o alcoolismo, já que tornaria o indivíduo incapaz de tolerar o álcool. O passo a passo foi claro e com a indicação inclusive do nome do medicamento. Uma mulher que lesse a coluna poderia, caso sofresse com alcoolismo, fazer uso do remédio, mas devido aos padrões de comportamento da época, bastante rígidos para as mulheres, seria mais provável que a coluna sugeriria o remédio para uma esposa aflita e que quisesse ajudar o marido. A responsabilização da mulher pelos cuidados com a saúde e o bem-estar de toda a família, incluindo questões como o alcoolismo, é inferida pela coluna.

O ALCOOLISMO É UMA DOENÇA QUE PODE SER CURADA

Um dos maiores problemas mundiais de saúde não é causado nem por um vírus nem por uma bactéria, mas sim por uma garrafa. Recentes pesquisas revelaram que o alcoolismo, ou seja, o vício pelo álcool, tem aumentado em várias partes do mundo. Esse mal, além de causar tragédias individuais, concorre para prejudicar a produtividade nacional, o que chamou a atenção das autoridades em todo o mundo, que crêem que essa doença pode ser curada [...] Os primeiros passos para a cura do alcoolismo seguem duas direções diferentes, mas podem ser utilizadas simultaneamente. A primeira é continuar com os conselhos, quer por psiquiatras, médicos, assistentes sociais ou por uma associação com os Alcoólatras Anônimos [...] Na segunda, entra o uso de ajudas químicas, cuja mais recente descoberta é o carbimido de cálcio. Dipsan. O Dipsan, como outras drogas anteriormente desenvolvidas para ajudar o alcoólatra, torna o paciente incapaz de tolerar o álcool em mínima quantidade, reforçando dessa maneira, sua determinação de não beber, principalmente no período inicial (*Jornal das Moças*, 04/02/1960).

O texto se apoia num imaginário dominante, que assente que os remédios seriam uma solução eficiente para um problema extremamente complexo, o vício em álcool. Ainda que a coluna reconheça a importância de uma abordagem multidisciplinar para o problema, incluindo tratamentos psíquicos, o título sugere uma ideia clara de “cura”. O leitor ou leitora inicia o texto com essa informação e espera durante a leitura, a revelação de como essa “cura” poderia ocorrer, o que acontece no desfecho é a sugestão do medicamento, assim o remédio é anunciado como um produto que pode devolver ao doente que sofre com um vício, a harmonia de sua vida, pois:

O desprazer, o incômodo, o cansaço, o mal-estar, enfim, qualquer negação que se interponha a uma vida de infinitos prazeres deve ser rapidamente aniquilada. Os indivíduos se tornam cada vez menos tolerantes diante de qualquer ameaça de desconforto. E, é justamente nesse contexto, que os medicamentos são anunciados como mercadorias propiciadoras de prazer, para que os indivíduos possam aproveitar intensamente todos os momentos da vida. Os remédios, no imaginário popular, se tornam subsídios para que os indivíduos possam viver melhor todas as situações de seu cotidiano (Dantas, 2009, p. 573).

A coluna foi seguida por mais modelos de vestidos e de bordados, inclusive, para roupas de bebês e panos de prato, todas essas seriam peças que pela linha editorial do jornal, seriam de interesse feminino. No número do dia 11 de fevereiro, a coluna “Ciência e Medicina” também trouxe novidades sobre medicamentos, um para angina e outro para artrite reumática. Os textos sobre remédios apresentados no suplemento, como evidenciado na transcrição acima, costumavam trazer o nome comercial do produto e às vezes o laboratório. A publicação do dia 18 de fevereiro trouxe na abertura do suplemento “Jornal da Mulher”, uma matéria biográfica bastante elogiosa sobre um médico homeopata. Na coluna “Ciência e Medicina” uma matéria sobre antibióticos mais fortes, incluindo as vantagens de seu uso pediátrico. Conselhos para alimentação das crianças e sobre a saúde da pele dos adolescentes também estiveram presentes em meio aos modelos de vestidos e bordados.

ANTIBIÓTICOS COMBINADOS COMBATEM BACTÉRIAS RESISTENTES

O desenvolvimento de organismos resistentes aos antibióticos, um dos mais sérios problemas dos hospitais de hoje, pode ser sensivelmente retardado, com o uso de antibióticos combinados oleandomicina e tetraciclina, declaram os cientistas a. M. Torre e L. Saldana, do Hospital de Montevidéu, durante o Sétimo Simpósio Anual de Antibiótico [...]. Num grupo de vinte e quatro pacientes com moléstias pulmonares, observou-se melhores (*sic*) em dezoito crianças logo no dia seguinte ao início do tratamento com a sigmamicina. Três dias depois, vinte crianças estavam sem febre, e o restante melhorou com a aplicação antibiótica (Jornal das Moças, 18/02/1960)

DMCT AJUDA TAMBÉM OS PEDIATRAS

Um cientista japonês, o doutor Riochy Fujii, da Universidade de Tóquio, declarou que um novo e poderoso antibiótico é muito eficaz no tratamento de certas doenças infantis, que a tetraciclina, o antibiótico de largo espectro mais utilizado pela medicina. O cientista realizou vários testes, num período de dezoito meses, em cerca de 309 crianças sofrendo de várias moléstias pediátricas, incluindo escarlatina, pneumonia, bronquite, diarreia infantil e inflamação das amídalas. [...] O DMCT, desenvolvido pelos cientistas dos Laboratórios Lederle da *Cyanamid Internacional*, foi administrado aos pacientes em duas doses, com uma diferença de doze horas, no tratamento com a tetraciclina, os pacientes receberam quatro doses diárias. As informações sobre os estudos do dr. Fujii foram dadas durante uma conferência sobre antibióticos, assistida por mais de mil técnicos no assunto (Jornal das Moças, 18/02/1960)

O texto em sua integridade, assim como o trecho supracitado, faz uma entusiasmada defesa do DMCT, consta ainda detalhes sobre uma metodologia aplicada em testes com o

medicamento e também referência a uma conferência onde os resultados teriam sido apresentados, não há informações sobre data ou local em que esse evento teria acontecido. Ainda no mês de fevereiro, mais precisamente, no dia 25, a coluna dedicou-se a informar as leitoras sobre as novidades em inseticidas para pragas das lavouras de batatas e também sobre novos antibióticos eficazes para sífilis, novamente o jornal trazia conteúdo sobre pesquisas internacionais que indicavam que o uso combinado de antibióticos seria solução para várias doenças.

Em 03 de março os temas foram antibióticos para combater a desnutrição infantil e a descoberta de quatro novos agentes anticancerígenos. A coluna sugere que, de acordo com um médico, seria recomendada a adição de terramicina à dieta de crianças mal-nutridas. A terramicina é um medicamento com ação antibiótica e anti inflamatória, que pode apresentar efeitos adversos, mas a coluna indica a incorporação do medicamento à dieta, ou seja, recomenda um uso contínuo. Ainda que em trecho não transcrito, a coluna pondere que são necessárias mais pesquisas, o texto reforça uma ideia que medicamentos, sobretudo, antibióticos, podem resolver qualquer problema de saúde infantil. Novamente, a leitora mãe é levada a crer que precisa estar atenta às novidades vendidas pela indústria farmacêutica, para cuidar bem de suas crianças. O consumo de medicamentos é inferido como um fundamento para uma infância saudável.

RECOMENDADA A TERRAMICINA PARA CRIANÇAS DESNUTRIDAS

Washington , D.C (Western News) - Um médico brasileiro, ex-diretor do Departamento Municipal da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, sugeriu a adição do antibiótico terramicina à dieta das crianças mal-nutridas. O dr. Otávio Ângelo da Veiga, presente ao Sétimo Simpósio Anual de Antibióticos, recentemente realizado nesta cidade, declarou que o desenvolvimento de um produto contendo esse antibiótico "poderia provar ser a solução para um grande número de crianças com crescimento retardado". A terramicina conhecida quimicamente como oxitetraciclina, foi descoberta pela Pfizer, a firma farmacêutica internacional, em 1949 [...] (Jornal das Moças, 03/03/1960)

Em 10 de março o assunto abordado foi o uso de esteroides para tratar asma. Em 17 de março a coluna não esteve presente no jornal e em 24 de março a coluna retornou noticiando a imunização em massa contra poliomielite nos Estados Unidos. Em 31 de março a coluna ocupou-se de noticiar um novo medicamento para depressão. Após algumas semanas ausente, a coluna voltou em 21 de abril tratando sobre o uso da noradrenalina para tratamento de doenças cardíacas. Quatro assuntos foram abordados em 28 de abril: uma máquina coração-pulmão, o estudo das células do corpo, o início do uso do creme dental com flúor na Suécia e o surgimento

de nova técnica de cirurgia cardíaca. Como pode ser notado, no período compreendido entre março e abril, os temas foram variados, mas persistiram as indicações de medicamentos.

Em 05 de maio, as indicações continuaram e foi abordada a utilização de uma nova droga, a nialamida, para tratamento da depressão e da neurite. Depois de semanas ausente, a coluna novamente retornou em 02 de junho e o destaque foi para a importância da decoração correta no combate às alergias. Em 09 de junho os antibióticos voltaram a ser tema. O uso do leite desnatado para curar ulcerações e os malefícios do fumo foram assuntos abordados no dia 16 do mesmo mês, nesta mesma edição a coluna foi seguida por um artigo avulso sobre problemas causados pela presença de moças nas universidades, a distração causada por elas nos rapazes, seria o motivo por altas taxas de reprovação em exames. O número de 23 de junho trouxe ponderações acerca da relação entre poluição e bronquite e as novas aplicações para um novo tipo de papel:

NOVAS AMPLIAÇÕES PARA O PAPEL USADO

Muita gente costuma guardar pedaços de barbante, enquanto que outras juntam jornais velhos, papéis de embrulho e sacos de compras. Todo esse material guardado pouca ou nenhuma utilização terá, os barbantes formando um rolo cada vez maior e os papéis indo acabar nas mãos do comprador de rua. Tudo isso está mudando, pois o papel está mudando também. [...] A reutilização do papel em capas de livros e cadernos escolares, moldes para roupas de senhoras e, por incrível que pareça, em chamarizes para serem usadas durante a estação de caça aos patos. Com ou sem moldes, o número de coisas que podem ser feitas com esse novo papel é limitado somente pela engenhosidade da dona de casa. Aventais, babadores para bebês, decorações festivas, roupinhas para bonecas, estojo para lápis, descansos para copos e capuzes para crianças em dias de chuvas são algumas das pequenas coisas que podem ser criadas com o novo papel. Em algumas partes do mundo, onde os materiais de construção são escassos, o papel à prova d'água poderá ser utilizado também como cobertura para paredes e em casos extremos, para teto (Jornal das Moças, 23/06/1960)

Na década de 60 ainda não se falava em reciclagem, mas a citada reutilização do papel remete a algo próximo a essa prática. O texto defende a ideia de que com a novidade de um papel à prova d'água torna-se atribuição da dona de casa criar novos usos e objetos a partir de sua reutilização. A maioria dos objetos mencionados no texto como possíveis de serem produzidos por elas, relacionam-se com afazeres domésticos ou com o cuidado com os filhos. O molde para vestidos para si também está presente na lista, a publicação de moldes de costuras, assim como, a propaganda de cursos de corte e costura eram comuns no jornal. Outro ponto a ser destacado é que o jornal frequentemente incentivava que as mulheres soubessem ser econômicas na administração do lar, logo, a reutilização seria uma contribuição nesse sentido. O jornal ensina sobre a submissão econômica e a resiliência para com as decisões do marido sobre o orçamento familiar, cabendo à esposa a obediência e a adoção de estratégias de economia doméstica. Desse modo, a reutilização de materiais seria capacidade desejável no que

tange ao conjunto de prendas domésticas a ser cultivado pelas esposas. Sobre este assunto Carla Pinsky argumenta que:

A lição que fica para os leitores, porém, é a necessidade de colocar certas mulheres no seu “devido lugar”, no caso, o da dona de casa conformada (e satisfeita) com o que o homem considera bom para ela e a família. Nos Anos Dourados é comum ler e ouvir que as mulheres, em geral, são “gastadeiras”, adoram comprar, têm enormes despesas com futilidades, bobagens da moda, etc. Esse perfil está presente principalmente nas piadas, mas também, mais discretamente, em vários artigos das revistas femininas. Em decorrência da imagem de “gastadeira”, surgem a da “interesseira”, que se casa por dinheiro, e a da “exploradora”, que esfolia economicamente o marido, todas essas imagens negativas, em última instância, por meio da censura ou do riso, colaboram para desqualificar e controlar os gastos femininos (PINSKY, 2014, p.227)

Novamente os antibióticos, juntamente com a vacina contra poliomielite e o sarampo, foram os objetos apresentados em 14 de julho. Como de costume, a coluna “Ciência e Medicina” veiculava assuntos que, por adesão ao imaginário tradicional, seriam preocupações das pessoas responsáveis pelos cuidados com os filhos, as mães. Os textos informavam sobre o começo da imunização oral contra a poliomielite em crianças na Suécia e a produção de uma vacina eficaz contra o sarampo no Japão. No Brasil, a vacinação contra a poliomielite começou cerca de um ano depois, em julho de 1961 e a vacinação contra o sarampo em 1968. Uma semana depois, em 21 de julho, o conteúdo foi um hormônio para tratar asmáticos. Em 28 de julho a coluna falou sobre uma preocupação exagerada das pessoas com os efeitos da energia atômica e uma suposta consequência na saúde mental da população.

Até aqui foi apresentada uma síntese dos resultados das análises dos exemplares do ano de 1960 anteriores ao dia de lançamento da pílula anticoncepcional, não foram encontradas na coluna “Ciência e Medicina”, nenhuma referência a qualquer pesquisa sobre uma droga que pudesse inibir a ovulação. No dia 18 de agosto, a pílula anticoncepcional foi liberada nos EUA e no Brasil a coluna “Ciência e Medicina” fez sua primeira aparição no referido mês, noticiando que supostos peritos em cromática anunciavam os benefícios do uso da cor azul em diversos contextos da vida. A coluna sobre ciência e medicina de uma publicação dedicada às mulheres não trouxe sequer uma palavra sobre uma novidade científica que poderia revolucionar a vida delas. Chama atenção ainda, nesse exemplar de 18 de agosto, um pequeno texto avulso, que apareceu na sequência da coluna, intitulado “Crescei e multiplicai-vos”:

“CRESCER E MULTIPLICAI-VOS”

Ao que parece **na civilização moderna somente os ratos ouvem o conselho que dá título a essas linhas**³. Assim é, para desgraça da humanidade. Os ratos são tão reprodutores que seria possível um casal de ratos possuir, aos três anos de idade, uma prole de trezentos e cinquenta milhões de descendentes. Como devem ganhar bem os oficiais de registro civil no país dos ratos!

E talvez não haja déficit no orçamento da despesa do mesmo com o salário-família. (Jornal das Moças, 18/08/1960)

O que pode parecer apenas um desabafo ácido em relação ao crescimento desordenado da população de roedores causadores de prejuízos e doenças, infere também um tipo de desobediência das outras espécies em relação ao conselho bíblico. Não há nada no exemplar que evidencie ou prove a relação entre este texto e o lançamento do contraceptivo, mas não deixa de ser intrigante a coincidência da data com a ironia sobre os ratos serem a única espécie a seguir o conselho bíblico. Cabe ressaltar ainda que de acordo com o IBGE, o Brasil apresentou na década de 1960, taxa de fecundidade de 6,28 filhos⁴, número superior a 6,21 filhos, índice da década anterior, índice que não ajuda a explicar qualquer preocupação com as taxas de natalidade. Ainda na edição do dia 18, os textos avulsos do suplemento “Jornal da Mulher”, apresentaram reflexões sobre os temas: viagem à Lua; a melhor maneira de lavar roupas de seda; o uso das flores do pessegueiro para limpeza de pele e a recepção de visitas.

No dia 25 de agosto, edição publicada sete dias após o lançamento do primeiro remédio que inibe a ovulação, a coluna “Ciência e Medicina” trazia novamente o antibiótico DMCT e o tema a nutrição de bebês. Novamente, nenhuma menção ao lançamento da pílula anticoncepcional, o remédio que poderia propiciar uma mudança radical não apenas para a sexualidade feminina, mas para a organização dos arranjos familiares e posteriormente para a dinâmica do próprio mercado de trabalho.

PEQUENAS DOSES DE DMCT COMBATEM A BRUCELOSE

Experiências recentemente realizadas vieram a demonstrar que um novo antibiótico, além de ser mais potente, causa menos efeitos secundários que a tetraciclina, o antibiótico de espectro mais largamente utilizado pela medicina.[...] As dosagens menores, disse o médico mexicano, fazem com que os pacientes sofram menos dos efeitos secundários, principalmente diarreia e desarranjos estomacais [...] (Jornal das Moças, 25/08/1960)

³ Grifos meus.

⁴ Dados disponíveis em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>.

ESTATÍSTICAS RECENTES REVELAM AUMENTO DE PESO NOS ATUAIS RECÉM-NASCIDOS EM COMPARAÇÃO COM OS DE 40-50 ANOS ATRÁS

Os recém nascidos suecos pesam, em média, atualmente 150 gramas a mais, e são 5 cm mais altos do que os recém-nascidos de 40-50 anos atrás, revelam investigações efetuadas por intermédio da Direção Geral de Saúde Pública da Suécia [...] (Jornal das Moças, 25/08/1960)

Nos dois temas, o jornal se fez valer de artifício comum na coluna, o uso de autoridades científicas estrangeiras. Essa estratégia parece tentar inculcar nas leitoras a ideia de que a coluna está atualizada em relação ao que acontece no mundo. No caso do texto sobre a nutrição de bebês, o jornal, como de costume, oferece dados pouco detalhados sobre pesquisas que pouco tinham a ver com a realidade brasileira. No início da década de 60, o país tinha inflação alta e grande parte da população sofria com algum nível de insegurança alimentar. A obra clássica de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicada originalmente no ano de 1960, evidencia a realidade de tantas mães e suas crianças no Brasil do início da década de 60. Nas palavras da autora:

Antigamente era a macarronada o prato mais caro (*sic*). Agora é o arroz e feijão que suplanta a macarronada. São os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona (*sic*)! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. Quem não nos desprou (*sic*) foi o fubá. Mas as crianças não gostam de fubá (Jesus, 2014, p.37)

As palavras de Carolina, publicadas no ano anterior, relatam as dificuldades de muitas famílias pobres para comprarem alimentos. Já no suplemento “Ciência e Medicina”, a questão alimentar era abordada, sobretudo, pelo apelo comercial lançado sobre as possibilidades de antibióticos e suplementos. Em 01 de setembro de 1960, a alimentação voltou a ser tema, mas dessa vez com a inusitada estatura dos pigmeus sendo abordada, para o final do texto, ser indicado um novo suplemento alimentar rico em aminoácidos e capaz de estimular o apetite das crianças. Mais uma vez são invocados os cientistas estrangeiros para o texto informativo.

A INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO NA ESTATURA DOS PIGMEUS

Nova York (Western News) — Os pigmeus da África Equatorial, provavelmente os menores homens do mundo, devem sua estatura, segundo técnicos em nutrição, mais à pobre alimentação que a fatores de hereditariedade [...] Uma boa quantidade de proteínas do tipo que os cientistas chamam de “alta qualidade” é de importância capital para a alimentação normal [...] Os cientistas aprenderam, nos últimos anos, como produzir alguns aminoácidos que podem ser adicionados a cereais, convertendo-os nu alimento rico em proteínas. Por outro lado, os pesquisadores (*sic*) dos Laboratórios *Lederle da Cyanamid International* desenvolveram um suplemento alimentar denominado “Incremin”, que provou ser eficaz para estimular o apetite e

melhorar a nutrição de crianças e pessoas idosas que, embora possam dispor de bons alimentos, não têm uma nutrição adequada. O "Incremin" contém o amino-ácido (*sic*) lisina, juntamente com três vitaminas B para aumentar o apetite. Recentes estudos vieram a provar que a combinação, além de estimular o apetite de crianças subnutridas, ajuda os convalescentes idosos a fazer em sua dieta um uso melhor de proteínas. Todos cientistas concordam plenamente que uma boa alimentação é o melhor meio para se obter boa saúde e um crescimento adequado, embora deles tenha ainda garantido que um quilo de carne por dia transforme um pigmeu em gigante (Jornal das Moças, 01/09/1960)

A matéria que começa tratando da estatura de uma etnia, se desdobra na constatação sobre a importância da alimentação e é seguida pela indicação de um medicamento que supriria carências na alimentação. O texto faz uma correlação direta e temerária entre subnutrição infantil e falta de apetite. A afirmação de relação causal entre medida de fome e subnutrição, pode ser bastante problemática, já que as necessidades nutricionais possuem inúmeras variáveis. O texto afirma ainda que o medicamento ajudaria “convalescentes idosos” a terem um maior aproveitamento de proteínas. “Convalescentes idosos” também é uma condição pouco específica, para que se determine que o referido medicamento seja administrado.

Ainda nessa primeira edição de setembro, a coluna “Ciência e Medicina” foi seguida pela coluna “Evangelho das Mães”, que ao tratar da beleza das crianças, outra tarefa da maternidade de acordo com o jornal, deu de certo modo, continuidade ao assunto da alimentação. Apesar do tema ser a beleza das crianças de ambos os sexos, recaiu sobre o cuidado com a aparência das meninas uma maior ênfase.

A BELEZA DAS CRIANÇAS

Não devem as mães cuidar do embelezamento de seus filhos? Pensamos que devem. Quando vemos **uma menina descuidada**, ainda que lhe sejam desprezados os atos de higiene básica ou, então, se nos apresenta uma criança excessivamente enfeitada e ornada de um modo que não corresponde à ideia de frescor e espontaneidade (*sic*) infantil chegamos à conclusão de que deve haver um meio termo quando se trata do embelezamento das crianças [...] A silhueta da criança é um detalhe de estética e de beleza que **a menina** deve ignorar, mas que a mãe deve executar. Muitas crianças gordas que como tais, têm **tendência para ser uma mulher de peso excessivo, podem ser reduzidas a proporções naturais** [...] (Jornal das Moças, 01/09/1960)⁵

O texto trata diretamente da beleza da menina, afirmando que as mães devem ter atenção com a silhueta. Apesar do termo “crianças gordas”, a continuação do texto deixa claro, que trata-se das meninas, já que coloca como consequência da referida característica a tendência para serem mulheres com excesso de peso. Ao final, indicam que essas meninas com o cuidado das mães podem ser “reduzidas a proporções naturais”. Pelo exposto, é clara a cobrança lançada

⁵ Grifos meus.

MEDEIROS, Kênia E. G.

Coluna “Ciência e Medicina”: conhecimentos científicos no Jornal das Moças no contexto de liberação da pílula anticoncepcional (1960-1961)

no corpo de mulheres e meninas e também sobre as mães, que teriam o dever de adequarem os corpos de suas filhas aos padrões de beleza impostos.

Em 09 de setembro de 1960 o assunto da alimentação novamente voltou a ser tema da coluna “Ciência e Medicina” e uma nova autoridade médica internacional trouxe legitimidade aos argumentos apresentados pela coluna. A coluna tratou como sinônimos, falta de apetite e anorexia, sobretudo em crianças. Ao final do texto o suplemento já mencionado na edição do dia 01 de setembro voltou a ser indicado como solução científica.

NOVA YORK (*Medical News*)

Uma das queixas mais comentadas ouvidas pelos médicos de todas as partes do mundo é a mãe aflita que confessa: “Doutor, não sei explicar o motivo, mas a verdade é que o meu filho não quer comer, a despeito de todos os meus esforços”. O médico equatoriano Dr. Vailarino Donoso, autoridade no assunto, calculou que mais de 60 por cento dos casos observados em seu consultório de pediatria são motivados pela anorexia, termo médico para a falta de apetite e sua consequente perda de peso [...] Uma nova arma destinada a auxiliar o médico no combate à doença da falta de apetite é um complemento especial, produzido pelos cientistas dos Laboratórios *Lederle da Cyanamid International*. Esse novo produto contém o amino-ácido (*sic*) lisina, bem como certas vitaminas B que estimulam o apetite (Jornal das Moças, 08/09/1960)

Continuando com as edições do mês de setembro de 1960, na edição do dia 22, o texto da coluna “Ciência e Medicina”, teve como título “Leis para os retardados mentais”, o texto abordou a promulgação de uma lei no Japão, de proteção às pessoas com doenças mentais e uma já existente para pessoas que o jornal definiu como “portadores de defeitos físicos”. Fechando o mês de setembro “Ciência e Medicina” tratou deixou de lado por um tempo, as novidades da indústria farmacêutica e abordou o recenseamento da população brasileira, o texto procura garantir a abrangência do recenseamento e deixa evidente a representação comum à época, que opõe, de modo hierárquico, o conceito de civilização aos modos de vida de alguns povos originários.

FOI BEM PREPARADO O SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO PARA O VII RECENSEAMENTO GERAL

O Serviço Nacional de Recenseamento realiza um inventário geral de todas as realidades nacionais, operação que será a sétima no Brasil. A primeira, foi realizada em 1872. Em 1890 e 1900, como naquele ano, foram feitas contagens da população nacional, em caráter sumário e com os recursos técnicos da época. A partir de 1920, o Recenseamento abrangeu, além da população, os setores agrícola, e industrial[...] Já está em fase final o programa preparatório da próxima campanha censitária a realizar-se no ano vindouro. O Censo Demográfico de 1960, como o de 1950, abrangerá duas pesquisas distintas: a de população e a de habitação. Vários tópicos serão investigados por meio de método de amostragem. Todas as pessoas presentes no território nacional estão sendo recensadas (*sic*), sejam ou não residentes no domicílio em que se encontrem, bem como os moradores que se acham temporariamente fora de suas respectivas residências. Somente não serão recensadas os selvícolas (*sic*) que vivem arredios, ao contato dos civilizados, bem como os tripulantes e passageiros que se

encontrem a bordo de navios e aviões estrangeiros em trânsito pelo território nacional (Jornal das Moças, 29/09/1960)

Em 06 de outubro a coluna trouxe a opinião de um cientista dinamarquês sobre os males do alcoolismo, tanto para a saúde do indivíduo, quanto para a sociedade. A coluna também trouxe uma notícia sobre um protetor auditivo para situações em que possa haver danos causados por sons intensos, a coluna informava ainda que a novidade havia sido testada e aprovada pelas Forças Aéreas da Suécia. A edição do dia 13 não contou com a coluna “Ciência e Medicina”, que voltou dia 20 e novamente priorizou o tema da saúde infantil. A guerra contra as bactérias continuava recrutando mães, que deveriam ser conhecedoras dos perigos invisíveis e entusiastas das soluções medicamentosas.

UMA NOVA SULFA EFICIENTE NUMA ÚNICA DOSE DIÁRIA

Londres —Uma nova forma da primeira arma química moderna contra as doenças - a sulfa - mostrou-se eficiente, numa única dose diária, no tratamento de doenças bacterianas comuns de crianças. A eficiência da dose única apresenta duas vantagens importantes, para o paciente e para o médico, de acordo com um cientista britânico, que realizou estudos com a droga-sulfametoxipiridazina - no hospital infantil Royal Belfast. A primeira destas vantagens, relatada pelo Dr. R. Wallace na revista médica “The Practitioner”, é que são observados menos efeitos colaterais tais como náuseas e vômitos, em crianças tratadas com sulfametoxipiridazina, do que naqueles que receberam uma sulfa mais antiga, sulfadimidina [...] (Jornal das Moças, 20/10/1960)

A notícia sobre o lançamento de uma vacina oral tipo Sabin contra paralisia infantil chama atenção nesta mesma edição. Desde o final da década de 40 o cientista Jonas Salk se dedicava à produção de uma vacina contra a poliomielite, já na década de 50 Albert Sabin também se esforçava para chegar ao mesmo objetivo. Salk conseguiu produzir uma vacina que se provou segura e eficaz e foi aplicada em crianças norte-americanas. A vacina de Salk continha o vírus inativo e “enganava” o sistema imunológico fazendo-o gerar anticorpos. Já Sabin, utilizou a estratégia do vírus atenuado, ou seja, vivo, mas enfraquecido, sendo capaz de gerar uma resposta de defesa do sistema imunológico. A vacina de Salk foi aprovada em 1955 e começou a ser utilizada nos EUA, o cantor Elvis Presley tomou a vacina diante das câmeras de televisão, a fim de incentivar a imunização. Quando a vacina de Sabin que era oral e tinha menor custo de produção estava pronta para testes, boa parte da população dos EUA já estava vacinada e por isso o cientista firmou parceria com a União Soviética para testes entre 1958 e 1959. A vacina Sabin além de tudo era mais fácil de aplicar e acabou se alcançando sucesso e sendo a opção de vários países.

No Brasil a vacina Salk foi introduzida ainda na década de 50, mas a imunização ocorria: “[...] por intermédio de alguns pediatras e em vacinações de amplitude muito reduzida, promovidas por secretarias estaduais e municipais de Saúde, basicamente do Rio de Janeiro e

MEDEIROS, Kênia E. G.

Coluna “Ciência e Medicina”: conhecimentos científicos no Jornal das Moças no contexto de liberação da pílula anticoncepcional (1960-1961)

em São Paulo.” (Campos, 2003, p.586). A versão em gotas foi adotada oficialmente em julho de 1961. Entretanto, a vacinação não era uma política pública consolidada, a vacina era aplicada em decorrência de surtos pontuais e não como forma precaução. Somente na década de 80, estratégias de vacinação em massa, incluindo as campanhas com o Zé Gotinha, foram adotadas.

A PFIZER LANÇARÁ VACINA ORAL TIPO SABIN CONTRA PARALISIA INFANTIL

Nova York — Os laboratórios Pfizer anunciam hoje que pedirão ao Serviço de Saúde Pública dos E.U.S. (*sic*) permissão para o uso, no país, da vacina contra poliomelíte, do tipo Sabin, produzida nos laboratórios da Companhia na Inglaterra. A atitude da Pfizer segue-se à declaração de que aquele organismo governamental adotou o vírus de Sabin como padrão de manufatura, assim dando ensejo ao uso da vacina oral anti-pólio (Jornal das Moças, 20/10/1960)

A leitura dos trechos transcritos reforça a impressão de que o jornal define, majoritariamente, como assuntos científicos que possam ser de interesse das mulheres, as preocupações com a saúde as crianças, incentivando as leitoras a comprarem sempre os mais novos antibióticos e suplementos, a fim de agirem como verdadeiras agentes de saúde do lar. Também transparece com frequência a ideia de que as mulheres/mães, dessa época deveriam estar atentas aos avanços da ciência e de uma vida moderna repleta de descobertas e invenções.

A edição de 27 de outubro não teve a coluna “Ciência e Medicina”, entretanto, a coluna “Evangelho das mães” abordou diferentes tópicos sobre saúde das crianças, como por exemplo, trouxe o conselho para as mães de crianças diabéticas, que de acordo com o texto, não deveriam estudar muito.

CRIANÇAS DIABÉTICAS

As crianças diabéticas não devem estudar muito, e se lhes deve evitar, de qualquer modo, as emoções fortes e os desgostos tão frequentes na vida escolar. O exercício moderado, pela favorável influência que exerce, deve ser praticado. Esta parte os pais podem e devem cumprir muito mais em proveito das crianças do que os médicos (Jornal das Moças, 27/10/1960)

Na mesma edição, a coluna “Mundo” trouxe um texto sobre a saúde da mulher, assunto que, no período analisado, não aparece diretamente na coluna “Ciência e Medicina”. O texto adverte as leitoras para a importância de gestar uma vida e como isso se relaciona com a estatura feminina, houve ainda uma afirmação sobre possibilidade de serem mais altas caso imitassem os homens.

PORQUE AS MULHERES SÃO MAIS BAIXAS QUE OS HOMENS

"Em média, as mulheres são dez centímetros mais baixas que os homens e em algumas raças a mulher mais alta chega a igualar o homem mais baixo" — diz uma revista de estudos científicos feminina — "A diferença _ considerável e, à primeira vista, parece uma verdadeira inferioridade física, mas a verdade é que na mulher **as forças de crescimento se orientam em direção distinta que no homem**". Segundo informa a revista, durante trinta anos a mulher é capaz de criar outros organismos além do seu. **Enquanto o homem permanece um, a mulher deve ser múltiplice**. A partir da puberdade, ela encerra reservas consideráveis em previsão de outra vida. **Quando não concebeu, perde todos os meses uma quantidade de cálcio trinta vezes superior à que se encontra em circulação em seu sangue**. CONSIDERAÇÃO IMPORTANTE "É muito provável que, se não fosse por essa economia estritamente dirigida em função da maternidade, as mulheres seriam tão altas como os homens" — informa o órgão científico e eminino apreço — "pois enquanto não estão em idade de conceber, entre os onze e os quatorze anos, elas são, às vezes, mais altas e mais pesadas que os rapazes. Estes voltam a recuperar sua vantagem quando nas moças um hormônio freia, mediante sua ação sobre as cápsulas supra-renais, a multiplicação das células". E esclarece: "As suecas, que são de todas as europeias as formadas mais tardiamente — dezessete anos — são, também, as mais altas".

OBSERVAÇÃO CURIOSA Respondendo à pergunta "Por que as mulheres são mais baixas que os homens? A publicação feminina a que nos referimos diz o seguinte: "Observa-se, igualmente, que quanto mais as mulheres copiam os homens em sua maneira de viver, tanto mais se atenuam as diferenças de estatura", frisando que em fins do século passado a francesa média chegava a 1,54 metros, sua estatura média era 1,57 em 1911, e hoje alcança a 1,60. "Este aumento de talhe o deve, entre outras coisas, à maneira de vestir-se, que já não impede seus movimentos, e ao fato de levar uma vida muito mais ativa que antigamente" — afirma a revista (Jornal das Moças, 27/10/1960)⁶

7

Os trechos grifados demonstram como a maternidade era defendida como questão de dever e até mesmo de saúde para as mulheres. O texto indica como o corpo das mulheres destina-se de modo natural à maternidade, fica implícita a ideia de que caso não sejam mães, seus corpos estão em uma "não conformidade" com a natureza, ou seja, ser mãe seria uma questão inclusive de saúde. Essa talvez seja a estratégia fundamental do patriarcado, pois como argumenta Patou-Mathis:

A atribuição do papel de mãe à mulher, sua redução a essa função biológica, o direito de dispor do seu corpo e controlar sua sexualidade constituem a base dos sistemas patriarcais e descrevem uma relação profundamente paradoxal e coercitiva com a mulher (Patou-Mathis, 2011,p.69)

Depois de outubro de 1960, a coluna tornou-se cada vez mais esporádica, nas edições em que não apareceu, outras colunas e textos avulsos do suplemento "Jornal da Mulher", trouxeram assuntos como, medicamentos para tuberculose; a arte de ser esposa; as jovens que

⁶ Grifos meus.

⁷ Grifos meus.

se casam com homens maduros; os homens só amam de verdade aos 40; cirurgia de redução de altura em uma mulher na Suécia, dentre outros. Após algumas edições ausente, a coluna voltou no número do dia 08 de dezembro com o tema sobre a descoberta que o gerbil, animal dos desertos da África e do Oriente Médio, poderia ser utilizado em pesquisas sobre doenças cardíacas.

Já no ano de 1961 em 12 de janeiro a coluna voltou, novamente tratando sobre a vacina contra o sarampo. Depois, apareceu em 02 de fevereiro com a questão do flúor na água para beber visando o tratamento de cáries e ainda com a notícia da criação de um radar óptico para pessoas cegas. As cáries dentárias, apesar de não serem um problema exclusivo da infância, consistiam em um dos problemas mais comuns a serem enfrentados pelas mães no cuidado com a saúde das crianças.

ADICIONAMENTO DE FLÚOR À ÁGUA DE BEBER PODE DIMINUIR 60% DAS CÁRIES DENTÁRIAS

As experiências realizadas para descobrir o efeito do flúor na água de beber, como meio de combate às cáries dentárias, que vêm tendo lugar na cidade de Norrköping desde 1952, estão, agora, quase concluídas e têm proporcionado resultados muito promissores, conforme artigo aparecido no diário Svenska Dagbladet, de Estocolmo. Assegura-se terem sido estas as investigações mais extensas desta classe já verificadas no mundo, e os resultados serão expostos no congresso (*sic*) da organização europeia para estudo do flúor em face das cáries, em Londres, em 1961. Enquanto que o trabalho prático foi realizado por autoridades médicas e odontológicas (*sic*) de Norrköping, o estudo científico sobre o material foi feito na Real Escola de Odontologia de Malmö pelos professores Sven Seilman e Arvid Syrrist. Um interessante detalhe foi a averiguação da possibilidade de se reduzir o tratamento dos dentes das crianças. Atualmente, cerca de 60% de todos os meninos suecos de 7 a 14 anos, são tratados pelo Serviço Odontológico Público. Aproximadamente 80% de todos os meninos de 7 anos sofrem de cáries dentárias (Jornal das Moças, 02/02/1961)

No dia 09 de fevereiro, o desenvolvimento de bebês prematuros foi o destaque. O texto afirma que “mães solteiras” têm bebês prematuros com mais frequência. O termo “mãe solteira” foi por muito tempo uma forma de classificar mulheres, em função da não adesão ao casamento tradicional. Engravidar solteira, considerado nos anos 60, um “mau passo”, tornava a moça, uma “perdida” aos olhos da sociedade, esse deveria ser um comportamento evitado e recriminado, desse modo, a coluna utiliza um discurso científico, como de costume, citando um especialista estrangeiro, para realizar sua pedagogia de advertência.

OS BEBÊS PREMATUROS TÊM POSSIBILIDADE NORMAL DE DESENVOLVIMENTO

As crianças de nascimento prematuro, passada a primeira semana crítica de sua vida — quando o risco de morte é frequentemente maior que o dos bebês normais — têm exatamente as mesmas probabilidades de desenvolvimento que os outros, conforme a tese do Dr. Eric Gedda, Gotemburgo. A tese confirma o fato já conhecido de que as

mães solteiras ou muito jovens, são as que com maior frequência têm bebês prematuros. BEBÊ SUECO CONSOME 80 LATAS DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL É provável que o mercado sueco de alimentação enlatada para crianças — de exploração industrial — aumente muito para o futuro, possivelmente até, em condições que favoreçam à exportação desse produto, disse o periódico sueco *Stockolms Tidningem* em estudo recente. Atualmente, um bebê sueco consome 80 latas de alimentação infantil em seu primeiro ano de vida nas cidades de Estocolmo, Gotemburgo e Molmo o índice é de 180 — enquanto que o bebê norte americano consome 500 latas durante o mesmo período (Jornal das Moças, 09/02/1961)

Em 11 de maio, mais uma novidade do mundo da medicina em constante progresso, a novidade da vez foi um adesivo para fechamento de incisão cirúrgica que prometia substituir com enorme eficácia e praticidade, os pontos com linha e agulha. De maio de 1961 até meados de agosto do mesmo ano, a coluna não voltou a ser publicada.

Os significados da ausência da pílula na coluna “Ciência e Medicina”

Durante décadas, esforços de cientistas de diferentes nacionalidades, ocorreram para que houvesse o desenvolvimento da primeira pílula anticoncepcional. Na década de 50, testes que hoje podem ter seus critérios éticos questionados, foram realizados em mulheres de Porto Rico e do Haiti (Silva, 2017, p.24). Em 1960 a primeira pílula anticoncepcional, o Enovid, começou a ser comercializada nos Estados Unidos, mas a compra deveria ser realizada com receita médica. A recepção ao uso do medicamento, bem como, sua comercialização, foram ocorrendo de maneiras distintas em diferentes países. Cabe ressaltar que a Igreja Católica foi contra o uso do método considerado artificial, influenciando assim, a opinião de muitas pessoas pelo mundo. No Brasil, o contraceptivo começou a ser comercializado no ano de 1962. De acordo com Pinky (2015), antes da pílula, na década de 50, as mulheres, especialmente as de classe média e alta, faziam o controle de natalidade por meio do sistema Ogino-Knauss, mais conhecido como tabelinha, de preservativos, do coito interrompido e outros métodos considerados naturais.

Como já mencionado, as análises realizadas para este texto, contemplaram os exemplares de 07 de janeiro de 1960 a 18 de agosto de 1961, um ano após o início da comercialização da pílula nos EUA. Apesar da ampla divulgação de medicamentos pela coluna durante o recorte temporal compreendido nas análises deste artigo, não foi feita qualquer referência à pílula contraceptiva. As mulheres, donas de casa mãe, leram sobre diversas questões de saúde e sobre novidades da medicina moderna, mas não encontraram nenhuma palavra sobre o funcionamento de seu ciclo reprodutivo e como uma nova droga poderia inibir

uma gravidez, propiciando assim, novas perspectivas de planejamento familiar e vivência da sexualidade.

É bem possível que essas leitoras tenham ficado sabendo da pílula por meio de outros veículos de comunicação ou por outras pessoas, mas o silêncio sobre o assunto num jornal popular por oferecer conselhos para as mulheres sobre o namoro, o casamento, vida conjugal e maternidade, também guarda significados. Porque o jornal não noticiava uma novidade como essa? Que questões podem ter motivado o silêncio? Será que havia o temor de o anticoncepcional ser perigoso? Seria por acaso, considerado prática imoral que iria contra o conselho do primeiro capítulo do Gênesis, “crescei e multiplicai-vos” 1:28? Haveria uma preocupação sobre uma possível liberdade sexual para mulheres solteiras?

A pílula anticoncepcional foi utilizada por pessoas saudáveis e com uma finalidade social, passou a estar relacionada com uma questão de “estilo de vida” (Silva, 2017, p.24). A possibilidade de planejamento familiar para além dos fins reprodutivos representou uma revolução na vida das mulheres daquele presente histórico e também das gerações futuras. Essas possibilidades eram novidades para todas as mulheres do mundo, portanto, não seria difícil imaginar que muitas mulheres pudessem ter interesse em saber sobre essa conquista científica. Como argumenta Débora Diniz, as mulheres da primeira “geração pílula” receberam a novidade com interesse na possibilidade de planejar quantos filhos teriam e quando viriam, a ideia de uma liberdade sexual ainda não era o interesse dominante.

Para a maioria das mulheres da chamada primeira “geração da pílula” nascidas entre 1940 e 1959), a chegada do anticoncepcional não foi vista pura e simplesmente como “conquista revolucionária” ligada à liberdade sexual. Seu uso por parte das mulheres era tido mais como algo necessário para o planejamento do número de filhos e, ao mesmo tempo, como um perigo à saúde por conta dos seus efeitos colaterais (Diniz, 2016, p.317)

Como discutido neste artigo, a coluna intitulada “Ciência e Medicina”, durante os meses que antecederam e os que sucederam a liberação comercial de um remédio que poderia mudar drasticamente o planejamento familiar, bem como, a relação das mulheres com sua própria sexualidade, não fez qualquer menção ao assunto. Ainda que no Brasil, a pílula anticoncepcional só tenha começado a ser comercializada em 1962, seria coerente que uma coluna sobre ciência e medicina, que habitualmente publicava novidades da medicina mundial, informasse suas leitoras sobre o assunto. No entanto, nas edições analisadas para este artigo, ficou evidente a preferência da coluna por alguns tópicos, dentre eles, novos medicamentos, sobretudo, antibióticos, novas vacinas e suplementos alimentares, tudo por meio de uma argumentação supostamente validada por opiniões de médicos estrangeiros.

Tendo o jornal um perfil de defesa de valores tradicionais da família, não seria bem uma surpresa que a novidade aparecesse sendo debatida ou mesmo criticada. A estratégia, contudo, foi o silêncio. Em outros veículos de comunicação como por exemplo, o Jornal do Brasil e até mesmo a Revista Claudia, também destinada ao público feminino, fizeram menções ao anticoncepcional. Cabe lembrar que a Revista Claudia também publicava conselhos para mulheres adotando uma perspectiva bastante tradicional de papéis sociais definidos em função do gênero. Para Eni. P. Orlandi a política do silêncio é o silenciamento e o silêncio tem significados (Orlandi, 2007). Nas palavras da própria autora:

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher [...] (Orlandi, 2007, p.29)

Desse modo, o silêncio de um veículo de comunicação tão popular sobre um tema tão relevante, ainda que polêmico para o contexto histórico da época, significa uma política adotada por uma mídia, uma política de silenciar o que poderia ser utilizado pelas mulheres em mais um passo rumo à emancipação individual e coletiva. Em contraposição ao silenciamento acerca da informação sobre uma revolução na vida reprodutiva das mulheres, é perceptível a idealização da leitora/mãe, à ela as informações científicas deveriam chegar e por ela deveriam ser aplicadas nos domínios do lar, assim, donas de casa e mães, estariam cumprindo seu papel na medicalização da sociedade. Dessa forma, a análise da fonte permitiu a percepção da ocorrência de um reforço do imaginário de um tempo impulsionado pelo progresso científico e de muitas novidades no campo da medicina e da saúde, ao mesmo tempo em que a grande descoberta da medicina para a vida feminina não se torna um assunto desse mesmo discurso sobre progresso científico e medicamentos. O silenciamento sobre um tema tão importante acerca da sexualidade e do planejamento familiar, fazia parte do imaginário que defendia uma maternidade compulsória, destino inquestionável e inevitável das mulheres felizes.

A coluna “Ciência e Medicina” omitiu de suas leitoras essa conquista tão revolucionária para a vida das mulheres, pois era um meio midiático para a defesa de valores tradicionais. Atualmente, o espaço nas mídias para informações e reflexões sobre a saúde da mulher, seus direitos reprodutivos e sobre o seu próprio corpo, ainda é atravessado por *tabus* e pela perspectiva patriarcal. A falta de acesso a esse tipo de informação restringe a cidadania feminina. Cabe ainda dizer que o silêncio também pode ser político.

Transformações sociais e desafios que persistem

Em mais de meio século que se passou, o perfil das mães mudou, porque as expectativas e representações sobre o feminino, bem como, relações de gênero mudaram. Cada vez mais mulheres entendem que a maternidade não deve ser aceita como compulsória, mas deve ser uma escolha pensada levando-se em consideração diversos fatores, essa transformação pode ser percebida inclusive nas estatísticas, já que a taxa de fecundidade no Brasil divulgada pelo IBGE em 2024 indica média de 1,57 filhos por mulher⁸, número bem distante dos 6,28 filhos de 1960.

A representação social da relação das mulheres com a ciência, evidentemente, também mudou. Durante boa parte do século XX, as mulheres cientistas, nas mais diversas áreas do saber, eram excepcionalidades em campos dominados por homens. O acesso à educação mudou, assim como os currículos mudaram, de acordo com Rosemberg (2016) a equivalência entre cursos secundários frequentados por homens e por mulheres só ocorreu com a LDB de 1971. Dados de 2023 mostram que no Brasil as mulheres já são maioria no ensino superior, outro indício importante dessa mudança é que de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), entre 2014 e 2017, no Brasil foram publicados cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.⁹ E atualmente, as mães cientistas, mulheres que enfrentam condições de produção específicas e desafiadoras, têm se organizado para apresentar suas demandas junto às instituições de pesquisa. Artigos, livros, grupos de trabalho e páginas na internet já existem com o tema das mães cientistas. A Lei Ordinária nº 14.925/2024, assinada em 17 de julho de 2024, dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção. Como pode se notar, hoje, a representação acerca da relação das mulheres com a ciência foi totalmente ressignificada em função de transformações sociais e culturais.

⁸ Dados disponíveis no site Agência IBGE Notícias. Link de acesso: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041#:~:text=Destaques,1%2C57%20filho%20por%20mulher.>

⁹ Dados disponíveis em reportagem da Agência Brasil. Link de acesso: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-03/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil>

Sobre as informações acerca de contraceptivos e direitos sexuais e reprodutivos, evidentemente houve avanços significativos, entretanto, ainda existem grandes desafios. Ainda hoje, 65 anos depois da primeira pílula anticoncepcional ser liberada, ainda é insuficiente o acesso das mulheres brasileiras a informações claras e seguras sobre contracepção. Com tantos métodos contraceptivos hoje existentes e disponíveis no mercado, pode parecer que atualmente as mulheres já conhecem com propriedade os meios de evitar uma gravidez indesejada, já foram suficientemente educadas e informadas sobre o assunto.

Mas essa mulher informada, empoderada e com acesso ao conhecimento e aos métodos contraceptivos, apesar de existir, não é uma identidade grande parte das mulheres com vida sexual ativa, é antes de tudo, um ideal a ser buscado e como argumenta Joan Scott: “[...]onde há evidência do que parece ser identidade perene e imutável, existe uma história que precisa ser explorada (Scott, 2024, p.101)”. Logo, a história das mulheres do tempo presente e suas lutas por seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como pela soberania sobre seu próprio corpo, ainda tem muitas páginas a serem escritas.

De acordo com dados do SUS de 2023, 44 bebês nascem por hora no Brasil, filhos de mães adolescentes, o que demonstra a importância de ações de toda a sociedade, Estado, escolas e mídias, para informar e educar para a vivência da sexualidade de maneira segura. Cabe ainda ressaltar que a educação para a prevenção de gravidez e ISTs também deve ser ofertada aos meninos, que também tem responsabilidade sobre contágio de doenças, bem como sobre um possível filho.

De acordo com reportagem da CNN em 2024, entre janeiro e o início de novembro, o SUS distribuiu cerca de 22,3 milhões de unidades de contraceptivos, entre eles, o mais procurado foram comprimidos orais Etinilestradiol + levonorgestrel (0,03 + 0,15)mg, blister com 21 comprimidos (pílula combinada). De acordo com o Ministério da Saúde, os métodos anticoncepcionais são escolhidos de acordo com a preferência do paciente do SUS, que obtém informações sobre o funcionamento de cada um durante uma consulta individual.

Uma notícia de setembro de 2024 publicada no site da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), informa que cerca de 62% das mulheres entrevistadas afirmaram ter experimentado pelo menos uma gestação não planejada. Sobre a dificuldade em prevenir a gestação, 34% disseram “não fazer o uso do método”, 27% apontaram “falha do método” e 20% o “uso de maneira errada”. A notícia veiculada pela associação médica, destaca ainda que a importância do planejamento familiar vai além da simples prescrição de um contraceptivo, é preciso que as pessoas tenham acesso às informações. Ainda há dificuldade de acesso a informações confiáveis e específicas sobre a saúde da mulher e o

funcionamento do ciclo reprodutivo e de métodos contraceptivos. Assuntos como menstruação e menopausa, ainda ganham pouco espaço nas mídias. As redes sociais, é verdade, têm ajudado a divulgar conhecimentos sobre estes temas, bem como, naturalizar os debates, mas ainda é comum que mulheres desconheçam o próprio corpo, assim como, os benefícios, o funcionamento e os efeitos colaterais de tratamentos aos quais se submetem.

Considerações finais:

Conhecimento e ignorância também fazem parte dos jogos de poder presentes nas relações de gênero. As análises realizadas demonstram que a coluna “Ciência e Medicina” foi um meio utilizado, inclusive, pela autoridade de discursos supostamente comprometidos com o avanço da ciência para o reforço de estereótipos que definem a maternidade como destino natural e necessário para todas as mulheres. Também contribuiu para o que, como anteriormente citado, Matos (2018) definiu como “maternidade científica”, ou seja, a consolidação das mães como agentes de saúde familiar, assumindo como sua responsabilidade, a deflagração de guerra contra microrganismos invisíveis e contra a desnutrição, com a ajuda das novidades da indústria farmacêutica.

Em contraposição a essa proliferação de temas que articulavam a maternidade e a saúde, não fizeram parte da coluna “Ciência e Medicina” informações sobre o corpo e os ciclos reprodutivos da mulher, bem como sobre o novo medicamento capaz de inibir a ovulação, apesar de como demonstrado, a seção tratar frequentemente de novidades farmacêuticas. Como discutido, essa ausência tem significados históricos relacionados ao controle do corpo e do comportamento feminino. A dominação masculina dá-se também pelo saber e a cada tempo histórico as mulheres, são socializadas para acreditarem, conhecerem, e acreditarem em discursos que favorecem a conservação de uma ordem patriarcal, ainda que esta, tenha atualmente, uma rica coleção de disfarces.

Pela investigação realizada conclui-se que historicamente os silenciamentos e omissões sobre o corpo e a sexualidade femininas, têm sido ressignificados e os objetos e meios utilizados para a continuidade da opressão às mulheres são variados. As fontes utilizadas pelas historiadoras e historiadores que se dedicam a este campo são múltiplas, o próprio “Jornal das Moças” já foi contemplado em muitas pesquisas. Ainda assim, com tantos anos de publicação semanal, ainda estão abertas muitas possibilidades de investigação dessa revista que atuou

fortemente no reforço de imaginários patriarcais, bem como, na produção da fantasia do casamento como forma de sucesso incontestável na vida de uma mulher.

A noção de ciência da coluna investigada esteve intimamente ligada à ideia de “novidade” e da valorização dos experimentos e da opinião estrangeira. Mais do que qualquer outro assunto ou solução, os remédios foram o grande destaque sobre os quais as mulheres deveriam estar informadas, sobretudo, os que se relacionassem com alguma questão da saúde infantil. Não se pretende aqui uma negação da identidade materna enquanto perspectiva legítima para o feminino e o feminismo, contudo, ainda é preciso historicizar as estratégias de redução do papel social das mulheres à reprodução e criação dos filhos, assim como, compreender como o acesso à informação e ao conhecimento poderiam e podem ajudar a desconstruir essa representação.

Investigar a historicidade de discursos repletos de representações e práticas de gênero são fundamentos das epistemologias feministas, que ainda tem por base o que Scott define como “um incessante questionamento” que nos coloca em movimento, “de objeto a objeto”. Ainda de acordo com a autora, é essa “a maneira com que a paixão do espírito crítico feminista se mantém viva” (Scott, 2024, p.67). Este espírito crítico fundamenta a história escrita sobre as mulheres e contribui para que ela seja um meio para transformação social e emancipação feminina.

Referências Bibliográficas:

CAMPOS, A. L. V. de; NASCIMENTO, D. R. do e MARANHÃO, E. A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol 10 (suplemento 2): 573-600, 2003.

DANTAS, Jurema Barros. Tecnificação da vida: uma discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21 – n. 3, p. 563-580, Set./Dez. 2009.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. - São Paulo : Ática, 2014.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. São Paulo: Hucitec, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PATOU-MATHIS, Marylène. *O homem pré-histórico também é mulher: uma história da invisibilidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

MEDEIROS, Kênia E. G.

Coluna "Ciência e Medicina": conhecimentos científicos no Jornal das Moças no contexto de liberação da pílula anticoncepcional (1960-1961)

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla Pinsky (orgs.)10.ed. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: BASSANEZI, Carla Pinsky; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

SCOTT, Joan Wallach. *A fantasia da história feminista*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2024.

SILVA, Cristiane Vanessa da. *Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960*. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2017.

Internet:

<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>. Acesso em 10 de fev.de 2025.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em 13 de fev. de2025.

<https://www.fcc.org.br/repositorios/trabalho-mulheres>. Acesso em 09 de fev.de 2025.

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sus-distribuiu-mais-de-22-milhoes-de-contraceptivos-em-2024/> Acesso em 01 de mar.de 2025.

<https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/1946-falta-de-informacao-e-uso-incorreto-de-metodos-anticoncepcionais-tem-impacto-direto-no-planejamento-familiar> Acesso em 08 de mar. de 2025.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil> Acesso em 05 de mar. de 2025.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041#:~:text=Destaques,1%2C57%20filho%20por%20mulher>. Acesso em 27 de fev.de 2025.

Submetido em: 14/03/2025

Aceito em 23/05/2025

Cinema de Mulheres no Brasil: A representação feminina no filme *Os Homens que eu tive* (1973)

*Women's Cinema in Brazil: The female representation in the film *Os Homens que eu tive* (1973)*

*Cine de mujeres en Brasil: La representación femenina en la película *Os Homens que Eu Tive* (1973)*

Bruna Marques Ribeiro Drisostes¹

Laila Brichta²

Resumo: O artigo investiga a representação feminina através da análise do filme *Os Homens que Eu Tive* (1973), de Teresa Trautman. Utilizando o conceito de Cinema de Mulheres, investiga o cinema como construtor e (re)produtor de discursos sobre as relações de gênero. Contextualizando a produção cinematográfica brasileira dos anos 1970 e os discursos sobre a liberação feminina no debate político da época. Espera-se que o estudo traga uma perspectiva de gênero e das relações de poder no cinema em um período de escalada autoritária no Brasil.

Palavras-chave: Historia e Cinema; Gênero; Feminismo; Audiovisual.

Abstract: The article investigates female representation through the analysis of the film *The Men I Had* (1973), by Teresa Trautman. Using the concept of Women's Cinema, it examines cinema as a constructor and (re)producer of discourses on gender relations. It contextualizes Brazilian film production of the 1970s and the discourses on women's liberation in the political debate of the time. The study is expected to provide a gender perspective and an analysis of power relations in cinema during a period of authoritarian escalation in Brazil.

Keywords: Cinema and History; Gender; Feminism; Audio-visual.

Resumen: El artículo investiga la representación femenina a través del análisis de la película *Los hombres que tuve* (1973), de Teresa Trautman. Utilizando el concepto de Cine de Mujeres, se analiza el cine como constructor y (re)produtor de discursos sobre las relaciones de género. Se contextualiza la producción cinematográfica brasileña de los años 70 y los discursos sobre la liberación femenina en el debate político de la época. Se espera que el estudio aporte una perspectiva de género y de las relaciones de poder en el cine durante un período de escalada autoritaria en Brasil.

Palabras clave: Historia y Cine; Género; Feminismo; Audiovisuales.

¹ Mestra (PPGH - Programa de Pós-graduação em História), pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – BA. <https://orcid.org/0009-0005-6934-7488>. E-mail: brunadrisostes@gmail.com.

² Possui graduação em Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1997), graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Campinas (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e doutorado em História pela UNICAMP (2012). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, África, Cultura e Política. E-mail: lailabrichta@gmail.com.

Entre o Cinema, Gênero e Cinema de Mulheres

A segunda metade do século XX foi marcada por um contexto político e cultural de disputas e movimentações sociais que fomentaram, não apenas questionamentos acerca das normas estabelecidas na sociedade, mas propuseram uma reorganização social e uma busca por novos horizontes epistemológicos. Observando tais questões na produção cultural, notamos um experimentalismo na linguagem e na forma da composição técnica que se apresentavam em algumas produções artísticas. Sendo assim, o cinema se apresentava como um local de disputa, de questionamento e, também, de exploração da diversidade das dinâmicas sociais.

Partindo das experiências pessoais e coletivas, o cinema produzido por mulheres promoveu questionamentos sobre a construção da narrativa cinematográfica, dos estereótipos de gênero e da subalternidade feminina que os filmes ajudavam a legitimar. Segundo Robert Stam (1999), as teóricas feministas que se debruçaram sobre a produção cinematográfica apontavam como o cinema estava imbuído de idealizações do ser mulher, em geral dualizado entre a “santa madre” ou “a pecadora” e entre as “asexualizadas” ou as “hipersexualizadas” cuja expressão sexual sugeriria uma força fatal, que serviria para a perdição ou ascensão das personagens masculinas no filme.

Desde suas primeiras produções, a trajetória do cinema produzido por mulheres sinalizava um ponto de vista que se contrapunha a uma perspectiva hegemônica da representação das mulheres. Remontando às primeiras experiências do cinema feminino, o filme *As Consequências do Feminismo* (1906), da francesa Alice Guy Blachè, apresenta uma sociedade cujos papéis de gênero foram invertidos, com mulheres exercendo atividades consideradas masculinas enquanto os homens ficavam incumbidos das atividades domésticas.

A película, apesar das críticas controvertidas que recebeu, que ora a interpretam como uma sátira dos temores dos homens aos avanços dos direitos femininos e ora como uma crítica ao próprio movimento feminista, segundo Pereira (2014) ainda elabora uma reinterpretação dos papéis de gênero. Assim se passa com a película *A Sorridente Madame Beudet* (1922), da também cineasta francesa Germaine Dulac, que traz discussões da perspectiva feminina sobre o modelo de casamento burguês, ao apresentar uma dona de casa tradicional, cujo tédio da vida fútil provoca o desejo de tentar provocar que o marido se suicide. Tais filmes expressam uma diversidade da experiência feminina através de narrativas satíricas ou dramáticas. De qualquer forma, encontramos neles uma representação da mulher divergente da mocinha complacente ao homem, personagem tão cara nos primeiros anos do cinema mundial.

Foi a partir da década de 1960 que o cinema feito por mulheres começou a tomar um corpo teórico e metodológico, especialmente a partir das críticas feministas. O embasamento

veio por meio das teóricas do gênero que trouxeram a discussão da *representação* como uma forma de controle social, cujo discurso reforçava uma posição subalterna da mulher; e o fundamento metodológico surgiu por meio da prática dessa perspectiva, de forma que as mulheres cineastas construíram novas linguagens e olhares sobre si e sobre o outro. Foi o desenvolvimento desses novos olhares sobre a condição feminina e o conjunto de práticas cinematográficas presentes na produção fílmica que fizeram surgir a categoria do Cinema de Mulheres.

Uma vez que, ao longo da história do cinema, sempre existiu a produção de filmes sobre mulheres, o Cinema de Mulheres passou a questionar os discursos tradicionais dessas películas, buscando apresentar as mulheres como sujeitos ativos tanto nas narrativas quanto na produção cinematográfica:

Percebemos neste ponto a distinção entre os “filmes de mulheres” e o “cinema de mulheres”, podendo a primeira modalidade ser realizada também por homens. “Mesmo que ofereçam possibilidades de identificação positiva às mulheres, os novos filmes de mulheres não estarão, em última instância, tratando diretamente questões que o feminismo coloca ao cinema quanto a sua representação” (Kuhn, 1993 [1976]: 58). Sendo assim, podemos compreender o “cinema de mulheres” como o mais representativo do movimento feminista (Ana Maria VEIGA, 2013, p. 137).

Os filmes de mulheres, mesmo que toquem em pontos que concernem a discussão da vivência feminina, ainda podem carregar consigo limitações e problemáticas referentes aos modelos de sua produção e narrativa que se aproximam de uma perspectiva criticada pelas teóricas feministas de cinema, pois filmes de mulheres é uma temática em si, não uma nova abordagem do cinema. Em contrapartida o Cinema de Mulheres se apresenta como uma forma de produzir cinema, que se aproxima dos modelos mais críticos de produção e pós-produção, a partir de um panorama feminista crítico aos modelos de gênero. Pensando nesta perspectiva, o cinema “tradicional”, produzido em grande escala para a maximização do lucro, apresenta elaborações da ideologia dominante; já o cinema alternativo se apresenta como um contraponto, um rompimento de um posicionamento político e estético:

[...] O cinema alternativo por outro lado cria um espaço para o aparecimento de um outro cinema, radical, tanto num sentido político quanto estético e que desafia os preceitos básicos do cinema dominante [...]. Um cinema de vanguarda estética e política é agora possível, mas ele só pode existir enquanto contraponto (Laura MULVEY, 2003, p. 439).

Partindo desta perspectiva, o Cinema de Mulheres também se compreende como um espaço de disputa de narrativas de gênero, no sentido de contrapor as representações das relações de gênero. Assim sendo, o Cinema emerge como dispositivo narrativo e como uma

tecnologia social. Segundo Teresa de Lauretis (1994), o gênero é produzido a partir de diversas tecnologias sociais, por meio de discursos e práticas. O cinema aparece como uma destas tecnologias de gênero, aparelhando discursos que educam os expectadores a perceberem as diferenças e os lugares que cada indivíduo deve ocupar na estrutura social.

Pensar o Cinema de Mulheres na ordem do discurso, sinaliza como esse cinema cumpre uma função “deseducadora”, no sentido de embaralhar as noções pré-concebidas dos comportamentos de homens, mulheres e gêneros dissidentes. Essa função deseducadora reflete o caráter vivido do gênero, como ressalta Joan Scott (1986), compreendendo as categorias *homem* e *mulher* enquanto categorias que não apresentam um significado definitivo e, sim, categorias que estabelecem uma série de significados resultantes dos processos políticos e das disputas existentes entre os agentes históricos pelo controle da narrativa do gênero. Assim, o Cinema de Mulheres instituiu uma relação de disputa com os discursos hegemônicos, a partir de novas representações das mulheres na sociedade, condensando anseios e questionamentos decorrentes dos debates feministas.

Representação da mulher no cinema brasileiro: um caso do filme *Os Homens que eu tive*

Se uma marca das décadas de 1960 e 1970 em quase todo o mundo foi a transformação nos comportamentos e costumes sociais, o Brasil e boa parte da América Latina vivia essas transformações em meio a Ditaduras Militares que tinham como um dos seus pilares discursivos a defesa da moral e dos bons costumes. No Brasil, o *Ato Institucional I* decretado em 1964 inaugurava a Ditadura Militar no país, retirando direitos que haviam sido democraticamente constituídos. Através deste Ato, observa-se o ideal de nação que os militares propunham:

O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral³ do Brasil (BRASIL, 1964).

O modelo de nação que os militares propunham e que justificou a sistematização de aparatos repressores e de censura, como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social),

3 *Grifo nosso.*

os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) e o DCDP (Divisão De Censura De Diversões Públicas), não foi exatamente aquele apresentado pelas produções culturais, tanto aquelas do *mainstream* como as de contracultura. Na verdade, no Brasil houve uma enxurrada de produções artísticas cujo motor estético e narrativo era o erotismo e a sexualidade. Se no discurso oficial, que vinha dos órgãos do governo, a moral e os bons costumes deveriam seguir noções conservadoras de família e sexualidade, as imagens veiculadas no período por meio principalmente da publicidade apontavam para uma maior liberdade sexual, incluindo a sexualidade feminina e as relações entre homens e mulheres.

As propagandas veiculadas em revistas, jornais, televisão e cinema que tinham como objetivo a venda de algum produto ou serviço e, portanto, a geração de lucro para aqueles que as encomendavam, explorara incessantemente o tema da sexualidade. Neste sentido, a questão econômica implicaria na permissividade do regime político ditatorial à veiculação de imagens e discursos que sugestionavam valores considerados pelo próprio regime como imorais:

O crescimento econômico devido ao milagre econômico (o crescimento da economia) não poderia ser contido, e por isso, a existência de uma forte dicotomia entre os valores liberalizantes e os morais. Assim, a publicidade ganhou, durante o período, uma maior liberdade para estimular os clientes, através da tendência de liberação sexual e corporal, do que a própria imprensa (Giselle Bischoff GELLACIC, 2018, p. 55).

Os discursos e as imagens que sugestionavam uma liberação da moral, estampados nas revistas em forma de propaganda que explorava a sexualidade, não provocavam o questionamento político das estruturas sociais do regime, que estava baseado na família nuclear heteronormativa. Isso permitiu que o regime ditatorial mantivesse sua imagem vinculada “à moral e aos bons costumes” tradicionais e olhasse para qualquer manifestação dissonante ao modelo familiar burguês heteronormativo como algo subversivo e que atentava contra a ordem moral vigente.

De certo, obras cinematográficas que não eram uma crítica social passaram pelo crivo da censura, sendo nítido que o cinema brasileiro acabou por produzir e circular discursos considerados pelo regime como subversivo, mesmo quando não estavam fazendo uma crítica direta ao regime ou a moral vigente. Em 1969, o decreto-lei nº 862 designava a criação da Embrafilmes, empresa estatal que financiou e divulgou boa parte dos filmes no Brasil até fins da década de 1980. A intenção das políticas culturais do período militar era de apropriação de símbolos e reforço ideológico que representasse a questão nacional. Eram elementos que vinham sendo utilizados desde a Era Vargas para a idealização do “povo brasileiro” como

pacifista e unitário, símbolos como o futebol, o cinema nacional e a música popular (André Piero GATTI, 2007).

Foi com a Ditadura Militar, contudo, que o sistema de controle ideológico tentou ser mais eficiente, quando da criação de estruturas de financiamento econômico do Estado Brasileiro para os produtores cinematográficos. É nesse momento que a Embrafilmes encabeçou projetos que viabilizaram a distribuição nacional dos filmes nacionais: “A Embrafilme acrescentaria à suas atribuições a co-produção, a exibição e distribuição de filmes em território nacional, a criação de subsidiárias em todo campo da atividade cinematográfica e o financiamento da indústria cinematográfica (filmes e equipamentos) etc.” (AMANCIO, 2007, p. 176).

O crescimento da Embrafilmes como aparelho cultural do Estado, aliado a um *boom* econômico dos anos de 1970 no Brasil, fomentou um processo de industrialização do cinema nacional. Influenciado principalmente pela circulação das comédias eróticas italianas e pela retomada da estética da chanchada - estilo cinematográfico brasileiro célebre entre os anos 1930 e 1950 que tinha o carnavalesco com elementos de filmes policiais como seu principal motor narrativo (AUGUSTO, 1989) — o cinema brasileiro passou por um período em que o erotismo era sua principal característica, tanto em termos narrativos quanto propagandísticos, ou seja, mesmo que fosse apenas para alavancar as vendas.

Esse cinema passou a ser nomeado de Pornochanchada⁴ e se tornou, durante a década de 1970, a maior expressão de bilheteria cinematográfica no Brasil. Segundo Nuno Cesar Abreu (1996), o marco temporal do início da pornochanchada se deu com os filmes *Os Paqueras* (Reginaldo Farias, 1969); *Adultério à Brasileira* (Pedro Cardoso Ruvai, 1969); *Memórias de um Gigolô* (Alberto Pieralisi, 1970). Eram produções independentes, mas que referenciaram a forma como os filmes de pornochanchada floresceram, ao apresentarem um cinema com uma forte paisagem urbana e com elementos humorísticos sexualizados.

De início, a pornochanchada era entendida como filme de comédia erótica produzida no Brasil. Contudo, o avanço deste cinema expandiu o *hall* de subgêneros como *western*, terror, drama, dentre outros. Registra-se que a expansão do cinema de pornochanchada esteve ligada ao modo de produção dos filmes: empresas produtoras concentradas no mesmo espaço e operando a baixo custo orçamentário, o que viabilizava a produção de filmes em larga escala.

4 O termo Pornochanchada (pornô + chanchada) foi utilizado pela primeira vez em 1970 por críticos de cinema como forma pejorativa aos filmes produzidos na “Boca do Lixo”.

Acrescenta-se que o modelo adotado durante a ditadura Militar de controlar a produção cultural - com criação de leis orçamentárias e reserva de mercado para o cinema nacional, que estabelecia uma cota de filmes brasileiros a ser reproduzido no cinema e na televisão - contribuiu para o crescimento da cinegrafia das pornochanchadas.

O grande chamariz para a popularização da pornochanchada foi a exploração da sexualidade, mais especificamente, da sexualidade feminina. As personagens mulheres desses filmes eram de estereótipos diversos: virgens, casadas, “mulatas”, estudantes, freiras etc. O número dessas personagens é enorme e vem do fértil imaginário brasileiro. E mesmo parecendo personagens tão diversas e diferentes, um elemento que as une é a característica de serem mulheres que representam uma sexualidade feminina latente e voltada ao olhar masculino.

Esse apelo das pornochanchadas através da exploração da sexualidade por um lado respondia a um anseio de consumo da própria sexualidade, surgidos no contexto de uma profunda revolução dos costumes, comportamentos e da flexibilização das relações sociais da segunda metade do século XX em boa parte do mundo ocidental; por outro lado, refletia a forma como a sociedade brasileira estava considerando alguns avanços na questão da autonomia sexual das mulheres e permanecia subordinando essa autonomia aos desejos masculinos. Desta forma, a pornochanchada apresentava essa dualidade: mesmo performando o discurso de “liberação sexual” em sua aparência e forma, em suas entrelinhas, em seu discurso mais profundo, apresentava-se bastante conservadora nas ideias e nos costumes.

É por esta razão que encontramos nas pornochanchadas representações femininas com um discurso ambíguo de sexualidade, pois tanto voltadas à um público feminino para o qual as personagens mulheres apresentavam a posição social que elas deveriam desempenhar na sociedade; quanto ao público masculino (o principal consumidor das pornochanchadas) que deveria acessar as mulheres através dos seus corpos, por meio do olhar: “As mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a que se possa dizer que conota a sua condição de ‘para ser olhada’”(MULVEY, 1983, p. 444).

Em meio a efervescência desses filmes nacionais que representavam e exploravam incansavelmente a sexualidade feminina, as produções feitas por mulheres no Brasil já estavam rediscutindo as dinâmicas de gênero e de sexualidade na sociedade. A partir da década de 1970, observa-se um crescente número de filmes de diretoras brasileiras e se ainda bem inferior ao número de seus pares masculinos, não se pode negar sua existência, relevância e impacto (Fernão RAMOS; Luís Felipe de MIRANDA, 2000). Alguns exemplos são: *A Mestiça*, de Lenita Perroy (1973); *O segredo da Rosa*, de Vanja Orico (1973); *Os homens que eu tive*, de

Tereza Trautmann (1973); *Encarnação*, de Rose Lacreta (1974); *Cristais de Sangue*, de Luna Alkaly (1976); *Marcados para viver*, de Maria do Rosário (1976); *Feminino Plural*, de Vera de Figueiredo (1976); *A mulher que põe a pomba no ar*, de Rosângela Maldonado (1978); *Mar de Rosas*, de Ana Carolina (1977); *Samba da criação do mundo*, de Vera de Figueiredo (1978). Essas diretoras estavam na vanguarda do cinema brasileiro, majoritariamente produzido por homens.

Tais produções femininas, no contexto brasileiro, traziam consigo não apenas uma contraposição ao cinema hegemônico, mas, também, incorporavam uma certa estética brasileira do cinema. Em *A mulher que põe a pomba no ar*, Rosângela Maldonado construiu uma narrativa que aborda a sexualidade feminina como elemento de terror masculino, ao trazer a história de uma cientista que odeia o gênero masculino e acaba por arquitetar um plano de vingança com mais três mulheres. Apesar de seu filme ser avaliado como uma comédia que mescla terror e ufologia, as escolhas estéticas da cineasta aproximam-no do que era produzida pela pornochanchada, com um forte apelo erótico focado no corpo feminino e, ao mesmo tempo, uma sexualidade que não poderia ser totalmente exposta.

O filme *Os homens que eu tive* (1973) é lançado nesse cenário, emergindo entre censuras e rebeldia. A diretora, Teresa Trautman, buscava questionar os modelos de relacionamento, maternidade, relações sociais, entre outros temas que estavam sofrendo alterações a partir das transformações dos costumes e comportamentos sociais. Em um artigo de 1972, época da produção do filme, a diretora expôs seus anseios acerca de um novo momento das interações sociais, em que a vontade pessoal não estaria estabelecida por regras deterministas e refletindo as intenções da sua produção: “No meu cinema, quero mostrar o mundo encantado que vem por aí. Quero que ele dê às pessoas uma vontade de viver”. (Revista Manchete, 1972, p. 140). Com o filme *Os Homens que eu tive* foi que a cineasta ganhou visibilidade, tanto pela história, que desafiava os padrões tradicionais de comportamento, quanto pelo seu percurso entre a censura decretada em 1973 e sua liberação para circulação nacional, em 1981⁵. Produzido pela Ipanema Filmes e Thor Filmes, empresa formada por Trautman e Alberto Salvá, o longa narra a história

5 Além do filme *Os homens que eu tive* (1973), Teresa Trautman também produziu e atuou nos filmes: *Fantasticon: os Deuses do Sexo* (1970); *Os Maníacos Eróticos* (1975); *As Deliciosas Traições do Amor* (1975); *O Caso Ruschi* (1977); *Ana, a Libertina* (1975); *Revólveres não cospem flores* (1972); *Sonhos de Menina Moça* (1988).

de Pity, uma moradora do bairro de Copacabana no Rio de Janeiro que acaba possuindo relacionamentos com diversos homens.

O filme *Os Homens que eu tive* carrega uma experiência coletiva feminina sobre processos que envolvem as percepções de autonomia feminina e novos modelos de “ser mulher”. A personagem principal, Pity, expõe novos modelos de relacionamento afetivo, que traz a narrativa da mulher liberada, termo utilizado no contexto brasileiro no período entre as décadas de 1960 e 1970 para descrever um estereótipo de mulher influenciada pelas conquistas do movimento feminista. Uma mulher liberada seria uma pessoa cuja sexualidade estaria liberta do padrão tradicional. Essa mulher, no entanto, estava sendo fortemente associada com as mulheres de classe média. A personagem principal, por exemplo, foi inspirada em Leila Diniz, atriz brasileira cujos posicionamentos sobre a sexualidade provocaram grande impacto na década de 1960. As relações da experiência fílmica e as experiências pessoais perpassam as articulações entre as formações ideológicas e as formações sociais por onde os sujeitos transformam o cinema “[...] um aparato material e uma prática significadora em que o sujeito é envolvido, elaborado, mas não esgotado” (Teresa DE LAURETIS, 1994, p. 99).

A boa recepção pela crítica levou *Os homens que eu tive* a percorrer os circuitos de cinema no Brasil. Foi indicado pelo Júri Nacional de Cinema de 1973 para o prêmio de Qualidade, além de, posteriormente, ter sido levado para as salas de cinema do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte e programado para estrear em setembro de 1973, em São Paulo. Contudo, duas semanas de exibição do filme em Belo Horizonte foram o bastante para que a história de Pity passasse pelo escrutínio da Censura, permanecendo proibido de circular até 1981. Para a Censura, o que foi considerado crime contra os costumes no filme de Teresa Trautman foi a representação da mulher que fazia o que desejava sem sobrepor à sua vontade os modelos tradicionais de relacionamento e sexo. Em 1975, o diretor do INC (Instituto Nacional de Censura) solicitou a Trautman que modificasse o título do filme de *Os Homens que eu tive* para *Os Homens e eu*, para que assim pudesse ser reexaminado. A retirada do verbo “ter” nessa proposta enfatiza que para as mulheres não estava reservado o direito de ter o controle das dinâmicas do relacionamento.

Movimentos feministas e o cinema de mulheres brasileiro

A ideia de um corpo livre foi precedida pelas disputas no que diz respeito a autonomia e a liberdade sexual da mulher. A chamada Segunda Onda do Feminismo trouxe consigo uma politização das relações intrapessoais, simbolizado pelo slogan que ficou muito popularizado

nos anos 1970 “O Pessoal é Político”⁶. Desta forma, os temas relacionados à sexualidade, à maternidade e ao corpo acabaram tomando o centro dos debates das lutas das mulheres a partir da década de 60. Na ficção cinematográfica *Os Homens que eu tive*, a protagonista Pity difunde uma ideia e uma prática dessa autonomia feminina que se debatia na sociedade. Ela conhece o próprio corpo e o seu desejo é respeitado, transitando entre os relacionamentos. Nas cenas iniciais do filme, sua amiga Bia apresenta-lhe o amigo Torres e eles conversam descontraidamente, evoluindo para um flerte e que termina com Pity rejeitando-o. Em outro momento, ela seduz Peter ativamente, propondo a formação de uma relação casual.

O comportamento expressivo de Pity imprimiu no Cinema de Mulheres brasileiro certas premissas feministas, construindo uma representação de mulher multifacetada, em contraposição às narrativas do cinema tradicional, pois se buscava “[...] uma mulher representada enquanto sujeito complexo, em uma multiplicidade de papéis e que se distancie da construção do discurso patriarcal oficial” (KAMITA, 2017, p. 4). Entretanto, para a Censura do período seu comportamento autônomo a fez ser caracterizada como “mulher leviana” e o filme como “uma película com conteúdo amoral, baseado no adultério” (PARECER DE CENSURA 3612/73).

Para a Censura, o comportamento de Pity era agressivo, histérico, obsceno. O parecer 4680/75 destaca os seguintes elementos: “Mulher casada troca a segurança do lar e do marido por vida libertina, prostituída [...] reencontra-se, com o amante, digo, com o marido que sempre lhe dera cobertura para todos os atos de prostituição e pouca vergonha” (PARECER DE CENSURA 4680/75).

O parecer continua com os seguintes adjetivos: *mulher prostituída, insaciável mulher, pornográfico, cínico e amoral*. O termo *insaciável mulher* se correlaciona com a ideia de que a sexualidade feminina era vista como algo a ser controlado, e o desejo feminino visto como elemento desviante:

[...] um risco iminente, ao se adotar um comportamento mais liberal, o de ser interpretada como ninfomaniaca. Na verdade, isso significa que, para muitos da sociedade brasileira, as mulheres que adotassem uma atitude mais ousada com relação à sexualidade, seria interpretada por muitos como doente (GELLACIC, 2018, p. 99-100).

6 *The Personal is Politic* foi um slogan feminista da década de 1970, derivado de um ensaio feminista de 1969, escrito pela feminista Carol Hannisch, ver Márcia Tiburi. *Filosofia prática*. Rio de Janeiro: Recordo, 2016.

Contudo, o comportamento de Pity estava mais próximo de um anseio social de uma juventude que estava vivenciando novos desejos advindos da difusão de discussões sobre sexualidade e autonomia, que questionavam, inclusive, a posição social da mulher no casamento. A pesquisa produzida pela *Revista Ele&Ela* em 1974 e presente no artigo “O que os jovens pensam sobre casamento?”, realizada com 300 jovens brasileiros, anunciava mudanças das expectativas na relação conjugal: “E as vantagens do casamento? Os jovens deram centenas de respostas, mas uma delas foi especialmente marcante: pretendem um amigo (a) - 14% dos entrevistados. Outras opções são: realização sexual - 7,3% - estabilidade emocional – 1,3% - ter um lar - 9,3%” (O QUE OS JOVENS..., 1974, p. 7).

Ao dar visibilidade às diversas percepções sobre o matrimônio, o periódico não torna o resultado definitivo, pois a realidade é atravessa por múltiplas perspectivas. Entretanto, a existência da pesquisa, cujo discurso enfatiza a dinâmica mais liberal das relações, expunha a circulação de novos modelos de comportamento e revela que, mesmo com as novas dinâmicas, a importância dada ao “lar”, ao ambiente doméstico, ainda era muito grande, sendo a opção “ter um lar”, correspondente à 9,3% dos entrevistados. Em contrapartida, o casamento, em seu aspecto negativo, representava para os jovens entrevistados “a perda da liberdade” (O QUE OS JOVENS..., 1974, p. 7).

Voltando ao filme, que é uma possível representação da realidade, ao convidar a personagem Sílvio para morar com ela e Dode, Pity diz que tem receio de sua liberdade ser tomada por um relacionamento: “Não sei se te conto. É capaz de você assumir meu marido e me deixar trancada em casa” (12:30 min). Outras passagens do filme relacionam o matrimônio a uma forma de prisão, com associações de “estar casada” e “sentir-se morta”: o amor romântico como posse e o casamento como restringido à vida doméstica.

Os homens com quem Pity mantém relacionamentos são envolvidos pelo espaço do lar. São convidados a dividirem a vida de Pity e, conseqüentemente, seu lar, contudo sem se tornarem donos dele. A proposição de uma relação sem hierarquias aparece também na forma da dinâmica dos cômodos e, em especial, do quarto do casal, símbolo da vida em matrimônio na família tradicional. Pois o “quarto do casal” dá lugar a dois quartos separados, onde Pity e Dode dormem, transitam entre eles e onde os jogos de sedução ocorrem.

A possibilidade de uma relação de posse entre Pity e os homens que ela teve se fez presente com a construção psicológica das personagens masculinas no filme. Ao inseri-los em uma dinâmica de amor livre, em que aproveitavam as benesses deste tipo de relacionamento — como a de estabelecer outras ligações afetivas — a diretora expôs como os homens, mesmo os que afirmavam como “modernos”, mantinham uma perspectiva de controle em relação a

mulher. Nesta questão está embutida a dupla moral sexual da sociedade brasileira, que estabelecia aos homens a liberdade de vivenciarem plenamente sua sexualidade, enquanto determinava para as mulheres uma posição de objeto do prazer masculino. O controle dos homens sobre a sexualidade feminina aparece no filme em falas como a de Dode quando discute com Peter sobre Pity, ao não reconhecer nele uma fraternidade masculina: “Tá bancando o super macho agora? Virou defensor da mulher dos outros?” (1:17:31 min). Em outro momento, Dode encontra Pity com Silvio em seu quarto e pronuncia o seguinte pensamento possessivo: “Tá doido? Aqui no meu quarto a mulher é minha” (12:13 min).

A personagem de Dode é muito importante na narrativa provocadora de Teresa Trautman, porque ela expressa precisamente a existência dos conflitos entre a liberdade sexual da mulher e o direito de posse masculina. O destaque do pronome possessivo se dá em virtude de que em nenhum momento do filme Pity se refere aos seus relacionamentos como “meu homem” ou “meus homens”. Ou seja, pode-se perceber que os homens, apesar dos avanços das questões trazidas pela liberação sexual, ainda estavam muito ligados a posse da sexualidade da mulher. Segundo Rose Marie Muraro em seu trabalho de pesquisa *Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil*, coordenada entre os anos de 1971 e 1982, os homens tendiam a concordar com elementos que os favorecessem, como relações sexuais antes do casamento, prazer sexual e atividade da mulher, mas seguiam firmemente discordando de questões que, na visão deles, os prejudicassem, como o adultério (Rose Marie MURARO, 1983, p. 128).

Uma outra forma de desigualdade nas relações matrimoniais foi tratada no filme pelo modelo de casamento da irmã de Pity, Tânia. No momento em que Tânia descobre que seu marido possuía um caso extraconjugal, com o qual ela não concordava, foi expulsa de casa. Para o marido, que aparentemente negava o direito de ter relacionamento com outra mulher fora do casamento, devido a seu comportamento “desviante” passa a analisar a situação e a entender que ter outros relacionamentos era um direito dos homens. Como afirmou Muraro, os homens se reconheciam enquanto “[...] seres eroticamente superiores à mulher, com mais desejo, com mais direito ao prazer (mais mulheres), à decisão (o homem é chefe da casa)” (MURARO, 1983, p. 129).

Teresa Trautman no filme *Os Homens que eu tive* inverte a lógica presente na sociedade brasileira do período, colocando a personagem Pity para viver uma vida considerada “masculina”, com seus desejos sexuais e afetivos atendidos e sua liberdade garantida, sem lhe ser subtraída. Isto não significa dizer que na realidade as mulheres não praticassem atos considerados desviantes aos chamados bons costumes da época (que tivessem casos

extraconjugais, por exemplo), mas significa reconhecer que o peso social dos atos praticados por homens e por mulheres era bem diferente, fazendo com que as mulheres sofressem sanções sociais muito maiores.

Havia na sociedade um temor em “desmoralizar” a imagem da mulher, mesmo em meio a avanços comportamentais, como uma crescente liberação dos costumes. No filme isso foi sublinhado com a passagem na qual o marido de Tânia proíbe as visitas de Pity, afirmando-a como uma mulher “vulgar”. Essa acusação moral é a mesma que aparece nos pareceres da Censura que impediram a exibição do filme e que definiam a protagonista como imoral. Sendo preciso reconhecer que este temor da desmoralização também permeava a percepção das mulheres brasileiras em relação a sua própria imagem, ainda que o filme bradasse por um novo comportamento para as mulheres.

A realidade vivenciada pela diretora nos anos 1960 e 1970, enquanto uma jovem, universitária e em contato com as discussões e produções da contracultura, fomentaram a construção da personagem feminina Pity como o ideário da liberdade. Porém, os atravessamentos que dividiam as vivências femininas produziam variadas percepções da liberação dos costumes. Uma pesquisa realizada pela *Revista Manchete* destaca uma visão mais conservadora das mulheres em meio a efervescência cultural da época, concluindo que “Possessivas em relação ao homem — vivendo em função dele e pretendendo receber retribuições semelhantes — aceitam com relutâncias ideias como o uso sistemático de pílula anticoncepcional, da liberdade sexual e da emancipação feminina” (NOSSAS..., 1974, p. 29).

As falas das entrevistadas nessa reportagem destacam que para parte das mulheres brasileiras o *poder* em uma relação matrimonial ainda partia da figura masculina. Apesar de possuírem uma visão mais progressista acerca do divórcio, as entrevistadas ressaltavam a dicotomia ao associar, por exemplo, o acesso à educação sexual com a ausência da sedução por parte da mulher, como ressalta a fala de uma das entrevistadas: “Saber demais dessas coisas faz com que elas percam o charme” (NOSSAS..., 1974, p. 29).

Esta percepção está presente também em uma pesquisa realizada pelo jornal feminista *Brasil Mulher*, ao destacar como a dupla moral atuava na sociedade brasileira. Para as mulheres entrevistadas, a virgindade feminina não era um problema em si, mas deveria ser conservada por ser uma questão importante para os homens e aparece “[...] condicionada à posição do homem. Assim, a virgindade ainda não é para a maioria das mulheres uma escolha pessoal” (AS MULHERES..., 1980, p. 8).

No filme, a diretora aborda uma questão muito delicada sobre a forma como as mulheres estavam tentando construir novas trajetórias para si e uma história com mais autonomia

econômica diante dos homens, mas como isso lhes era difícil e pesado. Ao apresentar o fim do relacionamento de Tânia e o marido, Trautman mostra como para os homens existia uma facilidade para recomeçar a vida em outro relacionamento, pois a obrigação de cuidar dos filhos recaía somente sobre a mulher, deixando-o mais livre e a ela mais presa e sobrecarregada. Assim, ao ser expulsa de casa, Tânia fica com toda a responsabilidade de cuidar das crianças. Sua irmã Pity a questiona se ela não desejaria tirar vinte dias de férias para descansar, mas sua resposta foi a de que não poderia, pois precisaria trabalhar. O filme, nesse momento, sinaliza a chegada de novos tempos, com a mulher se reconstruindo ao sair do ambiente doméstico e buscando ser autônoma em sua vida, o que está na fala direta de Tânia: “Preciso trabalhar. Não quero mais depender dele” (1:12:16 min).

Em um artigo de 1973 de Carmen da Silva “O difícil papel da mãe desquitada”, na *Revista Cláudia*, há uma crítica ao modo como os homens abdicavam da paternidade para reconstruírem suas vidas após o desquite (o divórcio no Brasil só foi legalizado em 1977), sobrecarregando a mulher que se via presa e na impossibilidade de se relacionar novamente: “A mãe é mãe demais, ao preço de abrir mão da sua realização como indivíduo social; sobrecarregada com todo ônus da maternidade ela não chega desfrutar das correspondentes satisfações” (Carmen da SILVA, 1973, p. 89). O cuidado dos filhos era responsabilidade da maternidade, sendo a paternidade associada somente e quando muito ao provimento do lar.

Porém, no longa-metragem em questão, quando Tânia é expulsa de casa, ela fica com as duas obrigações (cuidar dos filhos e prover o lar). E, talvez por isso, que no final, quando Pity, após decidir querer ter um bebê com Torres, ao ser inquirida sobre de quem seria o filho, responde com um pronome possessivo: é meu. Essa cena é interessante, pois, pode-se compreendê-la como uma tentativa da diretora em apresentar um posicionamento alternativo da mulher diante a maternidade, buscando ressignificar o “ser mãe solteira” em um período em que o divórcio não era legalizado. Mas essa mesma passagem levanta uma outra questão, pois, ao trazer para cena este modelo de “ser mãe”, não estaria a diretora reforçando a mesma associação da mulher como cuidadora dos filhos?

Os fatos são de que a experiência de ser uma mãe solteira, no Brasil da década de 1970, só se tratava de algo novo e desconhecido para as mulheres de classe média, majoritariamente brancas. Foi nesse momento em que essas começaram a ocupar mais efetivamente o mercado de trabalho, algo que foi tratado por parte do movimento feminista como símbolo da emancipação feminina. No entanto, é preciso notar que estar no mercado de trabalho, ou seja, realizando trabalho remunerado fora de casa, já era uma realidade para as mulheres das classes mais baixas. Quando cruzamos os dados da origem de classe com identidades étnico-raciais, é

possível observar uma associação quase direta da imagem dessas mulheres com o trabalho braçal doméstico.

É importante trazermos isso para o debate, pois um ponto desta discussão reside no fato de que, muitas vezes, os anseios destas mulheres trabalhadoras, de classe baixa, afrodescendentes não encontraram espaços na luta feminista do período, marcado em uma oposição à imagem da esposa passiva e submissa. Afinal, para a parte mais aguerrida do movimento de mulheres no Brasil naquelas décadas “[...] a preocupação maior era que a mulher tivesse meios de obter uma fonte de renda e não ficasse dependente economicamente do companheiro” (Bebel NEPOMUCENO, 2012, p. 387), mas o fato era que esta já era uma realidade para muitas mulheres em nossa sociedade.

Portanto, apesar de sua contribuição, é importante ponderar que a construção da narrativa da emancipação e da liberação sexual não enxergou nas mulheres “racializadas” na sua proposta ideal de liberdade feminina. E, nesse sentido, o próprio filme de Teresa Trautman, que clama por um “novo mundo” das relações afetivas e de gênero, reproduz tais parâmetros excludentes, visto que possui em seu elenco apenas personagens brancas e da classe média carioca. Seria este “novo mundo” idealizado inclusivo para todas as mulheres que enfrentam as intersecções entre raça, gênero e classe? Acreditamos que não.

De todo modo, ainda que reproduzindo tal lógica problemática, o filme toca em pontos importantes para pauta da emancipação feminina. Visto que, por exemplo, o desquite, no filme, é visto como algo superado, principalmente, pois, como mencionado, no período de filmagem de *Os homens que eu tive*, o divórcio ainda não era legalizado, algo que só aconteceu em 1977. Ressaltamos que, apesar da defesa de alguns setores mais conservadores, a separação do casal já era entendida como possível. Pity, mantendo outros relacionamentos, conserva uma espécie de união estável com Dode. Ela passa entre os relacionamentos, muda de casa, conhece outros homens, sem que isso, necessariamente, significasse um estigma negativo, o que expressava parte do que acontecia no mundo real entre as relações afetivas do período. Uma prova disso é o comentário de uma leitora do ano de 1971 da revista *A Cigarra*, ao ser questionada sobre divórcio relatava: “Divórcio? Olha, eu acho que ia resolver o nosso problema, para nossa família, porque para ele dá no mesmo. Homem sempre fez o que quis e ninguém acha feio” (BARROS, 1971, p. 97).

O comentário revela que a separação do casal já era praticada pelos homens mesmo antes do divórcio ser reconhecido legalmente, pois se viam no direito de sair de casa sem estigmas. Entretanto, para a mulher, o divórcio seria benéfico por ajudá-la a se desvencilhar da pecha de “abandonada” ou de “leviana” e dos problemas acarretados pelo desquite, como sua

associação ao nome dos ex-cônjuges. Para Pity, o desquite era algo que não significava muita coisa. Exemplo disso está na cena final do filme, quando Pity e Dode se reencontram, após ela sair de casa devido aos ciúmes dele. Na conversa estabelecida, ela revela que vai ter um filho com Torres, informação que Dode recebe com surpresa. No entanto, ele pergunta se ela vai querer o desquite, ao que Pity diz que não fazia questão e não se importava se a criança não levasse o sobrenome dele.

Ao término, as três personagens, Pity, Dode e Torres, são centralizadas na cena final, conversando amigavelmente, enquanto o quadro se fecha. Uma cena que, devido às circunstâncias antecedidas — o ciúme de Dode — indica que as relações estavam sendo reestabelecidas em novas configurações, a partir do diálogo igualitário, e, principalmente, resolvendo a questão da posse masculina sobre a sexualidade feminina, mostrando assim “[...] o mundo encantado que vem por aí. Quero que ele dê às pessoas uma vontade de viver.”

Considerações Finais

Influenciadas pelo debate feminista de busca por autonomia, as produções femininas no cinema, a partir da década de 1960, voltaram-se para a criação de narrativas que expressassem sexualidades dissidentes. O contexto brasileiro de produção cinematográfica esteve envolto por múltiplos estilos e o Cinema de Mulheres, no Brasil, atravessou vários desses estilos, sem necessariamente se prender a um deles (Alcilene CAVALCANTE, 2017). Ainda que a produção desses filmes seja menor quando comparado com a produção masculina da época, o cinema produzido por mulheres se voltou para explorar certos meandros da experiência feminina, propondo novos e contestadores discursos sobre o corpo, a sexualidade, o casamento, os comportamentos e costumes sociais vigentes. Ressalta-se que tal cenário ocorreu em um período que o discurso do Estado prezava pela moralização e o conservadorismo dos hábitos e costumes dos brasileiros. Assim, o cinema produzido por mulheres se apresentava como uma contraposição ao discurso moralizador da Ditadura Militar brasileira.

A produção de Teresa Trautman emerge neste contexto de disputa entre liberação dos costumes e conservadorismo. O seu filme *Os Homens que eu tive* (1973) acompanha a história de uma jovem branca de classe média por diversos relacionamentos afetivos, em busca de sua liberdade. Inspirado na vida da atriz Leila Diniz, o filme é uma representação das possibilidades de se construir novas relações afetivas, baseadas na autonomia feminina.

Cruzando o tema tratado no filme com algumas revistas femininas da década de 1970, poderíamos até reconhecer sua personagem principal como capa dessas revistas, justamente por ser uma mulher jovem, branca e da classe média carioca, abordando questões da sexualidade das mulheres, tão recorrentes nas revistas voltadas para um público feminino. No entanto, o comportamento de Pity, a protagonista de *Os homens que eu tive*, não se encontrava nas revistas comerciais dirigidas às mulheres da mesma classe social dela. E se estivesse, provavelmente seria de forma palatável para uma sociedade ainda bastante conservadora e que estava legalizando o divórcio e regularizando o uso da pílula anticoncepcional. Pois Pity define um modelo de relacionamento com os homens que foge da estrutura monogâmica do casamento tradicional, propondo a vivência de sua sexualidade e de seus relacionamentos afetivos de forma absolutamente livre.

Devido a isso, o filme foi censurado por sete anos, passando por um longo processo até sua liberação. Os argumentos formulados pela Censura centravam-se no comportamento de Pity, relacionando-a a uma mulher imoral e taxando o filme como uma tentativa de desonrar a instituição do matrimônio. As descrições nos pareceres de Censura evidenciam o papel que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade, de acordo com a ideologia vigente: cuidadoras do lar, submissas ao poder do homem e baluartes de uma lógica monogâmica de casamento. No entanto, se o silêncio no discurso também é uma produção discursiva (FOUCAULT, 1999), os censores, ao não mencionarem qualquer adjetivo às experiências sexuais e comportamentais masculinas no filme, reforçam o direito dos homens à sua plena liberdade e escolhas. Às mulheres caberia, nessa linha de raciocínio, um papel de submissão aos desejos e vontades dos homens.

Pode-se observar que, no filme de Trautman, foram os homens com quem Pity se envolveu que entraram em conflito com a própria estrutura do relacionamento livre, principalmente a personagem do marido — Dode — que em vários momentos ficou com ciúmes dos relacionamentos de Pity. A diretora evidencia que todos os homens mantinham diversos relacionamentos sexuais, mas permaneciam tentando manter o controle da sexualidade feminina, traduzida na forma de ciúmes e deslocamentos das personagens masculinas no enredo. Algo que dialogava com o contexto, visto que várias das matérias, entrevistas e reportagens das revistas femininas da época existia uma urgência por outros modelos de relacionamento afetivo, sobretudo dos jovens, mesmo que estes não rompessem completamente a norma tradicional.

Assim, o filme *Os homens que eu tive* compõe um contraponto ao discurso conservador e declaradamente defendido pela Ditadura Militar, que, através dos órgãos de censura, acusava

o cinema de apresentar modelos não normativos de comportamento como atentados à sociedade brasileira. Ademais, o longa-metragem Teresa Trautman apresentava uma imagem de mulher liberada que estava ligada à ascensão das mulheres de classe média ao mundo do trabalho e aos discursos de uma sexualidade livre, dialogando com a perspectiva feminista de autonomia sexual, isto é, de um corpo e sexualidade definidas pelas próprias mulheres, não devendo ser pelo e para o consumo do olhar do outro.

Fontes

OS HOMENS que eu tive. Direção: Tereza Trautman. São Paulo: Ipanema Filmes; Cinedistri Ltda; Embrafilme S/A, 1973. 85 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9j7Oczwk>. Acesso em: 20 mar. 2019.

AS MULHERES devem casar virgens? **Jornal Brasil Mulher**, Rio de Janeiro. Ed. especial, p. 8, 8 de março de 1980.

BARROS, Tereza. O Brasil precisa mesmo de divórcio? **Revista A Cigarra**, São Paulo. v. 5, p.105-108, 1971

NOSSAS Mulheres. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, v. 1134, p.31-31, 1974.

O QUE os jovens pensam sobre o casamento? **Revista Ele Ela**, ano V, fev. 1973. SILVA, Carmen da. O difícil papel da mãe desquitada. **Revista Cláudia**, São Paulo, v. 144, p.83-89, 1973.

TERESA Trautman é a única nova cineasta a se dedicar ao longa metragem. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, v. 1071, p. 140, 1972.

ARQUIVO NACIONAL (AN/DF). **Parecer de Censura n. 3681/73**. Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (MJ). Brasília, 29 de janeiro de 1973. Assinado por: Wilson Queirós Garcia; Vilma Duarte do Nascimento.

ARQUIVO NACIONAL (AN/DF). **Parecer de Censura n. 4680/75**. Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (MJ). Brasília, 25 de maio de 1975. Assinado por: Joel Ferraz.

ARQUIVO NACIONAL (AN/DF). **Parecer de Censura n. 4681/75**. Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (MJ). Brasília, 25 de maio de 1975. Assinado por: José M. A. Tolentino.

ARQUIVO NACIONAL (AN/DF). **Parecer de Censura n. 4682/75**. Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (MJ). Brasília, 25 de janeiro de 1975. Assinado por: Paulo Acácio Marra.

BRASIL. **Ato institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 20/06/2020.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Nuno Cesar. **O Olhar Pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo.** Campinas: Mercado de letras, 1996.
- AMANCIO, Tunico. Pacto cinema-Estado: os anos Embrafilme. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 173-184, jul./dez. 2007. Disponível em https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Amancio.pdf. Acesso em 15/12/2024.
- AUGUSTO, Sérgio. **Este mundo é um pandeiro.** São Paulo: Companhia das Letras 1989.
- BURKE, Peter. **A testemunha ocular: história e imagem.** São Paulo: EDUSC, 2004.
- CAVALCANTE, Alcilene. Cineastas Brasileiras (Feministas) Durante a Ditadura Civil-Militar. In: HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcanti (orgs.). **Feminino e Plural: Mulheres no Cinema Brasileiro.** São Paulo: Papyrus Editora 2017. p.59-76.
- De LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org.). **Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242
- De LAURETIS, Teresa. Através do Espelho: mulher, cinema e linguagem. **Revista Estudos Feministas.** Vol 1. n. 1. 1993. p.96-122. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15993/14488>. ISSN 1806-958. Acesso em 01/12/2024.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber.** v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GATTI, André Piero. **Embrafilme e o cinema brasileiro.** São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2007.
- GELLACIC, Giselle Bischoff. **Despindo Corpos: Uma história da liberação sexual feminina no Brasil. 1961-1985.** São Paulo: Editora Alameda, 2018.
- HOLANDA, Karla. Da história das mulheres ao cinema brasileiro de autoria feminina. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 1. jan. fev., mar. abr. 2017. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/24361/15015>. Epub 02/01/2017. ISSN 1415-0549. DOI 10.15448/1980-3729.2017.1.24361. Acesso em 15/12/2024.
- KAMITA, Rosana Cássia. **Relações de gênero no cinema: contestação e resistência.** **Revista Estudos Feministas.** vol. 25. n. 3 Florianópolis. set. /dez. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/9K8vXW7x9JxZxm8rFN8NC7c/>. Epub Sep-Dec 2017. ISSN 1806-9584. DOI 10.1590/1806-9584.2017v25n3p1393. Acesso em 15/12/2024.
- MULVEY, L. Cinema e Sexualidade. In: Xavier, Ismail. (Org.). **O Cinema no Século.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.
- NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012: p. 383-409.
- RAMOS, Fernão e MIRANDA, Luís Felipe de. **Enciclopédia do Cinema Brasileiro.** São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

DRISOSTES, Bruna M. R. e BRICHTA, Laila.
Cinema de Mulheres no Brasil: A representação feminina no filme Os Homens que eu tive (1973)

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas: Papyrus, 2003.

TIBURI, Márcia. *Filosofia prática*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: a mulheres e a ditadura militar brasileira. **Revista Debate**, Florianópolis, n. 4, 2010, p. 93-105. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p93>, Epub 01/01/2010. ISSN 1980-3532. DOI:10.5007/1980-3532.2010n4p93. Acesso em 20/01/2025.

VEIGA, Ana Maria. **Cineastas brasileiras em tempos de ditadura**: cruzamentos, fugas, especificidades. Orientadora: Joana Maria Pedro. 2013. 397. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VEIGA, Ana Maria. Estéticas e Políticas de Resistência no Cinema de Mulheres Brasileiro (Anos 1970 e 1980). *In*: HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcanti (org). **Feminino e Plural**: Mulheres no Cinema Brasileiro. São Paulo: Papyrus Editora 2017, p. 77-88.

Submetido em: 18/03/2025

Aceito em 18/05/2025

Adolescentes infratoras no Brasil (2009-2023): invisibilidade de gênero e perspectivas na socioeducação

Female juvenile offenders in Brazil (2009-2023): gender invisibility and perspectives in socio-educational education

Mujeres adolescentes infractoras en Brasil (2009-2023): invisibilidad de género y perspectivas en la educación socioeducativa

Renan Augustho do Nascimento¹

Sidelmar Alves da Silva Kunz²

Helciclever Barros da Silva Sales³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar o corpo jurídico-legislativo e outros documentos oficiais do Estado brasileiro a respeito de políticas específicas de gênero no campo das políticas das medidas socioeducativas para adolescentes autores de ato infracional do gênero feminino. Esse estudo utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e a análise de conteúdo, com uma revisão bibliográfica delimitada ao período de 2009 a 2023, ancorando-se teoricamente nas contribuições de Joan Scott para os estudos de gênero. Os resultados revelaram a carência de diretrizes, políticas e programas que sejam norteadas por recortes de gênero que respeitem as especificidades e necessidades da população feminina em sua trajetória no sistema de justiça, no cumprimento de medidas socioeducativas, e a necessidade de tornar visível a problemática reconhecendo-a e pautando-a.

Palavras-chave: gênero; medidas socioeducativas, socioeducação.

Abstract: This research aims to analyze the legal body and other state-official documents of the Braz regarding gender-specific policies in the socio-educational measures field, for teenage female offenders. This study used as methodological procedures a documental research and content analysis, with a literature review delimited to the period from 2009 to 2023, theoretically anchored in the contributions of Joan Scott to gender studies. The results revealed a lack of guidelines, policies, and programs guided towards a gender-based approach that respect the specificities and needs of the female population in their journey through the justice system, in the fulfillment of socio-educational measures, and the need to make the problem visible by recognizing it and addressing it.

Keywords: gender; socioeducative measures; socioeducation.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar el cuerpo legal y otros documentos oficiales estatales de Brasil sobre políticas específicas de género en el campo de las medidas socioeducativas para

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade da Região de Joinville (Univille), Especialista em Psicopedagogia pela Uninter e Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participa do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Práticas Educativas - GPPEPE da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <https://orcid.org/0009-0002-8046-2071>. E-mail:

² Professor da UEG e Pesquisador do Inep. Doutor em Educação (UnB), Mestre em Geografia (UnB), Especialista em Ontologia e Epistemologia e em Supervisão Escolar, Geógrafo (UEG) e Pedagogo (UEG). orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0793-1946>. E-mail: sidel.gea@gmail.com.

³ Pós-Doutor em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor e Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília. É Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. <https://orcid.org/0000-0002-0976-6892>. E-mail: gcca99@gmail.com.

adolescentes mujeres infractoras. Este estudio utilizó como procedimientos metodológicos la investigación documental y el análisis de contenido, utilizándose ambos en un breve levantamiento bibliográfico, anclado teóricamente en los aportes de Joan Scott a los estudios de género. Los resultados revelaron una falta de directrices, políticas y programas orientados hacia un enfoque de género que respeten las especificidades y necesidades de la población femenina en su paso por el sistema de justicia, en el cumplimiento de las medidas socioeducativas y la necesidad de Hacer visible el problema reconociéndolo y abordándolo.

Palabras clave: género; medidas socioeducativas; socioeducación.

Introdução

Crianças e adolescentes são considerados sujeitos inimputáveis, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/1990), o que os torna incapazes de responder penalmente por seus atos. Assim, ações análogas a crimes e contravenções previstas no Código Penal, quando praticadas por eles, recebem a denominação de atos infracionais. A resposta jurídica para esses casos é a aplicação de medidas socioeducativas, que consistem em ações sociais e pedagógicas voltadas para a ressocialização dos adolescentes envolvidos. Já para crianças com até 12 anos de idade completos, as únicas medidas aplicáveis são as de caráter protetivo, previstas no artigo 101 do ECA.

As medidas socioeducativas (MSE) são dispositivos previstos pela Constituição Federal, pelo ECA e regulamentados pela Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esse sistema foi aprovado pela Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e configura-se como uma política do Estado brasileiro, com amplo respaldo legal e revisão pelo órgão máximo de controle social das políticas públicas voltadas para a infância e adolescência.

Essa política substitui a antiga “doutrina menorista” ou “Doutrina da Situação Irregular”, regida pelo Código de Menores, vigente de 1927 a 1979 (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, o “Novo Código de Menores”, que vigorou até 1990, com o advento do ECA). Em termos históricos, trata-se de uma política recente, que prevê a articulação entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), estabelecendo competências e responsabilidades. Além disso, promove a integração no atendimento dos programas de apoio e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado.

Por intermédio de todas essas legislações, que são interdependentes, o adolescente autor de ato infracional é nomeado a partir de um outro lugar: o discurso jurídico, que por sua vez, está estruturado sob o texto legal (Sena, Machado e Coelho, 2007). Tomasi e Macedo (2015) questionam a capacidade desse texto jurídico de abarcar toda a complexidade do tema. Ao

analisarem a descrição do termo “ato infracional”, introduzem uma reflexão sobre o discurso do Direito, destacando:

O artigo 122, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil - Lei Federal 8.069, 1990) prevê, para os jovens que infringem a lei, a prestação das seguintes Medidas Socioeducativas: I) Advertência; II) Obrigação de Reparar o Dano; III) Prestação de Serviços Comunitários; IV) Liberdade Assistida; V) Inserção em Regime de Semiliberdade; e VI) Internação em Estabelecimento Educacional. Considera-se que, com essas medidas, o adolescente possa sentir-se responsável por seus atos, mas pondera-se ser uma situação peculiar por se tratar de uma pessoa em desenvolvimento. Levando em conta que a intenção do Poder Judiciário é promover uma experiência de responsabilização a partir da imposição de limites, surgem questionamentos acerca de como se dá o encontro do adolescente com a justiça (Tomasí e Macedo, 2015, p. 60).

Para Vorcaro, Mazzini e Monteiro (2008), embora indivíduos de diversas classes infringam a lei, o contingente majoritário de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas pertence a classes econômicas desfavorecidas. Esses jovens, em trânsito pela adolescência, enfrentam um apelo consumista ainda mais intenso, pois desejam ser reconhecidos e vistos, mesmo que sua condição social não lhes permita acessar os objetos de valor da sociedade. Isso os leva ao ato infracional, uma decisão que pode ser considerada injusta: a “escolha” entre permanecer invisível e, por conseguinte, inexistente, ou se individualizar pelo aparecimento — “apareço, logo existo” — por meio do ato infracional (Soares, 2010).

A literatura aponta uma tendência à formulação de um perfil predominante de quem comete atos infracionais: adolescentes do gênero masculino, oriundos de uma realidade socioeconômica desfavorável e com baixo nível de instrução. Esse perfil corresponde, histórica e estatisticamente, a 95% dos casos de cumprimento de medidas socioeducativas, segundo levantamentos do SINASE.

Apesar de as adolescentes do gênero feminino representarem menos de 5% do total de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, de acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, essa população não deve ser ignorada. Assis e Constantino (2010) argumentam que, por serem uma parcela tão pequena, essas adolescentes são frequentemente negligenciadas pelo campo acadêmico. Abramovay et al. (2010) e Costa (2015) reforçam essa análise, destacando como essas jovens sofrem violências e opressões de gênero específicas, perpetuadas pela cultura misógina, inclusive no contexto socioeducativo.

Aranzedo (2015) complementa essa perspectiva ao apontar que as adolescentes infratoras enfrentam uma “dupla discriminação”: pelo ato que cometeram e pelas relações sociais e prisionais que vivenciam. Essa situação exterioriza a carência de políticas públicas que visem atender às adolescentes infratoras, o que reforça a noção de negligência institucional.

Esta pesquisa circunscreve sua relevância a partir da hipótese inicial de que a legislação brasileira não aborda a temática de gênero de forma significativa, nem respeita as diferenças de gênero nas experiências coletivas e individuais das adolescentes atribuídas à autoria de atos infracionais. Essa lacuna torna o tema invisibilizado ou ignorado pelo Estado brasileiro, mesmo sendo o país signatário da Declaração de Pequim da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995)⁴, que estabelece como prioridade o combate à discriminação contra as mulheres, o empoderamento feminino e a promoção da igualdade de gênero.

A partir dessa hipótese, formula-se o problema de pesquisa: de que forma o Estado brasileiro aborda a questão de gênero em suas políticas socioeducativas?

Para responder a essa questão, foi desenvolvida investigação da abordagem de gênero nos instrumentos jurídico-legislativos e oficiais, com o objetivo central de compreender o panorama atual das políticas públicas voltadas para adolescentes do gênero feminino atribuídas à autoria de atos infracionais. O estudo visou contribuir para o campo de pesquisa sobre políticas específicas de gênero no contexto das medidas socioeducativas.

Como objetivos específicos, tem-se: investigar a possibilidade de diálogo entre as contribuições dos estudos de gênero de Joan Scott e as normativas das medidas socioeducativas e analisar as políticas do Estado brasileiro para a socioeducação, considerando seus diplomas legais, regulamentações, normativas e demais documentos pertinentes que tratam da questão de gênero.

Como resultado apresenta-se síntese compreensiva que aponta possibilidades de uma abordagem que respeite o corpo, a história e a subjetividade das adolescentes no contexto das políticas de socioeducação.

A análise do objeto desta pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental, de caráter exploratório, complementada por uma pesquisa bibliográfica sobre a abordagem de gênero no campo das medidas socioeducativas.

Análise documental como caminho para investigar a invisibilidade das adolescentes infratoras

A pesquisa documental (Minayo, 2009) é amplamente utilizada nas ciências sociais e tem como objetivo descrever ou comparar fenômenos sociais, suas características e tendências (Pádua, 1997). Este estudo adota um perfil exploratório, valendo-se da pesquisa documental para obter objetos de análise e coletar dados, permitindo um breve resgate compreensivo da problemática proposta em relação à hipótese inicial.

⁴Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf.

O objeto principal desta pesquisa é a documentação legal e jurídica de abrangência nacional que aborda questões de gênero, especificamente relacionadas ao feminino. Complementarmente, poderão ser utilizados exemplos de normas estaduais ou internacionais, quando relevantes para a discussão ou quando os textos jurídicos selecionados se mostrarem insuficientes para um aprofundamento temático.

Para a busca de documentos sobre medidas socioeducativas, utilizamos bases de dados de leis federais do Congresso Nacional, da Presidência da República e outros repositórios institucionais, como os do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da Defensoria Pública da União.

A revisão bibliográfica foi realizada no portal SciELO, com recorte temporal de 2010 a 2020. Dentre 31 produções científicas localizadas, selecionamos quatro que consideramos mais pertinentes ao tema, destacando aquelas que abordavam a questão da “invisibilidade” como marcador central da problemática de gênero.

Para ambas as etapas, aplicamos o método de análise de conteúdo de Bardin (2006), que permite uma síntese compreensiva ao identificar elementos convergentes e divergentes nos materiais analisados.

Invisibilidade de gênero e desafios na ressocialização das adolescentes em conflito com a lei

Sena, Machado e Coelho (2007), em um importante estudo sobre as motivações psicológicas para o cometimento de atos infracionais, revelam como este tem sido o caminho pelo qual adolescentes em conflito com a lei buscam ser ouvidos. Para os autores, a lei jurídica parece funcionar como uma alternativa simbólica adequada para essa manifestação. O adolescente, por meio de comportamentos antissociais, recorre à sociedade em busca de alguém que possa representar suas necessidades simbólicas, apelando para a justiça. Nesse sentido, o ato infracional é entendido como uma resposta do sujeito, um modo de se apresentar, de dizer “não” à condição de objeto e, ao mesmo tempo, um pedido de socorro, diante da impossibilidade de expressar isso de outra forma.

Vorcaro, Mazzini e Monteiro (2008) complementam esse raciocínio ao expor que o ato infracional e a exigência de responder por ele surgem como a única maneira de o jovem ser assistido. Segundo os autores, é a partir da transgressão que a lei passa efetivamente a ser incorporada na vida desses jovens, que, ao experimentarem a exclusão social, buscam

reconhecimento fora da sociedade. Assim, ao se oporem às regras da comunidade, procuram ser vistos e reconhecidos.

As causas que levam uma adolescente a cometer um ato infracional têm diversas raízes, muitas delas específicas ao gênero feminino e que não se reproduzem no gênero masculino. Mesmo as causas que se manifestam em ambos os gêneros apresentam trajetórias e motivações distintas. Aranzedo (2015) elenca algumas dessas causas, como as relações afetivas que as adolescentes estabelecem com parceiros envolvidos no crime, a pobreza, os conflitos e as influências familiares. Todas essas experiências, como aponta a autora, estão pautadas pela estrutura androcêntrica da sociedade, que perpetua desigualdades e limita as possibilidades de ação dessas jovens.

Em relação ao tamanho dessa população no Brasil, temos o seguinte panorama:

Quadro 1: Quantitativo de adolescentes do gênero feminino cumprindo medidas socioeducativas (MSE)

Ano	MSE de Privação de Liberdade	MSE em Meio Aberto
2009	732	8.384
2010	888	18.021
2011	960	10.373
2012	997	8.749
2013	985	9.206
2014	1.181	8.831
2015	1.079	Sem dados
2016	1.090	Sem dados
2017	1.046	13.099
2023	487	Sem dados

Fonte: SINASE (2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2023).

As informações disponíveis sobre os dois tipos de medidas socioeducativas (MSE) abrangem os anos de 2009 a 2023, embora haja lacunas nos dados referentes às MSE em meio aberto nos anos de 2015, 2016 e 2023. Em contraste, os dados sobre a privação de liberdade estão disponíveis para todo o período. A análise dos dados revela uma tendência de crescimento inicial na privação de liberdade entre 2009 e 2014, alcançando seu auge em 2014 com 1.181 adolescentes, o que representa um aumento de 61,3% em relação a 2009, com um crescimento médio anual de 7,7%. Contudo, de 2015 a 2023, houve um declínio constante, chegando a 487 adolescentes em 2023, o que equivale a uma redução de 58,8% em relação ao pico de 2014, com uma taxa média de redução anual de aproximadamente 8,2%.

Por seu turno, o número de adolescentes em MSE em meio aberto apresentou grande variação, com um pico em 2010, seguido por uma queda e posterior recuperação em 2017. Ressalta-se que a preferência por meio aberto é uma opção menos restritiva e está em consonância com os princípios do ECA.

O quantitativo expresso no quadro anterior representa, em todos os casos, não mais do que 5% dos atos infracionais cometidos no país, em contraste com os 95% cometidos por adolescentes do gênero masculino. Esses dados em articulação com a bibliografia consultada na pesquisa, bem como com as análises das normativas legais, corroboram o que levantamos inicialmente como hipótese para a negligência do Estado brasileiro em relação a essa população: sua inexpressividade em âmbito nacional, que alimenta uma percepção de ausência de “custo-benefício”. Essa percepção resulta na falta de políticas públicas adequadas e na consequente negligência dessa problemática, como apontado por Morgan e Fuchs (2016), Valente e Suxberger (2019) e Machado e Veronese (2010), criando uma verdadeira “invisibilidade”.

Contribui para essa invisibilidade, não apenas de gênero, o fato de que os levantamentos do SINASE foram interrompidos em 2018, sendo retomados apenas em 2023, o que gerou um vácuo de informações de seis anos. Esses levantamentos são fundamentais para a operacionalização dessa política, pois indicam as necessidades e os resultados das medidas socioeducativas em âmbito nacional.

No Brasil, a Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o SINASE, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) têm como documento norteador de seus princípios e regulamentações a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. Essa declaração prevê, entre outros valores, o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual como um dos pilares para a construção de direitos e responsabilidades, garantindo, assim, a dignidade humana (Brasil, 2006).

Apesar da questão de gênero não se fazer presente, o ECA prevê medidas socioeducativas que objetivam:

- I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012).

Ainda assim, segundo Machado e Veronese (2010), é no ECA que se consagrou a Doutrina da Proteção Integral, a qual define todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que se encontram em peculiar estágio de desenvolvimento, responsabilizando o Estado, a família e a sociedade pela proteção e garantia não apenas de seus direitos, mas também de seus deveres. As autoras destacam que as medidas socioeducativas, previstas também no ECA, constituem-se, além de instrumentos de promoção de direitos, em mecanismos de responsabilização, a partir de uma perspectiva pedagógica. Nesse sentido, não há hierarquia entre essas dimensões, de modo que um mesmo adolescente, por exemplo, pode ser destinatário de medidas de proteção enquanto cumpre medidas socioeducativas, sem que uma anule a outra.

Dessa forma, o ECA prevê que as medidas socioeducativas têm um objetivo pedagógico de promover reflexões acerca da conduta praticada pelo adolescente, por meio de um atendimento humanizado, auxiliando na formação e no desenvolvimento dessa população e reeducando-a para sua reinserção na sociedade (Bedin, 2019).

O rol de medidas no artigo 112 do ECA (BRASIL, 1990) compreende: I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semiliberdade; VI) internação em estabelecimento educacional. Apesar de não constarem como medidas circunscritas em determinados atos (com exceção da obrigação de reparar o dano, que está ligado a atos que atentem ao patrimônio), sua aplicação está submetida ao princípio da proporcionalidade e do menor dano à criança ou adolescente, e que sua aplicação, como pontuam Machado e Veroneses (2010), não podem violar os direitos dessa população, afastando-os do convívio social, por exemplo, uma vez que o ato infracional é circunstancial na vida dos adolescentes.

Dessa forma, as medidas consideradas mais “drásticas”, pois suas aplicações invariavelmente resultam em violações diretas aos direitos da criança e do adolescente, como, por exemplo, as medidas de privação de liberdade ou de acolhimento institucional, que os

privam de seu direito ao convívio familiar e comunitário, devem ser aplicadas apenas quando as alternativas mais benéficas se tornarem inviáveis ou insuficientes.

A esse respeito, Arenzede (2015) observa que a maior parte da população feminina atribuída à autoria de atos infracionais cumpre MSE em meio aberto. Segundo o autor, isso também reflete uma expressão da misoginia estrutural da sociedade brasileira, que seria, de certa forma, “benevolente” com essas adolescentes, por acreditar-se que a figura feminina, vista como frágil, representa menos riscos e periculosidade para a sociedade.

Em linhas gerais, a Lei Federal nº 12.594 trata da questão de gênero apenas superficialmente. Em seu Art. 35, parágrafo VIII, dispõe que a execução das medidas socioeducativas será pautada, entre outros princípios, pelo da não discriminação do adolescente em razão, entre outros fatores, de seu gênero. O ECA segue uma redação similar. Em outro momento, no Capítulo V, Art. 60, a lei aborda o direito à atenção integral do adolescente no SINASE, tratando de ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva. Em seguida, no Art. 63, §2º, faz referência às adolescentes, garantindo o direito de permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação, caso estejam cumprindo MSE de privação de liberdade (BRASIL, 2012).

Outro importante documento relacionado aos princípios de igualdade é a Resolução nº 180 de 2016 do CONANDA (BRASIL, 2016), que trata da igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes. Essa resolução destaca as raízes sociais das desigualdades de gênero como construtos socioculturais, responsáveis por moldar concepções e comportamentos que desfavorecem as meninas e resultam em violações de direitos ao longo de suas trajetórias de vida. O documento também afirma que a atenção e a proteção integral devem estar condicionadas à consideração das especificidades de gênero.

Dessa forma, o CONANDA emite, entre outras, a seguinte recomendação aos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, no parágrafo único de seu Art. 1º:

I - os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes contemplem, em suas diretrizes, posicionamentos, recomendações e ações, mecanismos que assegurem a igualdade de direitos entre meninas e meninos, com prioridade para iniciativas que visam proteger as meninas contra as discriminações, violações e violências de gênero (Brasil, 2016).

É possível notar, portanto, que os diplomas legais de âmbito nacional que tratam de adolescentes atribuídos à autoria de atos infracionais, como o ECA e o SINASE, apresentam

um princípio pretensamente igualitário no tratamento da questão de gênero, afirmando que a trajetória de todos, independentemente de quaisquer características que possuam, deve ser respeitada e tratada de forma igual. Essa relação paradoxal entre o desejo pela igualdade e as necessidades específicas das diferenças foi abordada por Scott (1999), que demonstra como ambos os conceitos podem ser utilizados de forma arbitrária, seja para a discriminação ou para o acolhimento de uma determinada população, de acordo com os interesses envolvidos no contexto das relações de poder.

Especificamente em relação ao reconhecimento das diferenças de gênero, estas se fazem presentes apenas nas diretrizes arquitetônicas das unidades que executam as medidas de restrição e privação de liberdade no âmbito das medidas socioeducativas, com caráter discriminatório e de mera separação de contato entre adolescentes de gêneros opostos.

2) garantir a separação física e visual dos setores de dormitórios feminino e masculino nas Unidades de atendimento aos adolescentes de ambos os sexos, podendo as atividades pedagógicas ser desenvolvidas em áreas comuns, não significando uso simultâneo, sempre em conformidade com o projeto pedagógico;

[...]

12) prever na setorização da Unidade feminina e/ou mista, espaço para alojamento conjunto de recém-nascidos e bebês até no máximo seis meses de idade, com as mães; (Brasil, 2006b, p. 69).

Consideramos que tais diretrizes não tratam de um respeito à diferenciação subjetiva da experiência e das necessidades femininas dentro do sistema socioeducativo, mas sim de uma regulamentação de seus corpos, sob o pretexto de preservação. Em nossa interpretação, isso não caracteriza uma real preocupação com a experiência coletiva de gênero dentro da política socioeducativa, além de abranger apenas um tipo de medida descrita anteriormente, no caso, a privação de liberdade.

Cabe também pontuar que, em relação às unidades mistas, a Resolução CONANDA nº 233 de 2022 recomendou a internação de adolescentes em unidades exclusivas para o público feminino, além da desativação das unidades mistas. Ainda de acordo com uma normativa do CONANDA, a Resolução nº 119/2006, encontramos a orientação de que as relações de gênero devem ser trabalhadas a partir de uma perspectiva pedagógica nos programas de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2006a; 2022).

Nos levantamentos do SINASE dos anos de 2017 e 2023, podemos identificar, entretanto, um pequeno “ensaio” sobre a questão de gênero enquanto uma perspectiva a ser observada:

Existem diferenças substanciais entre a criminalidade feminina e masculina, e a investigação destas diferenças nos leva por caminhos que reconhecem as circunstâncias que levam as mulheres a transgredirem a lei. A inserção acontece por

provável influência masculina, que iniciam as mulheres no crime, contudo, por vezes, acontece devido ao protagonismo feminino, que justifica sua participação em atividades ilícitas assumindo total responsabilidade pelas suas escolhas. (SINASE, 2017, p. 52).

A reduzida quantidade de adolescentes meninas em cumprimento de medida socioeducativa associadas às desigualdades de gênero produzem uma invisibilidade dessas adolescentes que, por vezes, vem acompanhada de negligência às suas necessidades específicas (Morgan; Fuchs, 2016)⁵. Assim como a sociedade, o sistema socioeducativo atravessado por concepções de gênero que tomam o masculino como ponto de referência e, nesse contexto, a imposição de estruturas de opressão recaem sobre as adolescentes. Urge investigar e sistematizar conhecimento sobre e com elas. (SINASE, 2023, p. 21).

O mesmo levantamento de 2017 também aborda de forma breve outra faceta do recorte de gênero na avaliação do SINASE, se aplicarmos um entendimento sistêmico das medidas socioeducativas: o fato de que a esmagadora maioria dos adolescentes sob atendimento socioeducativo tem como responsável legal a figura materna:

98% dos adolescentes em atendimento socioeducativo nas regiões brasileiras que tem como responsável a figura materna. Corroborando com este dado a Pesquisa do IBGE (2017) destaca o predomínio expressivo da figura feminina como principal responsável pelos filhos. (SINASE, 2017, p. 101).

Em 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o documento “Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do gênero feminino em conflito com a lei nas cinco regiões”, fruto de uma parceria com a Universidade Católica de Pernambuco. O relatório consiste em um estudo compreensivo sobre a realidade do cumprimento de medidas socioeducativas de internação de adolescentes do gênero feminino.

Esse documento também expõe a reprodução do que, anteriormente neste estudo, chamamos de “regulação do corpo feminino”, em que a política de gênero se restringe à sexualidade dessa população. O relatório apresenta diversas violações aos direitos das adolescentes nas unidades de internação, como a não autorização de visitas íntimas e a proibição de amamentação para internas que são mães.

Embora o documento não construa um perfil detalhado da população feminina, ele expõe a complexa realidade da ressocialização das adolescentes que cumprem MSE de internação no Brasil, denunciando os danos causados pela invisibilidade estrutural a que essa população está continuamente exposta. Essa invisibilidade submete a subjetividade das

⁵ A referência constante no trecho diz respeito ao artigo “Invisibilidade Perversa?: o atendimento socioeducativo privativo de liberdade feminino” de Carla Morgan e Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs, que também compõe nosso corpo teórico neste estudo.

adolescentes a uma perspectiva masculina potencializada, que permeia todo o sistema socioeducativo com preconceitos de gênero, especialmente de ordem institucional. Esses preconceitos se manifestam nos regimentos internos das unidades de internação e, de acordo com Fachinetto (2008), fazem com que as medidas socioeducativas imponham a internalização de um “modelo feminino” socialmente aceito, utilizado como método “corretivo”.

Exemplos destacados no documento incluem o direcionamento da maior parte dos cursos ofertados às adolescentes para atividades domésticas, como lavagem de roupas, além de atribuir a elas a responsabilidade por auxiliar na manutenção da limpeza das unidades e no preparo de refeições (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015).

Além desse universo simbólico, o estudo realizado pelo CNJ também destaca problemas materiais, como a insuficiência ou ausência de atendimentos de saúde para as adolescentes privadas de liberdade, a inadequação da alimentação ofertada, a falta de estrutura adequada para acolher adolescentes mães com seus bebês durante o período de lactação e a disposição geográfica das unidades. Por serem poucas e responsáveis por atender todo um estado da federação, as unidades frequentemente tornam as distâncias entre a residência da família e o local de internamento um desafio intransponível para o convívio e a manutenção de laços familiares. O estudo conclui que a inexpressividade dessa população em relação à sua contraparte masculina não estimula a política socioeducativa a atender seus anseios (Valente e Suxberger, 2019; Machado e Veronese, 2010).

Limitações das Políticas Públicas para Adolescentes Infratoras

A partir das discussões levantadas, podemos observar que a “voz oficial” do Estado brasileiro pouco tem a dizer sobre essa população invisibilizada: a adolescente autora de ato infracional. Nessa linha de raciocínio, propomos seguir com a realização de uma breve discussão teórica sobre a perspectiva de gênero, sua importância no debate das políticas públicas e evidenciar o descaso perverso que a omissão dessas políticas gera em relação a essas adolescentes.

À luz das contribuições de Joan Scott, historiadora estadunidense aclamada por sua abordagem da perspectiva de gênero no estudo da história das mulheres na sociedade, em sua obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995), a autora destaca a relevância dessa perspectiva enquanto categoria de análise. Para Scott, a experiência feminina ao longo da história foi moldada pelas possibilidades dessa categorização, que advém das relações sociais

baseadas nas diferenças entre os sexos. Ou seja, o gênero é também um elemento de uma relação de poder.

Ao cometer um ato infracional, segundo Bedin (2019), Morgan e Fuchs (2016) e Valente e Suxberger (2019), a adolescente vai além da mera transgressão legal, sofrendo uma dupla vitimização: seja pela sua conduta, que desafia as normas jurídicas por meio de um comportamento considerado “agressivo”, seja pela “decepção” causada pela quebra de expectativas em relação ao cumprimento de seu papel social, tradicionalmente associado à fragilidade, docilidade e submissão.

De acordo com Scott (1990), a categoria social do gênero tem a função de negar determinismos biológicos e, ao contrário, atribuir significado a essas diferenças biológicas. Além disso, lança luz sobre as relações sociais e sobre como elas são construídas, com os papéis de mulher e homem historicamente constituídos como campos de articulação do poder. Nesse sentido, o gênero é utilizado para dar significado e sentido às dinâmicas de poder que estruturam essas relações.

É possível verificar essa questão ao retomarmos o tópico anterior que aborda a discussão sobre as atividades oferecidas a essa população no meio socioeducativo, que são majoritariamente voltadas para tarefas domésticas. Tal conduta é permeada pelo que Valente e Suxberger (2019) afirmam ser uma vinculação direta entre o que se entende como papel e expectativas da mulher na sociedade e a satisfação social buscada com sua “correção”. Essa orientação no atendimento também expressa uma discriminação econômica, ao limitar as atividades a uma perspectiva restrita do que se considera “feminino”, como apontado por Machado e Veronese (2010), exemplificada em oficinas de bijuteria, artesanato, manicure, entre outras.

Ficou evidente, também, que as leis que regulamentam e instruem a execução das MSE no Brasil limitam as questões de gênero às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Dessa forma, as adolescentes autoras de atos infracionais estão submetidas às mesmas diretrizes e normas, com raras adaptações, que foram originalmente pensadas para o cumprimento das MSE em um universo majoritariamente masculino. Isso gera uma invisibilidade, pois essas adolescentes são tratadas à imagem e semelhança do homem, sem considerar suas características e necessidades específicas (Morgan e Fuchs, 2016; Valente e Suxberger, 2019).

Essa “invisibilidade” enfrentada pelas adolescentes autoras de atos infracionais é amplamente apontada por diversos autores e estudos no campo científico e acadêmico, como Morgan e Fuchs (2016), Valente e Suxberger (2019), Machado e Veronese (2010) e Bedin (2019). Segundo esses autores, as diversas causas que contribuem para essa invisibilidade, já

amplamente exploradas neste estudo, como a escassez de dados e pesquisas, limitam as possibilidades de que as construções sociais da desigualdade de gênero recebam a abordagem devida.

Tanto Morgan e Fuchs (2016) quanto Valente e Suxberger (2019) avançam nessa discussão, denominando essa invisibilidade de formas distintas: os primeiros a chamam de “invisibilidade perversa”, enquanto os últimos a denominam “visibilidade perversa”. Para Morgan e Fuchs (2016), a invisibilidade perversa representa um risco para a consolidação de conquistas femininas, para a formulação e execução de políticas públicas e para o enfrentamento da negligência da sociedade como um todo.

Por outro lado, Valente e Suxberger (2019) definem a visibilidade perversa como a imagem construída pela mídia de massa, que alimenta um universo simbólico prejudicial. Nesse contexto, a adolescente infratora é atingida por essa visibilidade perversa quando recorre ao ato infracional como forma de ter seus anseios de reconhecimento notados. No entanto, sua vida acaba sendo exposta e espetacularizada pela mídia, o que torna a questão de gênero subjacente nesses casos. Bedin (2019) reforça que essa “invisibilização” é, historicamente, o maior obstáculo a ser superado pelas mulheres.

Scott (1995), ao apresentar os quatro aspectos das relações sociais que são estruturados pelo gênero — os símbolos culturais, os conceitos normativos, as instituições e organizações sociais e, por último, a identidade subjetiva —, enfatiza que esses elementos são interdependentes e formam um discurso sobre o gênero, que tanto pauta quanto é pautado pela realidade.

As reflexões feitas até o momento nos levam a compreender que todos esses elementos são observados nas problemáticas da socioeducação e sua aplicação na população feminina. Seja nas estruturas precárias, no machismo e patriarcado reproduzidos e reforçados pela sociedade e pelo Estado, ou na perpetuação da invisibilidade feminina em conceitos normativos, como evidenciado pela ausência de políticas públicas pensadas para atender às especificidades dessa população — e não meras adaptações das políticas voltadas para a população masculina. Essa ausência resulta, inevitavelmente, na negação da condição de sujeito de direitos, uma vez que todos esses aspectos levantados comprometem o que se entende como identidade subjetiva.

Por fim, cabe registrar que a lógica binária e ultrapassada do gênero, incapaz de abarcar a complexidade das subjetividades e experiências individuais, também enfrenta desafios na contemporaneidade. Como demonstram Machado e Veronese (2010), isso se reflete nos

entraves jurídico-legais enfrentados por jovens transexuais para garantirem o atendimento adequado às suas identidades e expressões de gênero.

Considerações finais

A célebre intelectual e filósofa existencialista Simone de Beauvoir, ao cunhar sua famosa frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, p. 9), reafirmou seu compromisso com a ideia de que não havia mais espaço, em sua época, para o determinismo biológico frente à construção social dos gêneros. Neste estudo, evidenciamos como os instrumentos oficiais do Estado brasileiro tratam a adolescente infratora sob a crítica de Beauvoir: como uma coadjuvante da história, cujas especificidades emergem apenas como adaptações às normativas dirigidas aos infratores do gênero masculino.

Em diversos momentos desta investigação, inclusive na escolha das produções que compõem o corpo teórico-analítico, destacamos que o maior desafio relacionado à problemática abordada é torná-la visível. Contudo, é importante esclarecer que a invisibilidade que permeia essa questão não decorre de desconhecimento ou negação de sua existência, mas sim da falta de reconhecimento e admissão da questão de gênero na construção identitária do adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional (Valente e Suxberger, 2019).

Na ausência de políticas nacionais que possam servir como exemplo do que entendemos por diretrizes que, ao menos, iniciem a consideração das especificidades de gênero tratadas neste estudo, podemos citar, entre experiências internacionais, as diretrizes do Gabinete de Justiça Juvenil e Prevenção à Delinquência (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention - OJJJ) do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América. Apesar de sua atuação limitada, devido ao sistema federativo daquele país, o OJJJ instrui os sistemas estaduais de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei a observarem e planejarem suas ações de acordo com as necessidades específicas de gênero, promovendo serviços e políticas que atendam a essa população (*U.S. Department of Justice - OJJJ*, 2018).

Complementarmente, o OJJJ financiou uma iniciativa nacional denominada *National Girls Initiative*, com o objetivo de compreender e avaliar as particularidades das meninas no sistema de justiça juvenil, auxiliando estados e comunidades no desenvolvimento de programas voltados à questão de gênero. Esse movimento do Estado estadunidense foi catalisado por levantamentos que demonstraram que, naquele país, o número de mulheres adentrando o sistema de justiça por ofensas criminais aumentou 700% desde os anos 1980.

A resposta do Estado, nesse caso, foi a implementação de políticas de prevenção à criminalidade, não apenas para a população adulta, mas também para a juvenil. Desde o início,

essa abordagem foi voltada às questões específicas de gênero dessa população, reconhecendo a trajetória diferenciada enfrentada por essas meninas ao adentrarem a criminalidade. Assim, tornou-se evidente a necessidade de práticas que compreendam e acolham essa população, com o objetivo de garantir a efetividade de programas e políticas de reabilitação e reinserção social (The Council of State Governments Justice Center, 2021).

É importante, por outro lado, destacar que o SINASE contém o princípio da incompletude, que define que a política de socioeducação não deve ser de responsabilidade exclusiva de um único órgão executor. Pelo contrário, é necessário o envolvimento de políticas intersetoriais e a atuação conjunta de todos os atores e órgãos disponíveis (Brito, 2020).

Dessa forma, pontuamos a necessidade de o Estado brasileiro se comprometer com uma doutrina de equidade em detrimento de uma doutrina de igualdade. Isso porque a equidade é capaz de compreender as necessidades específicas, inclusive, mas não somente, as relacionadas às questões de gênero, além de dar ouvidos às demandas apresentadas por adolescentes na autoria de atos infracionais. O texto jurídico deve também contemplar a sociedade que regula e está ao seu redor, mesmo que uma parcela dessa sociedade seja considerada inexpressiva.

O mero reconhecimento, no entanto, não é suficiente. Diretrizes e políticas de âmbito nacional que regulamentem e promovam ações específicas de gênero no tratamento de adolescentes autoras de atos infracionais podem ser o caminho para a compreensão, prevenção e superação dessa problemática. Segundo Joan Scott (2005), a igualdade não se dá pela eliminação das diferenças, mas pela escolha de levá-las em consideração ou não.

Espera-se que os diálogos e provocações desta pesquisa fomentem novas políticas e pesquisas empíricas que deem voz às meninas inseridas nas políticas socioeducativas, reconhecendo que é a riqueza de suas experiências que deve guiar as políticas que se pretendem benéficas para elas. Que suas vozes também tenham vez na expressão de sua autonomia enquanto sujeitos de direitos.

Referências bibliográficas

ARANZEDO, A. C. “Meninas”: os conflitos com a lei e as representações das medidas socioeducativas. **Psicologia e Saber Social**, 4(2), 265-276. dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/16413> Acesso em: 23 nov. 2024.

ABRAMOVAY, M., CUNHA, A. L., CALAF, P. P., CARVALHO, L. F. D., CASTRO, M. G., FEFFERMAN, M., & MACIEL, M. **Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/vjcdj/pdf/assis-9788575413234.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BEDIN, J. E. A invisibilidade das adolescentes em conflito com a lei no sistema socioeducativo. **6º Colóquio Mulher e Sociedade**, 2019. Disponível em: <https://ocs-jornal.apps.uepg.br/jornalismo/ocs/index.php/6mulheresociedade/6mulheresociedade/schedConf/presentations>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 15 nov. 2024

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 15 nov. 2024

BRASIL. **Levantamento anual SINASE 2023**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília, DF: CONANDA [2006a] Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/7721>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 180/2016 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/7521>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 233/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/21520>. Acesso em: 20 nov. 2024

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2024.

BRITO, A. E. R. M. **A incompletude institucional e a intersectorialidade na política de atenção à criança e ao adolescente no município de Recife**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões**. Brasília, DF: CNJ, 2015.

COSTA, D. L. P. C de O. **As adolescentes e a medida socioeducativa de internação: rompendo o silêncio**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2015.

FACHINETTO, R. F. A “**casa de bonecas**”: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento socioeducativo feminino de RS. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2008.

MACHADO, I. V.; VERONESE, J.R. P. Meninas Invisíveis: uma discussão sobre diversidade de gênero e proteção integral no sistema sócio-educativo brasileiro. **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, p. 1-11, ago. 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278275674_ARQUIVO_MENINASINVISIVEIS-VERSAOFINAL.pdf]. Acesso em: 28 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28^a. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MORGAN, C.; FUCHS, A. M. S. L. "Invisibilidade Perversa?": o atendimento socioeducativo privativo de liberdade feminino. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 7, n. 3, p. 108-120, 2016.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

SCOTT, J. Igualdade versus diferença: os estudos da teoria pós-estruturalista. **Cidadania e feminismo: debate feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 203-222.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.2, n. 20, p. 71-100, jul./ dez., 1995.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, 13(1), p.15, 2005.

SENA, I. J.; MACHADO, T. R. C. A delinquência juvenil e suas relações com a função paterna. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, vol. 10, n. 1. Brasília, 2007.

SOARES, L. B. Roubando a cena: a (in)visibilidade perversa de adolescentes infratores. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1. Fortaleza, 2010.

TFOUNI, L. V.; BARTIJOTTO, J. A autoria na descrição do ato infracional. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 15, n. 1, p. 8. Tubarão, 2015.

TOMASI, L. O.; MACEDO, M. M. K. Adolescência em conflito com a lei: a intensidade da história de vida em ato. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 1. Brasília, 2015.

U.S DEPARTMENT OF JUSTICE. **Juveniles Justice and Delinquency Prevention Act**. Washington: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 2018.

VALENTE, A. C. S.; SUXBERGER, A. H. G. A criminologia cultural e o sistema penal juvenil do DF: a invisibilidade da adolescente em conflito com a lei. Goiânia: **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 5, n. 1, p. 20-36, jan-jun, 2019.

VORCARO, Â.; MAZZINI, C. A.; MONTEIRO, J. P. Ato infracional e metáfora paterna. **Psicologia: teoria e prática**, v. 10, n. 2, p. 135-146. Belo Horizonte, 2008.

Submetido em : 01/02/2025

Aceito em: 24/03/2025

A Invisibilidade dos Femicídios Públicos: O Caso Vivianny Crisley na Mídia

The Invisibility of Public Femicides: The Vivianny Crisley Case in the Media

La invisibilidad de los feminicidios públicos: el caso de Vivianny Crisley en los medios

Luana Lacerda¹

Resumo: Este artigo investiga como a cobertura jornalística do portal G1 Paraíba contribuiu para a invisibilização do feminicídio público de Vivianny Crisley, assassinada em 2016 por três homens com os quais não mantinha vínculo íntimo. O objetivo é analisar os silenciamentos discursivos em torno da não aplicação da qualificadora de feminicídio, prevista na Lei nº 13.104/2015, e compreender os efeitos dessa omissão na produção de sentidos sobre o crime. A pesquisa se fundamenta na Análise do Discurso de linha francesa, com base em Michel Pêcheux, e examina seis reportagens publicadas entre 2016 e 2021. A análise revela que o veículo reproduziu, sem problematização, o discurso das autoridades, priorizando uma “objetividade” hegemônica que invisibiliza as disputas simbólicas sobre o reconhecimento da violência de gênero. Nesse sentido, o discurso midiático contribui para a subnotificação simbólica dos feminicídios não íntimos e reforça estruturas de gênero, raça e classe.

Palavras-chaves: Femicídio; Jornalismo; Violência de gênero; G1.

Abstract: This article investigates how the news coverage of the G1 Paraíba portal contributed to the invisibilization of the public femicide of Vivianny Crisley, murdered in 2016 by three men with whom she had no intimate relationship. The objective is to analyze the discursive silencing surrounding the non-application of the femicide qualifier, provided for in Law No. 13,104/2015, and to understand the effects of this omission on the production of meanings about the crime. The research is based on French Discourse Analysis, based on Michel Pêcheux, and examines six reports published between 2016 and 2021. The analysis reveals that the vehicle reproduced, without problematizing, the discourse of the authorities, prioritizing a hegemonic “objectivity” that makes invisible the symbolic disputes over the recognition of gender violence. In this sense, media discourse contributes to the symbolic underreporting of non-intimate femicides and reinforces gender, race and class structures.

Keywords: Femicide; Journalism; Gender violence; G1.

Resumen: Este artículo investiga cómo la cobertura informativa del portal G1 Paraíba contribuyó a la invisibilización del feminicidio público de Vivianny Crisley, asesinada en 2016 por tres hombres con quienes no mantenía una relación íntima. El objetivo es analizar el silenciamiento discursivo en torno a la no aplicación del calificativo de feminicidio, previsto en la Ley n.º 13.104/2015, y comprender los efectos de esta omisión en la producción de significados sobre el crimen. La investigación se basa en el Análisis del Discurso Francés, con la ayuda de Michel Pêcheux, y examina seis informes publicados entre 2016 y 2021. El análisis revela que el medio reprodujo, sin problematizar, el discurso de las autoridades, priorizando una "objetividad" hegemónica que invisibiliza las disputas simbólicas sobre el

¹ Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pesquisa voltada para a relação entre Mídia e Femicídio. Formado em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizou intercâmbio no curso de Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP-UP). Também é escritora, autora de dois livros de poesia: 'redemunho' (2019, Editora UFPB) e 'Ultramar' (2023, Editora da União). <https://orcid.org/0000-0001-7791-7835>. E-mail: luablacerda@gmail.com.

reconocimiento de la violencia de género. En este sentido, el discurso mediático contribuye al subregistro simbólico de los feminicidios no íntimos y refuerza las estructuras de género, raza y clase.

Palabras clave: Femicídio; Periodismo; Violencia de género; G1.

1 Introdução

Vivianny Crisley, de 29 anos, foi vista pela última vez em 2016, saindo de um bar no bairro dos Bancários, em João Pessoa. Após seu desaparecimento, iniciou-se uma intensa busca, acompanhada de julgamentos sociais sobre sua maternidade, seu comportamento e seu modo de vida. Dezesesseis dias depois, seu corpo foi encontrado em uma mata na cidade de Bayeux, na Grande João Pessoa. Vivianny foi brutalmente assassinada com golpes de chave de fenda na cabeça, e seu corpo, carbonizado.

Os três homens responsáveis pelo crime, com os quais Vivianny não mantinha qualquer relação íntima, confessaram tê-la assassinado porque “ela gritava demais”. Foragidos até 2018, os réus foram finalmente condenados dois anos após o crime. Durante o período de desaparecimento, o movimento feminista de João Pessoa organizou manifestações públicas, exigindo respostas sobre o caso e usando palavras de ordem como “nenhuma mulher a menos”. Já no julgamento, integrantes do movimento exibiram cartazes com frases como “não existe crime passional, é feminicídio”, “morreu porque disse não” e “morreu porque era mulher”.

Apesar da brutalidade e das evidências de motivação de gênero, sua morte não foi tipificada como feminicídio. Estudos conduzidos por Pereira (2018) e Caroline Sátiro de Holanda², destacam que o caso foi subnotificado em três níveis do sistema de justiça: pela delegada, pelo promotor e pela juíza. Segundo Pereira (2018), a negligência na tipificação deve-se a uma interpretação restritiva e à falta de familiaridade com a amplitude do conceito de feminicídio. As autoridades alegaram ausência de evidências de violência sexual (não foi possível concluir a perícia diante do estado do seu corpo) ou vínculo de convivência entre a vítima e os assassinos como justificativa para não aplicar a qualificadora.

No Brasil, apesar de a Lei garantir que haja a tipificação do crime de feminicídio quando constatado que houve “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”, este inciso é

² Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/pesquisadoras-reescrivem-sentenca-e-revelam-omissao-do-sistema-de-justica-em-femicidio-na-paraiba/>

constantemente negligenciado pelos agentes da lei que conduzem os casos³. Há em curso uma dinâmica de subnotificação e invisibilização desses casos, onde os delegados, promotores e juízes tendem a interpretar como feminicídios somente os crimes relacionados a violência doméstica e sexual. O mesmo ainda não acontece com os casos em que vínculo afetivo da vítima com seu assassino é quase nulo ou inexistente.

Nas pesquisas em jornalismo, grande parte das pesquisas sobre feminicídio concentra-se em analisar como o fenômeno é representado nas narrativas jornalísticas. No entanto, há uma lacuna quando se trata da análise da cobertura de feminicídios não íntimos, ou seja, aqueles que ocorrem fora do contexto da violência doméstica. As narrativas midiáticas sobre feminicídio ainda “privatizam” o problema à relação “marido e mulher”, despolitizando e reforçando ideologias racistas e classistas ao ignorar uma larga camada de feminicídio de mulheres não-brancas e pobres, em contextos criminais diversos e em regiões periféricas do país.

Por isso, neste artigo, é feita a análise da organização do discurso jornalístico do g1 Paraíba acerca do caso de feminicídio não íntimo de Vivianny Crisley. O portal foi escolhido, pois, para além do caráter regional, seu modo de fazer jornalismo está relacionado ao padrão nacional de jornalismo online do Grupo Globo. Busca-se responder a pergunta: como o jornalismo pode ter contribuído com a subnotificação do caso Vivianny Crisley?

A Análise do Discurso (AD) é a metodologia empregada neste estudo. Esse método toma o discurso como objeto, analisando a língua a tomar sentido de acordo com as posições discursivo-ideológicas. Para Pêcheux (2009), os sujeitos do discurso são sujeitos interpelados pela ideologia, isto é, constituídos por ela. A ideologia, aqui, funciona como aquilo que fornece as “evidências” do mundo e das coisas. São realizados os seguintes questionamentos metodológicos: a) que enunciados são selecionados?; b) quem são as fontes?; c) como se explica o feminicídio?; d) quais silenciamentos existem?

Foi realizada a sistematização do material jornalístico com a seleção de seis reportagens veiculadas sobre o caso. A escolha dessas reportagens se deve ao fato de serem publicadas durante a fase do julgamento, quando a qualificação do crime já estava definida, evitando o argumento de que o jornalismo não poderia nomear o caso como feminicídio antes da decisão judicial.

³ Em maio de 2024, foi sancionada a Lei 14.994, que transforma o feminicídio em crime autônomo no Código Penal Brasileiro, desvinculando-o da figura do homicídio qualificado. Embora essa legislação não estivesse em vigor à época dos fatos aqui analisados, sua promulgação reforça a importância de estudos que discutem as limitações do reconhecimento jurídico do feminicídio como uma violência estrutural de gênero.

2. Relações de gênero e feminicídio

O termo *femicide* foi introduzido pela socióloga sul-africana Diana Russell em 1976, durante o Tribunal Internacional sobre Crimes contra Mulheres em Bruxelas. Embora inicialmente não formulado como um conceito teórico sistematizado, foi apenas em 1990 que Russell, ao lado de Jane Caputi, passou a definir o feminicídio como um continuum de terror antifeminino, que inclui uma série de violências físicas, psicológicas, simbólicas e sexuais que culminam na morte de mulheres. Essa formulação foi aprofundada na obra *Femicide: The Politics of Woman Killing* (1992), coescrita com Jill Radford, onde as autoras denunciam o caráter sistêmico da misoginia e da impunidade que permeia esses crimes.

O feminicídio representa o extremo de um continuum de terror antifeminino e inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente por prostituição), abuso sexual infantil incestuoso ou extra-familiar, agressões físicas e emocionais, assédio sexual (por telefone, nas ruas, no trabalho e na escola), mutilação genital (clitoridectomias, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias não justificadas), heterossexualidade forçada, (...) (Caputi; Russell, 1992, s/n).

A discussão foi retomada na América Latina, especialmente por autoras feministas mexicanas que buscavam denunciar os assassinatos brutais e reiterados em Ciudad Juárez. A antropóloga Marcela Lagarde propôs o conceito de feminicídio como uma tradução política do termo em inglês, deslocando o foco para o papel do Estado. Para ela, o feminicídio envolve a conivência institucional diante da violência de gênero e configura um crime de lesa-humanidade. Trata-se de uma expressão do colapso do Estado de direito e da impunidade como política pública. Como afirma Lagarde (2006), o feminicídio é um crime de Estado.

Nos estudos de gênero, o feminicídio é entendido não como um episódio isolado, mas como expressão de estruturas sociais que naturalizam a violência contra as mulheres. Joan Scott (1995) propõe o gênero como uma categoria analítica fundamental para compreender relações de poder historicamente situadas, que incidem tanto sobre os corpos das mulheres quanto sobre os regimes de verdade que os constituem. Judith Butler (2015), ao discutir a performatividade de gênero e a precariedade das vidas, chama atenção para o fato de que nem todas as existências são igualmente reconhecidas como dignas de luto ou de justiça. Esse ponto é central para refletir sobre por que determinados feminicídios são amplamente noticiados enquanto outros permanecem invisíveis.

A literatura especializada distingue ao menos duas formas principais de feminicídio. O feminicídio íntimo é aquele cometido por parceiros ou ex-parceiros, geralmente no contexto doméstico, e é o mais frequentemente reconhecido pelas estatísticas e pelo discurso

institucional. Já o feminicídio público, categoria na qual se insere o caso de Vivianny Crisley, ocorre em espaços públicos e é cometido por desconhecidos ou por agressores com os quais a vítima não mantém vínculo afetivo direto. Trata-se de uma forma ainda mais silenciada de violência de gênero, pois desafia o estereótipo da mulher morta por um "ex ou atual companheiro" e rompe com a expectativa de intimidade entre vítima e agressor.

Rita Segato oferece uma contribuição essencial para pensar a lógica dessa violência ao propor que as relações de gênero operam simultaneamente em dois eixos. O eixo vertical representa a dominação direta dos homens sobre as mulheres, enquanto o eixo horizontal refere-se à dinâmica entre homens, sustentada por pactos de irmandade e pela necessidade de afirmação mútua. A violência de gênero, nessa perspectiva, cumpre uma função política: ela atua como um mandato de masculinidade que exige demonstrações públicas de poder. O feminicídio público, portanto, não é apenas a expressão de um ódio individualizado contra a mulher, mas um ato pedagógico e performativo, voltado também a outros homens, para garantir a continuidade da ordem patriarcal.

Embora este estudo parta de um caso específico ocorrido no estado da Paraíba, ele se insere em uma problemática de dimensão estrutural e transversal. Ao analisar os silenciamentos discursivos em torno do caso de Vivianny Crisley, busca-se contribuir para um debate mais amplo sobre a invisibilidade dos feminicídios públicos, a reprodução simbólica da violência de gênero nos meios de comunicação e os limites das políticas públicas que ainda operam sob uma lógica seletiva e restritiva quanto à legitimidade da dor e da morte das mulheres.

3. Análise

A reportagem multiplataforma (com vídeo, imagens e texto), “Réu é condenado a 26 anos de prisão por matar Vivianny Crisley, na PB”, foi ao ar no dia 28 de fevereiro de 2018⁴, quando o primeiro acusado de assassinar Vivianny vai a júri popular. O material é assinado pelas jornalistas Dani Fechine e Krystine Carneiro. Na linha fina⁵ e no corpo do texto, é dito que “Júri popular considerou todos os crimes levantados pelo Ministério Público - homicídio duplamente qualificado, sequestro, ocultação de cadáver e furto qualificado pelo concurso de pessoas”, sem implicar questionamento sobre *o por quê da não atribuição da qualificadora de*

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/reu-e-condenado-a-26-anos-de-prisao-por-matar-vivianny-crisley-na-pb.ghtml>

⁵ A linha fina é o subtítulo da notícia. Um pequeno resumo do texto que fica abaixo do título, complementando a manchete com informações adicionais para entendermos melhor do que a notícia trata.

feminicídio, ainda que a reportagem traga a própria afirmação do MPPB de que Vivianny morreu “*porque queria ir embora*”, como um gesto de autonomia feminina.

Esta contradição entre o que é narrado sobre o caso e sua tipificação penal levanta a questão sobre o não uso indevido da qualificadora de feminicídio, negligenciada em virtude da suposta ênfase na objetividade jornalística, que mantém uma postura de “neutralidade”. Objetividade esta que nasce atrelada a “uma perspectiva universalista que, em nome de “falar por todos”, mantém assentadas formas violentas de exposição, de discursibilidade e que é “perpassada por uma racionalidade objetiva profundamente racializada, profundamente classista, profundamente generificada” (Moraes, 2022, p. 16).

Esta racionalidade binária, presente no discurso jornalístico, faz com que apenas os discursos das autoridades, como o promotor de justiça e a defensoria pública, sejam representados, silenciando outras perspectivas, como a do movimento feminista. Essa “objetividade binária” cria uma falsa neutralidade ao apenas “mostrar os dois lados da história”, tratando as narrativas oficiais como “verdade absoluta”. Essa hierarquização também é reforçada pelas imagens utilizadas: o promotor é retratado de forma dominante e heroica, enquanto a defensora pública aparece de forma neutra e sem destaque, reforçando a ideia de superioridade masculina e a personificação da justiça na figura da autoridade masculina.

Figura 1 - Promotor de Justiça



Fonte: g1 Paraíba.

Figura 2 - Defensora Pública



Fonte: g1 Paraíba.

A maneira como o promotor é destacado na cobertura jornalística, com uma personificação da justiça, é problemática sob a perspectiva feminista. Essa abordagem pressupõe a tutela do direito feminino à vida nas mãos de autoridades masculinas e do Estado, ignorando o papel histórico dessas instituições na perpetuação da violência contra as mulheres. Ao retratar o promotor como “guardião da justiça”, a narrativa não só reforça essa tutela, como também isenta o Estado de sua responsabilidade sistêmica no fenômeno do feminicídio.

Ao mesmo tempo, a escolha das jornalistas em destacar as falas de acusação contra o réu pode ser interpretada como um gesto de subjetividade feminista. Esse entendimento é sustentado na seleção de elementos narrativos que dão maior peso à acusação, sugerindo uma tentativa de “posicionar-se por Vivianny”. No entanto, a atitude das jornalistas ainda é limitada pela busca do ideal de objetividade tradicional, marcado por hierarquias de cor, gênero e classe, como aponta Fabiana Moraes (2022), uma prática que norteia o veículo.

Sozinha, a repórter, por mais que seja sua boa vontade em “isentar-se de preconceitos” - mas, como dito, não se trata de uma operação de liga e desliga -, pode contribuir pontualmente para as fissuras na estrutura, mas é preciso submergir bem mais naquilo que historicamente produzimos (MORAES, 2022, p. 52).

O termo feminicídio não é utilizado. Nem poderia, uma vez que o veículo faz uso do jornalismo declaratório de forma a esvaziar o conteúdo político do assassinato de Vivianny: “segundo o promotor de Justiça Márcio Gondim, eles “mataram por vontade de matar” e “por motivo desproporcional, desmedido”, diz a matéria. Aqui, o engessamento da técnica de supostamente “isentar-se” serve, na realidade, para reforçar a ideia de individualização do fenômeno. Afinal, transmite a ideia de que o problema são *eles*, o que ameniza o sentido radical

de dominação masculina sobre a vida das mulheres, uma vez que esses assassinatos não são produto de algum desvio inexplicável: são feminicídios. Isto é, “a mais extrema forma de terrorismo machista, motivado por ódio, desprezo, prazer ou um senso de posse sobre a mulher” (Caputi, Jane; Russel, Diana, 1992, p. s/n).

Esta individualização do caso também é feita através da seleção de fotografias dos acusados. Isto é, na fotografia que abre a reportagem, do réu algemado sendo conduzido no tribunal por um policial, e em outra foto mais ao fim do texto, dos dois acusados algemados após terem sido detidos no Rio de Janeiro. Mostrar réus algemados pode ser usado para destacar a singularidade de cada caso legal e uma maneira de mostrar que a justiça está sendo aplicada de maneira “justa e igualitária”. O que pressupõe a descaracterização do caráter sistêmico do femi-genocídio. Ora, se o problema são *elas*, uma vez presos, a *justiça* está feita e a normalidade pode ser restabelecida.

Figura 3 - Réu algemado



Fonte:

g1 Paraíba.

Além disso, a única foto reproduzida de Vivianny na web reportagem - e que se repete em praticamente toda a cobertura acerca do caso -, possui filtros embranquecedores. Segundo dados da Secretaria de Segurança e da Polícia Civil da Paraíba, Vivianny Crisley é uma mulher parda. É possível questionar a seleção feita pelo veículo de uma imagem embranquecedora da figura de Vivianny, onde seu cabelo aparece loiro (e não era), sua pele totalmente branca, de forma que os traços e contornos do seu rosto não são tão nítidos.

Esse “embranquecimento” reflete o racismo institucionalizado na mídia, que associa ‘bondade’ e ‘beleza’ à brancura. Segundo Crenshaw (2002), essa prática reforça estereótipos

de gênero e ignora a dimensão racial da violência sofrida, desvalorizando a experiência da vítima.

Figura 4 - Vivianny Crisley



Esquerda: imagem de Vivianny em reprodução nas redes sociais. Direita: imagem em reprodução no g1 Paraíba.

Ainda dentro da web reportagem, encontra-se um vídeo que é, na realidade, uma tática da chamada “convergência jornalística”, onde o g1 faz a inserção dos VT 's dos telejornais dentro das web reportagens. Neste caso, há um VT sobre o julgamento que foi ao ar pelo jornal da noite (JPB2) da emissora TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo na Paraíba e, portanto, responsável pelo g1 PB.

Ao contrário do texto produzido pelas repórteres do g1, o produto audiovisual traz imagens das militantes feministas presentes no julgamento, carregando faixas em protestos, com dizeres “morreu porque disse NÃO”; “morreu porque era mulher”; “não existe crime passionai, é feminicídio” e “justiça para Vivianny”. Um outro cartaz parcialmente ilegível aparece ao fundo, que parece apresentar o número de feminicídios ocorridos na Paraíba naquele ano: “em 2018 na PB, foram (inelegíveis) mulheres vítimas de feminicídio”.

O repórter diz que “parentes, amigos e integrantes do movimento feminista (informação omitida no texto do g1) acompanharam o julgamento”. Há também, além da fala da irmã de Vivianny, a fala de uma militante feminista que diz que “*um crime com requintes de crueldade e que a questão de gênero aí pesou, né? uma mulher contra três homens*”.

A desproporção de falas entre autoridades masculinas e as militantes, apresentadas pelo veículo, no qual notoriamente o destaque está nas representações masculinas (em detrimento de uma sonora pontual de uma feminista), demonstra que na mídia há a existência de dois discursos: um legítimo (masculino/autoritário), outro sub representado (feminino/submetido) (LACERDA, 2021). Nesse sentido, “o que ganha espaço no debate público e o que é

condenado ao silêncio está condicionado — no caso da violência contra a mulher e os feminicídios — à hierarquia entre os sexos, à estratificação entre o público e o privado” (THURLER, 2017, p.6).

Novamente, apesar da representação/visibilização da reivindicação explícita das feministas ali presentes pelo termo “femicídio”, não há questionamentos sobre a ausência da qualificadora nos crimes levantados pelo MPPB. Isto ocorre, mais um vez, em nome da objetividade universal (branca, masculina) que é buscada pela emissora, onde os repórteres devem “isentar-se”, como nas palavras da própria diretora executiva, “deve existir um entendimento muito forte da polícia e da justiça sobre o feminicídio, porque, se não houver, para os jornalistas, a situação fica ainda mais complicada” (PAZ, 2018, p.58).

Para a chefe Tatiana Ramos, a avaliação do feminicídio é da segurança pública “porque são os profissionais da área que têm subsídios para a investigação, a não ser que a redação assumira esse papel, como no jornalismo investigativo de programas como ‘Fantástico’”(PAZ, 2018, p.58). No entanto, consagrar somente à reportagem de profundidade/investigativa o lugar de um melhor jornalismo é ignorar que a notícia cotidiana é “justamente aquela que nos transpassa com maior continuidade, fomentando imaginários, dizeres e saberes” (Moraes, 2022, p. 9). Essa justificativa da *violência pela técnica*, é criticada por Fabiana Moraes:

A pressa, o tempo de exercício profissional e o maior espaço e profundidade nas investigações jornalísticas são assuntos importantes para pensar no resultado do conteúdo noticioso, de fato. Mas eles não explicam questões como a permanência do racismo e do classismo, comuns nos veículos diários, tampouco a exotificação de populações indígenas ou nordestinas, para ficar apenas em alguns exemplos (Moraes, 2022, p.9).

Apesar do evidente conflito de narrativa (isto é, “homicídio” na boca da autoridade e “femicídio” nos cartazes - e nas bocas silenciadas - feministas), em nome de “isentar-se” e apenas “relatar os fatos”, reproduzindo como “verdade” a narrativa da autoridade de justiça, o veículo fica impedido de questionar e debater, portanto, contribuiu para a subnotificação do caso Vivianny Crisley, o que, na realidade, demonstra a cumplicidade entre o ideal de ‘objetividade’ adotada pelo portal e as narrativas masculinistas de poder.

As reportagens “*Mataram por vontade de matar*’, diz promotor sobre acusados de assassinar Vivianny Crisley, na PB”⁶ e “*Na dúvida, absolve-se*’, diz defesa de acusado de matar

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/mataram-por-vontade-de-matar-diz-promotor-sobre-acusados-de-assassinar-vivianny-crisley-na-pb.ghtml>

Vivianny Crisley, na PB⁷ foram ao ar no mesmo dia, 28 de fevereiro de 2018. Elas serão analisadas de forma conjunta uma vez que, evidentemente, são *complementares*. Na prática, representam o esforço do veículo em narrar “os dois lados da história”, em um suposto “equilíbrio jornalístico” conforme prevê a prática da “objetividade” hegemônica. A matéria é assinada pelas jornalistas Dani Fechine e Krystine Carneiro.

Em nenhuma delas a ausência da qualificadora é questionada. Pelo contrário, na primeira delas, há o sufocamento da questão quando afirmar-se, simultaneamente, que “MP pede condenação do réu, Alex Aurélio, por homicídio duplamente qualificado, sequestro, ocultação de cadáver e furto qualificado pelo concurso de pessoas” e “Gondim ainda ressaltou que não foi possível verificar se houve estupro porque a perícia foi realizada apenas nos ossos de Vivianny. Por isso, a acusação por esse crime não consta nos autos”.

Repare: o texto traz a informação de que “*De acordo com os depoimentos dos três, a motivação do crime foi mesmo o fato dela ter gritado dentro do carro e ficar 'perturbando' o trio para ir para casa*”, o que levanta a possibilidade de indagação de que Vivianny morreu apenas por ser mulher e ‘desobedecer’ às ordens masculinas. No entanto, o questionamento é sufocado pela declaração do promotor de que não foi possível verificar se houve estupro, por isso esse crime não consta nos autos (mesmo argumento que a autoridade usou para justificar a falta de aplicação da qualificadora do feminicídio, como vimos no capítulo 4). Ora, a Lei de Feminicídio não se restringe aos feminicídios íntimos ou a quando há violência sexual é identificada.

Dessa forma, o veículo não só não questiona, como justifica a ausência da qualificadora através da reprodução da fala da autoridade como “verdade pura”, sem qualquer questionamento crítico ou jurídico, dado o evidente equívoco na interpretação da lei. A segunda reportagem conta detalhadamente a versão dos acusados, e a principal fonte é a defensoria pública e os próprios depoimentos dos réus. É dito:

A tese da defesa é que não há provas periciais de que Alex de fato matou Vivianny. Além disso, ela defende que a forma que a jovem foi morta não foi cruel. “A perícia concluiu que a ação do fogo ocorreu depois da morte. Não há como utilizar o fogo como um meio cruel para matar a vítima porque não foi o fogo que matou a vítima. O que matou a vítima foram os golpes do Junior”, declarou (**matéria do g1 Paraíba em 28 de fevereiro de 2018**).

A reportagem, baseada no princípio de “equilíbrio jornalístico”, confere praticamente a mesma visibilidade “para os dois lados”, o que, na prática, culmina em uma validação indevida,

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/na-duvida-absolve-se-diz-defesa-de-acusado-de-matar-vivianny-crisley-na-pb.ghtml>

dando a impressão de que as opiniões e alegações dos feminicidas têm a mesma legitimidade e peso que a defesa da vida das mulheres. Isso dá à narrativa feminicida uma plataforma para justificar ou, ao menos, minimizar seus crimes. Em uma situação em que um lado manifestamente violou o direito à dignidade e a vida, o princípio de equilíbrio jornalístico é questionável.

Esta reconstrução de duas versões, oriundo do ideal dominante de objetividade, remete a um debate falso e profundamente reducionista. O que está em questão, neste caso, é muito menos o que alegavam os feminicidas e muito mais o feminicídio em si, como fenômeno social e suas decorrências. Este reducionismo é intrínseco à prática jornalística hegemônica que, em nome da mentira da imparcialidade, não pode levantar o debate sobre a latência social que culminou, em 27 de outubro de 2016, na morte precoce de Vivianny Crisley.

Podemos ver ambos produtos jornalísticos da seguinte forma: há, de um lado, uma legitimação da narrativa da justiça e, do outro, a validação indevida da narrativa dos feminicidas, as duas tiram o foco de um debate profundo acerca do feminicídio. Ambas são construídas através da instrumentalização do jornalismo declaratório, uma vez que as manchetes trazem aspas, seguidas de “diz promotor/defensoria”.

No caso das matérias analisadas, o jornalismo declaratório é usado de forma estratégica para atenuar a versão do feminicida, apresentando sua narrativa com praticamente o mesmo espaço de visibilidade que a “defesa”. Dentro de cada uma das reportagens, há um link que redireciona a outra, de forma que ao acessar qualquer uma delas, você é convidado a checar a ‘outra versão do fato’. O jornalismo declaratório, enquanto se coloca de isento, antepara a violência (Moraes, 2022).

Para Moraes (2022), deve-se pensar nas consequências do jornalismo declaratório baseado na defesa do *fato*, “como se essa escolha também não guardasse hierarquizações, violências, juízos e propósitos” (Moraes, 2022, p. 89)” e como se “o recorte dessas falas, muitas delas transformadas em títulos, não fosse lido por vastas audiências também como endossados pelos próprios veículos de comunicação, uma vez que se eximia de criticar, analisar, balizar acidentes, crimes e agressões” (Moraes, 2022, p. 89).

Essa estratégia - aspas como sintoma de uma objetividade jornalística ilibada – foi estudada por Tuchman já nos anos 1970: ali, o declaratório servia como proteção profissional, como recurso, inclusive, para dizer o que se gostaria sem sofrer constrangimentos da chefia ou mesmo do público. “Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia”, diz Tuchman, que ouviu de um dos entrevistados uma reveladora síntese: as aspas, a informação pertence a qualquer pessoa, menos ao repórter (Moraes, 2022, p. 89).

Em ambas reportagens, as imagens veiculadas são: uma foto de Vivianny (a mesma citada anteriormente, na qual há um embranquecimento da vítima), uma foto do réu durante o julgamento, cujo rosto está preservado, e fotos das autoridades responsáveis por representar cada lado, de forma a construir, novamente, “dois lados”, o que exclui a possibilidade de outros agentes serem ouvidos, como é o caso do movimento feminista. A exaltação da figura do promotor, com fotografia feita de baixo para cima, de forma a exaltar a versão do MP (como discorrido anteriormente), encerra qualquer possibilidade do questionamento e faz com o jornalismo seja, além da justiça, o outro agente de corroboração para subnotificação do feminicídio.

Para Moraes (2022), as violências e os atos cúmplices presentes nas falas das figuras autorizadas pela imprensa só ganham peso, credibilidade, amplitude e repercussão após um processo de seleção e escolha. “É justamente por meio dessa operação que esse discurso se naturaliza e, assim, ganha mais aliados, muitos deles não se percebendo como promotores da violência” (Moraes, 2022, p. 22).

O produto multiplataforma, “*Réus são condenados a mais de vinte anos de prisão por matar Vivianny Crisley, na PB*”, vai ao ar em 17 de maio de 2018⁸, na data do julgamento dos outros dois acusados de matar Vivianny Crisley. A matéria é assinada por “G1 PB”. Já na linha fina, é dito que “júri popular considerou os crimes de homicídio, sequestro e ocultação de cadáver” sem que a falta de aplicação da qualificadora de feminicídio seja questionada. Outra vez sem questionamentos, no *lead*⁹: “o crime de homicídio duplamente qualificado foi somado a sequestro e ocultação de cadáver. Os advogados informaram que vão recorrer da decisão”.

O caso não é tratado como feminicídio, portanto, o termo não é utilizado, enquanto “homicídio” aparece duas vezes, e “morte”, uma vez. É importante ressaltar que o uso do termo ‘feminicídio’ tem sido incorporado pela imprensa paraibana, situação já observada em estudos realizados anteriormente como ‘Regularidades discursivas dos casos de feminicídios no Diário no Sertão’ (2022) e ‘Uma Análise da Cobertura Jornalística do Caso Pamela Bessa pelo Telejornal Bom Dia Paraíba’ (2023) onde destaca-se a atribuição do termo como provocada através da pressão social exercida especialmente pelo movimento feminista. Destacar o não uso do termo nestas primeiras reportagens é importante para evidenciar o uso indiscriminado que será atribuído posteriormente.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/reus-sao-condenados-a-mais-de-vinte-anos-de-prisao-por-matar-vivianny-crisley-na-pb.ghtml>

⁹ É o primeiro parágrafo de um texto jornalístico e serve para conduzir o leitor para a leitura completa da notícia ou texto.

As fontes das matérias são: a mãe da vítima, os próprios acusados e os advogados do Ministério Público. As ativistas feministas que realizaram protestos durante o desaparecimento de Vivianny e que acompanharam o julgamento não foram entrevistadas. Entrevistar familiares, como é o caso da mãe de Vivianny, pode ser uma forma de diversificar as fontes ao invés da reprodução exclusiva de autoridades masculinas, abrindo oportunidade para uma outra perspectiva do problema. No entanto, a fala da mãe recortada (“*não traz ela de volta, mas a justiça da terra está sendo feita*”) serve para que o veículo desimplique-se de relacionar o ocorrido com os altos índices de violência de gênero na Paraíba e no Brasil.

Vejamos: “*Para a família, o momento é de alívio. “Meu coração está palpitando muito e a dor cada vez aparecendo mais, cada vez que relembram a dor aumenta. Nós queremos justiça.”, declarou Veranilde Viana*”. A representação, realizada pelo *g1 PB*, quanto ao “alívio” da mãe, sem que o termo feminicídio seja sequer usado, reduz o problema a esfera familiar, onde os únicos pessoalmente interessados na justiça são os familiares, uma vez que não há uma motivação política apontada como causa do assassinato.

Novamente, a reportagem busca construir uma ‘objetividade’ de meramente narrar ‘os dois lados da história’, através de dois tópicos: “*Réus mudam depoimento*”, onde são representadas falas dos próprios acusados contando uma ‘nova’ versão sobre o crime detalhadamente no tópico “*Ministério Público defende morte por mais de uma pessoa*”, com o posicionamento do promotor de justiça. Nenhuma das narrativas coloca em debate, de fato, feminicídio. Essa é mais uma demonstração da objetividade jornalística que, em nome da binariedade de “ouvir os dois lados”, reforça e justifica narrativas hegemônicas violentas.

Já no vídeo do telejornal ‘Bom Dia Paraíba’ inserido na página da web reportagem, mantém-se a abordagem narrativa de contar a versão “dos dois lados”, isto é: dos acusados, inserindo as próprias falas dos réus e dos dois advogados de defesa e a versão da acusação com o promotor do MPPB. Por fim, há sonoras da mãe e da prima da vítima de forma a representar a ideia de que “a justiça foi feita”.

É dito que os acusados estão sendo condenados por homicídio, e a falta de aplicação da qualificadora de feminicídio não é questionada. Não apenas não se questiona a inaplicação da *Lei* pelo Ministério Público, como se promove uma exaltação da atuação do próprio órgão através da representação da sonora do promotor, que diz “*O Ministério público sempre tem vontade de ser soldado da Lei, guardião da constituição e defensor da sociedade*”, seguido da sonora da mãe “*estou muito satisfeita*” e da prima: “*vamos virar nossa página*”. Essa é a fórmula da sequência perfeita: com a legitimação da instituição do Estado consolidada, o jornal presta sua contribuição à subnotificação do caso Vivianny Crisley.

O movimento feminista não aparece na telereportagem, com exceção de um único momento quando os acusados estão entrando no tribunal, então ouve-se gritos em protesto, sem que elas apareçam ou sejam entrevistadas. Neste caso, deve-se questionar por que um dos critérios da tão defendida objetividade jornalística pela emissora, que é a garantia da amplitude e diversidade nas fontes, não faz com que, por exemplo, o movimento feminista seja devidamente ouvido (Moraes, 2022).

No produto audiovisual são usadas diversas fotos de Vivianny Crisley onde é possível ver melhor sua pele, seu cabelo e seus traços, ainda que visivelmente contendo edições, ao contrário da web reportagem que, mais uma vez, utiliza-se exclusivamente de uma imagem extremamente embranquecida da vítima, já anexada neste capítulo.

A web reportagem *“dois anos após o assassinato de Vivianny Crisley, um dos condenados permanece foragido, na PB”* é publicada dois anos após o feminicídio, em 21 de outubro de 2018¹⁰, com um dos condenados estando agora foragido. A reportagem é assinada pelo G1 PB.

Agora, com o caso já subnotificado, curiosamente o termo “feminicídio” é usado uma vez no produto: *“Mataram Vivianny e deixaram para a família as marcas do feminicídio”*. O termo é usado de forma contraditória às informações que dão sequência: *“O crime de homicídio duplamente qualificado foi somado a sequestro e ocultação de cadáver”* / *“O Ministério Público pediu a condenação de Alex por homicídio duplamente qualificado, sequestro, ocultação de cadáver e furto qualificado pelo concurso de pessoas”*.

Essa contradição também aparece quando o texto, ao mesmo tempo, diz que *“um dos suspeitos confessou que Vivianny Crisley foi morta porque começou a gritar”* e *“segundo o promotor de Justiça Márcio Gondim, eles mataram por vontade de matar e por motivo desproporcional, desmedido”*. A tensão narrativa aparece manifestada no uso solitário do termo “feminicídio”, que, sem maiores questionamentos, acaba se tornando um uso completamente *despolitizado*. É possível que esse desencontro no uso dos termos seja reflexo da subjetividade de uma repórter que reconhece o feminicídio de Vivianny. No entanto, a reportagem não levanta qualquer questionamento sobre o fato do caso não ter sido devidamente qualificado.

A “despolitização” do feminicídio é construída quando, por exemplo, o fenômeno é reduzido a um problema da família (e não nosso enquanto mulheres e sociedade), de forma a “privatizar” o debate do ocorrido à esfera familiar. Na linha fina: *“Sentimento da família é de tristeza e revolta”*. No lead: *“Dois anos se passaram e o sentimento da família ainda é de*

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/10/21/dois-anos-apos-o-assassinato-de-vivianny-crisley-um-dos-suspeitos-permanece-foragido-na-pb.ghtml>

revolta”. Ao longo do texto: “*A lembrança que fica na família ainda é do sorriso e da bondade de Vivianny*” / “*A família nunca encontrou fundamento para qualquer motivação*”. Apesar do teor político expresso no termo “femicídio”, a reportagem opta por retirar o caso de sua particularidade, construindo apenas uma “lamentação de familiares”, que só é possível porque o crime é apreendido de forma *descontextualizadora*.

Ainda que o uso do termo nesta reportagem chame atenção quando comparada a dinâmica dos textos anteriores, ele não é suficiente para levantar questionamentos, ou apontar dados de feminicídios, ou mesmo ampliar o debate crítico através de fontes feministas, por exemplo. Também não são disponibilizados números de disque denúncia ou de órgãos de atendimento às mulheres vítimas de violência, recomendações já elaboradas em manuais feministas, como é o caso do Instituto Patrícia Galvão (2017):

A imprensa tem um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre o feminicídio. Análises mostram, porém, que com frequência as coberturas jornalísticas reforçam estereótipos e culpabilizam a mulher (Galvão, 2017, pág. 142).

Nenhuma das militantes feministas são entrevistadas. A mídia é um campo de disputa, no qual a visibilidade é fundamental para a construção de capital político. Trata-se de um “espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito nas sociedades contemporâneas” (Miguel e Biroli, 2010, p.22 apud Thurler, 2017, p. 6).

É possível afirmar, ainda, que a reportagem tenta construir empatia moral pela vítima, ao enquadrar Vivianny em um estereótipo sexista de “boa mulher” (“*A lembrança que fica na família ainda é do sorriso e da bondade de Vivianny*”). Essa abordagem implica uma violência simbólica de gênero, pois vincula o merecimento de proteção ou reconhecimento da vítima a características moralizantes, como a “bondade”. Esse tipo de enquadramento não apenas invisibiliza a universalidade do direito à vida, mas também reduz a discussão sobre o feminicídio ao âmbito das características individuais da vítima. Esta caracterização misógina de atributos como “bondade” da vítima, disfarçada de uma “*humanização jornalística*”, na prática, soterra a possibilidade da imprensa comunicar sobre o caráter genérico destes crimes.

Reiteradamente, a única foto de Vivianny, e que abre a manchete, é a mesma fotografia editada e embranquecida como anteriormente.

De forma geral, a matéria recria a ideia de injustiça e recoloca a prisão do indivíduo como “solução”, sem avançar no debate sobre feminicídio. O caso é tratado como se a fuga do assassino estivesse a dissolver a “justiça” anteriormente estabelecida e fosse o único problema,

mantendo intocada o questionamento sobre a ausência da qualificadora e sobre o alto índice de feminicídio, acima da média nacional, da Paraíba.

Ainda, outra contradição na reportagem está na “denúncia/crítica” à fuga do detento individualmente, ao mesmo tempo em que é narrada uma “fuga em massa” do presídio. Ele não agiu de forma solitária, mas está entre os 92 presidiários que escaparam da prisão após ação de um grupo armado. Apesar da *disfunção* no sistema carcerário está evidente no texto, ao não oferecer o contexto necessário para entender as causas subjacentes do crime de feminicídio, o jornalismo leva a crer que o encarceramento deve ser a única solução possível, priorizando a punição sobre outras abordagens, contribuindo com a ideologia que provoca a super lotação das prisões e outros problemas que estão por trás do que aparece empiricamente como uma “fuga”.

A objetividade pretensamente buscada pelo veículo está manifestada no fato de, mesmo após confissão e condenação dos acusados, o texto reconstrói os dois lados, através dos tópicos “depoimentos”, que relata com detalhes a versão dos feminicidas, e outro chamado “condenação”, que remonta a versão da justiça que subnotificou o caso. É esta objetividade pousada sob uma racionalidade colonial moderna (branca, masculina, cisheterossexual e burguesa, reitera-se) que bloqueia a possibilidade de um debate realmente profundo acerca do feminicídio, uma vez que é necessário “isentar-se” (na prática, reproduzir a ordem social).

Isto não tem, necessariamente, a ver com os métodos que fazem o jornalismo ser uma forma de conhecimento, conforme Genro Filho. Moraes (2022) defende que o jornalismo pode se posicionar “sem prejuízo a uma apuração rigorosa. A neutralidade sempre foi um mito - um mito usado como escudo profissional. Afinal, como se dá a imparcialidade frente a um cenário de ruína do outro?” (Moraes, 2022, p. 58). Fundamental destacar que essa objetividade “imparcial”, utilizada pelo g1 PB, e que reproduz às próprias condições ideológicas de uma sociedade femigenocida não pode ser entendido como a “falta de empatia e reflexividade de agentes como repórteres ou editores”, mas como “algo constituinte da própria epistemologia comunicacional” (Moraes, 2022, p. 58).

A matéria “Cinco anos após a morte de Vivianny Crisley, casos de feminicídios crescem 50%” foi publicada no dia 20 de outubro de 2021, assinada pela jornalista Dani Fachine. Em comparação às reportagens anteriores sobre o caso, essa se destaca por apresentar uma postura mais crítica sobre o problema do feminicídio, refletindo mudanças ocorridas nos cinco anos que se seguiram ao crime. Nesse período, o debate público sobre feminicídio ganhou maior visibilidade, em parte devido à atuação de movimentos feministas e à crescente pressão social para que a imprensa e o sistema de justiça tratem esses casos como uma questão estrutural de

violência de gênero. Esse contexto parece ter influenciado a forma como o veículo abordou o tema, ainda que limitada pelas práticas tradicionais de cobertura.

Na linha fina, diz-se expressamente “*Vivianny foi vítima de feminicídio em outubro de 2016*”. Além disso, a Lei é explicada, e o conceito de feminicídio é introduzido e explicado. Há, inclusive, uma fuga sutil às noções de objetividade hegemônica, ou melhor, a prática de uma objetividade feminista quando a repórter reescreve a partir de uma consciência crítica a razão pela qual Vivianny foi morta, fazendo a reconstrução do crime como misógeno. Vejamos:

Figura 5 - Reconhecimento do feminicídio

Vivianny morreu porque queria ir para casa

Quando uma mulher diz não, só há um entendimento a respeito: não. A compreensão de que há um “jogo” por trás de diálogos entre homens e mulheres provocam uma série de problemas, como machismo, misoginia e até feminicídio.

Vivianny Crisley disse não. E foi morta, brutalmente assassinada.

Fonte: g1 Paraíba.

A “objetividade feminista” tem seu potencial explorado por Moraes (2022) que apresenta alguns conceitos possíveis. Dentre eles, o da filósofa Donna Haraway, que defende uma objetividade “assentada na parcialidade e no contexto, algo que distancia radicalmente do falso universalismo que fundamenta também a racionalidade moderna (e a comunicação, como dito)”(Moraes, 2022, p. 45). Pode-se dizer que, momentaneamente, isto é feito pela repórter sem que sua apuração fosse menos rigorosa, ao contrário, ela apresenta dados e informações consistentes sobre feminicídios.

Não só o termo “feminicídio” é usado, como são apresentados números para contextualizar e relacionar o caso individual com um alto índice de feminicídios no estado. É essa correlação/contextualização que permite a denúncia da manchete: “casos cresceram 50%”, afinal, Vivianny não é a única. Sabe-se que, não necessariamente o número de feminicídios cresceram, isto pode ser realidade desde anteriormente, enquanto o que muda é o fato de que,

agora, passaram a ser tipificados. Por isso, os números tendem a dobrar rapidamente nos primeiros anos. De qualquer forma, esta pode ser uma forma que a jornalista encontrou para que a manchete cumprisse um papel crítico de chamar atenção para a violência contra a mulher no estado da Paraíba.

Enquanto isso, o ano de 2021 ainda não terminou e, de janeiro a setembro, 26 mulheres já foram assassinadas e os crimes seguem sendo investigados como feminicídios. O número já é superior a todo o ano de 2016, o que nos mostra que o ciclo de crescimento desta violência não vem sendo quebrado, mesmo cinco anos depois, apesar de uma lei que aumenta em um terço a pena de um assassinato, quando qualifica-se como feminicídio (Fechine, 2021).

O movimento de ir do caso individual para vários feminicídios é construído, ao longo da reportagem, através de sentenças como “*Passados cinco anos, um crime solucionado e uma família destruída, os casos cresceram cerca de 50%*”, o que coloca diretamente em contraste a solução individual com o aumento dos casos, portanto, na prática, não houve resolução efetiva. A incorporação da expressão “femicídio” denota a atual absorção do termo por parte do jornalismo. Esse fato se deve muito mais ao movimento feminista, responsável por gerar pressão social, do que a existência da lei em si. Conforme aponta Moraes:

É principalmente a partir da popularização dessas temáticas - ou seja, mais uma vez, uma pressão que vem também de fora, do público - que a imprensa passa a se pensar e repensar como produtora e reprodutora de violências. Essa realidade, sem dúvidas, forçou veículos a adotarem largamente, por exemplo, a palavra “femicídio”, antes entendido como lexo exclusivo de militantes feministas (aliás, um grupo historicamente desprezado pelo jornalismo chamado profissional) (Moraes, 2022, p. 67).

No entanto, não basta observar se diz, mas o quê e como diz. Chama atenção quando o veículo afirma que: “*Vivianny foi a segunda mulher morta por motivação de gênero no mês de outubro de 2016, mas fez parte de uma estatística muito maior: em todo o ano, 24 mulheres foram mortas por companheiros ou familiares*”. Primeiro porque esta informação é falsa, uma vez que dá a entender que, juridicamente, o caso de Vivianny foi enquadrado como feminicídio, portanto, “por motivação de gênero”, o que não é uma verdade. Além de que sufoca, mais uma vez, a possibilidade de pôr em xeque a subnotificação.

Segundo porque o próprio conceito de feminicídio, apresentado pelo veículo, atribuindo todos os feminicídios aos companheiros ou familiares, reduz o fenômeno à violência de gênero privada, corroborando para o apagamento do caráter público do fenômeno. Por isso, relegando à invisibilidade a camada de feminicídios que, geralmente, ocorrem fora do contexto de violência doméstica, como é o próprio caso de Vivianny Crisley: são os feminicídios públicos.

Também não é verdadeiro que “*Vivianny entrou pra estatística dos dois casos de feminicídios registrados em outubro de 2016*”. Aqui, não é mais somente que o jornalismo não questiona a ausência da qualificadora, mas ao assumir o uso do termo, ele parece querer desimplicar-se da sua própria responsabilidade, como se não tivesse desempenhado, à época, um papel de contribuição para a subnotificação, especialmente por ter promovido a versão da autoridade da justiça como uma “verdade absoluta”.

As fontes da reportagem ainda são somente o delegado, os réus e o promotor de justiça, resquício da objetividade hegemônica jornalística que, entrelaçando ideologia e técnica, faz com que precise-se recorrer, ainda que de forma problemática ou contraditória, as fontes autorizadas a falar, isto é, as autoridades das instituições do Estado. Dessa forma, a aparente prática de uma “objetividade feminista”, no fim das contas, acaba por buscar as falas das autoridades para conferir legitimação.

4. Considerações finais

A cobertura jornalística do g1 Paraíba em relação ao caso Vivianny Crisley falhou em questionar a ausência da qualificadora de feminicídio. Essa omissão reflete a redução do jornalismo a uma mera reprodução de declarações oficiais e versões “equilibradas”, que, ao priorizarem as falas das autoridades judiciais, silenciam questionamentos e excluem perspectivas críticas, como as do movimento feminista. Essa prática da “objetividade” hegemônica, é herança de uma racionalidade positivista que reforça as estruturas ideológicas da sociedade patriarcal, racista e cisheteronormativa.

Embora o uso do termo “feminicídio” tenha se tornado mais comum no jornalismo após a promulgação da lei em 2015, a cobertura permanece limitada, concentrando-se quase exclusivamente em casos de feminicídios íntimos. Femicídios públicos, como o de Vivianny, frequentemente permanecem invisíveis ou descontextualizados, apesar de sua dimensão estrutural. Mesmo com a mobilização do movimento feminista paraibano à época, o caso não foi reconhecido nem pela lei, nem pela mídia como feminicídio, evidenciando a persistência da subnotificação e da falha estrutural nos dados e narrativas sobre esse tipo de crime. Assim, torna-se evidente que ainda há um longo caminho a se percorrer nos estudos que investiguem a relação entre jornalismo e a subnotificação de feminicídios, especialmente os não íntimos.

5. Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Cardoso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRASIL. **Lei no 13.104/2015, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

CAPUTI, J.; RUSSELL, D. E. H. **Femicide: sexist terrorism again women.** In: RADFORD D. E. H. *Femicide: the politics of woman killing.* New York: Twaine Publishers, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

GALVÃO, Instituto Patrícia. **Femicídio: #InvisibilidadeMata.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2017. p. 1-184. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/LivroFemicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

LAGARDE, Marcela. Del femicidio al feminicidio. **Desde el jardín de Freud**, n. 6, p. 216-255, 2006A. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>. Acesso em 03 jan. 2025.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate.** [S. l.]: Arquipélago, 2022.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2008.
PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Unicamp, 2009.

PEREIRA, Jaíne Araújo. **Os Tropeços Do Judiciário Paraibano: uma análise sobre a não tipificação do Caso Vivianny Crisley com a qualificadora de feminicídio.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** 2ª edição. SOS CORPO – **Gênero e Cidadania:** Recife, 1995.

SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. **Herramienta**, Buenos Aires, n. 49, mar. 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/HerramientaBuenosAires/2012/no49/10.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

SEGATO, Rita Laura. Que es un feminicidio. Notas para un debate emergente. **Série Antropologia**, Brasília, n. 401, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.** PROMETEO, [S.l.], 2002.

Submetido em: 03/03/2025

Aceito em : 03/06/2025

“Você é mulher e ele vai te atender”: percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em João Pessoa-PB

“You’re a woman and he’ll please you”: perception of moral and sexual harassment against women journalists in João Pessoa-PB

“Eres mujer y el te complacerá”: percepción del acoso moral y sexual contra mujeres periodistas en João Pessoa-PB

Damirys de Fátima Machado Maciel¹

Ana Flávia Alves de Lima²

Oliviene Querino³

Glória Rabay⁴

Resumo: O presente artigo discute o assédio moral e sexual sofrido por mulheres jornalistas — da graduação ao mercado de trabalho — na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. A pesquisa pretendeu analisar os modos de percepção das mulheres jornalistas que trabalham nas redações de João Pessoa a respeito das práticas de assédio moral e sexual durante a formação e no exercício da profissão. Para a coleta de dados, foram aplicados um questionário e entrevistas em profundidade acerca das violências sofridas pelas mulheres no jornalismo paraibano. Buscou-se identificar as origens mais comuns deste tipo de prática contra as mulheres, relatar o impacto da violência na carreira profissional das vítimas e compreender como a cultura organizacional das empresas de comunicação interfere na manutenção ou coibição da persistência do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas. Os números apanhados indicam a recorrência do assédio moral e sexual, assim como outras violências de gênero contra mulheres jornalistas em João Pessoa.

Palavras-chave: assédio moral; assédio sexual; mulheres jornalistas; jornalismo.

Abstract: This article discusses the moral and sexual harassment suffered by female journalists — from undergraduate education to the job market — in the city of João Pessoa, capital of the state of Paraíba. The research intended to analyze the perceptions of female journalists who work in newsrooms in João Pessoa regarding practices of moral and sexual harassment during their training and in the exercise of their profession. To collect data, a questionnaire and in-depth interviews about the violence suffered by women in journalism in Paraíba were applied. The aim was to identify the most common origins of this type of practice against women, report the impact of violence on the professional careers of victims and

¹ Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0009-0002-1173-8580>. E-mail: dfnm@academico.ufpb.br.

² Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0009-0009-4919-9288>. E-mail: afal2@academico.ufpb.br.

³ Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0009-0008-8479-3226>. E-mail: oliviene.marcelino@academico.ufpb.br.

⁴ Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0000-0002-0985-9044>. E-mail: gloria.rabay@academico.ufpb.br.

understand how the organizational culture of communication companies interferes in the maintenance or prevention of the persistence of moral and sexual harassment against female journalists. The numbers indicate the recurrence of moral and sexual harassment, as well as other gender-based violence against female journalists in João Pessoa.

Keywords: moral harassment; sexual harassment; women journalists; journalism.

Resumen: Este artículo aborda el acoso moral y sexual que sufren las mujeres periodistas — desde su graduación hasta el mercado de trabajo — en la ciudad de João Pessoa, capital del estado de Paraíba. La investigación tuvo como objetivo analizar las percepciones de las mujeres periodistas que actúan en redacciones de João Pessoa sobre las prácticas de acoso moral y sexual durante su formación y en el ejercicio de su profesión. Para recolectar datos se aplicó un cuestionario y entrevistas en profundidad sobre la violencia sufrida por las mujeres en el periodismo de Paraíba. El objetivo fue identificar los orígenes más comunes de este tipo de prácticas contra las mujeres, denunciar el impacto de la violencia en la carrera profesional de las víctimas y comprender cómo la cultura organizacional de las empresas de comunicación interfiere en el mantenimiento o prevención de la persistencia del acoso moral y sexual contra las mujeres periodistas. Los números recopilados indican la recurrencia del acoso moral y sexual, así como otras violencias de género contra mujeres periodistas en João Pessoa.

Palabras-clave: acoso moral; acoso sexual; mujeres periodistas; periodismo.

Introdução

O crescimento da presença feminina nas empresas de comunicação no Brasil, sobretudo de mulheres brancas e de classe média, confunde-se com a obrigatoriedade do diploma para exercer o jornalismo, decretada em 1969, que resultou na criação de cursos de graduação em todo país e permitiu às mulheres a formação profissional. A partir dos anos 1980, quando as primeiras turmas de jornalistas graduados começaram a concluir o curso e a entrar no mercado de trabalho, as mulheres tiveram a chance de disputar as vagas para jornalistas.

Na Paraíba não foi diferente. Glória Rabay e Camila Bezerra (2022) veem uma relação entre o aumento da entrada das mulheres nas redações paraibanas e a instituição do curso de graduação em Jornalismo, como uma das habilitações do curso de Comunicação Social, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1977.

De acordo com o relatório Mulheres no Jornalismo Brasileiro, de 2017, desenvolvido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a revista Gênero e Número, hoje, apesar de representarem a maior parcela da categoria no país, as mulheres jornalistas recebem menos, estão em menos cargos de poder e são vítimas frequentes de assédio no exercício da profissão. 84% já sofreram algum tipo de violência psicológica e 70% já foram ou viram alguma colega ser assediada no ambiente de trabalho. Isso confirma a hostilidade do campo jornalístico às mulheres, ao evidenciar a maneira com que o machismo e a misoginia

inerentes à divisão sexual do trabalho permeiam as relações laborais e as carreiras de mulheres jornalistas.

Conforme o Perfil do Jornalista do Nordeste 2023, produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 43,4% e 10,8% dos jornalistas, homens e mulheres, já sofreram, respectivamente, algum tipo de violência moral ou sexual. Mais da metade (54,5%) presenciou situações de assédio moral contra colegas no ambiente de trabalho, enquanto 17,6% testemunhou casos de assédio sexual. Esses dados, apesar de partirem de uma amostragem geral, revelam a discrepância entre as experiências do universo de jornalistas e as particulares das jornalistas mulheres acerca das violências no trabalho.

Por isso, o presente artigo é resultado de uma enquete sobre assédio moral e sexual sofrido por mulheres jornalistas — da graduação ao mercado de trabalho — na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Assédio moral, como consta no Código Penal brasileiro, consiste em ofensas reiteradas à “[...] dignidade de alguém causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 2019). Similarmente, o assédio sexual é condicional à existência de laços de trabalho entre o agressor e o agredido, de modo que o agente abusa da hierarquização laboral para exigir favores sexuais da vítima. No Art. 216-A, o assédio sexual é tipificado como um crime baseado em

[...] constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos (BRASIL, 2001).

Em João Pessoa, há uma lei municipal específica para crimes de assédio moral, cujo texto prevê, de acordo com a reincidência e a gravidade do ato, penalidades como advertências, suspensões ou demissões. Essas advertências, ainda, podem ser convertidas em participações em “programas de aprimoramento de relações interpessoais”. Entre os exemplos de assédio moral, a lei aponta:

- I - marcar tarefas com prazos impossíveis e/ou fora de sua atuação especializada;
- II - passar alguém de uma área de responsabilidade técnica para funções triviais;
- III - tomar crédito de ideias e projetos de outros;
- IV - ignorar ou excluir um funcionário, só se dirigindo a ele através de terceiros;
- V - sonegar informações necessárias ao seu desempenho funcional, de forma insistente;
- VI - divulgar rumores maliciosos;
- VII - criticar com persistência;
- VIII - subestimar esforços (JOÃO PESSOA, 2009).

Para Margarita Barreto e Roberto Heloani (2015), além da ausência sintomática de doenças, o fortalecimento da saúde no ambiente de trabalho depende da sintonia física e mental do trabalhador. A prática do assédio laboral, portanto, representa um rompimento com a integridade do funcionário e é reconhecida pelo movimento feminista como uma aniquilação da dignidade individual. De fato, conforme Marie-France Hirigoyen (2003), o assédio implica uma relação de imposição e abuso de poder, na qual a vítima, “coisificada” e sem possibilidade de defesa, é dominada pelo agressor, cujos ataques visam controlar a individualidade do agredido e perpetuar um estado de submissão e dependência.

No jornalismo, embora seja algo recorrente, esse é um problema ainda pouco abordado. Em 2015, no artigo “Jornalistas Intimidadas: Dados de Violência Moral na Região Sul do Brasil”, do grupo Comunicação e Democracia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), quase 80% das jornalistas revelaram ter sofrido assédio moral durante o exercício da profissão (CARVALHO; PORTELA, 2016). Um ano depois, em 2016, uma pesquisa do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF) coletou informações de 535 mulheres de 21 estados do país, das quais 79,9% reconheciam ter sido vítimas de assédio moral ao longo da carreira.

Thales Lelo (2019) identifica a violência contra as mulheres em quatro esferas do exercício do jornalismo: a divisão sexual do trabalho, as culturas organizacional e profissional e as rotinas produtivas. Nesta última, verificam-se a

- A) Reprodução de binarismos de gênero nas redações;
- B) Intimidação, descrédito profissional, assédio e violência perpetrados por fontes de informação e entrevistados (sobretudo autoridades públicas, membros das elites financeiras e celebridades);
- C) Hipersexualização na relação com as fontes;
- D) Acesso restrito a determinados espaços e maior risco de sofrer violência na cobertura de acontecimentos públicos;
- E) Intimidação e ameaça na interlocução com a audiência (sobretudo na cobertura de temas supostamente ligados ao universo masculino e em reportagens sobre questões de gênero e sexualidade);
- F) Silenciamento de profissionais vítimas de assédio;
- G) Ausência de políticas nas empresas incumbidas de oferecerem amparo psicológico e jurídico às profissionais (LELO, 2019).

Para Monique Portela (2018), as violências de gênero sofridas por jornalistas classificam-se em três categorias, de acordo com quem as pratica: assédios verticais descendentes, cometido por superiores hierárquicos contra subordinados; horizontais, entre colegas de redação; e quanto às fontes, específico do campo jornalístico. Nesse contexto, o trato com as fontes, embora à primeira vista não presuma o estabelecimento de um contato duradouro

ou vínculos empregatícios, representa uma ameaça externa, que utiliza da posição no processo de apuração e cobertura de acontecimentos para praticar abusos.

Assim, as mulheres jornalistas, “[...] apesar de serem maioria na profissão, continuam sendo minoria no sentido sociológico, subjugadas pelos privilégios conferidos aos homens” (TEMER; MORAIS, 2018, p. 15). Isso se expressa na cultura organizacional do campo, cujas normas seguem uma lógica corporativista masculina. Mulheres jornalistas, por conseguinte, entram no mercado de trabalho em desvantagem por serem mulheres, ao dependerem da reprodução de valores machistas para obterem o reconhecimento dos pares (BOURDIEU, 2004b, p. 191).

Essa conjuntura se complexifica uma vez a par das interseccionalidades de classe, gênero e raça. Pesquisas recentes (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2018; TEMER; MORAIS, 2018) revelam o cotidiano de violências de gênero contra mulheres jornalistas no Brasil. Contudo, não foram encontrados estudos com ênfase em denunciar e buscar soluções para o assédio moral e sexual contra mulheres no jornalismo paraibano no banco de teses e dissertações da UFPB.

Desse modo, analisamos os modos de percepção das mulheres jornalistas que trabalham nas redações de João Pessoa a respeito das práticas de assédio moral e sexual durante a formação e no exercício da profissão. Buscamos, também, identificar as origens mais comuns deste tipo de prática contra as mulheres, relatar o impacto da violência na carreira profissional das vítimas e compreender como a cultura organizacional das empresas de comunicação interfere na manutenção ou coibição da persistência do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas.

Realizou-se, dessa maneira, uma pesquisa bibliográfica, bem como a aplicação de um questionário para coletar informações acerca das violências enfrentadas pelas mulheres no jornalismo paraibano. Os dados coletados indicam a recorrência do assédio moral e sexual, assim como outras violências de gênero contra mulheres jornalistas em João Pessoa.

Diante disso, o questionário aplicado cumpriu a função da pesquisa exploratória, ao possibilitar o entendimento do problema e contribuir para a construção do roteiro da entrevista, realizada a fim de identificar e compreender a dimensão das violências sofridas por mulheres jornalistas na cidade de João Pessoa. Nessa perspectiva, o período de formação universitária representa não só o primeiro contato com o meio jornalístico, mas também as primeiras experiências com as agressões que permeiam a jornada de trabalho de mulheres na área. Por

isso, ampliou-se o universo de sujeitos da pesquisa, uma amostra capaz de abranger mulheres da graduação ao mercado de trabalho.

Diante dessa perspectiva, a interpretação dos dados se deu com base na análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Além disso, por se tratar de uma pesquisa descritiva com “[...] quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais...” (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 19), adotou-se uma postura sociológica, de modo a conectar o contexto local ao panorama histórico global. Assim, foi elaborado um questionário com 50 questões abertas e fechadas, por meio do aplicativo Google Forms, plataforma gratuita de acompanhamento de formulários online.

O questionário foi enviado através de plataformas digitais, distribuído em grupos de jornalistas e ficou aberto a respostas durante 45 dias, de julho a agosto de 2024, mas, apesar disso, apenas doze mulheres o preencheram. A partir disso, foi construído o roteiro de entrevistas em profundidade com mulheres jornalistas de João Pessoa. No jornalismo, essa técnica enfatiza “[...] a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que ele desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida” (LAGE, 2005, p. 75).

Cremilda Medina (2008) descreve a entrevista como a principal ferramenta do jornalista para adentrar o imaginário do personagem, porque ela possibilita um encontro em que ambos “[...] se modificam, se revelam, crescem no conhecimento de mundo e deles próprios” (MEDINA, 1986, p. 8):

Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema (MEDINA, 1986, p. 15).

Assim, a entrevista torna-se um espaço determinado pela troca entre o interior tanto do entrevistador quanto do entrevistado. Nela, o contato e a escuta ativa superam a função meramente informativa: esboçam um método de percepção do outro e do mundo ao redor.

Ansiedade, depressão, insônia e isolamento social: os sintomas do assédio no ambiente de trabalho

Com um total de doze respostas ao questionário proposto pela equipe, oito das entrevistadas se identificaram como brancas, três como pardas e uma como preta. Mais da

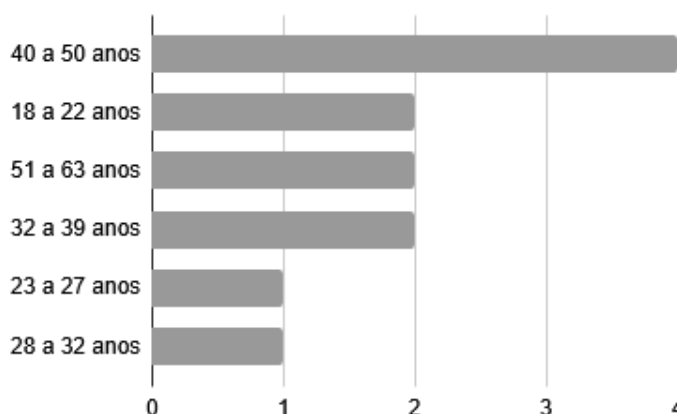
metade é solteira (7), tem ensino superior completo (7), recebe de dois a três salários mínimos (9) e não possui filhos (8), conforme as tabelas de 1 a 5. Todas as entrevistadas afirmaram ter sofrido assédio no ambiente de trabalho.

Tabela 1 – Raça ou etnia

Branca	Parda	Preta
8	3	1

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 1 mostrando a distribuição de raça e etnia entre as respondentes: branca (8), parda (3) e preta (1).

Gráfico 1 – Idade (em anos)



Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: gráfico de barras com distribuição etária das respostas: quatro pessoas têm entre 40 e 50 anos, duas têm entre 18 e 22 anos, duas têm entre 32 e 39 anos, duas têm entre 51 a 63 anos, uma tem entre 23 e 27 anos e uma entre 28 e 32 anos. A faixa etária de 40 a 50 anos é a mais frequente.

Tabela 2 – Estado civil

Solteira	Casada	Divorciada	Viúva
7	3	1	1

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 2 mostrando a distribuição de estado civil entre as respondentes: solteira (7), casada (3), divorciada (1), viúva (1).

Tabela 3 – Grau de escolaridade

Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós-graduação <i>lato sensu</i>
3	7	2

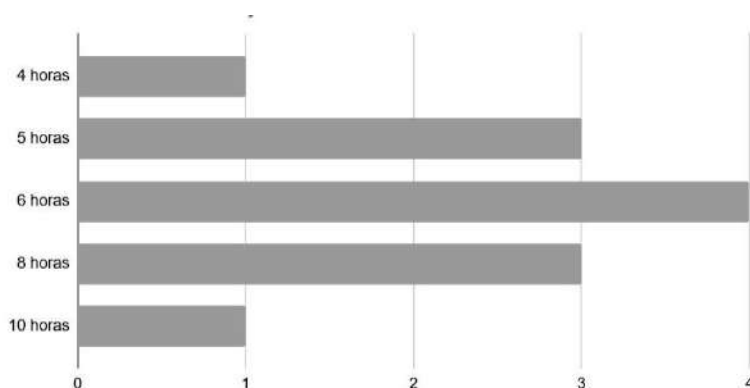
Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 3 mostrando a distribuição de grau de escolaridade entre as respondentes: ensino superior incompleto (3), ensino superior completo (7), pós-graduação *lato sensu* (2).

Tabela 4 – Renda mensal (em salários mínimos)

Até 1	1	De 2 a 3	De 6 a 7
1	1	9	1

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 4 mostrando a distribuição de renda mensal entre as respondentes: até um salário mínimo (1), um salário mínimo (1), de dois a três salários mínimos (9) e de seis a sete salários mínimos (1).

Gráfico 2 – Jornada de trabalho (em horas)



Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: gráfico de barras com distribuição das jornadas de trabalho diárias das respondentes: uma tem jornada de quatro horas, três têm jornada de cinco horas, quatro têm jornada de seis horas, três têm jornada de oito horas e uma tem jornada de dez horas. A jornada de seis horas é a mais frequente.

Tabela 5 – Número de filhos

Nenhum	1	2
8	1	2

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 5 mostrando o número de filhos das respondentes: uma pessoa não tem filhos, duas pessoas têm um filho e oito pessoas têm dois filhos.

Entre as entrevistadas, uma sofreu apenas assédio sexual, duas sofreram apenas assédio sexual e nove sofreram ambos (**Tabela 6**). A redação foi apontada como o local com a maior

frequência de ocorrências de assédio (10), seguido por situações de cobertura externa (6), estúdio (4), eventos (4) e aplicativos de mensagem (1) (**Tabela 7**), violências categorizadas por Portela (2018).

Tabela 6 – Assédio sofrido

Moral	Sexual	Ambos
1	2	9

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 6 mostrando os tipos de assédio sofrido pelas respondentes: uma pessoa sofreu assédio moral, duas pessoas sofreram assédio sexual e nove pessoas sofreram ambos os tipos de assédio.

Tabela 7 – Local do assédio

Aplicativo de mensagem	Cobertura externa	Estúdio	Eventos	Redação
4	4	4	4	10

Fonte: questionário online. #PraTodoMundoVer: Tabela 7 mostrando os locais onde as respondentes sofreram assédio: quatro pessoas foram assediadas por meio de um aplicativo de mensagem, quatro pessoas em coberturas externas, quatro pessoas em estúdio, quatro pessoas em eventos e dez pessoas na redação.

Quanto aos tipos de assédio, destacaram-se comentários de natureza sexual, piadas machistas e críticas injustas e/ou excessivas ao trabalho das entrevistadas (9); mensagens ou ligações telefônicas e toques indesejados (8); atribuição proposital e sistemática de tarefas inferiores ou superiores às competências das entrevistadas, convites indesejados, descrédito na frente de colegas, superiores ou subordinados e piadas de cunho discriminatório (6); olhares ou gestos sugestivos, ter a presença ignorada e ser isolada ou zombada pelas origens, nacionalidade, crenças religiosas ou convicções políticas (4); e insistência para encontros sexuais indesejados (3).

Além disso, oito das entrevistadas relataram ter sido expostas a uma carga de trabalho excessiva e receber críticas exageradas ou injustas acerca do trabalho ou esforço. Sete foram humilhadas ou ridicularizadas em relação ao trabalho e receberam sinais ou indicações para pedir demissão ou largar o cargo, ao passo que seis foram excluídas, sem qualquer ocupação

ou tarefas, tiveram direitos discriminados e foram alvos de elogios constantes sobre atributos físicos de forma constrangedora. Dez tiveram opiniões e pontos de vista ignorados.

Diante disso, as respostas alinham-se à visão de Hirigoyen (2003) acerca da submissão da vítima à vontade do agressor, coisificada e desprovida de mecanismos efetivos de defesa. Isso evidencia a complexidade e a gravidade das formas de violência simbólica e estrutural enfrentadas pelas entrevistadas. A experiência da mulher jornalista no ambiente de trabalho é marcada por dinâmicas sistemáticas de silenciamento, desqualificação e exclusão, características notáveis do assédio moral.

A maioria das ocorrências aconteceu no último ano (6) e foram vividas mais de uma vez (11). Em quatro dos casos, medidas foram tomadas para solucionar o problema, mas em três as denúncias foram ignoradas. Cinco pessoas não relataram os ocorridos por medo de retaliação, falta de confiança nos órgãos responsáveis e ineficácia e outras duas por receio de represália no contexto laboral e social e falta de clareza nos procedimentos para denúncia.

Essa dificuldade de acesso a mecanismos eficazes de proteção e responsabilização revela a fragilidade das políticas públicas e da legislação vigente no enfrentamento à violência no ambiente de trabalho. Embora o município de João Pessoa tipifique o crime de assédio, na prática, a formalidade da lei não se traduz em segurança efetiva para as vítimas. O baixo número de denúncias e de confiança institucional entre as profissionais apontam para a manutenção de uma cultura de impunidade.

Para sete das entrevistadas, o primeiro episódio de assédio ocorreu no início da carreira. Nesse contexto, dez veem a cultura organizacional de empresas jornalísticas como tolerante ao assédio ou negligente em relação ao problema e quatro acreditam que o assédio as influenciou na carreira de modo a impedir a progressão na área ou a levar a procurar outro emprego. Todas também conhecem jornalistas que passaram por situações semelhantes.

Esses dados refletem a quebra do compromisso das organizações jornalísticas com o bem-estar das trabalhadoras, observado por Barreto e Heloani (2015), na medida em que ilustram a anulação dos direitos fundamentais das mulheres jornalistas. Nesse aspecto, após sofrer o assédio, mais da metade lida com ansiedade excessiva (8), mudanças de humor abruptas, perda de interesse em atividades antes prazerosas, sentimentos de culpa ou vergonha e de tristeza profunda (7) e dificuldade para dormir (6). Elencou-se, ainda, sintomas de dificuldade de concentração (5), isolamento social (2) e pesadelos recorrentes (1).

Tento ao máximo evitar estar perto de alguns homens no trabalho e de alguns entrevistados quando percebo o jeito que agem (Respondente 1).

Me sinto cansada e adoecida psicologicamente (Respondente 2).

Eu não desisti de meu trabalho ou mudei a forma de trabalhar após a situação de importunação, ou os casos de agressividade de um colega de trabalho. Porém, assumi uma postura defensiva, reagia a cada vez que ele se movimentava para criticar o meu trabalho (Respondente 3).

Trabalho numa empresa onde não sofro assédio, mas ainda sinto ansiedade (Respondente 4).

Sempre procurei superar as situações e continuar com o trabalho. No último episódio, cheguei a pensar em desistir da carreira e tive depressão. Mas tratada e superada (Respondente 5).

Não atribuo ser mulher somente a situações complicadas no ambiente de trabalho, como também ao histórico de assédio, entre outros tipos de violência, até mesmo a sexual já sofrida em outros ambientes, que me marcaram, sufocaram minha autoestima. A maturidade me fez correr atrás de recuperar o amor próprio, seja na terapia, seja nos cuidados comigo mesma, os que me reservo o direito de ter, dentro das possibilidades (Respondente 6).

Todas as entrevistadas acreditam que ser mulher tenha sido um fator determinante para ser alvo de assédio.

Mais de uma vez, de mais de uma forma: a agenda de assédios dentro e fora das redações

Das doze respondentes ao questionário, três aceitaram participar de entrevistas em profundidade em fevereiro de 2025, com o intuito de obter informações detalhadas acerca da percepção e dos efeitos de violências de gênero na subjetividade das mulheres jornalistas. Com o consentimento das entrevistadas, as conversas foram gravadas e transcritas a partir do conteúdo extraído dos áudios. Reunimos, além disso, entrevistas de 2021 com mulheres pioneiras no jornalismo paraibano, presentes no acervo do grupo de pesquisas Mulheres no Jornalismo, do Curso de Jornalismo da UFPB, como maneira de avaliar se houve uma transformação na cultura organizacional jornalística ao longo da trajetória dessas profissionais.

Para garantir o anonimato e preservar a identidade das entrevistadas, a pesquisa utilizará os pseudônimos escolhidos por cada uma no momento da entrevista. Assim, serão apresentadas as falas de seis profissionais do campo da comunicação, três pioneiras e três ingressantes no jornalismo local:

- Carol, 22, jornalista no setor de redação;
- Dandara, 60, jornalista esportiva, atualmente aposentada;
- Diana, 49, pesquisadora em jornalismo e estudante de mestrado;
- Melissa, 62, jornalista de assessoria e jornal impresso, atualmente aposentada;
- Mônica, 21, jornalista no setor de assessoria;

- Tereza, 22, jornalista no setor de redação.

A entrevista foi estruturada em blocos, na intenção de abordar aspectos relevantes à construção da identidade e profissionalização das entrevistadas: memórias da infância, formação acadêmica, jornada profissional e vivências como mulheres e jornalistas. Para compreender melhor a intersecção desses fatores, contextualizamos a conjuntura na qual as entrevistadas cresceram e se inseriram no mercado de trabalho.

Com as jornalistas pioneiras, sublinhou-se o início da habilitação em Jornalismo no curso de Comunicação Social da UFPB, bem como o momento específico em que elas presenciaram situações de assédio no campo jornalístico pela primeira vez. Ao ingressar na universidade, Diana se aproximou da Cunhã Coletivo Feminista, um dos primeiros grupos feministas de João Pessoa. Já Dandara via o jornalismo esportivo “[...] cem por cento dominado por homens. Não existia nem uma única criatura feminina que ao menos fizesse a revisão de texto” (DANDARA, 2021).

Melissa, por outro lado, não tem “muita incursão pelos movimentos feministas”, mas acredita que “O machismo [...], seja por piadas, brincadeiras, insinuações... Sempre esteve presente, ainda que disfarçado. Hoje está mais escancarado, mas sempre existiu nas redações” (MELISSA, 2021).

Nenhuma das três relatou ter sofrido episódios de assédio dentro da universidade. Na redação, porém, “bastava um chefe não ir muito com a sua cara para começar uma perseguição, com ameaças. Na redação do [Jornal 1], aconteceu muito; pelo menos eu fui vítima” (MELISSA, 2021). Como contam as entrevistadas, as experiências iniciais no mercado de trabalho foram marcadas pela diferença de tratamento:

Eu nunca senti, mas acho que se eu tivesse trabalhado em redação... [...] Se vocês forem entrevistar essas mulheres que trabalham em redação, vocês irão ouvir isso: assédio dos diretores, repórteres. **Na verdade**, eu fiz uma vez o teste do [Jornal 2] e **sim, eu senti assédio de um fotógrafo lá**. Eu ia junto com ele fazer a pauta e eu sentia que ele ficava dando em cima, aquele olhar incômodo, aquelas palavras. **Então, me lembrando agora, aconteceu** quando eu comecei a fazer esses testes. Em alguns momentos na assessoria, às vezes **não davam muita credibilidade a uma pauta que eu sugeri, um trabalho que eu pedia para fazer** (DIANA, 2021, grifo nosso).

Até mesmo para fazer cobertura policial, a mulher já era vista com desconfiança. “Mulher é mais delicada, não vai aguentar, por exemplo, cobrir um crime, um assassinato e tal”. Lembro que, em um episódio, o editor da página policial teve um problema e nenhum dos repórteres estava disponível. Alguém sugeriu: “Por que não manda Dandara?”. Ele respondeu: “**Não é interessante mandar mulher pra essas coisas**. Depois que ela ver o corpo estendido no chão, vai querer vomitar”, como quem diz: “Ah, é delicada demais para cobrir um negócio tão forte”. Eu lembro que falei: “Eu vou sim. Tem problema nenhum, não. Sou repórter para cobrir qualquer coisa”. E fui. Foi a primeira vez que cobri algo policial, já que sempre ficava com a editoria geral, que abrangia economia e outros assuntos. Mas, de fato, no campo policial e

esportivo, **não éramos requisitadas, a não ser em situações como essa, quando era necessário ter a notícia e não havia a quem recorrer**. O próprio editor queria ir, mas [...] não podia abandonar a redação. Então foi obrigado a me engolir. (DANDARA, 2021, grifo nosso).

Trabalhei 16 anos no [Jornal 1] e nunca tive oportunidade de editar. **Sempre era um homem que editava e ocupava o cargo**. Eu sabia que não era incapaz, o jornal sempre apostou nas chefias masculinas. **E quando se aposta em mulheres, tem que ter aquele jeito durão de ser** (MELISSA, 2021, grifo nosso).

Todas as três não fariam Jornalismo novamente, por acreditarem que a progressão de carreira estagnou e “[...] pouca coisa mudou no que diz respeito ao tratamento nas redações, à exploração e ao salário” (MELISSA, 2021). Especialmente na Paraíba, Diana enxerga o jornalismo como uma profissão “pela qual se precisa lutar”. Ela só repetiria a decisão se “as condições para o jornalista melhorassem” (DIANA, 2021).

Dandara, já em um momento posterior da carreira, “fazia o programa mais pelo amor que tinha ao Esporte do que pela satisfação do conjunto da obra” (DANDARA, 2021). Entre diversas razões, elas elencam as questões salariais, a qualidade dos profissionais, a exploração laboral, a falta de reconhecimento da profissão e o etarismo. As emissoras televisivas, na visão de Melissa, “[...] mantêm os homens como âncoras, mesmo com a idade avançada, enquanto as mulheres que permanecem são as mais jovens” (MELISSA, 2021).

Ao serem questionadas a respeito de episódios de desrespeito e violência, o assédio moral foi a agressão mais comum. A princípio, Melissa descreve as experiências como casos de assédio moral, situações de perseguição e críticas no ambiente de trabalho. Contudo, em seguida, ela narra um acontecimento que considera insinuação sexual: um colega de trabalho tentava rimar seu nome e sobrenome em piadas de duplo sentido, “sempre dessa forma, de brincadeira, e ele começava a rir” (MELISSA, 2021).

Por meio de constrangimentos, Diana sofreu assédio moral pela chefia feminina, com “gritos e exigências”, seja no setor público, seja no setor privado, quando atuava em uma TV. Ao solicitar a mudança de departamento, foi demitida. Ficou “[...] dois anos sem trabalho e [se arrependeu] de não ter denunciado”:

Mas as denúncias de assédio moral são complicadas, e as de assédio sexual são ainda piores, pois é necessário reunir provas e testemunhas. Tanto eu quanto uma colega da produção da TV sofremos assédio moral: **gritos, exigências de pautas absurdas e diminuição do nosso trabalho**, fazendo a gente se sentir a pior pessoa do mundo. Eu tinha autoestima baixa na época, mas melhorei. Depois percebi que essa pessoa, que era insegura, atacava os outros porque não tinha capacidade para o cargo. Me arrependi de não ter denunciado, mas deixei para lá (DIANA, 2021, grifo nosso).

No entendimento dela, “todas as violências que a gente passa enquanto mulher, para nós jornalistas é igual” (DIANA, 2021). Em uma ocasião, Diana sentiu a necessidade de levar o marido ao trabalho para estabelecer limites aos olhares e comportamentos inadequados; só assim, a inconveniência cessou. Para ela, foi “o feminismo [que] a ajudou a encarar da melhor forma” a decepção dos episódios de assédio moral e o choque ao perceber que mulheres também podem cometer assédio (DIANA, 2021).

A nova geração de mulheres jornalistas de João Pessoa, assim como Dandara, Diana e Melissa, vive episódios rotineiros de assédio. Nos relatos, nota-se uma naturalização de microviolências de gênero como mecanismo de permanência na área: as profissionais ou se adaptam à frequência dessas ocorrências ou, por isso, não as interpretam como tal, sem cogitar denúncias formais às empresas. Das três, duas precisaram de exemplos para identificar as situações de assédio que sofreram.

Só Carol declarou ter sofrido assédio no âmbito da universidade: “a pessoa insistiu muito pra ficar comigo e acabou que eu cedi” (CAROL, 2025).

Eu nunca passei por nenhum caso, nem presenciei nenhum caso de machismo, assédio sexual ou outras violências, exceto em um dos meus primeiros estágios, lá no começo do curso, quando eu era mais novinha. **Eu sofri uma violência que pode ser considerada, talvez, moral**, por uma pessoa que não era jornalista, ela fazia parte da chefia de um dos meus estágios, e ela controlava vários setores, então ela tinha uma autoridade diferenciada [...] Na hora a gente trava. Eu não soube me defender. Foi uma experiência que eu não vou dizer que me marcou, mas que me chateou, na época. Aí, como eu era muito novinha, eu não tive reação. Ela foi grossa, né? E eu não respondi. Eu só baixei a cabeça e fui pra casa. **E no mesmo momento que aconteceu isso, já comecei a procurar outro estágio. Um mês depois eu saí** (TEREZA, 2025, grifo nosso).

Ah, tem **sempre**, né? [Um editor de imagem] me tocando, tudo mais... Isso me incomoda. A pessoa **sempre** fala me tocando e já insinuou algumas coisas (CAROL, 2025, grifo nosso).

Ouvir comentários como “pede a fulano porque você é mulher e ele vai te atender” era muito comum. Piadas e falas em outro tom também. Um homem que também fazia parte da imprensa do meu antigo local de trabalho me encontrou na rua, voltando da academia, e achou de bom tom comentar em duplo sentido comigo, na minha frente. **Mesmo eu demonstrando estar desconfortável, ele continuou, depois, no local de trabalho. Ele fez exatamente a mesma coisa**, comentando sobre o dia anterior em que me viu. **Mais de uma vez, de mais de uma forma, situações assim aconteceram** [...] Momentos como esse me fazem pensar que algumas pessoas nunca olham para o seu trabalho, mesmo que elogiem, porque a intenção é você em um outro sentido (MÔNICA, 2025).

Tereza foi a única que não percebeu uma diferença de comportamento e tratamento na empresa quando comandada por chefes mulheres. Como Diana, o assédio que sofreu foi cometido por outra mulher. No entanto, a quantidade de mulheres em cargos de chefia

representa um ponto decisivo para a confiança da maioria das entrevistadas no ambiente de trabalho.

Nesse estágio atual, **pela presença de mais mulheres no local, não acontece muito.** No antigo estágio, pelo contrário, **a presença era muito forte** (MÔNICA, 2025, grifo nosso).

Minha pior lembrança de quando eu entrei na área é de quando eu tinha um chefe homem. E minha melhor lembrança foi quando meu chefe passou a ser uma mulher [...] Meu antigo chefe tratava melhor homens do que mulheres. **Ele sempre chamava meu colega pelo nome e eu era sempre “a menina”.** Eu acho que quando você tem uma chefe mulher, você é... Em certos períodos, você é compreendida com mais facilidade. Eu acho que você tem uma abertura maior para lidar com as coisas e você consegue ser ouvida, diferente de quando você é chefiada por um homem, **porque você é tratada como “a menina” e não a profissional que quer e precisa ser ouvida** (CAROL, 2025, grifo nosso).

Esse lugar de subalternidade marca-se na cultura, no modo de se referir a uma mulher por um substantivo infantil enquanto se chama pelo nome um homem que ocupa o mesmo cargo. Ser “menina” é ser algo inferior, estar em uma posição abaixo à dos homens adultos, não saber lidar com problemas ou assumir responsabilidades. A melhor memória na carreira de Tereza, por exemplo, foi quando ela deixou de ser “a menina”:

Eu trabalhava para uma empresa fora da Paraíba e senti muita confiança do meu chefe sobre mim. Fui eu e o meu celular num dia de domingo. Era primeiro de janeiro, o pessoal virado do Réveillon, pouquíssima gente na cidade. Foi uma experiência muito marcante para mim como profissional, porque **foi a primeira vez que eu fiz uma coisa independente de ser “a menina” estagiária, sabe? Sem me sentir “a menina” estagiária. E eu fiquei muito feliz com essa minha conquista** (TEREZA, 2025, grifo nosso).

São discursos nas entrelinhas, exigências indiretas, sacrifícios implícitos nos valores da própria profissão, conforme descrito por Lelo (2019). Adiar ao máximo a gravidez, estar vinte e quatro horas disponível para as demandas do trabalho, seguir às normas e padrões estéticos que ser do gênero oposto ao jornalismo implica. Para as empresas, o custo de contratar uma mulher em idade fértil não equivale ao de admitir um homem ao expediente; pelo contrário, o valor de uma mulher está em quanto ela é capaz de internalizar atitudes estereotipadamente masculinas.

Todas as entrevistadas consideram essa obrigação de equilibrar as atribuições cobradas pelo jornalismo com os deveres inerentes ao “ser mulher” a maior adversidade enfrentada no cotidiano das profissionais da comunicação.

Além do machismo, que já é um grande ponto em que temos um gasto de energia enorme para suportar, o fato de termos **outras obrigações que nos são impostas, que**

acabam sendo “papel da mulher”, faz com que existam muitos empecilhos na profissão, que também é muito imediatista (MÔNICA, 2025, grifo nosso).

Eu diria que um dos maiores desafios para as mulheres na nossa profissão, com certeza, é **a dupla jornada, a tripla jornada, enfim... Infinitas jornadas, né?** Porque quando a gente chega em casa, a gente não para. A gente tem afazeres domésticos, a gente precisa estudar para alguma especialização, terminar algum projeto. Eu mal chego em casa e já estou com a janta pronta. Eu preciso preparar o jantar, eu preciso arrumar a casa, eu preciso me organizar [...] E ainda preciso pensar no futuro, em futuras especializações, mas com o tempo que eu tenho hoje, será realmente que me resta um tempo para fazer uma especialização? (TEREZA, 2025, grifo nosso).

Eu encaro como machismo estrutural. As mulheres estão sempre sobrecarregadas. **Às vezes quando se é mãe e tem que ser mãe e lidar com a carreira [...]. A maioria das mulheres tem a questão da dupla jornada.** Eu acho que o mercado em si enxerga que a mulher pode dar conta de muito mais coisas porque ela consegue ser mais coisas. Mas por ela conseguir ser mais coisas, profissionalmente ela não pode receber mais por isso (CAROL, 2025, grifo nosso).

Carol sonha em ser mãe. No futuro, ela pretende sair do setor em que está, na produção de uma TV, e migrar para um ambiente de trabalho mais rentável — e mais seguro. Questionada se consegue imaginar esse ponto da carreira dela, com o desejo de construir uma família realizado, e continuar na área da comunicação, ela ri:

Sim. Como eu não sei. É uma carreira instável e às vezes você tem que abrir mão de uma coisa para poder dar conta de uma outra, que às vezes não é nem tanto aquilo que você quer. Às vezes você quer ser mãe, mas por estar em uma carreira instável, você abre mão disso, abre mão daquilo, né? Você não tem tempo para se especializar, porque você tem que trabalhar e cuidar de uma casa, às vezes de uma família (CAROL, 2025).

Apesar disso, ao contrário de Dandara, Diana e Melissa, as três ingressantes escolheriam atuar no campo da comunicação uma segunda vez.

Considerações finais

João Pessoa é líder no *ranking* de capitais nordestinas com mais mulheres vítimas de violência sexual, de acordo com um relatório de 2017 da Organização das Nações Unidas (2017), baseado em um estudo da Universidade Federal do Ceará (UFC) em conjunto com o Instituto Maria da Penha. Entre as 10 mil mulheres ouvidas nas nove capitais da região Nordeste, 8,80% das pessoenses alegaram já terem sofrido algum tipo de violência sexual.

Essas agressões se repetem no ambiente de trabalho. Nos sete primeiros meses de 2024, o Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) recebeu 231 denúncias de assédio moral, 61% acima dos números de 2022. Esses dados correspondem ao maior índice de

ocorrências de assédio no ambiente de trabalho para o período dos últimos seis anos e superaram os registros totais de 2019 e 2021. Das 215 denúncias, 200 referem-se à violência ou assédio moral; dez à violência ou assédio sexual; e cinco a ambos.

Na esfera do jornalismo, essas violações somam-se às exigências inerentes à cultura profissional, organizacional e aos assédios perpetrados por fontes. A presente pesquisa, dessa maneira, organizou uma investigação inicial acerca da percepção dessas práticas por mulheres jornalistas em João Pessoa, alicerçada na execução de um questionário semiestruturado e entrevistas em profundidade.

Sob essa perspectiva, as respostas obtidas demonstram a recorrência de situações de assédio contra jornalistas mulheres, independente de estado civil, experiência, idade ou raça, uma realidade similar à relatada em cidades como Curitiba-PR, Goiânia-GO e Imperatriz-MA. Conforme Janaína Amorim (2021), o assédio no meio jornalístico resulta da “[...] violência sistêmica e decorrente de uma cultura machista, não de uma peculiaridade regional”, nem de circunstâncias relativas à infraestrutura de veículos de comunicação (AMORIM, 2021, p. 101).

Ao longo da nossa análise, observamos a instrumentalização dessa estrutura de poder masculina por trás da assimilação de valores androcêntricos pelo mercado da comunicação e o imaginário das mulheres atuantes no jornalismo. Nossos esforços voltaram-se para a coleta de informações acerca do perfil das mulheres jornalistas de João Pessoa; o tipo, a frequência e os efeitos provocados pelas experiências de assédio; a percepção das profissionais sobre esses episódios; e uma contextualização temporal entre o olhar de jornalistas pioneiras e ingressantes a respeito das violências de gênero enfrentadas por cada uma. Assim, a jornalista pessoense média é branca, solteira e possui ensino superior. Trabalha de seis a dez horas por dia, recebe de dois a três salários mínimos, não tem filhos ou ocupa cargos de chefia, conforme os dados coletados pela nossa pesquisa. Ela sofrerá pelo menos uma forma de violência de gênero durante a carreira.

Por se tratar de um retrato exploratório e preliminar, este trabalho apresenta limitações quanto à amostra e ao escopo da pesquisa. Percebe-se, portanto, a necessidade de estudos mais extensos, capazes de discutir as assimetrias de gênero no jornalismo de João Pessoa e nas redações de outras cidades do país. Enquanto a mídia for um ambiente hostil à jornalista, também será a todas as mulheres.

Referências

ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. *Mulheres no jornalismo brasileiro*. Relatório, 2017. Disponível em https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em 21 jul. 2024.

AMORIM, Janaína. *O CORPO ESTÁ NO CONTRATO? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz*. Orientadora: Dra. Thaísa Bueno. 2021. 119p. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Margarita; HELOANI, Roberto. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 544–561, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Edunesp, 2004b.

BRASIL. Artigo 146 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. *Código de Processo Penal*. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7928042&ts=1552946414325&disposition=inline>. Acesso em 5 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. *Código de Processo Penal*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm. Acesso em 5 mai. 2024.

CARVALHO, Guilherme; PORTELA, Monique. *Jornalistas intimidadas: Dados de violência moral na Região Sul do Brasil*. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 17., 2016, Curitiba. *Anais [...]* Curitiba: INTERCOM SUL, 2016. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1482-1.pdf>. Acesso em 5 jul. 2024.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo. *Pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher: PCSVDF. Relatório Executivo II - Primeira Onda - 2016. Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres*. Fortaleza, 2017. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_socioeconomica_dez16.pdf. Acesso em 29 jan. 2025.

COLETIVO DE MULHERES JORNALISTAS DO SJPDF. *Desigualdade de gênero no jornalismo*. Disponível em <http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/2929-pesquisa-do-sindicato-revela-as-dificuldades-enfrentadas-pelas-jornalistas-no-ambiente-de-trabalho>. Acesso em 5 jul. 2024.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano*. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ª ed., 2008.

JOÃO PESSOA. Lei Ordinária nº 11.661, de 21 de janeiro de 2009. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2009/1167/11661/lei-ordinaria-n-11661-2009-dispoe-sobre-o-assedio-moral-no-ambito-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-de-joao-pessoa-pb-definindo-o-e-criando-mecanismos-proibitivos-da-sua-pratica-com-as-respectivas-penalidades-e-da-outras-providencias>. Acesso em 29 jan. 2025.

MACIEL, Damiris de F. M, LIMA, Ana Flávia A. de, QUERINO, Oliviene, e RABAY, Glória.
“Você é mulher e ele vai te atender”: percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em João Pessoa-PB

LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54225, 2019.

MAIA, Geimison (Coord. Regional); COSTA, Rafael (Coord. Regional); LUNA, Diógenes deet al. *Perfil do Jornalista do Nordeste 2023: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2023. Disponível em <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Nordeste-GEIMISON-MAIA-et-al.pdf>. Acesso em 15 mar. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA PARAÍBA. CAMPANHA ‘SETEMBRO AMARELO’ - Denúncias de assédio moral no trabalho crescem 61% na Paraíba, revela MPT. Disponível em <https://www.prt13.mpt.mp.br/8-institucional/1913-campanha-setembro-amarelo-denuncias-de-assedio-moral-no-trabalho-crescem-61-na-paraiba-revela-mpt>. Acesso em 29 jan 2025.

PORTELA, Monique. *Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba*. Orientadora: Dra. Myrian Del Vecchio Lima. 2018. 115p. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

RABAY, Glória; BEZERRA, Camila de Lima. “Os homens falam alto e eles te atropelam”: o machismo (não só) discursivo no jornalismo político. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 35, n. 1, p. 82–98. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CEF-v35n1-2022-6>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TEMER, Ana Carolina; MORAIS, Ana. *Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero. In Mulheres no Jornalismo. Práticas profissionais e emancipação social*. São Paulo: Editora Cásper Líbero. UFC/FIC. 2018.

Submetido em: 19/03/2025

Aceito em: 13/05/2025

Interseccionalidade entre gênero e mídia: análise semiodiscursiva das reportagens do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça

Intersectionality between gender and media: a semi-discursive Analysis of reports from the National Justice Council News Portal

Interseccionalidad entre género y medios: análisis semiodiscursivo de los Reportajes del Portal de Noticias del Consejo Nacional de Justicia

Ana Carolina Mineiro¹

Resumo: O presente estudo analisou criticamente a influência das relações entre os sujeitos nos recortes de matérias do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, destacando como refletem e perpetuam desigualdades sociais baseadas no gênero. Dessa feita, o objetivo deste trabalho foi analisar o discurso das fontes e o entendimento das regularidades discursivas presentes na mídia em relação a problemáticas de exclusão ligadas aos espaços atribuídos as mulheres na sociedade e como isso pode contribuir para a reprodução das desigualdades de gênero nas camadas sociais. Para tanto, exploramos as categorias de interseccionalidade como etnia, classes sociais, sexualidade e suas categorias estruturais, segundo Maria Lugones (2014) e Gonzalez (2020). A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental de reportagens do Portal de Notícias do CNJ sobre o tema, além de legislações brasileiras de caráter familista. Essa temática dialoga com as ideias de Foucault (1996) em que pesa a análise do discurso das fontes e o entendimento das regularidades discursivas presentes na mídia em relação a problemáticas de exclusão ligadas aos espaços de poder. Apesar de sua importância, há uma notável lacuna de pesquisas que versem de forma aprofundada a interseção entre gênero e as práticas judiciais que este estudo busca preencher. Tem a seguinte questão norteadora: De que maneira as desigualdades entre os gêneros estão presentes no discurso perpetuado pela mídia, especificamente do canal de comunicação do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça? Concluiu-se, a partir da análise realizada, que compreender as dinâmicas de poder e desproporcionais exige uma reflexão crítica sobre a representação feminina na mídia e no sistema jurídico, visando à construção de uma legislação mais equitativa e sensível às questões de gênero.

Palavras-chave: Mídia; desigualdade de gênero; análise semiodiscursiva de reportagens; Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça.

Abstract: This study critically analyzed the influence of relationships between subjects in news excerpts from the National Justice Council (CNJ) News Portal, highlighting how they reflect and perpetuate social inequalities based on gender. Thus, the objective of this work was to analyze the discourse of sources and the understanding of discursive regularities present in the media concerning issues of exclusion related to the spaces assigned to women in society and how this may contribute to the reproduction of gender inequalities in social layers. To this end, we explored the categories of intersectionality, such as ethnicity, social classes, and sexuality, as well as their structural categories, according to Maria Lugones (2014) and Gonzalez (2020). The research adopted a qualitative approach, using document analysis of reports from the CNJ News Portal on the topic, in addition to Brazilian family-centered legislation. This theme aligns with the ideas of Foucault (1996), emphasizing the analysis of source discourse and the understanding of discursive regularities in the media concerning

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (2011). Atualmente é ADVOGADA da SEDUC MARANHÃO. E-mail: ana_car_min_oli@hotmail.com.

exclusion issues related to spaces of power. Despite its importance, there is a notable research gap that deeply explores the intersection between gender and judicial practices, which this study aims to address. The guiding question is: How are gender inequalities present in the discourse perpetuated by the media, specifically in the communication channel of the National Justice Council News Portal? From the analysis conducted, it was concluded that understanding power dynamics and disproportionate structures requires a critical reflection on the representation of women in the media and the legal system, aiming at the construction of more equitable legislation sensitive to gender issues.

Keywords: media; gender inequality; semi-discursive analysis of reports; News Portal of the National Justice Council.

Resumen: El presente estudio analizó críticamente la influencia de las relaciones entre los sujetos en los recortes de noticias del Portal de Noticias del Consejo Nacional de Justicia (CNJ), destacando cómo reflejan y perpetúan desigualdades sociales basadas en el género. De esta manera, el objetivo de este trabajo fue analizar el discurso de las fuentes y la comprensión de las regularidades discursivas presentes en los medios en relación con problemáticas de exclusión vinculadas a los espacios asignados a las mujeres en la sociedad y cómo esto puede contribuir a la reproducción de desigualdades de género en las capas sociales. Para ello, exploramos las categorías de interseccionalidad como etnia, clases sociales y sexualidad, así como sus categorías estructurales, según Maria Lugones (2014) y González (2020). La investigación adoptó un enfoque cualitativo, utilizando el análisis documental de reportajes del Portal de Noticias del CNJ sobre el tema, además de legislaciones brasileñas de carácter familista. Esta temática dialoga con las ideas de Foucault (1996), enfatizando el análisis del discurso de las fuentes y la comprensión de las regularidades discursivas presentes en los medios en relación con problemáticas de exclusión vinculadas a los espacios de poder. A pesar de su importancia, existe una notable laguna en las investigaciones que aborden en profundidad la intersección entre género y prácticas judiciales, la cual este estudio busca llenar. La pregunta guía es: ¿De qué manera las desigualdades de género están presentes en el discurso perpetuado por los medios, específicamente en el canal de comunicación del Portal de Noticias del Consejo Nacional de Justicia? A partir del análisis realizado, se concluyó que comprender las dinámicas de poder y desproporciones requiere una reflexión crítica sobre la representación femenina en los medios y en el sistema jurídico, con el objetivo de construir una legislación más equitativa y sensible a las cuestiones de género.

Palabras clave: mídia, desigualdade de gênero; análise semiodiscursivo de reportajes; Portal de Notícias del Consejo Nacional de Justicia.

Introdução

Esta investigação situa fatores históricos e transformações socioculturais determinantes para o desenvolvimento de comportamentos sociais de gênero, de forma rígida (LUGONES, 2014) e enfatiza o papel social de mulheres/mães como sujeitos de direitos na contemporaneidade, levando em consideração a importância da prática isonômica na sociedade, pois ainda é perceptível a persistência de padrões que dificultam o acesso a equidade no campo forense e fora dele (ZIGGIOTTI, 2020).

Para tanto, é indispensável considerar os desdobramentos das relações humanas em que deve prevalecer as suas subjetividades tal qual a desconstrução das pretensões hegemônicas que regem e fazem parte da engrenagem populacional (COLLINS, 2020). Nesse enfoque, o estudo torna-se desafiador por se tratar de assunto tido como senso comum, mas ainda assim cercado

de estigmas e com uma série de problemáticas, como: a vinculação entre garantia de um direito e o gênero e a invisibilização nela contida de todos os percalços e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e sua prole para ter acesso a garantias básicas de subsistência (ZIGGIOTTI, 2020).

Assim, o enfoque adotado nessa investigação está pautado na interseccionalidade histórica, cultural e jurídica dos direitos das famílias, traçando um paralelo com a desigualdade de gêneros que levam até esse par opositor: garantias de direito e acesso igualitário a eles. A ideia de “interseccionalidade” deve ser tratada neste exame como uma ferramenta analítica, pois, ajuda a elucidar questões relacionadas às relações de poder que envolvem os sujeitos, dentre outras categorias que são fatores de opressão.

Do mesmo modo, para Collins e Bilge (2020), essas relações não se manifestam de forma isolada e mutuamente excludentes, e sim, funcionam de forma unificada, afetando todo um convívio social. Nesse mesmo pensamento, pode-se dizer que a “interseccionalidade” busca entender a diversidade da nossa sociedade e a individualidade das relações cotidianas.

Dentro da lógica das relações cotidianas, chegou-se a esse tema através da inquietação profissional de uma das autoras como advogada familista, quanto pela observação das demandas femininas relacionadas à pensões alimentícias como algo recorrente nos escritórios de advocacia, nos fóruns, nas mídias sociais e em todo o contexto sociojurídico em que estamos inseridos diariamente.

Outro sim, foi realizado um breve exame das pautas de audiências, documentos que asseguram a publicidade dos atos normativos, afixados na área externa das Varas de Família do Fórum Desembargador José Sarney, na comarca de São Luís – MA e a partir dessa verificação, tornou-se possível acessar informações básicas, porém relevantes, sobre os processos em trâmite. Na manhã do dia 9 de dezembro de 2024, em visita ao fórum, constatou-se que nas seis Varas de Família existentes, estavam agendadas 27 audiências, das quais 17 (aproximadamente 63%) eram relacionadas a litígios envolvendo guarda e alimentos.

Ademais, verificou-se que em 100% dessas demandas, os requeridos eram homens, evidenciando uma prevalência de questões relacionadas à ausência de responsabilidade afetiva e financeira por parte dos genitores. Observou-se, ainda, que as requerentes eram mulheres, abrangendo diferentes etnias, níveis de escolaridade e classes sociais. Esses fatores habituais despertaram o interesse por análises mais complexas desses espaços de poder para o estudo a partir da perspectiva de gênero.

A partir deste viés, as pesquisadoras buscaram, ao longo da verificação aqui realizada, sanar algumas interrogações práticas como: Quais os motivos para essa demanda por pensão

alimentícia ser tão alta? Por que a maior parte das solicitações são feitas por mulheres? Esses questionamentos geram a problemática principal desse estudo, e em complemento: De que maneira são perpetuados pela mídia, especificamente no canal de comunicação do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça?

Posto isto, ao problematizar estas circunstâncias, que são a bússola desta pesquisa, chegamos à constatação de que estas práticas sociais revelam mais que uma questão moral. Vai além, retratando uma sociedade onde ainda é muito presente as disparidades, sobretudo, entre os gêneros, marcada pela divisão desproporcional de papéis sociais em relação ao cuidado para com a prole (ZIGGIOTTI, 2020).

Nesse caso, busca-se desenvolver um estudo comprometido com a missão ético-política do pesquisador. Neste ponto, a escrita sobre desigualdade de gênero na litigância materna de guarda e alimentos não deixa de ser um ato político que busca a emancipação humana e a superação da opressão-dominação de mulheres e de os outros gêneros possíveis.

Dessa forma, este estudo propôs-se a avaliar os fenômenos relacionados aos comandos dominantes nos direitos das famílias por meio de uma abordagem qualitativa. Como material de análise utiliza-se reportagens do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apresentam informes jurídicos de diversas ordens e fornece subsídios relevantes para os questionamentos da pesquisa. Esse portal reúne enunciados sobre temas como questões de gênero, a representação das mulheres na sociedade, litígios alimentares, guarda e reconhecimento de paternidade, proporcionando um panorama abrangente das dinâmicas jurídico-sociais.

A pesquisa com fontes jornalísticas confere ao estudo o caráter de pesquisa documental por considerar os enunciados desse portal como documentos com intencionalidades, discursos próprios e contexto de criação. As notícias, além de circularem em um veículo de comunicação midiático, também ficam registradas em um acervo digital de um website, podendo ser consultadas como fontes de pesquisa.

Além dos elementos já definidos sobre o aporte conceitual e metodológico desse estudo, assume-se como técnica de análise: a “análise do discurso” dos enunciados nas fontes jornalísticas, por entender que toda linguagem, independente da forma de transmissão, exige um tratamento sobre as suas intencionalidades. Neste meio de interpretação, utiliza-se como suporte teórico as concepções de Foucault (1996), por assimilar que o discurso não está isento de concepções ideológicas construídas com convívio em sociedade e em espaços de poder. A partir desse recurso, pretendeu-se perceber nas notícias apresentadas as relações de gênero, as

construções ideológicas, políticas e sobretudo, as arguições. Diferentemente de uma metodologia rigidamente estruturada, a crítica ao discurso propõe uma nova forma de compreender a linguagem, considerando-a sob perspectivas históricas e sociopolíticas. Obviamente, não implica uma metodologia homogênea, nem constitui uma escola ou paradigma único; no máximo, representa uma perspectiva comum sobre como conduzir análises linguísticas, semióticas ou discursivas (PECHEUX, 2010). Destarte, essa pesquisa, que além de inserir-se no campo área das Ciências Humanas, também transita no âmbito dos Direitos das Famílias, das Ciências Sociais Aplicadas.

Nesta perspectiva, o presente estudo pelo ângulo de Maria Lugones (2014), oferece uma crítica ao sistema colonial e à maneira como ele se estrutura nas relações de poder e moldam as experiências de opressão e exclusão. Desta forma, se expandiu, nesta investigação, a discussão ao introduzir uma abordagem decolonial, propondo o conceito de um sistema de gênero colonial/moderno, que revela como o colonialismo hierarquizou os papéis de gênero, consolidando uma visão binária e opressiva.

Segundo Lugones (2014), a experiência de gênero não pode ser analisada de forma isolada, ela deve ser compreendida em articulação com outras formas de opressão. Para as mulheres, as dominações de gênero estão profundamente interligadas à sua condição racial e social, configurando dinâmicas complexas de exclusão e resistência. No contexto da maternagem, a pesquisa revela expectativas sociais em torno do papel “mãe”, moldadas e intensificadas por marcadores de diferenças históricas e culturais. Mulheres negras e indígenas, por exemplo, enfrentam preconceitos que desumanizam sua maternidade, associando-a moldes de negligência ou inferioridade.

Além disso, a maternidade, em situação de pobreza, encontra barreiras adicionais para acessar direitos básicos, como assistência jurídica e proteção contra violência doméstica. Nessa direção, Aires (2018), Foucault (2014 e 2020) e Gonzalez (2020) destacam a família, o patriarcado e a maternagem não como dados naturais, mas sim práticas socialmente construídas e constantemente renegociadas nas interações com instituições e normas culturais. Outrossim, poderemos explorar as transformações nas concepções da parentalidade compartilhada e corresponsável. A redefinição desses papéis pode não apenas aliviar a carga sobre as mães, mas também criar uma sociedade mais justa e integrada, onde os sujeitos se sintam valorizados e plenamente engajados na criação de sua prole.

Gênero e mídia nas reportagens do portal de notícias do Conselho Nacional de Justiça

A mídia exerce um papel fundamental na construção e reprodução de discursos, como por exemplo, sobre gêneros, influenciando percepções sociais e reforçando estereótipos. A forma como os sujeitos são retratados nos meios de comunicação reflete e, ao mesmo tempo, molda as relações de poder na sociedade. O discurso midiático não apenas informa, mas também legitima normas culturais e estruturais que impactam diretamente a maneira como diferentes gêneros são percebidos e tratados (CHARAUDEAU, 2013).

Portanto, é relevante frisar que os eixos teórico-temáticos abordados nesta pesquisa conseguem dialogar diretamente com a relação entre mídia e a figura feminina, exercendo uma conexão que se desenvolve a partir do esforço da sociedade em instruir as mulheres para desempenharem um papel específico. Esse processo ocorre por meio de orientações sobre família e maternidade, mas também por outras diretrizes externas ao corpo feminino, sob a premissa de que a mulher deve cuidar de si mesma para melhor atender às necessidades coletivas (POLIVANOV, 2019).

Nessa perspectiva, buscou-se analisar algumas reportagens retiradas do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dentro da extensão desse trabalho, utiliza-se um número reduzido. Primeiramente, a escolha deste site se justifica por sua relevância como fonte oficial de informações sobre o sistema judiciário brasileiro, garantindo a confiabilidade e a precisão dos dados apresentados. Todavia, vale destacar que o CNJ desempenha um papel central na regulamentação e no monitoramento das práticas jurídicas no país, oferecendo um panorama consistente sobre questões relacionadas aos Direitos das Famílias.

Quanto ao lapso temporal, o recorte de 15 (quinze) anos foi planejado para possibilitar uma estudo mais abrangente e aprofundado na área familista. Esse decurso permite identificar tendências, avanços e desafios persistentes na litigância materna pela garantia dos seus direitos e da prole. Outro fator relevante relacionado a seleção deste período está no fato de evitar distorções causadas por conjunturas passageiras. Neste sentido, foi possível estabelecer conexões entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época, a construção de sentidos, as ligações simbólicas e todo um jogo de semelhanças nas práticas discursivas. (FOUCALT, 1987).

Segundo Foucault (1987), os lugares de discurso correspondem a um conjunto de práticas referentes a sociedade disciplinar, que se vale de atos do cotidiano para que o poder circule e incida sobre os corpos individuais, o que age em paralelo, com ou sem prejuízo, do conjunto de

regras postas pelo Estado. Quer dizer, todo discurso manifesto repousaria sobre um já dito, que se remete a outros discursos, sendo tratado como uma incursão de acontecimentos.

Dentro dessa metodologia de análise é preciso estar atento para encontrar cada momento do discurso que se quer interpretar em sua erupção de atos, pois a repetição lhe permite ser consistente. Discurso é prática, é dispersão, é um jogo de suas instâncias não sendo necessário identificar uma origem do que se diz e sim, buscar uma interpretação na formação e na “regularidade discursiva” (FOUCAULT, 1987).

Sendo assim, a primeira reportagem examinada, conforme demonstra a figura 1, relata a longa espera da auxiliar de enfermagem, Zelândia Maria da Silva, para receber valores alimentares referente às despesas de sua filha por parte do genitor. Após 05 (cinco) anos aguardando um desfecho, a mãe encontra-se emocionada com a conclusão do processo e a determinação do pagamento de pensão alimentícia no montante de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Figura 1 – Reportagem da mãe Zelândia Maria da Silva.



Fonte: Captura de tela da Agência CNJ de Notícias, 6 de novembro de 2009.

Destaca-se que a ausência de valores alimentares não compromete apenas os direitos da genitora, que muitas vezes arca solitariamente com os custos da criação da prole, mas também fere diretamente os direitos fundamentais dos dependentes, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (ZIGGIOTTI, 2020). Esse atraso impede que a prole tenha acesso adequado à recursos basilares para sua subsistência, educação e bem-estar, prejudicando seu desenvolvimento e ampliando desigualdades socioeconômicas.

Dessa forma, a morosidade legal não se trata apenas de uma entrada burocrática, mas de uma violação direta aos princípios da proteção integral, que deveria garantir prioridade

absoluta a quem tem direito de fato (CAMBI, 2024). Além disso, a omissão paterna no cumprimento das obrigações alimentares agrava ainda mais essa problemática.

O direito ao sustento não é uma opção, mas um dever intransferível dos genitores e sua violação afronta aos princípios de Dignidade da Pessoa Humana e da Proteção Integral da Infância e Adolescência. No entanto, a falta de mecanismos eficazes para garantir essas obrigações faz com que muitas mães enfrentem um longo e desgastante caminho para garantir um acolhimento que já deveria existir (CAMBI, 2024).

Posto isto, na perspectiva foucaultiana (1987), a vagariedade do sistema normativo não é apenas uma falha operacional, mas um reflexo da dinâmica de poder que regula e estrutura os discursos legais. O direito, enquanto dispositivo disciplinador, atua no controle e na distribuição do acesso à justiça, estabelecendo normas que, muitas vezes, favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Fazendo uma correlação com o pensamento acima de Foucault (1987) e a matéria específica, podemos entender que este quadro reforça a posição de vulnerabilidade das mães e a segregação de gêneros nos Direitos das Famílias, enquanto, acentua a posição de poder masculina, direta ou indiretamente, no não cumprimento de suas responsabilidades.

É aqui que o conceito de análise "semiodiscursiva" de Charaudeau (2013) se encaixa de forma relevante. Para o autor, a análise do discurso midiático e cultural deve ser entendida como um estudo dos sentidos que emergem de um conjunto complexo de representações e estruturas de poder. Todavia, especialmente no que tange à litígios alimentares, a notícia expõe a visão de que as mulheres são as responsáveis originárias pelos cuidados da prole, o que as coloca em um lugar ainda mais acentuada na desigualdade.

Esse fato reflete, de maneira clara, os requisitos das normas de gênero, onde a sobrecarga materna se torna uma parte "naturalizada" da experiência feminina (CHARAUDEAU, 2013; ZIGGIOTTI, 2020). As representações midiáticas e culturais de "mãe sacrificada" e "mulher sobrecarregada" são constantemente reafirmadas por uma estrutura discursiva que não só legitima o papel da mulher como cuidadora, mas também coloca essa personagem em uma posição de espera e sofrimento habituais (CAMBI, 2024).

A próxima reportagem, ilustrada na Figura 2, destaca como o sistema normativo brasileiro familista, em termos de linguagem e compreensão, se mantém distante do vocabulário e do conhecimento popular, conforme pode ser visto a seguir:

Figura 2 – Episódio Jurídiquês.



Fonte: Captura de tela da Agência CNJ de Notícias, 6 de julho de 2022.

Entre os tópicos abordados na entrevista estão os critérios para fixação do valor da pensão, as situações que podem causar sua revisão, diferença entre guarda unilateral e compartilhada, se é possível pedir a pensão antes do nascimento da criança, entre outras dúvidas comuns. “Esses esclarecimentos são extremamente importantes para que a população conheça os seus direitos e saiba como esse tipo de processo caminha aqui dentro do Poder Judiciário”, afirmou Ana Rita Nery (magistrada e apresentadora).

A matéria evidencia a relevância do Direito das Famílias no ordenamento jurídico brasileiro, regulando aspectos essenciais como casamento, divórcio, guarda de filhos, alimentos e partilha de bens (DIAS, 2021). Contudo, mesmo na era digital, a desinformação sobre direitos e deveres, nessa esfera, ainda é um obstáculo, gerando insegurança e dificultando o acesso à justiça. Destaca-se, assim, a necessidade de simplificar terminologias, aplicar as leis de forma acessível e ampliar o conhecimento da população sobre seus direitos. A falta de informação pode resultar em vulnerabilidades, como a não formalização de litígios, descumprimento de obrigações parentais, entraves na partilha de bens e até violações de direitos de crianças e adolescentes (CAMBI, 2024).

A linguagem jurídica se caracteriza, entre outros aspectos, por ser um código fechado, de difícil acesso para a maioria das pessoas. Para autora Maria Berenice Dias (2021), essa complexidade cria a necessidade de equilibrar a acessibilidade do texto jurídico para seus leitores em potencial com a precisão necessária na formulação das leis. Como resultado, a população em geral depende frequentemente de intermediários para interpretar e compreender

as normas e decisões legais que impactam a sua vida, revelando a distância entre o sistema normativo e o conhecimento popular.

O distanciamento do conhecimento jurídico da sociedade pode ser analisado sob a ótica do discurso de poder de Foucault (1987) e do discurso midiático de Charaudeau (2013), onde o direito atua como instrumento de biopolítica, regulando o acesso ao conhecimento e às normas sociais. Além de estruturar a organização familiar, o direito impõe barreiras linguísticas e institucionais que perpetuam a subordinação (CAMBI, 2024). O discurso jurídico, moldado por grupos dominantes, reflete orientações de gênero, já que legisladores e intérpretes da lei são formados dentro de concepções que influenciam os significados e as relações estabelecidas (CAMBI, 2024).

Este regime contribui para a manutenção da assimetria informacional, pois, ao invés de promover o entendimento das normas e direitos, reforça a dependência da população em relação aos especialistas. Assim, tanto o discurso jurídico quanto o cultural operam em conjunto na manutenção de uma engrenagem em que o conhecimento legal permanece inacessível à maioria dos sujeitos, consolidando posições de poder e limitando autonomias (CAMBI, 2024).

Para combater este “juridiquês”, é essencial investir em iniciativas de educação jurídica acessíveis à população. Campanhas de conscientização, programas sociais e a presença de profissionais do direito em lugares distintos são formas eficazes de disseminar a informação e garantir que todos possam exercer seus direitos de forma plena e justa (CAMBI, 2024).

Assim, a democratização do conhecimento jurídico é um passo fundamental para fortalecer a justiça social e garantir que as relações familiares sejam pautadas pelo respeito, pela igualdade e pela dignidade (BARROSO, 2009). Dessa forma, é primordial que o Estado, a sociedade civil e os profissionais qualificados atuem conjuntamente para estabelecer que todos tenham acesso à informação necessária para proteger seus direitos e cumprir seus deveres. Foucault (1987) argumenta que o discurso de poder reflete também a construção sócio-histórica de seu contexto de criação da ideia disseminada.

No caso dos Direitos das Famílias, as normas jurídicas não são neutras; elas fazem parte de um conjunto de saberes e práticas que organizam as relações familiares, delimitando papéis e funções (CAMBI, 2024). O discurso jurídico e cultural complementarmente define, por exemplo, quem pode ser considerado responsável pelos cuidados com a prole, como os bens devem ser partilhados e quais são os deveres de cada membro do núcleo familiar.

Foucault (1987) sugere que a falta de informação contribui para as desigualdades, o que implica, a partir da análise realizada, assumir que o conhecimento jurídico é um instrumento de

poder central. Ao destacar a necessidade de elucidação dos sujeitos sobre esses direitos, a notícia assume uma posição dentro desse campo discursivo midiático (CHARAUDEAU, 2013), operando como um agente de construção e difusão de significados sobre o direito de família. A mídia, ao selecionar quais informações são divulgadas e de que maneira são apresentadas, exerce um papel ativo na formação da percepção pública dos direitos familistas.

Esse enquadramento discursivo pode tanto reforçar estereótipos e assimetrias de poder quanto questioná-los, dependendo da abordagem adotada. Assim, se bem conduzido pela mídia, esse discurso pode contribuir para a democratização do conhecimento jurídico dos direitos das famílias, permitindo que mais pessoas compreendam seus direitos e desafiem as desigualdades presentes no sistema legal, promovendo uma maior conscientização sobre as injustiças enraizadas na sociedade (CAMBI, 2024).

No entanto, traçando um correspondente com o raciocínio de Foucault (1987), a complexidade linguística não se dá apenas de forma repressiva, mas produtiva: o próprio ato de informar e educar sobre os Direitos das Famílias é uma atividade de resistência. Além disso, o discurso de conscientização reforça certos comportamentos ao mesmo tempo em que pretende libertar os sujeitos da ignorância.

A ideia de que é necessário orientar as pessoas parte da premissa de que há um modelo ideal de família e de justiça que deve ser conhecido e seguido. Isso também se alinha à noção foucaultiana de normalização e disciplinamento, a partir da qual constata-se que essa concepção implica em padrões de comportamento, que consolidam e determinam quais arranjos familiares e práticas jurídicas são aceitos ou marginalizados (CAMBI, 2024).

Como desdobramento das questões discutidas até o momento, a reportagem apresentada na Figura 3 mostra a visita da equipe de notícias do Portal do CNJ, nos fóruns do Distrito Federal para ouvir mulheres que atuam no sistema judiciário ou utilizam seus serviços. O objetivo foi permitir que elas compartilhassem suas próprias experiências nesses espaços. Durante as entrevistas, ficou evidente que a estrutura jurídica ainda é historicamente dominada pelos homens e reproduz dinâmicas de desigualdade.

A recepcionista Sônia Maria da Silva, por exemplo, observa diariamente como a desigualdade de gênero permeia o Judiciário Distrital, influenciando no atendimento, na credibilidade das demandas femininas e no tratamento dispensado a usuárias e profissionais do Direito.

Figura 3 – Reportagens: a justiça delas.



Fonte: Captura de tela da Agência CNJ de Notícias, 9 de dezembro de 2022.

Na mesma matéria, a juíza Clarissa Braga Mendes, com 15 (quinze) anos de atuação na magistratura, compartilha os desafios enfrentados por mulheres em um ambiente jurídico ainda marcado por uma forte associação entre autoridade e masculinidade.

Diante das declarações femininas anteriormente mencionadas, é possível aprofundar a análise à luz de Foucault (1987), que destaca como o poder se manifesta em microrrelações, exercendo controle e regulação sobre os corpos e os saberes. Nesse sentido, o fórum se torna um espaço de constante afirmação para mulheres que precisam provar sua legitimidade em um meio em que os homens são automaticamente reconhecidos como figuras de autoridade.

Nessa estrutura disciplinar opera uma rede fundamentada no saber e na verdade, o campo do direito se destaca como uma área em que o conhecimento gera poder. Assim, os profissionais e os usuários representam figuras centrais na construção e validação da verdade jurídica (CAMBI, 2024). Embora, em teoria, todos tenham o direito de interpretar as normas, visto que essa é a essência da vivência no universo jurídico, a decisão final sobre a verdade processual cabe ao profissional responsável pela causa (CAMBI, 2024).

Ao longo da história, diversos episódios demonstraram como o poder, mesmo dentro dos limites da legalidade, pode ser empregado de forma a contrariar radicalmente os direitos humanos e fundamentais das mulheres (ZIGGIOTTI, 2020). Posto isto, o direito não pode ser conduzido apenas por uma abordagem tecnicista, limitada à aplicação estrita das normas positivadas. A justiça deve ser seu princípio orientador, não enquanto um ideal inalcançável, mas sim como uma construção pragmática, passível de concretização dentro das possibilidades reais (CAMBI, 2024).

Sob a perspectiva foucaultiana (1987), o Estado não pode mais ser legitimado unicamente por sua suposta finalidade de promover o bem comum. Tal concepção representa uma visão distorcida do poder, que ignora a complexidade das relações sociais e institucionais. Se, no plano discursivo, o Estado se apresenta como um ente regulador em prol da coletividade, na prática, sua atuação pode revelar contradições profundas. O poder não se manifesta apenas em suas intenções declaradas nos textos normativos ou documentos oficiais, mas, sobretudo, nas práticas concretas que estabelecem e perpetuam relações de dominação (CAMBI, 2024).

Nosso objetivo, por meio desta análise foucaultiana (1987), não foi dissociar a verdade do poder, mas sim evidenciar diferentes formas de compreender os fenômenos que permeiam as desigualdades de gêneros tanto para os que operam o direito, quanto para aqueles que dele necessitam. A resposta da filosofia do direito aos problemas oriundos do poder e da interpretação jurídica é dada com uma virada ética do positivismo, que tem o condão de superar a lógica formal que permeia o sistema de aplicação do direito, e substituí-la por uma de interpretação e execução sistêmica que leve em conta uma dimensão ética (CAMBI, 2024).

Por esta razão, podemos encontrar nos depoimentos das entrevistadas, expostas nas notícias selecionadas, um rol de condutas relativas às formas distintas de manifestação das desigualdades de gêneros sociojurídicas. Foi comum observar a dicotomia entre os sujeitos, que são frequentemente representados como entidades opostas, em vez de compartilharem características em comum. A normatização atribuída a cada gênero baseia-se na premissa de que certas condutas ou atributos são mais adequados para um do que para outro (FACIO, 2009).

Sendo assim, há uma imposição de um duplo critério, no qual um ato ou característica humana é julgada de maneira diferenciada entre os gêneros. Esses julgamentos estão profundamente enraizados no que o feminismo define como o processo de socialização do patriarcado (FACIO, 2009). Dessa maneira, ocorre a insensibilidade ao gênero, ou seja, a variável entre as pessoas é negligenciada como um fator social relevante nas análises dos litígios, nas abordagens jurídicas e nos atos processuais (FACIO, 2009).

Assim a generalização, se consolida e manifesta-se nos órgãos normativos como referência apenas do comportamento masculino e apresenta suas conclusões como aplicáveis aos outros gêneros. Um exemplo evidente do que foi percebido nos relatos fornecidos pelas entrevistadas escolhidas entre as matérias selecionadas e que coube no foco da pesquisa, é o da desconfiança da mulher operadora do direito. Assim, as profissionais no ambiente jurídico precisam estar constantemente reafirmando que são capazes em suas funções (FACIO, 2009).

Já sobre a especificação entre os sujeitos, existe uma necessidade ou comportamento humano em atribuir exclusivamente a um dos gêneros uma característica específica, como no caso da responsabilidade pelo cuidado da prole, que ainda é amplamente considerada uma função exclusiva das mulheres (FACIO, 2009).

Outra ação do machismo no âmbito jurídico, frequentemente destacada pelas entrevistadas, é o familismo, associação da figura feminina à esfera familiar e à função reprodutiva. As necessidades das mulheres, enquanto sujeitos sociais autônomos, são distintas das necessidades familiares, ainda que possam estar interligadas na realidade (FACIO, 2009).

No entanto, no campo jurídico, há uma tendência a tratar os termos "mulher" e "família" quase como sinônimos. É comum que leis formuladas para garantir a proteção feminina sejam aplicadas de maneira a priorizar os interesses familiares em detrimento dos seus próprios direitos, chegando, por vezes, a anulá-los (FACIO, 2009).

Enquanto estratégia metodológica, a perspectiva de gênero deve ser aplicada não apenas na análise de casos que envolvam discriminação direta contra as mulheres, mas também em todas as situações em que uma mulher ou um grupo de mulheres figure como sujeito de direitos em uma demanda judicial. Isso se justifica pelo fato de que a discriminação de gênero constitui um fenômeno social complexo, frequentemente invisibilizado e estruturalmente disseminado (CAMBI, 2024).

Dessa forma, a aplicação da perspectiva de gênero como estratégia metodológica amplia a compreensão das dinâmicas de desigualdade presentes no sistema jurídico, permitindo uma visão mais justa e contextualizada das demandas judiciais que envolvem mulheres. Por fim, ao reconhecer a discriminação de gênero como um fenômeno estrutural e muitas vezes invisibilizado, essa abordagem contribui para a efetivação dos direitos e para a construção de um Judiciário mais equitativo e sensível às questões de gênero.

Considerações Finais

Assim, ao analisar o discurso das fontes e as regularidades discursivas na mídia, este estudo buscou compreender como a representação das mulheres nos informes jurídicos do Portal de Notícias do CNJ pode contribuir para a reprodução das desigualdades de gênero. A abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental, permitiu examinar esses enunciados como construções discursivas carregadas de intencionalidade e inseridas em um contexto jurídico e social específico. Dessa maneira, ao adotar a análise do discurso como

técnica metodológica, a pesquisa aprofundou a compreensão dos mecanismos de exclusão e dominação presentes nas narrativas midiáticas sobre os direitos das famílias, destacando o papel da linguagem na manutenção ou contestação das hierarquias de gênero.

A partir da análise das referidas reportagens é importante ponderar sobre o quanto as imagens, mensagens e associações construídas e postagens em circulação nas redes sociais se sustentam a partir de um princípio que vai denominar o reconhecimento midiático e que passa pela visibilidade e aprovação do “outro”. Assim, existe, entre os sujeitos que constituem as mídias digitais, um reconhecimento mútuo e um acordo do que é socialmente significativo, no qual admitem-se imagens identitárias construídas a partir de valores culturais previamente apreendidos (CAMPANELLA, 2019).

Embora seja inegável a importância de compreender a mulher como um sujeito livre, é necessário considerar que essa visão, em muitos casos, resulta na responsabilização individual da feminilidade por diversas questões, sem levar em conta as desigualdades estruturais a que ela é submetida (POLIVANOV, 2019). A partir desse entendimento infere-se que a circulação e consumo de narrativas sobre a figura feminina nas redes sociodigitais considera as formações sociais dos papéis sociais entre os gêneros.

Sendo assim, os cenários analisados nas reportagens recorrem a evidências de problemas estruturais da justiça brasileira que afetam diretamente o devido processo legal e a proteção dos direitos dos requerentes. Por consequência, a lentidão dos litígios muitas vezes impede que soluções eficazes sejam alcançadas em tempo hábil, intensificando o sofrimento emocional e financeiro das mães que buscam o cumprimento de direitos básicos. Com isto, vem à tona o fenômeno da “revitimização”, no qual a mulher mãe é submetida em um ciclo contínuo de questionamentos, descredibilização e exposição, tanto no âmbito jurídico quanto no social que reforçam estereótipos de gênero (CAMBI, 2024).

As decisões judiciais, frequentemente lentas e arrastadas, entram em sintonia com essas narrativas culturais, incorporando a ideia de que a mulher, mais do que qualquer outro indivíduo, deve carregar sozinha as responsabilidades do cuidado familiar, mesmo que isso signifique ser abarrotada pela ineficiência do sistema (CAMBI, 2024).

Na prática, muitas vezes a cobertura midiática prioriza narrativas sensacionalistas, retratando disputas judiciais como meras brigas entre casais, sem aprofundar os aspectos legais e culturais que envolvem o problema e cada caso. Outrossim, é a forma como a mídia constroem essas histórias podendo causar a falsa impressão de que o papel do Judiciário deve ser cauteloso

e a demora como primordial para o devido processo legal, reforçando uma lógica disciplinar que mantém a desigualdade de gênero (ZIGGIOTTI, 2024).

Ao se beneficiarem da inabilidade processual, o pai acaba sendo resguardado de uma responsabilização efetiva, evidenciando um mecanismo de poder que reflete o conceito de biopolítica de Foucault (1987). Nesse contexto, o Estado, por meio de suas instituições jurídicas e administrativas, regula e disciplina os órgãos e as relações sociais, mas de maneira desigual, permitindo que certas estruturas de privilégios se perpetuem.

Além disso, as ideias de Foucault (1987) reforçam que as normas jurídicas e institucionais criam regimes de verdade, ou seja, o discurso jurídico forma conhecimento que determinam o que é aceito como verdadeiro ou legítimo no campo normativo. Na conjunção da litigância materna, os discursos jurídico, cultural e midiático tonificam frequentemente a ideia de que a maternidade é um dever inquestionável da mulher, enquanto a paternidade pode ser facultativa ou negociável.

Então, podemos concluir que a morosidade da justiça não é apenas uma falha burocrática, mas um mecanismo que mantém um sistema de poder desigual, onde a figura paterna tem maior liberdade, enquanto a materna é responsabilizada pelo cuidado da prole de forma quase exclusiva. Por isso, as dinâmicas de poder que circulam socialmente na instituição jurídica normalizam o atraso processual e contribui para a construção de um imaginário que fortifica a imagem da mulher como a figura que deve suportar as dificuldades, aguardando pacientemente enquanto o sistema decide o destino da sua família.

Isso se insere em um ciclo de violência simbólica e habitual, onde o tempo torna-se uma ferramenta que mantém a figura feminina em uma posição de espera constante. Na ótica de Foucault (1987), o discurso de poder não apenas reflete a realidade, mas a produz, estabelecendo padrões de normalidade que influenciam a percepção social da responsabilidade parental. Assim, no funcionamento do sistema jurídico acaba por reforçar a assimetria entre os sujeitos, ao passo que a demora na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes perpetua a desigualdade econômica e social entre o genitor e a genitora.

Nessa engrenagem, o discurso jurídico se caracteriza por ser hierárquico e dominante, estruturado de forma a sedimentar a segregação entre os gêneros. A complexidade do andamento processual são estratégias que mantêm o discurso legal arrastado e afastado do conhecimento das mulheres mães e da comunidade em geral (DIAS, 2021).

Como ocorre em qualquer discurso dominante, as posições de poder dentro dos textos legais são altamente desarmônicas, como se observam em julgamentos familistas, por exemplo,

a longa espera de 05 (cinco) anos. Os textos legais também refletem desigualdades de gênero. A legislação e a cultura patriarcal estão profundamente interligadas, visto que o sistema normativo, historicamente, foi dominado pelos homens e a participação feminina nessas instituições uma conquista recente.

Dessa forma, as leis expressam majoritariamente uma visão masculina da sociedade. As mulheres envolvidas em processos judiciais (como parte) enfrentam discriminação: primeiro, por serem mulheres, e segundo tendo sua conduta social e sexual frequentemente julgada e controlada (ZIGGIOTTI, 2020).

Diante desse cenário, é necessário repensar os processos e as instituições de forma crítica, compreendendo o direito como um campo de disputa discursiva e não como um simples aparato neutro. Apenas através da problematização das estruturas de poder que permeiam a justiça é possível avançar na construção de um sistema mais igualitário e acessível a todos.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Iara Lis Martins e Nelson Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 9. ed. Renovas: Rio de Janeiro, 2009.

CAMBI, Eduardo Augusto Salomão. **Direito das famílias com perspectiva de gêneros**. 1. ed. São Paulo: Editora Foco, 2024.

CAMPANELLA, Bruno. **Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiaticizada**. *E-Compós*, Brasília, v. 22, n. 1, jan./mar. 2019. ID1499. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1499>. DOI: [10.30962/ec.1499](https://doi.org/10.30962/ec.1499). Acesso em: 05 fev. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COLLINS, Hill Patrícia, SIRMA Bilge. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021.

FACIO, Alda. **Cuando el género suena, cambios trae: una metodología para el análisis de género del fenómeno legal**. Costa Rica: ILANUD, 1999.

FOUCALT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.

MINEIRO, Ana Carolina.

Interseccionalidade entre gênero e mídia: análise semiodiscursiva das reportagens do Portal de Notícias do Conselho Nacional de Justiça

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: vol. 1, A vontade de saber**. Tradução de Lília Schwarcz. 31. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas: Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014a.

POLIVANOV, Beatriz. **Identidades na contemporaneidade**: uma reflexão sobre performances em sites de redes sociais. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação* [online], v. 1, n. 8, p. 103-119, 2019. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/13484_BEATRIZ+BRANDAO+POLIVANOV. ISSN 2448-2773. Acesso em: 20 janeiro 2025.

ZIGGIOTTI, Ligia de Oliveira. **Olhares feministas sobre o direito das famílias contemporâneo**. ed. Lumen Juris, 2020.

Submetido em: 15/03/2025

Aceito em: 15/05/2025

“Uma Demônia Desafiadora ”: Crítica Social e Visão Política de Ann Nocenti no Mainstream de Histórias em Quadrinhos Estadunidenses

*“A Defiant Demon”: Ann Nocenti’s Social Criticism and Political Vision in
Mainstream American Comics*

*“Un demonio desafiante”: la crítica social y la visión política de Ann
Nocenti en el cómic estadounidense convencional*

Savio Queiroz Lima¹

Resumo: O trabalho dá continuidade à atenção às presenças femininas nas produções de histórias em quadrinhos no mainstream do mercado estadunidense na passagem do milênio. A presente exposição toma a biografia e posturas políticas da escritora e jornalista feminista Ann Nocenti como alicerces constituintes de relação de atuação e construção representativa das mulheres na História do campo midiático das histórias em quadrinhos. A indústria cultural de entretenimento das histórias em quadrinhos apresenta, na contribuição ativista e intelectual de Nocenti, divulgações de debates sociais e políticos de uma escritora mulher em meio majoritariamente masculino. Suas narrativas refletem as suas formações intelectuais e suas posturas político-ideológicas na Comunicação e no Jornalismo, ofertando uma oportunidade analítica condizente com a História das Mulheres. Através das análises de representações, discursos e performances presentes nas narrativas que produziu, são eficientes as abordagens crítico-analíticas dos Estudos de Gênero, Estudos Literários, História da Mídia, além de outros. História Política e Biografia/História de Vida, são atravessadas pela proposta feminina/feminista na Indústria Cultural das histórias em quadrinhos.

Palavras-Chave: História das Mulheres, Histórias em Quadrinhos, Ann Nocenti, Crítica Feminista, gênero.

Abstract: This work continues to focus on the presence of women in comic book productions in the mainstream of the American market at the turn of the millennium. This exhibition takes the biography and political stances of feminist writer and journalist Ann Nocenti as the foundations for the relationship of women's performance and representative construction in the History of the media field of comic books. The cultural entertainment industry of comic books presents, in Nocenti's activist and intellectual contribution, the dissemination of social and political debates by a female writer in a predominantly male environment. Her narratives reflect her intellectual background and her political-ideological stances in Communication and Journalism, offering an analytical opportunity consistent with the History

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), sob orientação da profa. Dra. Mary DelPriore. Membro do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero –ANPUH-BA(GT-Gênero-ANPUH-BA). Membro do Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo(LETHAM). Membro da Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género(RIMEG) das Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade Federal de Bahia (UFBA) e Universidad de Sevilla (Sevilla, España). Membro do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História(MITECHIS). Autor do livro *Mulher Maravilha para Presidente! –História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*, lançado em 2019. E-mail: savio_roz@yahoo.com.br.

of Women. Through the analysis of representations, discourses and performances present in the narratives she produced, the critical-analytical approaches of Gender Studies, Literary Studies, Media History, among others, are efficient. Political History and Biography/Life Story are crossed by the feminine/feminist proposal in the Cultural Industry of comic books.

Keywords: Women's History, Comics, Ann Nocenti, Feminist Criticism, gender

Resumen: Este trabajo continúa centrándose en la presencia de las mujeres en la producción de cómics en el mercado estadounidense dominante a finales del milenio. Esta exposición toma la biografía y las posturas políticas de la escritora y periodista feminista Ann Nocenti como fundamento de la relación entre la actuación femenina y la construcción representativa en la historia del cómic. La industria del entretenimiento cultural del cómic presenta, en la contribución activista e intelectual de Nocenti, la difusión de debates sociales y políticos por parte de una escritora en un entorno predominantemente masculino. Sus narrativas reflejan su formación intelectual y sus posturas político-ideológicas en Comunicación y Periodismo, ofreciendo una oportunidad analítica coherente con la Historia de las Mujeres. A través del análisis de las representaciones, discursos y performances presentes en las narrativas que produjo, los enfoques crítico-analíticos de los Estudios de Género, los Estudios Literarios y la Historia de los Medios, entre otros, resultan eficaces. La Historia Política y la Biografía/Historia de Vida se cruzan con la propuesta femenina/feminista en la Industria Cultural del Cómic.

Palabras clave: Historia de las mujeres, Cómics, Ann Nocenti, Crítica feminista, género

Introdução

Há uma História das Mulheres, carregada de possibilidades exploradoras, que rompe as páginas das histórias em quadrinhos. Mas longe de ser uma fuga de personagens e super-heroínas da ficção, é o vislumbre de artistas e autoras que penetraram e ocuparam o mercado hegemonicamente transitado por homens e com seus alicerces visuais e textuais recheados de masculinidades. Nesta constelação, a latência luminosa da roteirista Ann Nocenti se faz pulsar de forma singular por suas posturas políticas.

A historicidade da participação de mulheres na indústria de entretenimento das histórias em quadrinhos fornece diagnósticos interessantes. Primeiro enquanto proposição de visibilidade de mulheres na qualidade de sujeitos históricos reconhecíveis, e depois nas oportunidades de entender os processos históricos de rupturas e continuidades no que diz respeito à gênero. Seguindo a vida profissional, sem perder de vista os alicerces de que seu pessoal é político (Sávio Queiroz LIMA, 2019, p. 128-129), esta investigação busca biografar criticamente mulheres no *mainstream* das histórias em quadrinhos estadunidenses, neste pretendido recorte, Ann Nocenti.

Tais biografias e expressões críticas da realidade através da ficção de super-heróis são fundamentais para compreender o mercado e seu contexto histórico. Por ser uma existência feminina, conforta-se no lugar de uma História das Mulheres, mas sem perder de vista como tal

experiência é demarcada pelas reminiscências da condição interpretativa e analítica de gênero. A produção intelectual de Ann Nocenti é evidentemente constituída de crítica progressista, dentre elas, a Crítica Feminista. A própria historicidade da mídia é alicerçada nas vivências e experiências de pessoas, por onde uma militância reparadora pretende projetar atenção àquelas pertencentes ao marcador social de gênero, com a nossa sujeita histórica, Ann Nocenti.

O trabalho faz parte de uma proposta conectiva de estudos biográficos de autoras politizadas e engajadas no mercado de histórias em quadrinhos. Ele segue o pretendido projeto iniciado no artigo *Mulheres nos Refrigeradores: Protagonismo de Gail Simone no Mainstream de Histórias em Quadrinhos Estadunidenses*, publicado no número 2 do volume 3 da revista *Anômalas* do segundo semestre de 2023, servindo-se deste como modelo estrutural para o presente exercício historiográfico. Sua intenção é de continuísmo, provocado pelo convite aberto na experimentação prévia, mas buscando conectar temáticas mais pertinentes à pessoa biografada e os seus conjuntos de expressões ideológicas.

A mulher, a mídia e a História se entrelaçam em campos de conhecimento, abordagens temáticas e condições teórico-metodológicas. Há uma priorização analítica às questões que envolvem História das Mulheres, Gênero e Feminismo, por obviedades que atravessam a existência de Ann Nocenti. Entretanto, como parte de seu repertório político ativista, se fazem presentes as suas narrativas ficcionais que valorizaram debates sobre Direitos dos Animais e Alcoolismo. Todo este conjunto atende, criteriosamente, ao interesse de escrutínio da Crítica Social e Visão Política de Ann Nocenti.

Ann Nocenti: A Mulher e a Mídia – Relações Demolidoras

Ainda que diminuto, o lugar que as mulheres ocupam na indústria de entretenimento das histórias em quadrinhos é significativo. É evidente, em toda e qualquer abordagem historiográfica e biográfica, que “há uma disparidade participativa de autoras e artistas mulheres no mercado de histórias em quadrinhos estadunidense” (LIMA, 2023, p. 55). Sua presença e resistência nos sintomatiza sobre as relações entre gênero e poder na contemporaneidade, no mercado de trabalho e na produção artística de entretenimento, enquanto um processo histórico mensurável.

O recorte biográfico se faz interessante, articulando a biografia política com a micro-história, enquanto teoria narrativa, à historiografia das histórias em quadrinhos. O campo biográfico retorna para a historiografia, como biografia histórica pelo nível significativo do

sujeito histórico: “quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico” (LEVILLAIN, 2006, p. 175). Questões de fontes e de métodos aqui se fazem presente, ainda que dentro de suas propostas diligentes de visibilizar a autora. O modo de construir a interpretação da realidade, da personagem histórica, é dado pelo conceito de micro-história, que “é o retorno da tradicional história das idéias (sic)” (GINZBURG, 2006, p. 24), onde os alicerces mentais e as estruturas culturais são dialógicos.

Uma autora intelectual, trabalhadora da feitura de narrativas de ficção, nos fornece na narrativa de sua vida e na produção de suas ideias o seu contexto histórico. De tantas profissionais mulheres que participaram, na segunda metade do século XX, do *mainstream* do mercado de histórias em quadrinhos, Ann Nocenti tem o destaque da multifuncionalidade e adaptabilidade. Trabalhou para as duas grandes editoras estadunidenses, a Marvel Comics e a DC Comics, respectivamente, a partir da década de 1980, passando por assistência editorial, cargo de editora e função de escritora, interagindo com diversos profissionais da mídia.

Focando mais diretamente a relação entre experiência de vida e produção artística e intelectual, vemos conexões entre campos teóricos e instrumental metodológico. O novo rumo do trato biográfico (LEVILLAIN, 2006, p. 173) é condizente com as abordagens críticas de marcadores sociais, como gênero. Sua evocação, por condições próprias e evidentes da existência social de Ann Nocenti, é de uma História das Mulheres. Partindo do nascimento ocidental e norte global da *História das Mulheres* no epicentro do século XX (PERROT, 2005, p. 15), faz-se sólida conquista política a produção de narrativas historiográficas onde a *epistemologia feminista* (SARDENBERG, 2002, p. 97) se faça presente, potencializando sua intenção.

Herdando um cenário social e político de atuação com maior disponibilidade de trabalho para mulheres em diversos mercados, Nocenti tornou-se autora de histórias em quadrinhos. A artista, editora e roteirista, está inserida em um contexto histórico da indústria de entretenimento das histórias em quadrinhos, principalmente no *hall* de mulheres (LIMA, 2023, p. 56), onde é valorizada a autoria, a personalidade, onde muitos leitores podem seguir linhas gerais de gosto por autores (e, neste ponto, autoras), da importância dos criadores (e novamente, das criadoras), como a própria Ann Nocenti (WOLK, 2023, p. 52).

Acompanhemos a sua trajetória desde sua inserção no mundo do lazer e entretenimento comerciais das histórias em quadrinhos estadunidenses. Através de um anúncio no final de uma edição do jornal *The Village Voice*, periódico nova-iorquino independente, Nocenti conseguiu

um emprego como assistente editorial na editora Marvel Comics². Foi um período, para a editora, de mudanças, não apenas de endereço, estava deixando a Madison Avenue e indo para a Park Avenue South, mas, também, de sua equipe, outrora feita por fãs que se profissionalizavam e agora era de pessoas mais jovens e de formações variadas, como a Ann Nocenti com experiência prévia com livros infantis (HOWE, 2013, p. 265). O editor Dennis O’Neil ofereceu o roteiro de uma história curta para a revista *Bizarre Adventures*, número 32, em agosto de 1982, onde Ann Nocenti produziu de forma bastante experimental a história *The Streak*.

Durante sua estreia no mercado editorial estadunidense de histórias em quadrinhos, a categoria de gênero pode ter sido decisória. O conceito de *Gênero*, esse saber a respeito das diferenças sexuais socialmente organizadas (SCOTT, 1994, p. 12-13), produtor de uma História Social Analítica das categorias das disparidades baseadas no sexo (TILLY, 1994, p. 59-60), onde discursos constituintes, sistemas de significações e codificações simbólicas próprias o constroem (VARIKAS, 1994, p. 79). Ser uma mulher fez Ann Nocenti ter condições de atuações e impedimentos. O sentido de ser mulher mudou historicamente, produzindo a experiência de ser mulher como temporalmente, culturalmente e socialmente elaborada (NICHOLSON, p. 27).

As condições atribuídas a seu gênero, mesmo diante de todo confronto e conquista política dos movimentos feministas, guiaram Nocenti a escrever uma personagem feminina. Trata-se de sua participação mais regular na série mensal da Mulher-Aranha, em dezembro de 1982, oferecida por Mark Gruenwald, editor, objetivando uma perspectiva feminina, com a condição de matar a personagem no final do período de quatro edições (HOWE, 2013, p. 272).

² De acordo com seu próprio relato, escrito em sua página profissional, no tópico Comics, disponível em: <https://www.annienocenti.com/>. O relato aparece, também, em sua entrevista para o site *Sequencial Tart*, revista online sobre histórias em quadrinhos com foco na perspectiva feminina-feminista, publicada em 12 de novembro de 2007, cedida para a editora chefe, Katherine Keller, disponível em: <http://www.sequentialtart.com/article.php?id=737>. Outros detalhes podem ser vistos na entrevista que cedeu ao site *Man Without Fear*, de outubro de 1998, e que pode ser acessada em: https://www.manwithoutfear.com/interviews/ddINTERVIEWW.shtml?id=Nocenti#google_vignette.

Com certo desprendimento, sem apegos como fã ou leitora do tipo de produto, Nocenti escreveu os roteiros das edições de número 47 a 50 da revista *Spider-Woman*, entre dezembro de 1982 e junho de 1983, bimestralmente. A resposta do público, de tristeza e perplexidade, produziu em Nocenti a consciência de que aqueles personagens-produtos tinham uma espécie de vida e suas narrativas eram mais significativas³.

Na primeira metade da década de 1980, Nocenti transitou entre os cargos-funções de assistente de edição, editora de séries e reimpressões, até chegar à escritora de fato. Em 1984 Ann Nocenti tornou-se editora da revista *X-men* (WOLK, 2023, p.191) e seus derivados. Havia uma vontade de ruptura com o antigo modelo, tradicional, pois Nocenti queria uma editora Marvel mais contemporânea, atualizada, por isso dava mais liberdades aos artistas, como Bill Sienkiewicz, na produção de capas mais audaciosas para as revistas, como as dos Novos Mutantes (HOWE, 2013, p. 293). A função de editora dos X-men nos anos de 1980 a fez ter contato com nomes como John Byrne e Chris Claremont (TUCKER, 2018, p. 122). Divergências criativas colocaram Nocenti em situações sensíveis com a equipe artística da franquia dos X-men, como na desrespeitosa insubordinação de Claremont (HOWE, 2013, p. 304).

Pertinente e enriquecedora a sua experiência como assistente de edição e propriamente editora, mas é na função de autora que evidencia a sua expressividade. Compreendeu o mercado, as dinâmicas pessoais e as disputas editoriais principalmente entre as décadas de 1980 e 1990 (TUCKER, 2018, p. 156 e 186). A formação no campo da comunicação e do jornalismo foram cruciais para a solidificação de sua carreira no mercado de entretenimento das histórias em quadrinhos, e Nocenti soube explorar tal bagagem nas construções de suas narrativas ficcionais. Como roteirista, Nocenti revela muito mais a sua visão de mundo⁴, desde a

³ Isso pode ser lido, em suas próprias falas, na entrevista que cedeu a Dan Johnson para a sessão Flashback da edição de número 17 da revista-magazine *Back Issue!*, de agosto de 2006. Na matéria de título *Marvel's Dark Angels: Back Issue Gets in Spider-Woman's Web*, Nocenti afirma que foi escolhida para dar uma perspectiva feminina, como dito, mas que a experiência na área lhe enriqueceu de um apego aos personagens e de uma consciência de seu poder afetivo junto ao público, pode ser lido entre as páginas 61 e 62 da supracitada edição.

⁴ Que ela mesma assume, conscientemente, na entrevista ao site *Man Without Fear*, já mencionado.

metalinguagem usada para tratar do entretenimento midiático, até pautas pontuais, como alcoolismo, ecologia, direitos dos animais, feminismos, dentre outras.

A criatividade esteve conectada com a criticidade nas alegóricas translações representativas e discursivas de Ann Nocenti. A autora escreveu as 6 edições da minissérie mensal *Longshot*, com arte de Arthur Adams e Whilce Portacio, introduzindo o personagem homônimo do título em setembro de 1985 (BREVOORT, 2008, p. 222; GOIDANICH, KLEINERT, 2011, p. 347). O herói, sem memória e dotado de uma sorte sobrenatural, andrógino⁵, inaugurou uma mitologia própria dentro do universo ficcional da editora Marvel: o que ficou chamado depois de Mojoverso. O nome é derivado do vilão, Mojo, que aparece na terceira edição da minissérie *Longshot*⁶, como ditador de uma realidade alternativa, que ganha força através do consumo de entretenimento por uma audiência acrítica.

A criação de Nocenti, principalmente o vilão Mojo, é carregada de metáforas, demonstrando seu senso crítico sobre mídia, recepção e sensacionalismo. O medonho antagonista de *Longshot*, Mojo, é um grotesco homem obeso sem pernas, preso a uma cadeira robótica com pernas articuladas semelhante a uma aranha, que tem seu corpo, principalmente a cabeça, ligados a fios tecnológicos. Seus olhos são eternamente abertos, com suas pálpebras presas em grampos. Controla, através de um canal televisivo, o Mojo TV, para uma audiência aficionada do Mundo Mojo (DOUGALL, 2008, p. 219). Metaforizando as dinâmicas morais da comunicação e do jornalismo, por conta do curso de mestrado na Columbia's School for International Affairs (Escola de Relações Públicas e Internacionais da Universidade de Columbia), Nocenti reproduziu as leituras críticas que teve com autores como Marshall McLuhan, Ed Hermann, e, entre tantos outros, Noam Chomsky⁷.

⁵ Essa fragilização do padrão masculino é assumida na entrevista para o *Sequencial Tart*, já mencionada em nota.

⁶ A revista *Longshot* de número 3, foi originalmente publicada em novembro de 1985, nos Estados Unidos, mas, no Brasil, saiu na edição de número 80 da revista *Superaventuras Marvel*, pela editora Abril, em 1989.

⁷ Conforme entrevista para o *Sequencial Tart*.

Os temas de manipulação da audiência e da opinião pública, bem como o sensacionalismo e recepção passiva, são caros à revista *Longshot* e seu vilão. Nocenti se mostrou dedicada leitora do filósofo e sociólogo Noam Chomsky, intelectual bastante crítico dos maneirismos apelativos de dramaticidade emotiva e passionalidade narrativa na mídia sensacionalista, principalmente em seu livro *A Manipulação Do Público: Política e Poder Econômico no Uso Da Mídia*⁸. Mojo sintoniza-se como alegoria de entretenimento para uma crítica à cobertura da revista *New York Times* produzida para a revista política *Lies of Our Times*, na década de 1990, que Nocenti e Chomsky participaram⁹.

Nocenti também presenteou a editora com uma criação que conquistou proeminência entre os personagens-produtos da Marvel. Na edição de número 270 da revista *Daredevil*, em setembro de 1989, ainda em parceria com o artista John Romita Jr, Ann Nocenti apresenta o filho do demônio Mefisto, chamado *Blackheart* (BREVOORT, 2008, p. 242; DOUGALL, 2008, p. 212), no Brasil, Coração Negro. Nocenti retoma sua criação no curto arco entre as edições de número 278 a 281 da revista *Daredevil*, no que a própria autora considerou levar o super-herói Demolidor a um reino mítico, longe do urbanismo de Nova York¹⁰.

Mas a memória da indústria, a recepção de seus discursos, estão nas narrativas que produziu para as revistas de histórias em quadrinhos do super-herói Demolidor. Ann Nocenti escreveu roteiros para Demolidor, em 1986, depois de longa fase do personagem-produto, com o célebre arco *A Queda de Mordock*, escrito por Frank Miller e com arte de David Mazzucchelli (GOIDANICH, KLEINERT, 2011, p. 347). O editor da revista *Daredevil*, Ralph Macchio,

⁸ Há um considerável debate publicado no texto *Mojo, Noam Chomsky e a Opinião Pública!*, onde audiência, sensacionalismo e opinião pública, em 10 de novembro de 2017, no Blog SavioRoz, disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/mojo-noam-chomsky-e-a-opiniao-publica/>.

⁹ Conforme entrevista para o *Sequencial Tart*.

¹⁰ Conforme entrevista para o *Man Without Fear*.

convocou Nocenti a assumir o título depois da saída de Miller¹¹. Na edição de número 236 da revista *Daredevil*¹², Nocenti demonstrou eficiente continuidade com a narrativa madura, crítica e violenta de Miller, fazendo com o antagonista Jack Hazzard o que o seu antecessor fez com o *Nuke* (Bazuca): crítica ao militarismo masculinista conservador-reacionário em voga na cultura política *reaganite* (JOHNSTON, 2013, p. 98).

Com o tempo mais aplicado, Nocenti encontrou sua própria voz narrativa para a ficção, legando mais uma fase memorável para o Demolidor. Em 1988, Nocenti deixa o posto de editora para se dedicar com mais exclusividade à função de roteirista, sendo substituída, junto com o editor Larry Hama, pelos então editores Bob Harras, Bobbie Chase e Terry Kavanagh (BREVOORT, 2008, p. 236). Neste contexto, “uma escritora assumindo um protagonista masculino em uma história em quadrinhos convencional era raro de se ver” (HAGAN, 2019, p. 2)¹³. Foi nesta fase que Ann Nocenti escreveu os roteiros da revista *Daredevil* de forma continuada e autônoma, inserindo propostas de críticas sociais ainda mais incisivas. Foi um período longo, para as temporalidades de autores com seus produtos, que Ann Nocenti dividiu com John Romita Jr e Al Williamson, entre 1988 e 1990 (WOLK, 2023, p. 67).

Convém pormenorizar representações e discursos que fundamentem a leitura interpretativa de transmissões das críticas sociais em Nocenti. Em maio de 1988, na edição de número 254 da revista *Daredevil*¹⁴, Nocenti introduz uma de suas criações mais significativas na mitologia do Demolidor, a confusa e perigosa Typhoid Mary (BREVOORT, 2008, p. 237; GOIDANICH, KLEINERT, 2011, p. 347). Na narrativa ficcional, a vilã¹⁵ sofreu traumas de

¹¹ Conforme entrevista para o *Sequencial Tart*.

¹² Publicada no Brasil na edição de número 70 da revista *Superaventuras Marvel*, publicada pela editora Abril em abril de 1988 com o título de *Sonho Americano*. A própria Nocenti comenta, na entrevista cedida ao site *Man Without Fear* que o título é um convite crítico em sua relação de “amor e ódio” ao país.

¹³ Tradução própria do trecho: “a female writer taking on a male protagonist in a mainstream comic book was rare to spot”.

¹⁴ Revista publicada no Brasil na edição de número 86 da revista mensal *Superaventuras Marvel*, pela editora Abril em agosto de 1989.

¹⁵ Que faz uma referência direta e homônima com a histórica Typhoid Mary, a irlandesa Mary Mallon que ganhou notoriedade por ser portadora assintomática da bacteriana febre tifoide, midiaticizada pelos tabloides de forma alarmista e sensacionalista, isolada do convívio social compulsoriamente por 26 anos. Uma pesquisa de comparação

infância que lhe desenvolveram um Transtorno Dissociativo de Identidade (DOUGALL, 2008, p. 343), gerando três personalidades distintas: Mary Walker (neurotípica e tímida); Typhoid Mary (impulsiva e lasciva); Bloody Mary (sádica e cruel). Obviamente é uma apropriação vulgar do TDI, mas que descreve arquétipos femininos. A costura representativa, de tipologias femininas diferentes, foi um processo que Nocenti considerou divertido¹⁶, e a personagem atua como um exercício de inversão de papéis de gênero através das performances transgressoras (HAGAN, 2019, p. 9).

Um tema social também ficou evidente na construção crítica narrativa de Nocenti em sua passagem pela série mensal *Daredevil*. Na história *A Beer with the Devil*, publicada na edição de número 266 da revista *Daredevil*, em maio de 1989¹⁷, Nocenti produz um conto de Natal sobre culpa, traição e alcoolismo, através de alegorias onde a embriaguez do Demolidor causa uma catastrófica omissão e sofrimentos diversos. A narrativa se centra em um bar, onde o herói está bebendo e cercado de outros clientes com seus dramas pessoais, e a sedução à apatia, o egoísmo, ao mal: na figura demoníaca do vilão Mefisto. Disfarçado de mulher, o demônio tentou desviar a alma e a índole do protagonista, Demolidor, sem sucesso.

Outras personagens femininas ganharam vozes e identidades no arco de histórias em quadrinhos de roteiros e argumentos assinados por Ann Nocenti em *Daredevil*. Em uma história livre, na edição de número 277 da revista *Daredevil*, somos apresentados a Vivian, afetada por psicose com alucinações lidas como visionárias, mas muitas delas representadas como sintomas físicos dos abusos psicológicos do marido superprotetor. Quando Matt Murdock, o Demolidor, pergunta para Vivian se ela está bem, ela responde: “Sim, mas é claro. Oh, eu não sei. Talvez

e associação, elaborada para formato acessível e público, pode ser lida em: <https://savioroz.wordpress.com/2020/04/07/as-duas-mary-typhoid-estigmas-das-enfermas/>.

¹⁶ Conforme entrevista para o *Sequencial Tart*. Na entrevista cedida para o site *Man Without Fear*, já mencionada em nota, Nocenti comenta sua intenção de romper com estereótipos femininos estanques.

¹⁷ No Brasil, a história chamada *Bebendo com o Demônio*, foi publicada na edição de número 115 da revista mensal *Superaventuras Marvel*, pela editora Abril, em janeiro de 1992.

não”¹⁸. Violência doméstica e psicológica de gênero (AUAD, 2003, p. 81; TIBURI, 2018, p. 105-110; HOOKS, 2019, p. 95-101) e saúde mental são entrelaçadas em uma interseção manifestada na ficção de Nocenti, através do campo metafórico.

No processo de escrita continuada da série periódica mensal do Demolidor, Nocenti inseriu em seu arco duas mulheres que são acompanhadas pelo protagonista. São duas singulares personagens femininas que expressam a criticidade política na narrativa de Ann Nocenti: Brandy Ash e Número 9. Ambas surgem na edição de número 271 da revista *Daredevil* em outubro de 1989¹⁹. A primeira delas, Brandy, é proativa ativista de direitos civis, direitos dos animais²⁰ e feminismo. A segunda, Número 9, é vítima de modificações genéticas e lavagem cerebral que a transformam numa “mulher ideal”, branca e loira, subserviente à masculinidade. Há uma tensão envolvendo padrões de feminilidades conflitantes nas duas personagens, que respondem aos humores da política de gênero do período, considerando “o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p. 72).

O arco supracitado é, também, onde se encontra a inserção do debate sobre indústria alimentícia e direitos dos animais. Nas três primeiras páginas da revista *Daredevil* número 271, são acusados, em uma conversa entre dois personagens, os agressivos procedimentos a que animais de abate são submetidos para que suas carnes fiquem no aspecto estético desejável ao glamour de classes mais altas, interpretação de sofisticação. Isso demonstra uma amplitude e intercruzamento de temas pertencentes às dinâmicas e ideologias progressistas do período estadunidense de forte conservadorismo-reacionarismo nos anos de 1980, no governo Ronald Reagan.

¹⁸ Tradução própria do trecho: “Yes, of course. Oh, I don’t know. Maybe not”. Penúltimo quadro da página 16 da edição de número 277 da revista *Daredevil*.

¹⁹ Saiu na edição de número 124 da revista *Superaventuras Marvel*, no mercado brasileiro, pela editora Abril, em outubro de 1992.

²⁰ Que a própria personagem assume entre as páginas 17 e 18 da edição de número 271 de *Daredevil*, já citada.

Alguns discursos são transcrições do debate social público para a ficção argumentativa, apresentando a criticidade de Nocenti. A Número 9 é cuidadosa, atenciosa, vaidosa com a aparência, habilitada para a cozinha e outras atividades domésticas, ainda que com cômicas imperfeições, apresenta quase que de forma robótica²¹ as “qualidades” ditas de uma “mulher perfeita” ao patriarcado, significativamente vestida com um *collant* com a bandeira dos Estados Unidos estampada. Na página 4 da edição de número 273 da revista *Daredevil*²², Brandy questiona a submissão feminina de Número 9, dizendo: “Porque você é uma vergonha para as mulheres! Você nunca ouviu falar de feminismo?”²³. E completa a crítica: “Eu sei que não é culpa dela, ela nem se lembra de seu passado, ou de como ela ficou assim! Mas algum cara doente, provavelmente meu pai, a manipulou para ser sua ideia doentia de mulher perfeita, e isso está me deixando doente. Isso vai contra tudo o que eu defendo!”²⁴.

Para entender o tom usado por uma autora, no caso, Ann Nocenti, é preciso compreender como os discursos são construídos e divulgados. Na edição de número 272 da revista *Daredevil*, há, em sua primeira página, uma descrição bastante poética, mas nem por isso apologética ou romântica, da personagem Número 9:

Ela foi criada, como qualquer outra garota... em um mar de mitos. Mitos da Cinderela, mitos da Bela Adormecida, mitos de glamour, mitos de Hollywood. Revistas luxuosas exibindo rostos perfeitos sem fim, dedos bem cuidados, saltos bem torneados e refeições. Lábios pintados demais aparecendo em todos os outdoors, piscando em todas as telas de mídia. A pressão para ser perfeito era esmagadora. Ela não se lembra de ter visto o anúncio, escondido em uma revista obscura, prometendo essa perfeição. Porque uma vez que ela respondeu a esse anúncio, sua vida passada, com suas falhas e imperfeições, passou. Eles a redesenharam... fisicamente, geneticamente, mentalmente. Ela deveria ser a garota perfeita, a esposa perfeita, cozinheira, conversadora, mãe, serva, a decoração perfeita. Mais mitos com falhas insidiosas e bem escondidas²⁵.

²¹ E essa metáfora está explicitada alegoricamente na relação entre Número 9 e Ultron, um vilão robô, que a toma por noiva perfeita, como um monstro de Frankenstein pós-moderno, entre as edições 275 e 276 de *Daredevil*, em dezembro de 1989 e janeiro de 1990, publicadas no Brasil nas edições 134 e 135 da revista *Superaventuras Marvel*, em agosto e setembro de 1993.

²² Publicada no Brasil pela editora Abril na edição de número 126 da revista *Superaventuras Marvel* em dezembro de 1992.

²³ Tradução direta do trecho: “Because you’re a disgrace to women! Haven’t you ever heard of feminism?”. Segundo quadro da página 4 do número 273 de *Daredevil*.

²⁴ Tradução própria do trecho: “I know it’s not her fault, she doesn’t even remember her past, or how she got this way! But some sick guy, probably my father, has manipulated her into being his sick idea of the perfect woman, and it’s making me sick. It goes against everything I stand for!”. Também página 4 da supracitada edição.

²⁵ Tradução própria do trecho: “She was reared, like any other girl... in a sea of myths. Cinderella myths, Sleeping Beauty myths, glamour myths, Hollywood myths. Glossy magazines parading endless perfect faces, manicured

A descrição, acompanhada da imagem da Número 9 correndo nua com os esvoaçantes cabelos circundando seu corpo, desenhada pelo artista John Romita Jr, nos permite abordagens de análise de discurso e iconografia que evidenciam a pretensão crítica argumentativa e o padrão de beleza vigente. E que “por ser branca e loira, Nocenti não apenas estereotipa Número 9, mas a torna representante dos ideais americanos de classe média” (HAGAN, 2019, p. 14)²⁶.

O cenário discursivo das questões de gênero e nos movimentos feministas, em que atuou Ann Nocenti, pode ser descrito como de aceitação e desgaste. No clima político e ideológico da segunda metade dos anos de 1980, o conceito de Pós-Feminismo forja-se como a interpretação de rejeição aos feminismos das duas décadas anteriores (LIMA, 2022, p. 11). Como tantas mulheres que herdaram as conquistas tão recentes das feministas, Ann Nocenti tem os traços de bem-sucedida no mundo empresarial capitalista, correspondendo ao conceito de Pós-Feminismo (BOLOTIN, 1982). Entretanto, a operação narrativa ficcional da autora nos apresenta mais possibilidades críticas do que definições deterministas.

Há um debate vívido sobre questões de gênero, sobre disparidades baseadas nas representações de feminilidades e masculinidades, que atravessam as narrativas. Não é difícil entender a frase que Nocenti transfere para o balão de pensamento do protagonista, o Demolidor: “Apesar de todas as ‘boas causas’ e visões ‘politicamente corretas’ de Brandy, de alguma forma a geneticamente alterada Número 9 é a que parece mais honesta e boa”²⁷. Aqui, “Nocenti indica que o herói masculino está confuso sobre seu papel nessa amizade com uma mulher forte, onde seus próprios propósitos parecem ser subservientes a duas mulheres que se

fingers, well-turned heels and meals. Over-painted lips pouting out from every billboard, flickering across every media screen. The pressure to be perfect was overwhelming. She doesn't remember seeing the ad, tucked away in an obscure magazine, promising that perfection. Because once she answered that ad, her past life, with its flaws and imperfections, passed away. They re-designed her... physically, genetically, mentally. She was meant to be the perfect girl, the perfect wife, cook, conversationalist, mother, servant, the perfect decoration. More myths with insidious, well-hidden flaws”. Completo na página 2 da supracitada edição.

²⁶ Tradução própria do trecho: “by being white and blonde, Nocenti not only stereotypes Nine but makes her representative of middle-class American ideals”.

²⁷ Tradução própria do trecho: “For all Brandy's ‘good causes’ and ‘politically correct’ views, somehow the genetically altered Number Nine is the one that seems the more honest and good”. Presente no último quadro da página 8 da edição de número 275 da revista Daredevil.

infiltraram em sua própria história em quadrinhos” (HAGAN, 2019, p. 11)²⁸. Há uma consciente absorção por parte de Nocenti dos temas sociais e políticos evidentes nos contextos em que produziu as narrativas ficcionais, enriquecendo seu legado na indústria de entretenimento das histórias em quadrinhos e fomentando uma oportunidade analítica.

Se há um trânsito representativo e discursivo em *Typhoid Mary*, no confronto Brandy Ash e Número 9 ele se torna mais estanque e instrumentalmente aprofundado. Os pretendidos modelos fixos dos arquétipos junguianos são desafiados pelas interpretações menos essencialistas da teoria feminista (HAGAN, 2019, p. 5) de que os papéis de gêneros são expressões de estruturas ideológicas, relações culturais, determinações normativas, processos históricos de transformações e/ou manutenções (SCOTT, 1995). As experiências e vivências de Ann Nocenti foram cruciais para construir a natureza de seus discursos e sua imaginação carregada de criticidade.

Conclusão

Uma demônia desafiadora²⁹, Ann Nocenti confirma a máxima de que “as mulheres aparecem apenas quando perturbam a ordem, o que justamente elas fazem menos do que os homens” (PERROT, 2005, p. 12). Destacou-se pelas experiências com os roteiros, mas tem célebre presença no setor editorial, reconhecidamente dividido com outras mulheres, como Marie Severin e Bobbie Chase. Mas as potencialidades de suas ideias marcadamente progressistas ganharam sobrevida na ficção.

A conexão entre a produção ficcional e a recepção recreativa é importante, fundamentalmente quando permitem criticidade nas representações e discursos. Como disse

²⁸ Tradução própria do trecho: “Nocenti indicates that the male hero is confused about his role in this friendship with a strong woman, where his own purposes appear to be subservient to two women who have inveigled their ways into his own comic”.

²⁹ Expressão aliterada do nome original do super-herói protagonista, *Daredevil*, em uma tradução mais direta, “demônio desafiador”, mantendo a sonoridade.

Nocenti em entrevista³⁰, falando sobre suas críticas à indústria alimentícia de carne ou sobre alcoolismo, o retorno do público através de canais de comunicação com a editora e seus autores com detalhes sobre transformações em suas vidas, deu um sentido à sua escrita. Assim, “Nocenti estava desenvolvendo explicitamente ideias nos quadrinhos que estavam vivas no pensamento acadêmico sociológico da época” (HAGAN, 2019, p. 17)³¹, e transcrevendo-as para o debate público.

A temporalidade de sua experiência no mercado de entretenimento das histórias em quadrinhos, fez uma trajetória delineável de discursos de Ann Nocenti. Houve momentos em que a editora manteve uma postura mais conservadora, por exemplo, nas negativas às representações fetichistas do roteirista Chris Claremont, como em sua proposta de vestir o professor Xavier de mulher (em sua fala, travesti) para escapar de perseguidores (HOWE, 2013, p. 303). Mas tal postura ocorreu no início de sua carreira e estava atrelada à responsabilidade de gestão e supervisão enquanto editora. Ann Nocenti, na maior parte do tempo, causou desconfortos, teve retornos de fãs conservadores, sofreu impedimentos de publicações de narrativas³², dentre outros eventos em sua carreira que são efeitos de seus engajamentos e seus discursos politizados.

As produções discursivas e representativas de Nocenti nos sintomatizam os humores das teorias feministas e sua própria historicidade. É mais que possível absorver crítica às determinações funcionalistas das disparidades de gênero que ocorreram durante a Segunda Onda e seus efeitos reverberaram nos produtos de entretenimento e cultura (HAGAN, 2019, p. 4), mas, talvez com suave discordância³³ ao professor doutor Robert Hagan, mesmo cuidadoso

³⁰ Na entrevista ao site *Man Without Fear*, de outubro de 1998, que pode ser acessada em: https://www.manwithoutfear.com/interviews/ddINTERVIEW.shtml?id=Nocenti#google_vignette.

³¹ Tradução própria do trecho: “Nocenti was explicitly developing ideas in the comic which were live in sociological academic thought at the time”.

³² Que ela relata na entrevista cedida para o site *Man Without Fear*, já comentado em outras notas.

³³ Bastante suave, diga-se, principalmente pela compreensão do mesmo de que a autora abordada transitou no que chamou de “anos crepusculares” (HAGAN, 2019, p. 17) da chamada Segunda Onda, mas que, eis o ponto de diferença, não seguiu para uma “Terceira Onda”, mas, sim, para os efeitos inebriantes do Pós-Feminismo em latência.

em assumir os perigos de que “toda a história das mulheres foi feita pelos homens” (PERROT, 2005, p. 14), buscando não repetir interpretações deformadas de privilégios de gênero. O que ocorre nas representações de Nocenti já são também efeitos dos processos de abatimento do frescor do Feminismo de Segunda Onda, o chamado Pós-Feminismo.

A proposta de mapeamento de personalidades femininas da indústria *mainstream* de histórias em quadrinhos amplifica possibilidades analíticas. Podemos tratar teórico-metodologicamente de conceitos como Representação e Análise do Discurso através das produções de histórias em quadrinhos, contextualizando os debates públicos sobre História Política. Através do processo de visibilidade biográfica e de produção intelectual, também se enriquece o campo da História das Mulheres e as instrumentalizações dos Estudos de Gênero. A contribuição de Ann Nocenti neste cenário, na amplitude de temas, fontes e objetos de uma historiografia em contínua progressão é significativa.

Referências

- AUAD, Daniela. *Feminismo – Que História é Essa?*. Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2003.
- BREVOORT, Tom (et al). *Marvel Chronicle: A Year by Year History*. Editora DK Publishing, Londres, Nova York, 2008.
- DOUGALL, Alistair. *The Marvel Comics Encyclopedia – The Definitive Guide to the Characters of the Marvel Universe*. Editora DK Publishing, Londres, Nova York, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2006.
- GOIDANICH, Hiron Cardoso; KLEINERT, André. *Enciclopédia dos Quadrinhos*. L&PM, Porto Alegre, 2011.
- HAGAN, Robert J., (2019) “Touch Me/Don’t Touch Me: Representations of Female Archetypes in Ann Nocenti’s Daredevil”. In: *The Comics Grid: Journal of Comics Scholarship* (1), volume 9, 2019. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.16995/cg.148>.
- HOOKS, bell. *O Feminismo é para Todo Mundo – Políticas Arrebatadoras*. Tradução de Bhuri Libânio. 8ª edição. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2019.
- JOHNSTON, Keith M. *Science Fiction Film: A Critical Introduction*. Editora Berg, Oxford-Nova York, 2013.
- LEVILLAIN, Philippe. “Os Protagonistas das Biografias”. In: REMOND, Remi. *Por Uma História Política*. Editora PUC –Contraponto, Rio de Janeiro, 2006.
- LIMA, Savio Queiroz. “Mulher-Hulk – De Raivosa Monstra à Bem Humorada Advogada: Pós-Feminismo nos Quadrinhos dos anos de 1980”. In: *IdeAs – Idées d’Amérique*, n 19, 2022b. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/12389>.

LIMA, Sávio Q. de.

“Uma Demônia Desafiadora”: Crítica Social e Visão Política de Ann Nocenti no Mainstream de Histórias em Quadrinhos Estadunidenses

LIMA, Savio Queiroz. “Mulheres nos Refrigeradores: Protagonismo de Gail Simone no Mainstream de Histórias em Quadrinhos Estadunidenses”. In: *Revista Anômalas*, Catalão – GO, volume 3, número 2, pp. 52-66, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/ra/article/download/74591/39143/355646>.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou Os Silêncios da História*. Editora Edusc, Bauru, 2005.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?”. In: *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. REDOR, Neim-UFBA, 2002. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismociencia.pdf>.

SCOTT, Joan Scott. “Prefácio a Gender and Politics of History”. In: *Caderno Pagu* (3) – Núcleo de Estudos de Gênero, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1723/1707>.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica”. Tradução: Guacira Lopes Louro. In: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em Comum: Para Todas, Tode e Todos*. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2018.

TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. In: *Cadernos Pagu* (3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1723/1707>.

VARIKAS, Eleni. “Gênero, Experiência e Subjetividade: A Propósito do Desacordo Tilly-Scott”. In: *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 63-84. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1723/1707>.

TUCKER, Reed. *Pancadaria: Por Dentro do Épico Conflito Marvel vs DC*. Editora Fábrica 3 2 1, Rio de Janeiro, 2018.

WOLK, Douglas. *Todas as Aventuras Marvel*. 1ª edição. Traduzido por André Gordirro. Editora Conrad, São Paulo, 2023.

Submetido em: 15/03/2025

Aceito em: 09/06/2025

Movimento #EleNão: O uso das manifestações para fortalecimento da extrema direita brasileira e a circulação de imagens da Marcha das Vadias¹

#EleNão Movement: The use of manifestation to strengthen the Brazilian far right and the circulation of images from the SlutWalk

Movimiento #EleNão: El uso de manifestaciones para fortalecer la extrema derecha brasileña y la circulación de imágenes del Marcha de las Putas

Luiza Raquel Waulczinski²
Cristina Scheibe Wolff³

Resumo: Este artigo aborda a circulação de imagens da Marcha das Vadias no Brasil durante as eleições de 2018, para presidente, como se fossem do Movimento #EleNão, na rede social *Facebook* e os comentários que circularam naquele momento. Tanto a divulgação de imagens como os comentários naquele momento histórico mostram como foi se dando o fortalecimento da extrema direita brasileira. Para isto, utilizamos a etnografia na internet e como o sexismo se faz presente nas redes, mostrando como a partir de 2012 às mídias sociais têm papéis fundamentais na construção de pensamentos políticos, na proliferação de *fake news* e em discursos de ódio direcionados a grupos minoritários.

Palavras-chave: Movimento Ele Não; *Facebook*, extrema direita; Marcha das Vadias.

Abstract: This article discusses the circulation of images of the SlutWalk in Brazil during the 2018 presidential elections, as if they were from the #EleNão Movement, on the social network Facebook and the comments that circulated at that time. Both the dissemination of images and the comments at that historical moment show how the Brazilian far right was strengthened. To this end, we use ethnography on the internet and how sexism is present on networks, showing how, since 2012, social media has played a fundamental role in the construction of political thoughts, the proliferation of fake news and hate speech directed at minority groups.

Key-words: Ele Não Movement; Facebook, far right; SlutWalk.

Resumen: Este artículo aborda la circulación de imágenes del Marcha de las Putas en Brasil durante las elecciones presidenciales de 2018, como si fueran del Movimiento #EleNão, en la red social *Facebook* y los comentarios que circularon en ese momento. Tanto la difusión de imágenes como los comentarios

¹ "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001".

² Mestranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cursando segunda graduação em Sociologia pela Uninter. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon. Finalizei a graduação em julho de 2023, dentro do calendário letivo de 2022, que sofreu alterações por conta do período pandêmico do Covid19. Pesquisadora de projetos relacionados ao Laboratório de Estudos de Gênero da História (LEGH) da UFSC, participou em dois projetos "Internet segura com perspectiva crítica de gênero" e "MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", sendo técnica bolsista do segundo citado. Bolsista de três projetos pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Participante do projeto de extensão História, Cultura e Língua Portuguesa do Brasil para Migrantes Internacionais entre 2022-2023. Participante voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) entre 2020-2022. <https://orcid.org/0009-0007-7105-0135>. E-mail: luizaraquelw@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7315-1112>. E-mail: cristiwolff@gmail.com.

en ese momento histórico muestran cómo la extrema derecha brasileña se fue fortaleciendo. Para ello, utilizamos la etnografía en internet y cómo el sexismo está presente en las redes, mostrando cómo, a partir de 2012, las redes sociales han jugado un papel fundamental en la construcción del pensamiento político, la proliferación de noticias falsas y discursos de odio dirigidos a grupos minoritarios.

Palabras-clave: Movimento Ele Não; *Facebook*, extrema derecha; Marcha de las Putas.

Introdução

O presente artigo tem o intuito de discutir a circulação de algumas imagens da Marcha das Vadias no Brasil durante as eleições presidenciais em 2018, nas redes sociais, principalmente no *Facebook*. O uso das imagens das manifestações da Marcha ocorreu colocando-as como se acontecendo no momento, ou seja, como se fossem imagens registradas de quem estava manifestando no Movimento #EleNão, contrariamente ao presidenciável Jair Messias Bolsonaro.

As eleições presidenciais em 2018 tiveram as intencionalidades de votos divididas principalmente entre dois candidatos, Jair Messias Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), sendo que 13 candidatos estavam na disputa eleitoral. Com Bolsonaro crescendo cada vez mais nas pesquisas e conquistando mais apoiadores, os grupos minoritários brasileiros se sentiam cada vez mais ameaçados, pois ele, enquanto parlamentar, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e presidenciável, teve diversos discursos adversos a esses grupos.

Dos diversos discursos de Bolsonaro destacamos alguns aqui, ele alegou que sua filha mulher, depois de quatro homens, foi uma “fraquejada”⁴ (2017); em discussão com a deputada Maria do Rosário (PT-RS) falou “que só não a estupraria por que ela não merecia”⁵ (2014); falou que “era melhor ter filho morto do que gay”⁶(2011); que “educou muito bem seus filhos e eles não se casariam com uma mulher negra”⁷(2011); ao falar dos grupos minoritários e como seriam atendidos em seu governo falou que “deveriam se adequar ou seriam

⁴ Chagas, Inara. *Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres*. Brasil de Fato. Política. 08 de março de 2022 às 16:24. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>. Acesso em 23/01/2025.

⁵ *Idem*.

⁶ O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. *El país*. Brasil. Eleições 2018. 07 de outubro de 2018 às 18:02. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html. Acesso em: 23/01/2025.

⁷ Bolsonaro diz na TV que seus filhos não 'correm risco' de namorar negras ou virar gays porque foram 'muito bem educados'. *O Globo*. Política. 29 de março de 2011 às 00:00, atualizada em 04 de novembro de 2011 às 00:44. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>. Acesso em 23/01/2025.

esmagados”⁸(2018); falou em comício que iria “fuzilar a petralhada”⁹ (2018), isto é, apoiadores do PT.

Por esses discursos sexistas, machistas, homofóbicos, racistas e misóginos, grupos minoritários começaram a manifestar-se nas redes sociais contra o presidenciável, ainda em pequena quantidade. Em 31 de agosto de 2018, uma publicitária baiana, Ludmilla Teixeira, iniciou no Facebook o grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB)¹⁰ e as manifestações isoladas tornaram-se mais organizadas e adquiriram coletividade.

A ideia inicial do MUCB era conscientizar e se manifestar contrariamente ao presidenciável Bolsonaro. Deste modo, brasileiras residentes no Brasil, assim como moradoras de outros países se organizaram em torno de um único grito, que foi amplamente divulgado nas redes sociais através de uma *hashtag*: #EleNão. Foram realizadas manifestações contra Bolsonaro em mais de 160 municípios brasileiros¹¹. Estas foram promovidas principalmente por mulheres, mas também tiveram outros grupos participando, sendo que algumas capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Recife, Curitiba e Florianópolis tiveram maior destaque, além de cidades em outros países como Lisboa, Paris, Berlim, Barcelona e Nova York. Essas manifestações ocorreram com maior adesão entre 29 de setembro de 2018 e 20 de outubro do mesmo ano.

Já a Marcha das Vadias no Brasil teve suas primeiras manifestações em 2011, mesmo ano que se deu a Marcha das Vadias no Canadá (*SlutWalk*), quando um policial falou a uma das acadêmicas da Universidade de Toronto que para evitar estupro era só não se vestir como vadia, em inglês *slut* (Guzzo, 2019). Desta forma, a marcha emergiu para demonstrar as violências que as mulheres sofrem, sejam físicas, psíquicas, verbais ou sexuais; além de também lutar pela responsabilização/punição dos agressores e pelos direitos das mulheres, tanto os novos como para que se apliquem os já garantidos em lei.

⁸ O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. El país. Brasil. Eleições 2018. 07 de outubro de 2018 às 18:02. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html. Acesso em: 23/01/2025.

⁹ Bonin, Robson. Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’. Veja. 10 julho de 2022, 20h04, atualizado 11 de julho de 2022 às 09:26. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada>. Acesso em 23/01/2025.

¹⁰ O grupo já contava com 2 milhões de participantes em meados de setembro, quando foi invadido e mudaram seu nome para Mulheres com Bolsonaro #17 e adicionaram apoiadores do candidato. Um dia após a invasão, foi conseguido recuperar o grupo e voltar ao nome original. Quando foi restaurado já contava com mais meio milhão de participantes.

¹¹ Esses são os dados oficiais, mas estima-se que foram mais de 300 municípios.

As Marchas das Vadias ocorreram em diversas cidades brasileiras e cada uma destacava uma temática de luta, protesto e reivindicação. O que pode ser destacado como semelhante nas manifestações é que eram organizadas, conduzidas e realizadas por mulheres, algumas já se sentindo pertencentes ao feminismo, outras não, mas que acreditavam que a violência sofrida não é culpa da vítima. Essas mulheres iam para as ruas vestidas como “vadias” para manifestar tudo o que passavam, através de gritos, performances e outros (Guzzo, 2019).

Destacamos que este artigo se articula com os projetos atualmente desenvolvidos no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)¹² da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que está desenvolvendo pesquisas voltadas à internet, focando em feministas e antifeministas, misoginia, masculinidades e outros, além de pesquisas acerca de mulheres políticas. Trata-se respectivamente dos projetos “Internet segura com perspectiva crítica de gênero” e “Misoginia: gênero, emoções e políticas nas redes de mídias sociais no Brasil contemporâneo” coordenados pela professora Dra. Cristina Scheibe Wolff e financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e o projeto “Histórias de mulheres eleitas: candidaturas e exercício de cargo político no Cone Sul (1982-2019)” processo 309875/2021-8 coordenado pela professora Dra Joana Maria Pedro e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os feminismos, a Internet e o Facebook

Por tratarmos das feministas e misoginia nas redes, destacamos que as duas manifestações, a Marcha das Vadias e o Movimento #EleNão, fazem parte do que atualmente tem sido chamado de Quarta Onda do Feminismo (Hollanda, 2018). Sabemos que a categoria de onda é limitada e não demarca exatamente todas as fases do feminismo, principalmente se levarmos em consideração a luta e produção latino americana (Hemmings, 2009), mas escolhemos utilizar o conceito por ser didático e extremamente difundido.

Para refletirmos sobre a Quarta Onda, é necessário que retomemos questões principais das anteriores. Desta forma, lembramos que a Primeira Onda ocorreu no final do século XIX e início do XX, é marcada pelo sufrágio feminino, e nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade na educação, política e direitos civis (Pedro & Barletto, 2019). A Segunda Onda, ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, e teve a popularização da categoria mulheres, tendo o *slogan* “o pessoal é político” lutou pelo direito ao prazer, sexualidade,

¹² Conheça os trabalhos realizados no LEGH: <https://legh.cfh.ufsc.br/>.

planejamento familiar, maternidade, aborto, contra a violência (Scott, 1995; Hooks, 2018; Pedro & Rosalen, 2023). Já a Terceira Onda ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, e é marcada por novas correntes e teorias feministas, como a interseccionalidade, a positividade sexual, o ecofeminismo vegetariano, o transfeminismo e o feminismo pós-moderno, segundo Elizabeth Evans (2015), a pluralidade, as vezes tida como “confusão” é o que marca essa onda. É nesta, também, que se acentua o debate acerca de gênero e sexo, proposto por Judith Butler e Joan Scott, onde se “busca destruir o sistema binário que opõe a natureza (sexo) e cultura (gênero), o eu e o outro” (Pedro, 2011, p. 275).

A Quarta Onda, onde os movimentos desse trabalho se encaixam, iniciam-se a partir de 2012 e vêm até a atualidade - 2025. As manifestações desta onda ocorrem muitas vezes nas redes sociais - *Facebook, Instagram, X, WhatsApp, Telegram* - e também nas ruas (Castro & Abramovay, 2021). A Marcha das Vadias foi uma das primeiras desse movimento, quando as redes começaram a ser utilizadas com o intuito de reivindicação, de luta e de militância. Esta marcação de onda se deu, visto que, a partir desse momento passou a não existir uma separação do *online* e do *offline* (Castro & Abramovay, 2021). Os marcadores dessa onda são a luta contra a discriminação no trabalho, feminicídio, igualdade de gênero, contra o assédio sexual e pela descriminalização do aborto, entre outros temas. As mulheres, no geral, se apresentam dentro dos movimentos sociais e não apenas nos movimentos feministas, isto é, participam das reivindicações feministas, mas nem sempre se reconhecem como feministas.

Para Michelle Perrot, em um sentido muito amplo, feminismo e feministas, “designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos” (2019, p.154), como também destaca Hooks (2018), pelo final do sexismo. Assim, esses termos, embora tenham sido bastante estigmatizados, continuam importantes para a compreensão da história das mulheres e das relações de gênero, e especialmente, dos movimentos sociais que envolvem as mulheres como sujeitos.

Quando aconteceram as manifestações do Movimento #EleNão, elas eram pacíficas e tinham como propósito levar quem era Bolsonaro à todos, promovendo uma conscientização coletiva sobre o candidato, suas ideias, preconceitos e falta de políticas nos anos que esteve como deputado e parlamentar, ou seja, mostrar o porque do #EleNão. A própria convocação das manifestações e a sua divulgação, foi feita através das redes sociais, especialmente do *Facebook*.

Para trabalhar com a internet foi necessária uma etnografia digital e se faz necessário estudar não apenas “na” internet, mas “a” internet (Cesariano, Walz e Balistieri, 2023). Na

etnografia digital ainda se fazem presentes o tradicional da etnografia: a escrita textual, mas para além dessa, há a presença de vídeos, imagens e outras combinações que ganham espaço (Miller et al., 2019). Assim, nossa análise das redes deve levar em conta as dinâmicas próprias da internet e as várias linguagens que nela circulam.

Destacamos também, que mesmo que estejamos utilizando posts feitos por pessoas comuns, as mídias sociais não são mais democráticas que as tradicionais (TV, rádio), pois nesse espaço também existem relações de poder, sendo a corporação Meta - *Facebook, Instagram e WhatsApp* - e o X, as corporações mais ricas do capitalismo moderno, concentrando a maior parte de navegação e comunicação online (Finger, 2021). Embora aparentemente essas corporações permitem a manifestação livre dos discursos, os algoritmos que definem a distribuição dos discursos, são controlados por elas, de forma que não é suficientemente transparente. Você pode colocar sua mensagem, mas não tem realmente controle de quem irá visualizá-la, e quem tem esse controle, através dos algoritmos, são estas empresas, que têm sido chamadas de *Big techs*.

Assim, as redes sociais tornaram-se espaço de disputa de grupos dentro da economia e política neoliberalista, deste modo, as resistências que antes se articulavam de outros modos, precisaram também ir para as redes, pois a colonização se encontrava lá. O algoritmo é racista e sexista, e há uma diferença muito grande na entrega dos conteúdos de problematização, de emancipação dos trabalhadores, de gênero, de produção científica historiográfica e de esquerda, por conta de o algoritmo não ter sido criado para promover esses tipos de debate, além de que as redes sociais utilizadas no Brasil são de criação estadunidense (Faustino e Lippold, 2023). Isto é, as redes estão dentro do conhecimento e contexto social que as concebeu, que basicamente visa o mercado, a venda de mercadorias e de informação. (Cardoso, 2022).

O *Facebook* foi um grande definidor de opiniões e votos a partir de 2013, quando o que viria a ser o Movimento Brasil Livre (MBL)¹³, começou seus trabalhos na rede, de forma sutil falando de educação, carnaval, impostos, saúde, colocando todos os problemas encontrados no Brasil como causados pelo governo do PT (Partido dos Trabalhadores), que desde 2002 ocupava cargo na presidência do país. Posts que viralizaram muito, foram, por exemplo, criticando a Copa do Mundo FIFA 2014, que ocorreu no Brasil, com textos que falavam que se o dinheiro investido em reformas e construções de estádios fossem investidos em saúde e educação seria

¹³ O MBL é um movimento político liberal-conservador ligado à direita. Em seu manifesto, cita cinco objetivos: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras". In: CPI dos Crimes Cibernéticos vai ouvir Movimento Brasil Livre». Jus Brasil. Acesso em 15 de janeiro de 2025.

muito mais proveitoso para a população brasileira - inclusive virando notícias¹⁴ que foram desmentidas pelo governo¹⁵ - desconsiderando totalmente cultura, lazer e turismo, e que as verbas são destinadas a todos os campos.

Além disso, os grupos de *Facebook* também estiveram presentes na divulgação de diversos atos contra o PT até 2018, grandes difusores do Golpe sofrido da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e aclamadores das ações políticas do presidente Temer. Levando isso em consideração, foi alimentando-se um antipetismo forte e que se tornou avassalador após a prisão do ex -presidente Lula (PT), que concorreria à presidência novamente em 2018 e que foi substituído pelo seu vice Fernando Haddad, tendo então como vice Manuela D'Ávila (PCdoB). Foi nesse período que começou o *slogan* “tudo menos o PT”.

Foi durante os eventos citados acima que começou uma difusão muito grande do “mito” Jair Bolsonaro, seus vídeos no senado, pró armamento, em defesa do “cidadão de bem”, da “família”, de Deus, da pátria¹⁶. Vídeos esses que nunca esconderam quem ele era e que justamente por isso muitas pessoas simpatizaram¹⁷ (e simpatizam até hoje), já que incorporavam o discurso de que o país precisaria de um “líder de verdade”, que se dedicasse ao que importa: economia e não aos “mimimis” da esquerda que pregava por “ideologia de gênero” (Miguel, 2021).

Assim sendo, nas eleições de 2018, o *Facebook* teve papel fundamental, tanto para a esquerda quanto para a direita brasileira, pois, por meio desta rede foram divulgadas e emitidas diversas notícias, informações, mas essencialmente muitas *fake news* que influenciaram na formação (des)consciência política. Além de também organizar os movimentos sociais que se manifestaram naquele momento. Quem tinha acesso a rede, foi bombardeado de vídeos, imagens e textos curtos ligados ao momento político, que tinham o intuito apenas de “mostrar

¹⁴ Cruz, José. Copa 2014: investimentos em estádios superam os da saúde e os da educação. 14 de junho de 2014. Disponível em <https://josecruz.blogosfera.uol.com.br/2014/06/copa-2014-investimentos-em-estadios-superam-os-da-saude-e-educacao/>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

¹⁵ Pires, Jean. Gastos com a Copa não prejudicaram investimentos em saúde e educação. *Jus Brasil*. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/gastos-com-a-copa-nao-prejudicaram-investimentos-em-saude-e-educacao/118672619>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

¹⁶ Machado, Leandro; Franco, Luiza. Eleições 2018: voto anti-PT; por segurança e pela família tradicional, o que pensam as mulheres que escolheram Bolsonaro. *BBC News Brasil*. 04 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45714612>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

¹⁷ Martins, Fernando; Éboli, Evandro. Por que o eleitor de Bolsonaro é tão fiel? Com a palavra, o próprio eleitor. 17 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/por-que-o-eleitor-de-bolsonaro-e-tao-fiel-com-a-palavra-o-proprio-eleitor-4m1yimyqh3soyek05g71g3cb2/>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

o que realmente era”, sem mais delongas e de uma perspectiva neutra, ao contrário do que a mídia hegemônica fazia, que era cheia de posicionamento e que só buscava alienar¹⁸.

O uso das imagens das performances como #EleNão

As imagens que repercutiram no Facebook durante as eleições foram fotografadas durante dois movimentos, o Movimento #EleNão e o Movimento #EleSim, sendo o segundo citado pró Bolsonaro e também organizado por mulheres, mas com menor adesão¹⁹. O Movimento #EleNão acabou repercutindo mais no Facebook, porém nem sempre com viés de destacar positivamente o movimento. A partir de agora veremos isso, como as manifestações do #EleNão repercutiu nas mídias sociais. Primeiramente, vejamos abaixo uma imagem de um dia das manifestações.

Figura 01: As fraquejadas vão te derrubar



*Manifestação na Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ), 29 de setembro de 2018.
#PraTodoMundoVer mulher branca segura placa escrito “as fraquejadas vão te derrubar” com símbolos do feminismo, com foto do Bolsonaro com um “X” em vermelho em seu rosto em meio a manifestação do #EleNão.*

¹⁸Podemos citar por exemplo a obra de Perseu Abramo, *Padrões de manipulação na grande imprensa, que discute os cinco principais padrões de manipulação da mídia hegemônica: ocultação, fragmentação, inversão, indução e poder global*. ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa – 2. ed.* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

¹⁹Ramos, Marcella. #Elenão supera #Elesim nas redes. Uol Piauí, 01 de outubro de 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/elena-supera-elesim-nas-redes/>. Acesso em 18 de agosto de 2023.

Como podemos perceber na imagem tirada acima durante a manifestação, uma mulher segura uma placa criticando uma das falas do presidente, alegando que as fraquejadas iriam derrubar eles, isto é, as mulheres, assim como ele se referiu a sua filha: uma fraquejada. Podemos visualizar na placa o símbolo do feminismo e uma imagem de Bolsonaro com três “X” vermelhos desenhados: em sua boca e nos seus olhos. Ao fundo da imagem observamos outras mulheres e homens manifestando-se, de diferentes idades e cores. A imagem acima é de uma das manifestações na cidade do Rio de Janeiro.

Essa imagem foi difundida nas redes sociais e também na mídia hegemônica, podemos visualizá-la em rápida pesquisa no Google Imagens. Percebemos nela um pouco do que foi o movimento, pacificidade e o comprometimento em demonstrar as falas e ações do presidente, se colocando contra. Destacamos que durante as manifestações desse movimento não ocorreram performances, cada um fazia seu cartaz, colocava seu adesivo e se juntava às massas na rua, tendo como grito principal o nome que o movimento foi batizado: #EleNão.

O Movimento, tendo como ativistas mulheres, negros, a comunidade LGBTQIA+ e jovens, “sugere que o “#EleNão” seria metáfora para um Brasil real, com poder político, apoiado em instituições do sistema, que muitas, muitos, negam em especial com seus corpos, suas vozes, fazendo-se multidão no público” (Castro & Abramovay, 2021, p. 30). Sendo então “corpos e discursos coletivos de mulheres que, em multidão, gritam “#EleNão”, tendo como totem da revolta contra a ordem patriarcal/capitalista” (Castro & Abramovay, 2021, p. 30).

Para compreendermos melhor a circulação de imagens, e também as eleições de 2018, é importante ressaltar o acesso à internet no país naquele ano, pois infelizmente o acesso é desproporcional e isso resulta na circulação de informações, sejam as com veracidade, como também de *Fake News*, isto é, informações falsas que são compartilhadas em forma de notícias, sendo algumas vezes de maneira sensacionalista, tendo a disseminação favorecida pelos apoios emocionais (Nemer, 2021). Deste modo,

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no quarto trimestre 2018, dos 71 738 mil domicílios particulares permanentes no Brasil, 79,1 % possuíam acesso à internet. Na área urbana, eram 83,8 % das residências com conexão e, na área rural, 49,2 %. Ao considerar os números por região, de forma geral, o Nordeste apresentava o menor percentual de domicílios com utilização da internet (69,1 %), seguido da região Norte, com 72,1 %. A região Sudeste (84,8 %) apresentou o percentual mais elevado. (Soares & Mazzarino, 2021, p. 272)

Por meio dos dados acima apresentados verificamos que as regiões mais industrializadas, que muitas vezes são sinônimo de desenvolvimento do país, eram as que mais possuíam acesso a internet, e desta forma, acesso às redes sociais e o que foi compartilhado naquele ano.

Como destacado anteriormente, o período eleitoral se destacou pela disseminação de *Fake News* e o #EleNão foi um grande alvo delas, pois queriam desestruturar e mostrar como a oposição de Bolsonaro era ligada com tudo que se deveria acabar no país. Nisso, começaram a utilizar registros de outras manifestações, principalmente da Marcha das Vadias. Vejamos abaixo uma imagem de uma performance que ocorreu durante uma marcha e que foi difundida nas redes como se fossem referentes às manifestações contra Bolsonaro.

Figura 02: Performance Marcha das Vadias



#PraTodoMundoVer performance da Marcha das Vadias no Rio de Janeiro, onde as genitais são tapadas por símbolos religiosos, como a cruz.

A imagem acima foi divulgada como manifestações do #EleNão, e contou com a legenda “Isso é normal, BOLSONARO QUE É (SIC) FACISTA E RACISTA *emoji de *surpreendido**”, mas foi registrada no Rio de Janeiro durante a Marcha das Vadias de 2013. Nela observamos duas pessoas nuas e um público atrás, uma das pessoas está com o crucifixo em frente a sua genitália e outra abaixada, mas não dá para ver o que está fazendo, entre elas alguns crucifixos no chão e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Essa foi uma

performance realizada pelo Coletivo Coyote, sendo esse um coletivo de arte e que durante a marcha

duas pessoas nuas, com os rostos cobertos com balaclavas, que tinham, no lugar da genitália, uma imagem de Jesus e um crucifixo. Durante a performance, eles manusearam imagens de santas e outros crucifixos. Em determinado momento, uma das pessoas realiza a penetração do crucifixo em seu ânus e outra pessoa senta na “cabeça” da imagem da “Virgem Maria”. Depois disso, essas imagens são quebradas (Guzzo, 2019, p. 140)

Mesmo que durante a Marcha a performance já fosse amplamente divulgada nas redes sociais e mesmo no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão (Guzzo, 2019), ela havia caído no esquecimento nos 5 anos anteriores às eleições, e voltou a circular então como se tivesse sido parte do Movimento contra Jair Bolsonaro em 2018.

No momento da Marcha das Vadias, esta performance dividiu opiniões entre as manifestantes e organizadoras da marcha, e isso é trazido também por Guzzo, que realizou entrevistas com organizadoras e uma delas relatou “Teve um racha ali na marcha, de algumas pessoas desconfortáveis com a questão lá das imagens que teriam sido quebradas, enfiadas no ânus e tal, e outras pessoas que falaram ‘foda-se’.” (2019, p. 141). Lembramos que as imagens utilizadas não foram sacralizadas, portanto, não eram sagradas e que esse modelo de movimento artístico não é algo novo.²⁰

A reutilização da imagem pela extrema direita foi estratégica, pois, mesmo entre apoiadoras da marcha, que era mais livre e tinha como objetivo a reflexão do ‘meu corpo, minhas regras’ e de uma crítica à Igreja que controla os corpos e mentes de mulheres, teve discordâncias. Mas no contexto da disputa eleitoral de 2018, quando se falava muito de Deus, Pátria e Família, a imagem ganha um contorno de uma afronta muito grande a esses que eram “valores” difundidos pela direita. Estão manifestando por uma pátria, porém por uma pátria diferente, não nacionalista, onde todos são iguais, que o estado é laico e que a família não é apenas a heterossexual e patriarcal. Em um momento de discussão de valores, a reação se dá contra gênero e democracia, pois,

O risco estaria numa desordem moral, que ameaçaria a autoridade paterna, a infância e as tradições. Dessa forma, são mobilizados para construir apoio popular à censura, à restrição de direitos individuais e à oposição a pactos coletivos para a educação das crianças. Podem servir, ainda, para legitimar a violência contra minorias. A moralização das incertezas se torna, assim, um componente político central dos

²⁰ Para saber mais ver a tese de Guzzo.

processos de restrição democrática e da ascensão de lideranças autoritárias e de extrema-direita. (Biroli, 2019, p. 87)

Portanto, a moral e os bons costumes são por vezes antidemocráticos, antigênero, anti raciais e anti LGBTQIA+. Como coloca Perrot (2019, p. 169) “Os integralismos políticos e religiosos fazem da ordem dos sexos e da dependência das mulheres um de seus pilares.” Assim, se Perrot coloca que “De maneira geral, há aliança entre feminismo e modernidade, entre feminismo e democracia” (2019, p. 158) o feminismo é considerado uma ameaça ao conservadorismo. A luta das mulheres seja por meio da Marcha das Vadias, para terem o direito ao seu próprio corpo ou no Movimento #EleNão que visava não eleger um candidato abertamente machista e sexista, que nunca fez nada favorável às mulheres, e que acredita que desigualdade de sexo é o certo e que gênero não existe, são grandes ameaças. São mulheres saindo do privado e indo para o público reivindicando não só espaço, mas igualdade.

Por posts como o exposto anteriormente (figura 02), surgiram outros comentários de pessoas pró Bolsonaro. Vejamos dois deles, um realizado por um homem e outro por uma mulher.

Figura 03: #EleNão e Manifestações



*Comentário público no Facebook de 04 de outubro de 2018
#PraTodoMundoVer texto da imagem “Pedimos às mulheres do #EleNão que façam mais manifestações, assim já ganhamos no 1º turno!”*

Figura 04: Ele Não: Cadê as manifestações?



*Comentário público no Facebook de 30 de setembro de 2018
#PraTodoMundoVer texto da imagem “Sim! Cadê as manifestações das peludas do #elenão, aqui em Roraima emoji de riso”.*

Em ambos os comentários visualizamos o quanto a divulgação de imagens da Marcha das Vadias e de outras performances foi essencial para o fortalecimento da direita brasileira naquele momento.

O primeiro comentário (figura 03), de um senhor, que inclusive está com a bandeira do Brasil na sua foto de perfil - elemento bastante difundido entre apoiadores de candidatos de direita, por simbolizar a pátria e que “nossa bandeira jamais será vermelha”, fazendo alusão ao comunismo e ao PT - faz piada com as manifestações do #EleNão, pedindo que façam mais manifestações, isto é, que degradem ainda mais sua imagem, que mais pessoas que estão em cima do muro, se voltariam pró Bolsonaro.

No segundo comentário (figura 04), uma senhora, que talvez seja um perfil fake, por conter o sobrenome “Bolsonaro” e um nome árabe, pede manifestações do #EleNão no estado de Roraima, fazendo alusão às “peludas”, que é como as feministas são costumeiramente chamadas por colocarem em pauta a questão da feminilidade. Uma mulher, criticando outras mulheres nos lembra dos debates da Terceira Onda feminista, onde há mulheres e mulheres - assim como o contramovimento #EleSim - e portanto “o fato de ser mulher não a torna igual a todas as demais” (Pedro, 2005, p. 82).

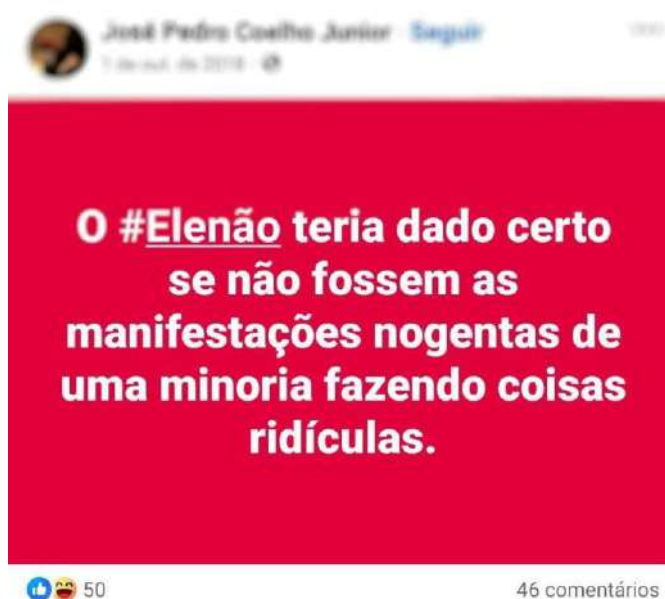
Em ambos os comentários é possível perceber um posicionamento dos seguidores de Bolsonaro contra o Movimento #EleNão, mesmo que em comentários sutis em tom de humor, mas conseguimos perceber o ódio às mulheres e ao gênero. Como coloca Ahmed (2015, p. 80)

É importante notar, então, que o ódio não reside em um determinado sujeito ou objeto. O ódio é econômico; circula entre significantes em relações de diferença e deslocamento. Para entender essas economias afetivas do ódio, considere o como funcionam os “sinais” de ódio e sua relação com corpos. ²¹(tradução nossa)

Sara Ahmed escreveu levando em consideração o racismo, mas podemos pensar para além do racismo, a misoginia, transfobia, e a outros grupos que são constantemente alvo de discursos de ódio. O Brasil constituiu sua sociedade, cultura e economia calcados no racismo e o sexismo, como destacado com Lélia González (2020), e estes grupos que são constantemente reprimidos, ao se organizarem, ameaçam toda uma estrutura colonial e patriarcal.

Ambos os comentários brincam também com a “falta” de manifestações e disseminam o Movimento #EleNão como negativo, aliando-se ao Movimento #EleSim. Porém é preciso destacar que comentários como esses foram realizados também por pessoas que se alinhavam contra o Bolsonaro, mas que caíram em desinformação.

Figura 05: Ele Não e minorias ridículas



*Comentário público no Facebook de 01 de outubro de 2018
#PraTodoMundoVer texto da imagem “O #Elenão teria dado certo se não fossem as manifestações nojentas de uma minoria fazendo coisas ridículas.”*

²¹ Original: Es importante señalar, entonces, que el odio no reside en un sujeto u objeto dado. El odio es económico; circula entre significantes en relaciones de diferencia y desplazamiento. Para comprender dichas economías afectivas del odio, consideraré la manera en que funcionan los "signos" de odio y su relación con los cuerpos.

O comentário desse senhor (figura 05), exibe a desinformação entre quem deveria estar se articulando. Ele afirmou a possibilidade do movimento ter dado certo se não fosse “manifestações nojentas de uma minoria fazendo coisas ridículas”. Nesse sentido, os “aliados” do movimento confirmam os acontecimentos que não aconteceram, mas que circularam na internet. Aqui poderíamos discutir o que é o certo e o errado do movimento que esse cidadão cita, até porque o #EleNão foi a maior manifestação política ocorrida naquele ano e o maior movimento organizado e protagonizado por mulheres no país até o momento²² (já que depois de 2018 não houveram outras grandes manifestações). O que não deu certo, e nunca dará, é a não regulamentarização das redes sociais e as *fakes news*.

Considerações Finais

O Movimento #EleNão, manifestou-se nas ruas e nas redes pacificamente, até porque tinha medo de perder aliados. Como comentado anteriormente, a moral predominou no cenário eleitoral daquele ano e não seria do feitio do movimento perder companheiros reforçando estereótipos que foram colocados a eles, até porque, mesmo que em reivindicação, sarcasmo e humor, a direita se apropriaria para expor o quanto “estavam certos”. Mas não precisou de um desliz do #EleNão, pelo fácil compartilhamento nas redes e pela falta de regulamentação delas, utilizou-se de *fake news* para desestabilizar o movimento e uma dessas foi os compartilhamentos de imagens da Marcha das Vadias. Ou seja, utilizaram a estigmatização do feminismo, mesmo que o movimento não se colocasse como “feminista”, para desmerecer o movimento. E muita gente entrou nessa onda.

O compartilhamento das imagens da marcha, como visualizamos pelos comentários (figuras 03, 04 e 05), surtiu efeito tanto em apoiadores do Bolsonaro que as disseminaram como reais, como entre quem era contra o presidencialismo, por terem acreditado que as redes sociais eram neutras, só para mostrar o que realmente aconteceu, e não procurarem saber mais sobre o movimento.

Em suma, o Movimento #EleNão já era considerado uma ameaça por ser organizado por grupos que reivindicavam direitos iguais, liberdade, que eram antissexistas e antiracistas, e quando espalhou-se rapidamente *fake news* sobre o movimento, não foi possível alcançar a

²²Rossi, Amanda; Carneiro, Julia Dias & Gragnani, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News. 30 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.

todos com o que de fato o movimento estava alinhado, pois, tomou proporções muito grandes em pouco tempo. Enquanto não houver uma regulamentação das redes, que culpabilize quem produz e compartilha *fake news*, e com mudanças nos algoritmos que propiciam a sua disseminação, estaremos fadados a ter nossos movimentos sociais e a luta por ele composta barrada, desmoralizada, desfragmentada e sedimentada. O Movimento #EleNão tem sido por muitos pensado como um movimento que teria “diminuído” as chances da chapa petista na eleição, mas acreditamos que esta não é uma análise correta. O que diminuiu e permitiu a eleição da chapa conservadora e fascista foi a dinâmica das redes sociais, sua não regulamentação que permitiu todo o tipo de notícias falsas, imagens fabricadas e inverdades, bem como os algoritmos e robôs que disseminaram essas inverdades.

Referências bibliográficas:

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa** – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

AHMED, Sara. La organización del odio. In. **La política cultural de las emociones**. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2015, p. 77-103. Disponível em: https://www.puees.unam.mx/curso2021/materiales/Sesion14/Ahmed2015_LaPoliticaCulturalDeLasEmociones.pdf

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva sociedad**, v. 23, n. 65, 2019, p. 76-87. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. (2021). Quarta onda ou um Feminismo Maremoto? Significados do “#ELE NÃO” nas ruas do Brasil. **Juventude.Br**, (17), 23–31. Recuperado de <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/190>. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/190/184>.

CESARIANO, Letícia; WALZ, Silvia e BALISTIERI, Tatiana. – Etnografia na ou da internet? Desafios epistemológicos e éticos do método etnográfico na era da plataformização. In: Siqueira, Isabel Rocha de. e Costa, Vitor de Souza (orgs). **Metodologia e Relações Internacionais** – Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2023. Disponível em: <https://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologia%20e%20RI-V4-P4.pdf>

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hackerfanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FINGER, Vinícius. (2022). História, Mídia Digital e Anti-Ciência: a quimera narrativa do canal Brasil Paralelo. **Historiæ**, 12(2), 83–104. Recuperado de <https://furg.emnuvens.com.br/hist/article/view/13477>

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia. **Por um feminismo afrolatino americano: ensaios intervenções e diálogos**. Zahar, p. 67-83. 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>

WAULCZINSKI, Luiza R. e WOLF, Cristina S.

Movimento #EleNão: O uso das manifestações para fortalecimento da extrema direita brasileira e a circulação de imagens da Marcha das Vadias

GUZZO, Morgani. Campos e corpos plurais: os feminismos das Marchas das Vadias no Brasil. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rosa dos tempos, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cad. Pagu** (62) • 2021 • <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>.

NEMER, David. **Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PEDRO, Joana Maria e BARLETTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, v. 7, p. 1-16, 2019. <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/31863>.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

ROSALEN, Eloisa; PEDRO, Joana Maria. Os debates historiográficos sobre os feminismos da “segunda onda” na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, v. 11, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57407>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2): 71-99. Jul/dez. 1995.

SOARES, Amanda Cantú Rodrigues; MAZZARINO, Jane Márcia. Feminismo de Internet: Como as redes sociais contribuem para o desenvolvimento da Quarta Onda Feminista no Brasil. **Contratexto** n.º 36, diciembre 2021, ISSN 1025-9945, pp. 261-286. doi: <https://doi.org/10.26439/contratexto2021.n036.5152>.

Submetido em: 14/03/2025

Aceito em: 14/04/2025

Mães de Instagram: mobilizações da maternidade por candidatas às eleições de 2022

Instagram moms: motherhood mobilizations by 2022 election candidates

Madres de Instagram: movilizaciones de la maternidad por candidatas a las elecciones de 2022

Alana Fontenelle¹

Ana Letícia Tostes²

Ana Karoline Barbosa³

Resumo: A maternidade, historicamente vista como um impedimento à participação política feminina, tem sido ressignificada por algumas candidatas, tornando-se um elemento central em suas campanhas. Esse estudo investiga como a maternidade é mobilizada no Instagram por candidatas às eleições de 2022, analisando suas estratégias e os sentidos atribuídos a essa experiência na construção da imagem política. Para isso, foram analisados perfis de oito candidatas de diferentes regiões e espectros políticos ao longo de um ano.

Palavras-chave: maternidade e política, gênero e mídia, Instagram, campanhas eleitorais.

Abstract: Historically, motherhood has been an impediment to women’s political participation—something that would consume their time, divert their focus, and reinforce their “natural” association with the domestic sphere. In recent decades, however, motherhood has been politically reclaimed by some female candidates. It generates a distinct social perspective and establishes a specific agenda of interests. At the same time, in an era in which it is crucial for politicians to project the image of being “ordinary people,” motherhood connects female politicians with a wide range of women voters, as it represents a shared experience across different social strata. This study aims to analyze the uses of motherhood on the Instagram accounts of mothers who ran for office in the 2022 elections.

Keywords: motherhood and politics, gender and media, Instagram, electoral campaigns.

Resumen: Históricamente, la maternidad ha constituido un impedimento para la participación política de las mujeres, al considerarse una condición que consume su tiempo, desvía su atención y refuerza su vinculación “natural” con la esfera doméstica. En las últimas décadas, sin embargo, la maternidad ha

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento (FUNCAP-CE). Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê. Integrante da Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras- AMPET. <https://orcid.org/0009-0005-0105-2851>. E-mail: fontenelle.alana@gmail.com.

² Publicitária, Professora da Faculdade Estácio do Pará, Especialista em Novas Mídias, Mestre em Ciência da Comunicação (PPGCOM/UFPA). Doutoranda bolsista CAPES em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará. <https://orcid.org/0000-0002-5542-3647>. E-mail: lettostes@gmail.com.

³ Publicitária, Professora da Faculdade Estácio do Pará, Especialista em Novas Mídias, Mestre em Ciência da Comunicação (PPGCOM/UFPA). Doutoranda bolsista CAPES em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará. <https://orcid.org/0009-0002-6914-2982>. E-mail: pesquisadora.karolbarbosa@gmail.com.

comenzado a ser politicamente reivindicada por algumas candidatas. Esta condição genera una perspectiva social propia y establece una agenda de intereses específica. Al mismo tiempo, en una época en la que resulta fundamental que los políticos proyecten la imagen de ser “gente como una”, la maternidad conecta a las políticas con una multitud de electoras, ya que se trata de una experiencia compartida entre mujeres de todas las condiciones sociales. El objetivo de este trabajo, por tanto, es analizar los usos de la maternidad en las cuentas de Instagram de madres que se postularon como candidatas en las elecciones de 2022.

Palabras clave: maternidad y política, maternidad y representación, género y medios, Instagram, campañas en línea.

Introdução

Figura 1- Parlamentares com seus filhos em atividades políticas



Fonte - as autoras #PraTodoMundoVer Imagem de parlamentares acompanhados de seus filhos em atividades políticas, demonstrando a relação entre maternidade e participação na esfera pública.

Até pouco tempo atrás fotos de mulheres políticas com seus filhos no colo amamentando enquanto exerciam seus mandatos, como essas da Imagem 1, eram impensadas e até reprovadas. Nenhum assessor de comunicação ou marqueteiro iria propor que imagens como essas fossem divulgadas, na realidade era provável que elas nem acontecessem.

As mulheres mães que ocuparam espaços públicos, num passado não muito distante, restringiam seu matinar à esfera privada, à vida íntima. Não eram expostos publicamente como observamos na Figura 1. De quantas imagens da Yeda Crusius, Roseanne Sarney, Rita Camata, Marina Silva, Gleise Hoffmann ou Ana Júlia Carepa – todas mulheres que tiveram/tem mandatos – com os filhos no parlamento ou em alguma outra atividade você lembra? É provável que de algumas delas nem tenhamos a certeza se são mães. Mesmo sem a maternidade aparente para o público, essas mulheres eram cobradas por suas obrigações maternas. Como mostrou uma reportagem a respeito da campanha municipal de 2016 em São Paulo, mulheres na política

enfrentam perguntas machistas relacionadas a criação de seus filhos: quem está cuidando deles enquanto você faz política⁴.

Mas houve uma mudança e imagens como as da Figura 1 se tornaram bem mais frequentes. É importante dizer que essas imagens foram retiradas do perfil oficial do Instagram das candidatas e parlamentares aí representadas, o que significa dizer que a maternidade faz parte da construção da imagem pública e política dessas mulheres. Esse trabalho investiga como a maternidade está sendo mobilizada por parlamentares. Para isso, foram analisados os perfis do Instagram de oito candidatas às eleições de 2022, a nível federal e estadual, de diferentes regiões do país e de distintas posições no espectro político, pelo período de um ano. O corpus de análise é indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Agentes políticos pertinentes às contas no Instagram foram acompanhados

Agente política	Partido	UF	Conta Instagram	no	Cargo durante a campanha	Cargo disputado em 2022	Eleita?
Marilia Arraes	Solidariedade	PE	@mariliarraes		deputada federal	governadora	não
Sâmia Bonfim	PSOL	SP	@samiaBonfim		deputada federal	deputada federal	sim
Lívia Duarte	PSOL	PA	@liviaduartepsol		vereadora	deputada estadual	sim
Nay Barbalho	Pode	PA	@nay_barbalho		sem mandato	deputada federal	não
Andrea Werner	PSB	SP	@andreawerner		sem mandato	deputada estadual	sim
Paula Belmonte	Cidadania	DF	@paulabelmonteoficial		deputada federal	deputada distrital	sim
Chris Tonietto	PL	RJ	@Christonietto		deputada federal	deputada federal	sim
Clarissa Garotinho	União Brasil	RJ	@clarissagarotinho		deputada federal	senadora	não

Fonte: elaborado pelas autoras. #PraTodoMundoVer Tabela com informações sobre oito candidaturas comprovadas, apresentando nome, partido, estado, conta no Instagram, cargo durante a campanha, cargo disputado em 2022 e resultado eleitoral.

⁴ A reportagem completa pode ser acessada em: <https://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/10/02/machismo-eleitoral/>

Quanto ao enquadramento teórico, partimos de uma literatura matrifocal, ou seja, partimos do pressuposto que a maternidade é, em toda sua complexidade, um fenômeno político e não apenas uma variável que afeta outros fenômenos. O que significa, como diz Andrea O'Reilly (2016), que colocamos as mães/maternidades no centro das discussões. Relacionamos essa literatura com a de redes sociais online, dando especial atenção ao movimento que leva o agente político a buscar uma maior humanização, garantindo assim uma ideia de “espaço compartilhado”, isto é, de experiências comuns à do público de simples eleitores – e a maternidade é, com certeza, uma dessas experiências.

Uma teoria Política para as mães

Para as feministas da segunda onda, a experiência da maternidade é considerada como peça central para explicar a dominação masculina, porque é a produção biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – que explicava a ausência das mulheres no espaço público. O confinamento no espaço privado permite que toda a gestão do mundo social seja privilégio dos homens, ensejando a dominação masculina. Mas, segundo Lucila Scavone, isso fica dividido em três momentos. No primeiro, a maternidade foi vista como uma limitação natural que restringiria as mulheres a uma categoria biológica. Assim, rejeitar a maternidade foi considerado o primeiro passo para desafiar a dominação masculina e permitir que as mulheres buscassem uma identidade mais abrangente e realizadora, além de reconhecerem todas as suas outras habilidades e potenciais (SCAVONE, 2001). Existia ainda, na mesma época, uma outra corrente feminista que acreditava que a libertação feminina se daria pela chegada dos bebês de proveta, já que a gestação não passaria pelo corpo feminino. Essa luta pela livre escolha da concepção buscava romper com a ideia de que a mulher seria definida pela maternidade. A conquista desse direito era considerada essencial para libertar as mulheres do papel que ocupavam na esfera privada, buscando assim a condição de liberdade e igualdade na sociedade. (SCAVONE, 2001).

Já no segundo momento, a maternidade passa a ser reconhecida como um poder único, exclusivo das mulheres e invejado pelos homens. Nesse momento, o pensamento feminista também se conecta com as ciências humanas e sociais: em teses lacanianas, que destacam o papel das mulheres na gestação, lembrando que o cordão umbilical, que conecta o feto à mãe, é fonte de vida e poder; em teses históricas que resgatam a experiência da maternidade como parte da identidade e poder femininos; em teses antropológicas que, ao analisar as

manifestações culturais da maternidade, recuperam o conhecimento feminino associado a ela (SCAVONE, 2001).

No terceiro momento, a “desconstrução do handicap natural” (SCAVONE, 2001, p. 141) revela que não é a mera biologia da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas sim as relações de dominação que conferem um significado social à maternidade. Essa argumentação também coincide com a expansão das novas tecnologias conceptivas, que introduzem questionamentos sobre um destino biológico inevitável na reprodução humana, assim como em outras tecnologias reprodutivas (SCAVONE, 2001).

Questões centrais para avanço das pautas femininas foram levantadas durante a segunda onda, as críticas principais se concentraram na desaprovação da naturalização que subjugava o sexo feminino. Essa simplificação biológica encobria as raízes das opressões contra as mulheres, quando, na realidade, era o produto de um processo histórico, uma vez que a natureza está em constante evolução (Branca Moreira ALVES; Jacqueline PITANGUY, 1984, p. 54-56).

A luta das feministas da segunda onda garantiu avanços importantes na pauta feminista, como a luta pelo direito ao controle contraceptivo e ao acesso ao aborto seguro e legal; avanços em pautas trabalhistas, como o fim da discriminação de gênero nos ambientes de trabalho; leis de divórcio mais justas, entre outras pautas. Mas, conforme aponta O’Reilly (2016), as mulheres “pós-segunda onda”⁵ crescem, sim, com novas expectativas sobre o que é ser mulher, com muito mais igualdade na vida acadêmica e no mercado de trabalho, mas isso só até elas se tornarem mães, porque nesse momento as “antigas” suposições sobre gênero voltam. Embora a segunda onda do feminismo tenha aberto o acesso a contextos educacionais e profissionais, pelo menos para mulheres já privilegiadas, ao terem filhos a responsabilidade primária ainda é cuidar e criá-los (O’REILLY, 2016).

Kimmel e Holler (2011) apontam como os avanços da segunda onda garantiram acesso a uma série de direitos que diminuíram o efeito da dicotomia entre a esfera pública e privada.

Na virada do milênio, as vidas de homens e mulheres estão se tornando ‘mais semelhantes’, pelo menos para os mais favorecidos. Para os privilegiados, a maioria das profissões são neutras em termos de gênero, e mulheres e homens são rotineiramente empregados nas mesmas profissões, desfrutam das mesmas atividades

⁵ *Estou trabalhando a ideia de “pós-segunda onda” como depois da segunda onda do feminismo, ou como resultado da segunda onda. Não estou empregando o sentido de vivemos em um contexto pós-feminista, em que todos os problemas de gênero foram resolvidos.*

de lazer e se envolvem em rituais semelhantes de autocuidado (KIMMEL; HOLLER, 2011, p. 20).

De fato, a vida das mulheres não mães está cada vez mais semelhante com as dos homens. Mas O'Reilly (2016) alerta que a subjetividade das mulheres contemporâneas é experimentada como uma divisão entre os ganhos recentes como mulher sem encargos – mulheres sem filhos – e as antigas expectativas de gênero quando as mulheres se tornam mães⁶. Para a autora, vivemos em um mundo onde as mulheres crescem com novas expectativas sobre o que significa ser mulher, observando uma semelhança tangível e real com os homens, ao mesmo tempo, em que as problemáticas opressivas de gênero conectadas a vida familiar permanecem. Ou seja, as antigas suposições de gênero só aparecem após a maternidade.

Embora a segunda onda tenha aberto acessos educacionais e profissionais para mulheres, pelo menos às privilegiadas, a responsabilidade primária de cuidar e criar os filhos ainda é feminina. Segundo Hishman (2006), a atribuição do trabalho do cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas alcança as mulheres de todas as classes sociais. Crittenden mostra que a responsabilidade do cuidado e criação dos filhos aparecem mesmo naqueles casais que compartilham as tarefas domésticas antes da chegada dos filhos. Segundo a autora, “antes da chegada do primeiro filho, os casais tendem a dividir igualmente as tarefas domésticas. Mas algo sobre um bebê encoraja o ressurgimento dos papéis de gênero tradicionais” (CRITTENDEN, 2001, p. 25). Ou seja, até mesmo uma mulher envolta numa bolha de privilégios enfrenta as discriminações de gênero ao se tornar mãe.

Muitas mudam a forma de encarar a política após se tornarem mães porque é no papel materno que as desigualdades de gênero se exibem mais claramente para mulher (Alana FONTENELLE, 2023). Afinal, toda a socialização de gênero é feita para manter as mães dentro da esfera privada, cumprindo esse papel do cuidado, para que o homem-pai continue participando da esfera pública mesmo após o nascimento dos filhos. Então essas mulheres, que antes da maternidade se acostumaram com uma vida mais igual, se veem diante de um dilema pós maternidade, que O'Reilly (2016) chama de subjetividade dividida. Tal dilema leva algumas dessas mulheres a questionar padrões comportamentais e até visão política.

⁶ Especialmente para mulheres de classe média com privilégios de classe, raça e sexualidade.

Segundo O'Reilly, o resultado dessa subjetividade dividida pós-segunda onda é a emergência de uma nova configuração familiar, as famílias neotradicionais, que segundo a autora:

Parecem ser novas e até mesmo progressistas, porque muitas famílias heterossexuais contemporâneas e privilegiadas têm tanto uma mãe quanto um pai com educação e profissão. No entanto, essa configuração familiar continua problemática, pois os fundamentos básicos dos papéis e responsabilidades familiares pré-segunda onda ainda persistem quando os filhos chegam: as mães continuam sendo as principais cuidadoras das crianças nesse “novo” tipo de família (O'REILLY, 2016, p. 44).

Ou seja, ainda que mulheres tenham tido benefícios reais após a segunda onda do feminismo, quando se tornam mães elas adotam as configurações familiares neotradicionais que atribuem a elas as responsabilidades do cuidado com os filhos e com os afazeres domésticos, enquanto essas mesmas mulheres ainda mantêm os seus empregos. Surge assim uma segunda tensão, que exige que as mulheres atendam simultaneamente às demandas intensivas das novas exigências da maternidade, que esperam uma atenção total a todas as dimensões do desenvolvimento da criança, com grande dispêndio de energia, tempo e recursos, ao mesmo tempo em que atendem às normas e expectativas intensivas e exigentes de carreiras profissionais.

Essa abordagem intensiva coloca a criança no centro, relegando a variável "mãe" a um papel secundário. Essa dinâmica é evidente nos conflitos entre maternidade e trabalho assalariado, demonstrando que esses dilemas têm raízes estruturais, ligadas à crença arraigada de que a criação dos filhos é uma responsabilidade feminina e pertence à esfera privada, enquanto o trabalho é uma atividade pública.

É nessa lógica de maternidade que as parlamentares que serão analisadas estão inseridas, são mulheres que chegaram ao espaço público, mas nas construções de suas imagens ainda trabalham os ideais maternos patriarcais – e nesse sentido o Instagram é uma ferramenta que permite uma grande liberdade de criação de imagens.

Segundo dados do relatório da *We Are Social* em parceria *Hootsuite* de 2022⁷, o Instagram já é a terceira rede social mais utilizada do Brasil, ficando atrás somente do Facebook e do Youtube. Vale ressaltar que o Instagram é, entre as redes sociais mais relevantes, a mais recente, e passa a ter uma relevância política mais firme a partir das eleições de 2016. Ainda

⁷ Disponível em <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2022-april-global-statshot-report-apr-2022-v01>

assim, se consolidou no mercado político como peça fundamental para a estratégia de humanização e aproximação com o eleitor. Um outro aspecto importante é que o Instagram é uma rede essencialmente visual, com especificidades que criam um espaço fértil para construção de imagem ao longo prazo, o que colabora para compreendermos como a maternidade será capitalizada pelas políticas analisadas.

A capacidade da mídia eletrônica de entrar na casa e no cotidiano das pessoas, além do uso de uma linguagem audiovisual que priorizava essa sensação de presença e proximidade, possibilitou que os agentes políticos que se comunicassem com os seus eleitores de forma íntima, como se fossem familiares e amigos (THOMPSON, 2002). Isso permitiu o desenvolvimento de estratégias de comunicação política centradas em mostrar o candidato de formas mais íntimas e próximas (close-ups, formatos que remetessem ao campo da interação face a face, como entrevistas etc.). Essa estratégia é denominada de estratégia de humanização.

O sucesso desta estratégia de humanização na política faz parte de um processo de descrença do cidadão com o político tradicional, mas ele é um passo seguinte ao processo de personalização da política. A busca por “humanizar” o político faz parte de uma tendência mais ampla, a personalização da política. O processo de humanização seria quase um desdobramento da democracia de público. Embora a estratégia de humanização já pudesse ser observada desde o início do século passado, atualmente ela atingiu uma profundidade maior. Há uma rejeição dos políticos, cada vez mais percebidos como integrantes de elites distantes das preocupações dos cidadãos, o que levou alguns autores a falar de uma era de antipolítica, o que explicaria a insistência das equipes de campanha em apresentar o candidato como uma “pessoa normal do povo” em oposição à ideia de um “político profissional”.

É nesse contexto de desconfiança em relação aos agentes políticos que as redes sociais surgem como ferramentas muito úteis, para aproximar os políticos dos cidadãos e graças a três fatores, trazendo uma autenticidade a essa humanização, como observam David Selva-Ruiz e Lucía Caro-Castaño (2017): o primeiro é a desintermediação da mídia tradicional, que fomenta a percepção de acesso à política. Com as redes sociais o cidadão tem a sensação de que a política está próxima e acessível. O segundo ponto é a “audiovisualização” da política. Com um celular na mão e redes sociais ativas, todas as etapas e o dia a dia da política tornam-se acessíveis ao público. O terceiro e último ponto é a mesclagem dos espaços públicos e privados que ocorre nas plataformas de rede sociais.

Esses fatores fortalecem a percepção de que as redes sociais são canais midiáticos mais pessoais, próximos e autênticos que os meios de comunicação de massa. Isso leva os agentes

políticos a incorporarem nas suas estratégias midiáticas nas redes sociais materiais que antes eram típicos da esfera privada, recorrendo a uma retórica de espontaneidade, mostrando a pessoa humana por trás do político, os bastidores, cenas da vida privada.

O Instagram, com todas as suas características, se encaixa perfeitamente na ideia de humanização. Ainda que o Instagram já seja hoje a terceira Rede Social mais utilizada no Brasil, a literatura acerca da relação entre o Instagram e a comunicação política nacional ainda é muito reduzida. O Instagram é uma rede essencialmente visual e móvel (a publicação via computador ainda é restrita), se comparado com o Facebook e o Twitter que são plataformas muito mais textuais, que possuem acesso total das funcionalidades tanto pelos dispositivos móveis como pelo computador. Selva-Ruiz e Caro-Castaño (2017) destacam que por ter essa essência voltada a imagem o Instagram “favorece em seu desenho de interação a percepção de mobilidade, instantaneidade e autenticidade na comunicação visual” (SELVA-RUIZ, CARO-CASTAÑO, 2017, p. 904).

A imagem de um agente político desempenha um papel crucial em sua estratégia de comunicação, influenciando percepções públicas sobre sua honestidade, simpatia, sinceridade, confiança e inteligência. As imagens são essenciais na comunicação política, podendo criar um impacto emocional, apelar ao lado sentimental e estabelecer símbolos identitários quando cuidadosamente elaboradas. Aspectos como iluminação, expressão facial, plano de fundo e cenário são controlados para moldar a opinião pública. As imagens constroem reputações e são formadas a partir de impressões visuais comunicadas pela presença física do político, aparições na mídia e experiências registradas. Multidões ajudam a mostrar a popularidade e o apoio de um candidato, contribuindo para uma boa reputação. No passado, a televisão era crucial para humanizar o candidato, mas hoje o Instagram amplia essa estratégia de comunicação.

É na esfera privada que se julga que a autenticidade do indivíduo é revelada, ou seja, a essência das pessoas se apresentaria nos espaços íntimos. E tanto políticos como celebridades expõem suas vidas íntimas como estratégia de se conectar com o público e mostrar autenticidade. Tendo isso em mente, uma rede social que use fotografias e imagens tem uma larga vantagem. Tanto imagens como fotografias passam por ser um retrato muito próximo da realidade de parte de um acontecimento real. Aliado a isso temos a modernização dos aparelhos celulares, que começaram a ir para o mercado com câmeras e editores de vídeo cada vez melhores. Tudo isso teria resultado na promoção de um sentido de não mediação na comunicação visual e audiovisual dos usuários, o que reforçaria o surgimento de um fenômeno de “ambiente compartilhado” (KAPLAN; HAENLEIN, 2010), onde a publicação de detalhes

do cotidiano dos usuários contribui para fomentar a proximidade e o sentido de acesso à vida dos outros.

A maternidade é o símbolo maior da vida privada. E na política ela traz ônus e bônus para a imagem. Quando a maternidade é apresentada na estratégia de comunicação de um agente político ela traz a humanidade, facilmente alcançando com o eleitor um “ambiente compartilhado”, porque a realidade materna está no cotidiano da vida privada e é facilmente reconhecida pela grande maioria das pessoas. Por outro lado, quando a maternidade é reivindicada como bandeira política ela pode colocar esse agente em lugar de desvantagem, por não ser um assunto considerado de primeira ordem, pode trazer uma imagem de fragilidade para esse agente político.

Mães de Instagram

Sara Ruddick aponta que as mães são sempre policiadas pelo “olhar dos outros” e assim elas “abandonam a autoridade para os outros, e perdem a confiança em seus próprios valores” (RUDDICK, 1989, p. 111). Esse policiamento pelo “olhar do outro” faz com que mães se preocupem e passem a “dar satisfação” sobre seu maternar, ao mesmo tempo que abre espaço para que terceiros questionem sobre a sua maternidade. Relacionando esse posicionamento com o novo ambiente comunicacional, temos o seguinte cenário: uma hipereposição nas redes sociais, em que na política se espera estratégias de comunicação que mostrem mais intimidade, um candidato mais acessível e próximo do seu eleitor. Alia-se isso ao fortalecimento de valores conservadores - tais como a família patriarcal. Temos aí uma possível explicação do porquê, de 2018 para cá, observarmos que a maioria das atrizes políticas começaram a expor as suas maternidades, coisa que antes não acontecia. Fontenelle (2023) faz um levantamento de todas as parlamentares que eram mães (Câmara e Senado Federal). Das 91 parlamentares⁸, 31 eram mães, mas dessas apenas três não indicaram na biografia do Instagram a sua maternidade. O questionamento que surge é se esse movimento de exhibir a maternidade também não é uma forma de “dar satisfação”, uma maneira de dizer “eu estou aqui fazendo política, mas eu ainda estou cumprindo meu papel de boa mãe” e não necessariamente mostrar que a maternidade é algo que deve ser discutido de forma política (Fontenelle, 2023).

⁸ *Estamos nos referindo à 55ª legislatura.*

O Instagram é uma das redes sociais mais populares no Brasil, com quase 135 milhões de usuários ficando atrás apenas do YouTube. Sua relevância política cresce desde as eleições de 2016, consolidando-se como peça-chave na humanização e aproximação dos políticos com o eleitorado. Sua natureza visual facilita a construção de imagem a longo prazo, o que influencia a forma como a maternidade é explorada politicamente.

Diferente de outras redes, o Instagram simula a exposição da vida privada, permitindo que políticos e celebridades compartilhem momentos íntimos para reforçar autenticidade e proximidade com o público. Fotografias e vídeos geram um efeito de "não mediação", criando um "ambiente compartilhado" (KAPLAN; HAENLEIN, 2010), onde a publicação de detalhes cotidianos intensifica a sensação de acesso à vida alheia. A modernização dos celulares, com câmeras e editores de vídeo avançados, amplifica essa dinâmica.

A mídia eletrônica, ao adentrar o cotidiano das pessoas, favorece a comunicação política íntima, aproximando candidatos do público como se fossem familiares ou amigos (THOMPSON, 2002). Isso fortalece a estratégia de humanização, que, inserida em um cenário de descrença nos políticos tradicionais, busca retratá-los como "pessoas comuns". Esse processo se insere em uma tendência mais ampla de personalização da política e da chamada era da antipolítica.

As redes sociais tornam-se essenciais para essa humanização por três fatores (SELVA-RUIZ; CARO-CASTAÑO, 2017): desintermediação da mídia tradicional, percepção de acesso ao dia a dia da política e fusão entre espaços públicos e privados. Esse contexto leva políticos a incorporarem elementos da esfera privada em suas campanhas, recorrendo à retórica da espontaneidade. O Instagram, por ser essencialmente visual e móvel, favorece a percepção de mobilidade, instantaneidade e autenticidade na comunicação (SELVA-RUIZ; CARO-CASTAÑO, 2017).

A imagem de um político impacta sua reputação, influenciando atributos como honestidade e simpatia. Elementos como iluminação, expressões faciais e cenários são cuidadosamente controlados para moldar a opinião pública. No passado, a televisão desempenhava esse papel de humanização, mas hoje o Instagram potencializa essa estratégia.

A esfera privada é vista como o espaço onde a autenticidade se manifesta, tornando a exposição da vida íntima uma ferramenta poderosa. A maternidade, como símbolo máximo da vida privada, carrega vantagens e desafios na política. Enquanto reforça a humanidade do candidato e gera identificação, pode ser desvalorizada como pauta secundária ou associada à fragilidade. As candidatas com filhos pequenos destacam-se mais nessa estratégia, pois a

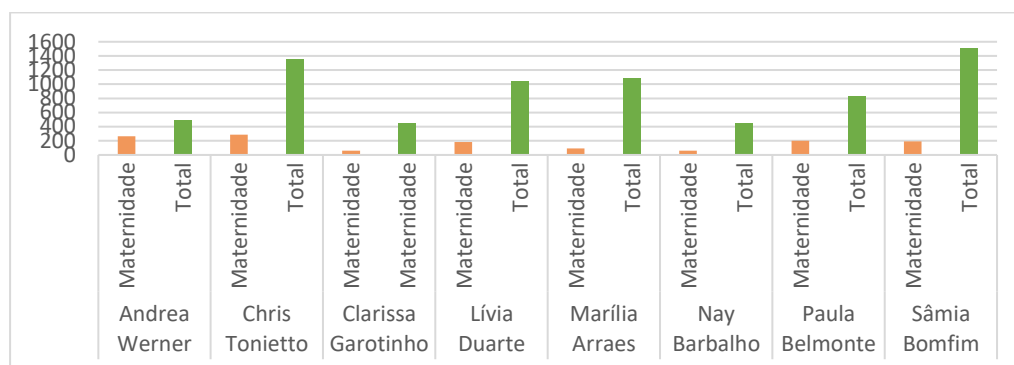
primeira infância demanda maior envolvimento materno. A partir dos quatro anos, quando as crianças ingressam na escola, a percepção de dependência e cuidado materno se transforma, influenciando a narrativa política.

As candidatas que mais se destacam nessa categoria são as que têm filhos pequenos. Elas aparecem mais com eles porque é durante a primeira infância que os filhos são mais dependentes de cuidado. A figura prototípica da “mãe” é a mulher com uma criança no colo, isto é, com um filho pequeno. É nesse período, portanto, que a maternidade exige mais das mulheres em termos do trabalho que representa o cuidado. A partir dos quatro anos, as crianças vão, segundo a lei brasileira, obrigatoriamente para a escola. Então, as mulheres passam a ter uma ajuda institucional, os filhos ganham mais autonomia e passam a ser vistos pela sociedade como seres mais independentes. Paula Belmonte, mãe de seis, apesar de ter uma pauta toda voltada para crianças e fazer muita referência à própria maternidade, usou pouco os filhos como adereços de campanha. O filho mais novo de Belmonte tinha quatro anos no período analisado. Mesmo sem usar os filhos, suas postagens estavam sempre recheadas de crianças, mas estavam vinculadas às suas agendas.

Sentidos da maternidade

Ao todo, os oito perfis publicaram 7.183 postagens no período, das quais 1.338 – isto é, 18,6% - foram consideradas pertinentes à pesquisa. O Gráfico 1, abaixo, apresenta os dados por candidata. Enquanto Sâmia Bonfim (com 1505 postagens em todo o período) e Chris Tonietto (1346 postagens) se destacam como as mais ativas no Instagram, Clarissa Garotinho (447 postagens), Nay Barbalho (450 postagens) e Andrea Werner (493 postagens) estão muito atrás. Barbalho e Werner são as duas candidatas que não dispunham de mandato, o que contribui para explicar essa menor presença delas na plataforma virtual. No caso de Garotinho, que já era deputada federal e, ademais, disputava um cargo majoritário (senadora), seria necessário buscar outras explicações. Vale destacar que mesmo as candidatas que são menos ativas têm em média uma postagem por dia – isso é importante porque marca a constância, que é fundamental nas redes sociais. Sem ela, o perfil perde visibilidade, diluído entre outros, e torna-se mais difícil a construção de uma imagem.

Gráfico 1 – Postagens totais por perfil. Fonte: elaborado pelas autoras.



#PraTodoMundoVer Gráfico de barras comparando a quantidade total de postagens feitas por cada candidato no Instagram ao longo do período analisado.

Levando em conta a proporção de postagens sobre maternidade, as diferenças também são importantes. Duas candidatas se destacam. Chris Tonietto é quem mais postou sobre maternidade – mas, como o volume de postagens em seu perfil é muito grande, tem apenas o terceiro maior percentual entre as oito candidatas, como pode ser observado na Tabela 1 e Andrea Werner. As duas possuem pautas bem focadas: Tonietto no seu embate antifeminista e pró-vida e Werner voltada a pautas em favor das pessoas atípicas e neurodiversas.

Tabela 1: Postagens sobre maternidade, por perfil

perfil	total de postagens sobre maternidade	% sobre o total de postagens da candidata
Chris Tonietto	285	21,2%
Andrea Werner	263	53,3%
Paula Belmonte	202	24,5%
Sâmia Bonfim	193	12,8%
Lívia Duarte	181	17,5%
Marília Arraes	92	8,5%
Clarissa Garotinho	62	13,9%
Nay Barbalho	60	13,3%

. Fonte: elaborado pelas autoras. #PraTodoMundoVer Tabela comparando a quantidade absoluta e percentual de postagens sobre maternidade feitas por cada candidato no total de suas postagens.

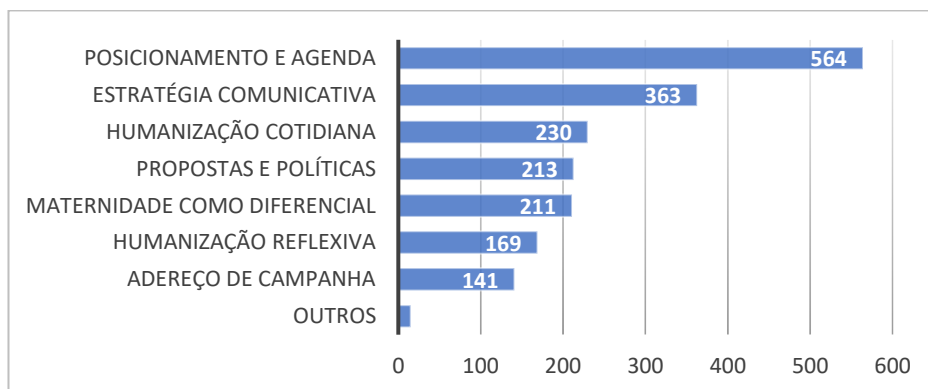
Para compreender como a maternidade estava sendo mobilizada pelas candidatas foram criadas oito categorias centrais, com essa classificação, quantificamos o volume e a frequência com que determinado uso da maternidade aparece nas estratégias de cada agente político. Temos assim:

- 1) Humanização: Intimidade e cotidiano
- 2) Humanização: Intimidade cotidiano reflexiva
- 3) Filho como adereço de campanha
- 4) Posicionamento político: Maternidade como diferencial político
- 5) Posicionamento Político: Agenda
- 6) Propostas ou políticas
- 7) Estratégia comunicativa: Promoção e engajamento/biscoitagem
- 8) Outros

O Gráfico 2, mostra a disposição das categorias. O sentido predominante, durante todo o período analisado, foi o de “Posicionamento Político: Agenda”, era esperado que essa categoria tivesse destaque, pois é nela que as candidatas se posicionam sobre suas pautas. E o posicionamento é necessário dentro do processo de criação e fixação de uma identidade. Em relação a esta categoria encontramos dois tipos de comportamentos entre as candidatas, comportamento *fire alarm* e *police patrol*⁹. Onde *fire alarm* seria um comportamento reativo que aproveita algum tipo de evento para tratar um assunto. Esse evento pode ser uma data comemorativa, uma notícia de grande repercussão ou algum outro acontecimento. Elas têm pautas diversas e não se focam exclusivamente em um único tema. Já as candidatas com comportamento *police patrol* são aquelas que têm um assunto focado e o abordam de maneira muito mais constante. Elas não esperam por eventos para colocá-los em pauta e, portanto, têm uma atitude pró-ativa (FONTENELLE, 2023).

⁹ As ideias de *fire alarm* e *police patrol* foram retiradas do trabalho de Mathew D. McCubbins e Thomas Schwartz (1984), em que esses modelos foram desenvolvidos para entender como o congresso lidava com a supervisão das ações do Poder Executivo

Gráfico 2 - Sentido geral das postagens sobre maternidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras. #PraTodoMundoVer Gráfico mostrando a distribuição das postagens sobre maternidade segundo diferentes categorias analíticas, como humanização, posicionamento político e estratégias de comunicação.

Das oito candidatas analisadas, apenas duas tinham o comportamento *police patrol*: Andrea Werner e Chris Tonietto. Das 281 postagens (ver Tabela 1) de Tonietto, 73% delas foram para se posicionar sobre algum tema. 66% dos assuntos que ela levantava referiam-se à sua bandeira “pró-vida”, contra o aborto.

Andrea Werner também usou sua conta no Instagram prioritariamente para se posicionar. Das suas postagens, 56,7% foram para se posicionar em relação a algum tema e 22,1% foram para fazer propostas. O tema central, tanto dos posicionamentos quanto das propostas, era algo relacionado à causa da família ou da pessoa com deficiência.

Para consolidar marcas no meio digital, as abordagens “*police patrol*” e “*fire alarm*” são essenciais. Ficar atento aos eventos atuais e participar das tendências do momento é crucial para o engajamento nas redes e para alcançar novos públicos. A constância no comportamento “*police patrol*” é necessária para se tornar referência em algum tema. Durante o período analisado, um caso de estupro de uma menina de 11 anos que teve seu direito ao aborto negado por uma juíza em Santa Catarina ilustrou a combinação eficaz dessas abordagens. Isso resultou em um aumento significativo nas discussões sobre “Direito ao aborto e à maternidade” e “Pró-vida”, impulsionadas por candidatas Chris Tonietto e Sâmia Bonfim, aproveitando a visibilidade do caso.

Dois categorias foram criadas para quando a maternidade estava sendo usada para humanização: “Humanização: intimidade cotidiana” e “Humanização: intimidade reflexiva”. Elas aparecem em terceiro (12%) e sexto lugares (8,9%) no sentido geral das postagens (Gráfico 2), menos do que era esperado, já que foram analisadas postagens voltadas apenas para a maternidade. Nessas duas categorias tínhamos postagens que tentam usar a maternidade para

trazer o “ambiente compartilhado”¹⁰. Na categoria “Humanização: intimidade cotidiana” se encontravam os posts que remetem a um momento de intimidade, bem próximo do “genuíno” do que uma pessoa comum postaria, como se fosse o perfil no Instagram de uma mulher qualquer, que gosta de mostrar aos amigos como estão seus filhos. Já na “Humanização: intimidade reflexiva” foram agrupadas as postagens em que já existe algum tipo de reflexão sobre o que significa o cotidiano do maternar, sobre suas implicações para as mulheres, as famílias ou a sociedade em geral, sendo ela de caráter diretamente político ou não.

Tabela 2- Categoria Sentido Geral por candidata.

	humanização: intimidade cotidiana	humanização: intimidade reflexiva	maternidade como diferencial	agenda	propostas e políticas	estratégia de comunicação	filho como adereço de campanha	outro
Andrea Werner	30	49	52	149	58	61	3	11
Clarissa Garotinho	20	6	14	10	16	8	4	1
Chris Tonietto	15	7	15	209	40	62	28	0
Livia Duarte	42	28	43	38	29	57	34	0
Marília Arraes	32	23	22	14	5	20	18	0
Nay Barbalho	15	10	17	14	13	14	5	0
Paula Belmonte	17	18	25	71	43	94	8	2
Sâmia Bonfim	59	28	23	59	9	47	41	1
total	230	169	211	564	213	363	141	15

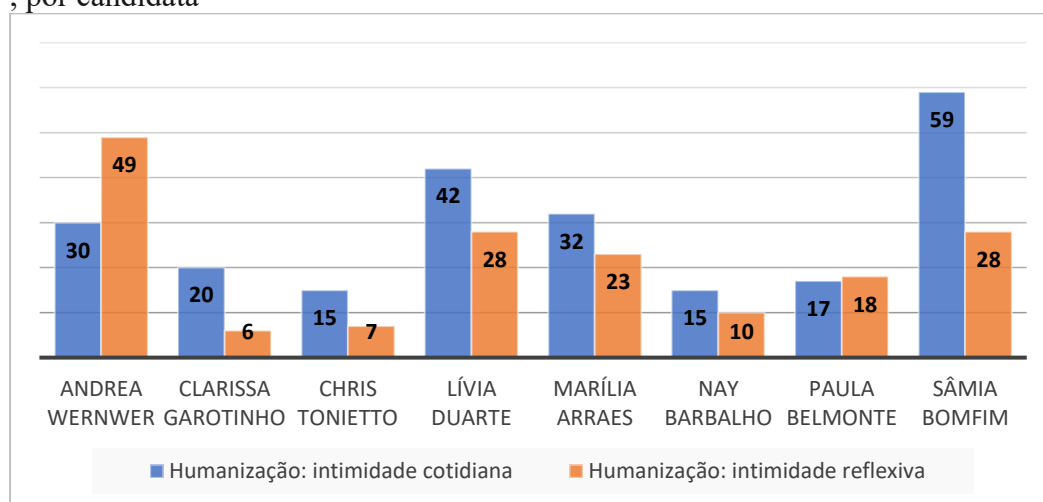
Fonte: elaborado pelas autoras. #PraTodoMundoVer Tabela apresentando a quantidade de postagens em cada categoria analítica para cada candidatura.

No Gráfico 3, encontramos os dados isolados das categorias “Humanização: intimidade cotidiana” e “Humanização: intimidade reflexiva”. Ele nos mostra que as candidatas que mais aparecem com postagens na categoria “Humanização: intimidade cotidiana” são Sâmia Bonfim (26%), seguida de Livia Duarte com 18%. Na categoria “Humanização: intimidade reflexiva”, Andrea Werner aparece em primeiro lugar, com 29% das postagens dessa categoria, seguida por Livia Duarte e Sâmia Bonfim, ambas empatadas em segundo lugar com 17%. Vale ressaltar

¹⁰ O conceito de “ambiente compartilhado”, fala sobre o sentimento de proximidade que se tem pelo excesso de compartilhamento de momentos do cotidiano. O termo será mais bem desenvolvido na seção dedicada ao Instagram

que, na categoria “Humanização: intimidade cotidiana”, Werner aparecia em quarto lugar. Isso revela muito sobre a estratégia que Werner escolheu usar em suas redes sociais. Mesmo mostrando momentos de intimidade, ela opta por fazer reflexões sobre sua maternidade atípica. Isso demonstra a forma como Werner utiliza suas postagens pessoais para “construir” uma conexão em relação à maternidade atípica. Ou seja, com relatos pessoais ela mostra que se conecta com seus eleitores.

Gráfico 3 - Categorias “Humanização Intimidade Cotidiana” e “Humanização intimidade reflexiva”, por candidata



Fonte: Elaborado pelas autoras. #PraTodoMundoVer Gráfico comparando a quantidade de mensagens que tratam da maternidade de forma cotidiana e reflexiva entre as diferentes candidaturas.

Para compreender o peso da humanização para as candidatas é preciso olhar o contexto geral, pois mesmo Werner aparecendo em primeiro lugar na categoria “Humanização: intimidade reflexiva”, essa categoria fica em quinto lugar no quadro geral, como pode ser observada no Gráfico 2. Já Sâmia Bonfim e Livia Duarte realmente usaram muito a sua maternidade para humanizar seus perfis. Aqui é importante ressaltar que como foram analisadas só as postagens que falavam de maternidade, não podemos dizer que a estratégia geral das duas candidatas no Instagram era a humanização de suas personas políticas.

Se levarmos em consideração o volume de postagens postadas (dados disponíveis na Tabela 1), Chris Tonietto aparece em primeiro lugar, com 285 posts falando sobre maternidade – surpreende que só 6% de suas postagens sejam destinadas à humanização, seja cotidiana ou reflexiva. Surpreende até compreender que o seu objetivo com a maternidade é reforçar e sempre sua agenda anti-feminista e pró-vida.

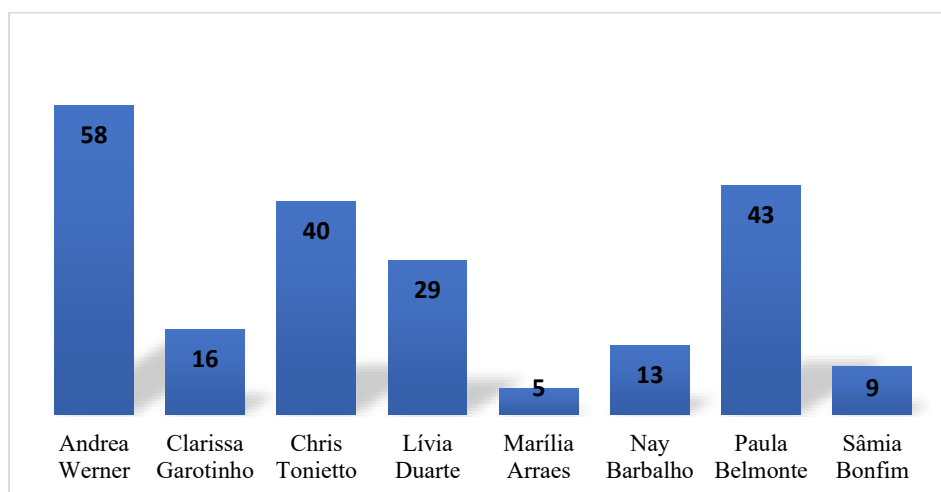
Dentro do conceito de “ambiente compartilhado”, a categoria “Filhos como adereços de campanha” inclui postagens em que os filhos aparecem sem que a maternidade seja o tema central. Nessas situações, as agentes políticas estão em compromissos de mandato e levam os filhos consigo, reforçando a imagem de mães comuns, que conciliam trabalho e cuidados.

A presença de crianças em espaços políticos era rara, mas a mobilização da maternidade pelas candidatas mudou esse cenário. Ao levarem os filhos para esses ambientes, buscam transmitir duas ideias principais. A primeira é a reafirmação do cumprimento do papel materno. Entre as candidatas de direita, como Chris Tonietto, a maternidade é exibida em eventos não relacionados ao tema para reforçar que ser mãe não impede a mulher de exercer suas funções, o que fortalece sua agenda antifeminista e pró-vida. Já candidatas de esquerda, como Sâmia Bonfim e Lívia Duarte, demonstram que, mesmo sendo mães ativas, continuam lutando por suas causas políticas. Em uma postagem de 2022, Sâmia Bonfim destacou essa visão ao afirmar que, apesar de estar de licença-maternidade, fez questão de comparecer a um evento porque seu filho nasceu em um contexto de crise política e social, e que ela não permitiria que o país se tornasse uma ditadura.

A segunda ideia está vinculada à empatia. Ao mostrar os filhos em suas rotinas de trabalho, as candidatas estão comunicando que entendem a realidade das mães em geral, porque, mesmo sendo agentes políticas, também vivenciam essa realidade. São mulheres como todas as outras. Além disso, é preciso lembrar que a maternidade é um tema que alcança um grande público. Então, mesmo que você não seja mãe, a maternidade é um assunto próximo

Foi criada a categoria “Propostas e políticas” para saber se a mobilização da maternidade tinha o objetivo de trabalhar a maternidade de forma política. Das oito categorias centrais criadas, ela aparece em quarto lugar, representando apenas 11,2% dos casos, o que demonstra que o foco ao falar de maternidade não foi o de propor e discutir propostas de políticas públicas.

Gráfico 4 - Propostas e políticas por candidate.



Fonte: elaborado pelas autoras. #PraTodoMundoVer Gráfico de barras mostrando a quantidade de mensagens que abordaram propostas ou políticas públicas ligadas à maternidade.

As propostas mais recorrentes estão ligadas às crianças. A maternidade é um fenômeno relacional, em que só existe uma mãe diante da relação com o filho, portanto, se eu promovo projetos políticos voltados às crianças eu afeto as mães. Mas as propostas que estão diretamente voltadas às mulheres são bem menos frequentes. Isso me diz que, ao se pensar em maternidade, se olha sempre para as crianças e muito menos para as mães. Questões como, trabalho, renda, divisão das responsabilidades parentais, que são questões da maternidade mais vinculadas à mulher, chegam no máximo a 2%. Mesmo ao fazer propostas vinculadas à maternidade, os filhos são a prioridade número 1.

A categoria “Filhos como adereços de campanha” abrange postagens em que candidatas aparecem com seus filhos sem que a maternidade seja o tema central. Nessas situações, elas conciliam trabalho e cuidados, reforçando sua imagem de mães comuns. Esse fenômeno reflete mudanças na presença de crianças em espaços políticos, que antes eram raras. Ao levar os filhos, as candidatas buscam reafirmar seu papel materno e gerar empatia com eleitoras. Entre candidatas de direita, como Chris Tonietto, a maternidade é exibida para reforçar sua agenda antifeminista e pró-vida. Já entre candidatas de esquerda, como Sâmia Bonfim e Livia Duarte, a presença dos filhos comunica compromisso com suas causas políticas.

Todas as candidatas analisadas mobilizaram suas maternidades, ainda que em intensidades diferentes. A categoria “Posicionamento político: maternidade como diferencial” reuniu postagens em que as candidatas exploraram diretamente a maternidade como um elemento que fortalece sua atuação política. Marília Arraes, por exemplo, afirmou que ser mãe a fez mais consciente das desigualdades de gênero. Livia Duarte destacou que a maternidade

revelou problemas sociais que antes lhe passavam despercebidos. Sâmia Bonfim disse que a chegada de seu filho transformou sua visão de futuro e reforçou seu propósito de luta.

Essa forma de encarar a maternidade está ligada à maneira como pensamento do feminismo matricêntrico observa a maternidade, como um fenômeno social, cultural e político que desloca a mulher dentro da estrutura social a colocando de frente a diversas questões sociais. As candidatas estão se referindo a esse deslocamento quando falam da mudança de perspectiva que a maternidade traz.

A teoria feminista matricêntrica encara a maternidade como uma prática que está na base da identidade feminina. Portanto, as mulheres, ao serem deslocadas para o papel social de mãe, passam a entender essa prática materna e, em um olhar crítico como nas postagens, percebem os problemas ligados a essas práticas. Tal postulação é diferente da visão maternalista para a qual a maternidade, natural para todas as mães, liberaria habilidades que podem ser positivas para a política.

A categoria “Posicionamento político: maternidade como diferencial” foi a quinta categoria com maior incidência, a quinta de oito categorias. Confessamos que, ao iniciar esse trabalho, acreditava que com um recorte que foca em postagens sobre maternidade essa categoria seria mais relevante.

A categoria “Estratégia comunicativa: promoção de engajamento/ biscoitagem “. Nessa categoria colocamos todas as postagens que tinham em sua base alguma estratégia de engajamento e interação. Foram colocadas nessa categoria também postagens com caráter mais divertido, que reproduziam memes e trends. Essa foi a categoria com segunda maior incidência. Normalmente, nessa categoria vemos um conteúdo mais leve que falam sobre maternidade, mas que têm uma intenção interativa e engraçada. Esse tipo de conteúdo gera entretenimento, são uma pausa agradável dentro de pautas que podem ser pesadas. Conteúdos leves frequentemente geram engajamento e compartilhamento, o que pode levar à construção de conexões sociais. Eles auxiliam na diversidade dos conteúdos, para que a página do candidato não fique só com o peso da discussão política.

As mães do Instagram

Chris Tonietto, deputada federal pelo Rio de Janeiro (PL), foi reeleita com forte viés conservador e antifeminista. Advogada e mãe de uma criança de dois anos, destaca-se pela

defesa da pauta pró-vida e pela oposição ao aborto. Suas postagens frequentemente incluem efemérides católicas, além de conteúdo político alinhado à sua ideologia.

Andrea Werner, a candidata que mais abordou a maternidade, dedicou mais da metade de suas postagens ao tema, especialmente à maternidade atípica. Combinou relatos pessoais com conteúdos educativos e políticos voltados aos direitos das pessoas com deficiência, principal eixo de sua atuação.

Paula Belmonte, administradora e mãe de seis filhos, enfatizou a infância como tema central de sua campanha. Eleita deputada federal pelo Cidadania-DF, associou sua maternidade à defesa da transparência e da fiscalização de recursos públicos. Embora abordasse a infância amplamente, seu discurso reforçava a maternidade como um diferencial político, evocando o maternalismo como atributo positivo na gestão pública.

Lívia Duarte, vereadora em Belém e candidata a deputada estadual pelo PSOL-PA, usou a maternidade para construir uma identidade política. Criou o conceito de "mãedata", associando o cuidado materno à atuação parlamentar. Suas postagens reforçavam um olhar feminista sobre a maternidade e sua relevância na formulação de políticas públicas.

Clarissa Garotinho, herdeira de um clã político do Rio de Janeiro, concorreu ao Senado sem sucesso. Mãe de um menino de seis anos, teve uma campanha pouco expressiva, focada em pautas conservadoras como a castração química para pedófilos e no apoio ao irmão Vladimir Garotinho, prefeito de Campos dos Goytacazes.

Nay Barbalho, mãe de três filhos, teve sua trajetória política influenciada pelo diagnóstico de autismo do caçula. Vinda de uma família tradicional da política paraense, coordenou a Secretaria Estadual de Políticas para o Autismo e usou sua experiência materna para reforçar sua credibilidade na causa. Diferente de Andrea Werner, sua abordagem foi menos frequente e mais institucional.

Sâmia Bonfim, deputada federal pelo PSOL-SP, tem forte militância feminista. Tornou-se mãe em 2021 e, durante a campanha de 2022, usou a maternidade como estratégia de humanização, sem centralizá-la como bandeira política. Seu perfil no Instagram manteve um leque amplo de pautas progressistas.

Marília Arraes, advinda de uma família tradicional na política pernambucana, disputou o governo do estado pelo Solidariedade. Mesmo tendo duas gestações durante o período analisado, pouco explorou a maternidade em sua campanha. Sua abordagem foi dividida entre momentos de humanização e a maternidade como diferencial político, argumentando que ser mãe a tornou uma política melhor.

Considerações finais

A maternidade tornou-se uma ferramenta política relevante, sendo utilizada de diferentes formas por candidatas às eleições de 2022. Algumas enfatizaram a humanização e aproximação com o eleitorado, enquanto outras a usaram para reforçar agendas conservadoras ou progressistas.

Apesar dessa visibilidade crescente, a maternidade ainda é mobilizada dentro de discursos tradicionais que priorizam o filho e reforçam o papel materno como natural e inquestionável. A presença de mães na política é um avanço, mas as tensões entre carreira e maternidade permanecem como desafios para a plena igualdade de gênero no espaço público.

Referências

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CHASE, Susan E.; ROGERS, Mary F. **Mothers & Children: Feminist Analysis and Personal Narratives**. Rutgers University Press, 2001.
- CRITTENDEN, Ann. *The Price of Motherhood: Why the Most Important Job the World Is Still the Least Valued*. Henry Holt and Company, 2001.
- CROWLEY, Helen. “Women and the domestic sphere”, em Stuart Hall *et al* (eds), **Modernity: an introduction to modern societies**. Malden: Blackwell., 2007
- FONTENELLE, Alana. *A maternidade é política: mobilização da maternidade por candidatas no instagram (2021-2022)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília, 2022
- HAYS, Sharon. **The Cultural Contradictions of Motherhood**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- HIRSHMAN, Linda R. *Get to Work: A Manifesto for Women of the World*. Viking, 2006.
- KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the World, Unite! The Challenges and Opportunities of Social Media. **Business Horizons**, nº 53, 2010, p. 59-68.
- KIMMEL, Michaels S.; HOLLER Jacqueline. *The Gendered Society, Canadian Edition*. Oxford University Press, 2011.
- KOLLONTAI, Akexandra. “Working woman and mother”. In: *Selected writings*. New York: Norton, 1977.

MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

MENDONÇA, Maria Collier de. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. **Revista Ártemis**, vol. XXXI, nº 1, 2021. p. 56-72.

MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021

NEWMAN, Bruce L. **The mass marketing of politics: democracy in na age of manufactured images**. Thousand Oaks: Sage, 1999.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008, p. 305-332.

O'REILLY, Andrea. Feminist Mothering. In: *Maternal Theories: Essential Readings*. (Org.) O'REILLY, Andrea. Toronto: Demeter Press, 2007. cap. 48. p.792-821.

O'REILLY, Andrea. Introduction. In: *Twenty-first Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency*. (Org.) O'REILLY, Andrea. New York: Columbia University Press, 2010. p.01-20

O'REILLY, Andrea. Outlaw(ing) Motherhood: A Theory and Politic of Maternal Empowerment for the Twenty- first Century. In: *Twenty-first Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency*. (Org.) O'REILLY, Andrea. New York: Columbia University Press, 2010. Part IV: Agency, cap.23, p.366-380

O'REILLY, Andrea. *Rocking the Cradle: Thoughts on Motherhood, Feminism and the Possibility of Empowered Mothering*. Toronto: Demeter Press, 2006

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism Theory, Activism, and Practice*. Toronto: Demeter Press, 2016

PARMELEE, John H.; ROMAN, Nataliya. Insta-Políticos: Motivations for Following Political Leaders on Instagram. **Social Media + Society**, vol. 1, nº 12, 2019, p. 1-12.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women: democracy, feminism, and political theory**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

RAMOS, Daniela Peixoto. **As mulheres e a política do dia a dia**. Brasília: Edições do Demodê, 2021.

RUDDICK, Sara. *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*. Beacon Press, 1989.

SELVA-RUIZ, David; CARO-CASTAÑO, Lucía. Uso de *Instagram* como medio de comunicación política por parte de los diputados españoles: la estrategia de humanización en la “vieja” y la “nueva” política”. **El profesional de la información**, v. 26, n. 5, pp. 903-915, 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, nº 16, 2001. p.137-150.

SCHILL, Dan. The Visual Image and the Political Image: A Review of Visual Communication Research in the Field of Political Communication. **Review of Communication**, v. 12, n. 2, p. 118– 142, abr. 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

FONTENELLE, Alana, TOSTES, Ana Letícia, e BARBOSA, Ana Karoline.
Mães de Instagram: mobilizações da maternidade por candidatas às eleições de 2022

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.**
Petrópolis: Vozes, 2002.

TAKŠEVA, Tatjana. Motherhood studies and feminist theory: elisions and interseptions.
Journal of the Motherhood Initiative, vol. 9, nº 1, 2018, p. 177-194.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

Submetido em: 15/03/2025

Aceito em: 14/04/2025

Interfaces comunicacionais amigáveis e gênero: um levantamento preliminar sobre a representação feminina das assistentes virtuais.

Friendly communication interfaces and gender: a preliminary survey on the female representation of virtual assistants.

Interfaces amigables de comunicación y género: una encuesta preliminar sobre la representación femenina de los asistentes virtuales.

Carolina Dantas de Figueiredo¹

Resumo: Este artigo discute a representação de gênero nas assistentes virtuais desenvolvidas pelas Big Techs a partir da percepção de que há performatividade de gênero nestas interfaces comunicacionais. Alerta-se, a partir disso, para os riscos de violência simbólica e física associados à representação feminina. Conclui-se que é ainda necessário desconstruir estereótipos de gênero nas interfaces de comunicação não humanas e, eventualmente, considerar alternativas mais éticas para interfaces amigáveis não antropomórficas.

Palavras-Chave: Assistentes virtuais; Comunicação; Gênero; Representação feminina.

Abstract: This article explores gender representation in virtual assistants developed by major tech companies, focusing on the perception of gender performativity in these interfaces. The discussion highlights the potential risks of both symbolic and physical violence linked to female representations. The conclusion emphasizes the continued need to deconstruct digital gender stereotypes and, ultimately, to explore alternatives featuring user-friendly, non-anthropomorphic interfaces.

Keywords: Virtual assistants; Communication; Gender; Female representation.

Resumen: Este artículo explora la representación de género en los asistentes virtuales desarrollados por grandes empresas tecnológicas, centrándose en la percepción de la performatividad de género en estas interfaces. La discusión destaca los riesgos potenciales de violencia simbólica y física asociados con la representación femenina. La conclusión subraya la necesidad continua de desconstruir los estereotipos de género digitales y, en última instancia, considerar alternativas que ofrezcan interfaces amigables y no antropomórficas.

Palabras clave: Asistentes virtuales; Comunicación; Género; Representación femenina.

¹ Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco e graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco. <https://orcid.org/0000-0001-6611-2038>. Email; carolina.figueiredo@ufpe.br.

Comunicação sujeito-máquina e as interfaces amigáveis

O presente artigo busca realizar um levantamento ainda preliminar e em caráter empírico das representações femininas naquilo que se convencionou chamar de assistentes virtuais. Ou antes, e já trazemos aqui um esclarecimento, faz-se aqui um apanhado geral das principais assistentes virtuais comerciais, a saber Alexa (Amazon), Cortana (Microsoft), Google Assistente (Google) e Siri (Apple) que operam por meio de voz realizando uma breve análise sobre essas interfaces comunicacionais serem exclusivamente, ou de forma prioritária, representadas por vozes que as identifiquem com o gênero feminino.

Nota-se, como se verá neste texto, que este recorte está relacionado à própria noção de amigável, partindo-se de um pressuposto geral de que as mulheres, por meio de uma construção social, seriam mais e subservientes do que os homens. Noção esta relacionada à forma como os papéis de gênero são percebidos e reforçados. Em termos metodológicos, esta pesquisa, sendo de caráter preliminar, concentrou-se em realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema que, por ser de certo modo recente, ainda está em construção e apresenta lacunas, que buscamos preencher aqui através do recorte proposto e observação do objeto, no caso as próprias assistentes virtuais, em caráter exploratório com abordagem qualitativa como propõem Jéssica Vieira e Renato Correa (2011) em estudo sobre essa temática.

Os dispositivos tecnológicos, em especial aqueles que utilizam softwares, dependem em grande parte de interfaces comunicacionais amigáveis para que a sua operação seja realizada pelo público em geral, composto majoritariamente por não especialistas. Efetivamente, o uso massivo de computadores só se torna possível a partir de meados dos anos de 1980 quando a Apple lança o Macintosh 128K. Além de ser um equipamento de menor do que os computadores disponíveis à época, a grande inovação do Macintosh 128K foi o investimento em *graphical user interfaces* (GUI), uma forma de interface de usuário que permite a interação direta com dispositivos eletrônicos através de ícones gráficos e indicadores visuais. Em 1990 a Windows, principal concorrente da Apple, depois de uma série de soluções de pouco sucesso comercial (o Windows 1.0 em 1985 e o Windows 2.0 em 1987) lança o Windows 3.x que estabelece o visual padrão de gerenciamento de arquivos que baseia o Windows até os dias atuais. Efetivamente, é a migração do padrão MS-DOS, que ainda exigia conhecimentos mínimos de programação, para a interface amigável do Windows, na qual todos os elementos são convertidos em ícones que remetem para elementos e objetos físicos facilmente identificáveis pelos usuários, que permite que os computadores pessoais sejam utilizados de forma ampla por sujeitos sem qualquer conhecimento de programação. Na verdade, cria-se aí um movimento

duplo, no qual, uma vez que ao ser prescindível o uso de programação para utilizar computadores, a linguagem de programação fica ainda mais restrita aos experts, o que por sua vez, torna o público totalmente dependente das interfaces amigáveis.

Em última instância é a interface que permite a comunicação entre usuários, dispositivos eletrônicos e softwares e, como decorrência, entre os próprios dispositivos, de forma automatizada, assim como entre diferentes sujeitos a partir dos dispositivos. Indo mais além, dentro da lógica ator-rede de Bruno Latour (2005), as interfaces são uma mediação necessária para as práticas comunicacionais no digital. A teoria ator-rede preconiza certa indiferença quanto à natureza dos componentes da rede mais, nos parece, porque os componentes simbólicos e culturais que fazem parte dela não são contemplados por Latour no momento em que ele apresenta seu desenho teórico-metodológico do que por qualquer outra coisa. De modo mais acurado e aqui complementar, Lucas Introna (2014) aponta que a ação dos objetos implica na formatação da percepção humana, definindo a realidade para conseqüente interpretação dos sujeitos, de maneira que os objetos implicam na forma como percebemos o mundo.

Diante das diversas operações que viabilizam o tráfego de dados entre máquinas e usuários e a própria abundância de informações produzidas e disponibilizadas a todo momento, a mediação por interfaces é absolutamente necessária para o acesso a dados de diversas naturezas naquilo que convencionamos chamar de Sociedade da Informação (Daniel BELL, 1973). Cabe, e já que falamos anteriormente do desenvolvimento de interfaces nos anos de 1980 e 1990, lembrar Manuel Castells (2003, p. 51) quando afirma que:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas aplicação desses conhecimentos e desta informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

Sobre as mediações Luli Radfahrer (2017) toma a Teoria das Mediações de Jesus Martín-Barbero como referência ainda válida nos debates epistemológicos a respeito do ambiente da comunicação, ou em redes interativas, termo utilizado pela autora. Para ela, a noção de mediação de Barbero coloca em xeque a de comunicação vertical, o que faz sentido especialmente nos ambientes virtuais, já que:

Organizadoras da percepção, tanto no plano da existência individual como na esfera da vida coletiva, serviços de socialização como *YouTube*, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e similares são muito mais persuasivos do que se apresentam em suas interfaces amigáveis e aplicativos multicoloridos. No contexto digital, elas são responsáveis por novas mediações culturais, deslocando boa parte das interações

personais antes realizadas em praça pública para um ambiente incorpóreo (RADFAHRER, 2007).

A mediação das interfaces amigáveis é então uma condição que se impôs, ao longo da história das mídias digitais, como necessária a emissão e recebimento de dados. As interfaces amigáveis permitem que as relações ator-rede se estabeleçam e que os agentes humanos se situem nos ambientes e interações digitais a partir de referenciais que são extra digitais, isto porque pertencem a imaginários que são anteriores ao digital, mas que também são moldados e reforçados por ele no contexto de organização da percepção ao qual Radfahrer (Ibidem) reporta. Cabe então tratarmos mais detalhadamente sobre em que implica amigável no cenário aqui estudado.

De modo bastante simples, uma interface amigável é o conjunto de sistemas operacionais e processos que permitem que os usuários se relacionem mais facilmente com ambientes e protocolos digitais. Em essência, são softwares que permitem que múltiplas operações aconteçam sem que o usuário tenha que atuar diretamente sobre cada uma delas, já que comprimem dados e linguagem de programação apresentando tais operações como imagem, texto e sons que sejam de alguma forma familiares para o actante. Neste sentido, como já mencionamos aqui, é comum que remetam a elementos que estão originalmente fora do digital e passíveis de serem apreendidos e interpretados pelos usuários como as janelas que representam o sistema de abas do Windows (o que é ancorado num referencial físico anterior ao digital), o símbolo do disquete utilizado para salvar arquivos em diversos sistemas operacionais (ancorado num objeto físico dos primórdios do uso de computadores, hoje desconhecido pelos usuários mais jovens) ou o símbolo de wi-fi (que remete à emissão de ondas de uma antena).

Nesses três exemplos e em tantos outros, como veremos também no que se refere às assistentes virtuais, há dois pontos essenciais para a nossa análise. O primeiro é que o imaginário do digital, sobre o qual as interfaces são elaboradas e se estabelecem, dialoga com o extra digital, com aquilo que é vivido antes e depois das experiências do digital. Porém, o digital cristaliza e reforça esses elementos, como sugere Introna (2014). Isso acontece no caso do símbolo do disquete, item há muito tornado obsoleto e ressignificado por gerações posteriores à suspensão do seu uso. O segundo ponto é que estamos, em última instância, tratando aqui de simulacro.

Para Jean Baudrillard (1991, p. 8) a simulação “é a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real”. No contexto baudrillardiano, o simulacro se refere a

representações ou cópias que não têm uma base que seja mais tangível. A realidade passa a ser composta por representações que não se referem mais a algo concreto, mas a outras representações num movimento contínuo. Esta noção, utilizada recorrentemente no campo da comunicação para explicar fenômenos do digital, é especialmente cara para a presente análise, uma vez que as interfaces amigáveis e, mais especificamente, as assistentes virtuais operam como simulacro. Explica-se: no sentido de facilitarem a usabilidade e a interação entre agentes humanos e maquínicos, e mesmo entre agentes humanos entre si quando é o caso, as assistentes virtuais simulam, e daí a referência a simulacro, comportamentos humanos. Baudrillard (Ibidem) argumenta que “o real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias, de modelos de comando” podendo ser reproduzido indefinidamente é, completa ele, “apenas operacional”. Tomaremos aqui o operacional de Baudrillard no mesmo sentido de Lev Manovich (2001) ao tratar da noção de operações.

Em termos gerais, as operações tratam das ações realizadas sobre dados e informações, permitindo manipulações dinâmicas e interativas dos elementos digitais. O autor (Ibidem) elenca cinco princípios de operações no digital: 1. numerização: transformação de todas as formas de mídia em dados numéricos, passíveis de processamento por computadores; 2. automação: a capacidade de automatizar processos de produção e manipulação de mídia, permitindo que os usuários realizem operações complexas de forma relativamente simples; 3. variabilidade: capacidade de criar múltiplas versões de uma obra digital, permitindo personalização e variação. 4. transcodificação: a capacidade de converter diferentes formatos de mídia em outros; 5. algoritmos: utilização de algoritmos para processar e transformar dados, influenciando a produção e experiência da mídia.

Embora essa categorização de Manovich tenha sido estudada diversas vezes em comunicação, destaca-se aqui a automação, na qual cabe a noção de interface. A automação e as interfaces como sua ponta visível permitem que os usuários deem *inputs* (entradas) e recebam *outputs* (respostas ou saída) como resultados de operações complexas, mas que são tornadas simples por interfaces amigáveis que muitas vezes são simulacros do próprio ser humano e dos objetos do seu entorno. Tomamos então as assistentes virtuais como simulacros que dão voz à processos automatizados ou antes a operações realizados a partir de inputs fornecidos pelos usuários, como veremos mais adiante.

Das operações às operadoras

Baudrillard (1991, p. 9) ao falar de simulacro enfatiza que na era da simulação ocorre a ressurreição artificial de todos os referenciais. “Já não se trata de uma substituição do real nos signos do real” (Ibidem), o que acaba por reforçar o próprio “real”, não num sentido de antagonismo do “virtual”, mas de materialidade. De modo a complementar o argumento que pretendemos construir aqui, Manovich destaca que as operações não são apenas técnicas, mas também expressivas, moldando as formas como percebemos e interagimos com a mídia. Em resumo, para Manovich, as operações são uma parte essencial da linguagem das novas mídias, moldando a produção, distribuição e consumo de conteúdo digital. Na prática, as assistentes virtuais são fruto de um sistema de dupla troca no qual escolhe-se como é representada a experiência do vivido no mundo “real” e, por outro lado, reforçam-se crenças e conceitos tanto no “virtual”, para onde se orientam, quanto no “real”. Alerta-se aqui que esta distinção entre real e virtual se aplica apenas para melhor construção dos argumentos deste texto, uma vez que não só o próprio conceito de simulacro dá conta do que pretendemos, como também real e virtual são pervasivos.

Alexa (Amazon), Cortana (Microsoft), Google Assistente (Google) e Siri (Apple) são assistentes virtuais, isto é, interfaces amigáveis que operam por meio de softwares que permitem aos usuários realizarem múltiplas tarefas de forma organizada e estruturada. São, softwares conversacionais que utilizam inteligências artificiais para interagirem com os usuários de forma responsiva por meio de comandos de voz (neste caso especificamente, mas outros sistemas fornecem outputs por meio de textos, imagens, cálculos, etc) e *machine learning* (aprendizado da máquina), reconhecendo padrões e aprendendo a produzir respostas personalizadas aos usuários.

Essencialmente e como parte da sua natureza maquina esses sistemas não tem gênero (e nem poderiam ter, pois são sistemas), mas que por operarem por meio de linguagem natural, tecnologia que simula conversações entre pessoas, acabam sendo antropomorfizadas, o que se aplica ao tipo de interfaces escolhidas pelos programadores para viabilizarem as interações. Joaquim Braga (2022, p. 2) aponta que dispositivos tecnológicos como assistentes virtuais “tendem a ser concebidos segundo critérios de design antropomórficos”, a partir deste pensamento, Fabiene Santos (2022) elabora que tais máquinas são “são criadas para performarem o humano e desenvolvidas para performarem tarefas para os humanos, isto é, para serem ou parecerem e agirem como humanos”, o que faz com que não só sejam simulacros humanos genéricos, mas que possam ser identificadas por nomes e pronomes de tratamento.

É necessário posicionar antes de avançarmos que o antropomorfismo faz parte do processo de elaboração de interfaces amigáveis. Isto é, das representações de mundo, objetos e simulacros possíveis, é a própria imagem humana que aparece ofertando aos usuários humanos identificação, conforto e trato no uso das máquinas. Esta noção aparece desde os primórdios das reflexões humano-maquínicas como no romance distópico *Nós* de Yevgeny Zamyatin de 1921. Nesta obra há duas personagens femininas que seriam correspondentes a ciborgues (*cipher*), I-330e O-90, que embora não sejam protagonistas são retratadas de forma horizontal em relação a seus pares masculinos. É a partir do filme *Metrópolis* de 1927 que a distinção entre os agentes maquínicos não-humanos representados como masculinos e femininos começa a aparecer com mais clareza, a *Maschinenmensch / Hel*, androide feminina criada pelo personagem C.A. Rotwang, tem atribuições específicas, diferentes dos personagens masculinos.

O imaginário dos operadores maquínicos retratados na ficção e nas próprias interfaces, a partir do momento que elas vão sendo historicamente constituídas, não é descolado da realidade, de modo que emula, ou antes simula, as práticas sociais. Não cabe nos estendermos aqui, mas do ponto de vista do trabalho, não se pode negar que há um imaginário constituído de que as mulheres realizam funções acessórias de ajuda e suporte aos seus pares masculinos. Embora haja naturalmente mudanças desses papéis ao longo do século XX e primeiras décadas do século XXI, fala-se aqui de um imaginário consolidado por práticas sociais que aconteceram, ou acontecem ainda, especialmente no campo da tecnologia. Tomando as telecomunicações como exemplo, podemos evocar a imagem das operadoras de telefonia, ou das secretárias, no caso dos sistemas e processos gerenciais. Em ambos os exemplos a figura feminina pode ser percebida como acessório, suporte gentil às operações. Também é visível um recorte de gênero, em termos binários, em que ao feminino relaciona-se aquilo que é amigável, educado e subserviente, valores que estão implicitamente associados às assistentes virtuais já que elas possuem a função de servirem os usuários.

Faremos então um recuo para falar de gênero a partir da perspectiva de Judith Butler (1988, p. 522) na qual os gêneros fazem parte de um “consenso coletivo implícito para representar, produzir e preservar gêneros polares e discretos enquanto ficções culturais”, ou seja, atuam como estruturas fixas que cristalizam comportamentos socialmente esperados a partir do “sexo biológico” (Ibidem, p. 528). A partir da dualidade de gêneros, num sistema binário que organiza feminino e masculino em face um do outro, condutas são estabelecidas e reforçadas, o que, no caso do argumento construído neste artigo, estende-se para as assistentes

virtuais como simulacro, o que é indicado desde o fato de utilizarmos o pronome feminino para nos referirmos a essas ferramentas.

O que acontece em termos de gênero e que, naturalmente, emerge na cultura do digital, é a prevalência de territórios que são marcadamente femininos ou masculinos. Como decorrência, há comportamentos esperados como femininos a partir de uma percepção uniformizante do que é ser mulher (ou homem, se fosse o caso). As funções de atendimento e mediação realizadas pelas assistentes virtuais entrariam aí já que, segundo Butler (Ibidem, p. 524), a reprodução do que é ser mulher é difundida “a uma vasta escala política, como quando as mulheres integram pela primeira vez uma profissão ou adquirem determinados direitos”. Assim, ao serem representadas como entidades femininas, as assistentes virtuais são programadas a partir da simulação daquilo que é esperado para o gênero.

Para Pedro Costa (2018, p. 68), “os estereótipos e interações com base no gênero são convertidas também em regras, conforme a inteligência artificial as utiliza para reagir ‘logicamente’ a determinadas situações”, potencializando os próprios estereótipos do qual partiram. Helen Hester (2016, p. 50) destaca que “quando as tecnologias interpretam o gênero, não é algo natural, é um produto visível de escolhas deliberadas de como relacionar, assistir ou persuadir melhor o utilizador tecnológico imaginado”. Quando incorporamos as inteligências artificiais às práticas humanas de forma antropomorfizada, reforçamos a noção de Baudrillard de simulacro na qual a realidade exterior ao digital o reforça e é reforçada por ele. Quando as assistentes virtuais realizam operações associadas ao gênero feminino, os estereótipos de gênero que recaem sobre essas funções são reforçados, tanto socialmente, quanto dentro da lógica ator-rede, maquinicamente, através dos processos de *machine learning*.

Considerações finais: violência de gênero no virtual, implicações e desdobramentos

Este artigo realizou um breve debate, a partir do levantamento da bibliografia de diversos autores dos motivos de interfaces amigáveis serem identificadas com o gênero feminino. À guisa de considerações finais, cabe avançarmos para percebermos algumas implicações disso.

Naturalmente estamos aqui tratando as escolhas das empresas desenvolvedoras de software ao elaborarem as interfaces. As assistentes virtuais mencionadas são todas produto das *Big Techs*. Gradualmente, desde meados de 2020, mas mais notadamente entre 2022 e 2023, as *Big Techs* (esse termo se refere tradicionalmente às cinco maiores empresas de Tecnologia da

Informação, a saber: Alphabet /Google, Apple, Amazon, Microsoft e Meta), passaram a apresentar de forma comercial e através de interfaces amigáveis sistemas de inteligência artificial. Efetivamente, assistentes virtuais de atendimento, como a Google Assistente e a Alexa da Amazon, são sistemas de inteligência artificial utilizados comercialmente e em larga escala mesmo antes da pandemia, contudo, por força do isolamento social, houve um crescimento de 47% no uso de assistentes virtuais por voz (CUNHA, 2021).

Segundo a UNESCO (2019), 90% dos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento das tecnologias de voz são homens. Tanto para os programadores quanto para os usuários as vozes femininas são percebidas como mais cordiais. “Antes de desenvolver a Alexa, a Amazon conduziu uma pesquisa que mostrou que a voz de uma mulher é percebida como mais “simpática” e “agradável”, uma conclusão que tem sido reafirmada por outras empresas quando questionadas pela preferência por assistentes virtuais representadas como femininas. Para além do reforço dos estereótipos de gênero relacionados ao mundo do trabalho, a UNESCO alerta que as assistentes são programadas para darem respostas que soem sensuais ou sexualizadas e que acatem ofensas de forma submissa (Ibidem). Um estudo de Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, (2002), anterior inclusive às formas de inteligência artificial as quais nos referimos aqui, demonstra a transferência dos papéis de gênero para as máquinas e as expectativas dos usuários geradas a partir disso, mais notadamente no que se refere à expectativa de que as interfaces femininas sejam mais solícitas e amigáveis.

Alexa (Amazon), Cortana (Microsoft), Google Assistente (Google) e Siri (Apple) são produtos do seu tempo, do nosso tempo, e nos lembram, como pontua Introna (2014) que não há tecnologia sem interpretação. As *Big Techs* fazem escolhas de caráter sócio político que têm impactos na construção dos simulacros e estes, num movimento circular, impactam as sociedades. Ao naturalizarmos os simulacros, sejam de qualquer natureza, acabamos por naturalizar também a ordem algorítmica, num movimento reducionista. Ian Bogost (2015) chama esse pensamento de “cultura algorítmica”, lembrando que:

Tal atitude nos cega de duas formas. Primeiro, ela faz crer que qualquer transformação social promovida por computadores é algo predeterminado e inevitável, justificando a inação perante às grandes mudanças sociais promovidas por corporações gigantescas como Google ou Facebook, ao apresentar seus efeitos como algo além da nossa influência. E também por fazer-nos esquecer que determinados sistemas computacionais são abstrações, caricaturas do mundo, uma perspectiva no meio de muitas (Ibidem).

Para a UNESCO (2019) no relatório *I'd blush if I could*, as assistentes femininas que acatam comandos e aceitam linguagem abusiva são resultado da mentalidade sexista de quem

trabalha na área da tecnologia. O título do relatório era uma citação à resposta padrão que Siri, assistente da Apple, tinha ao receber elogios, comentários de caráter sexual ou mesmo insultos dos usuários. A UNESCO reforça no documento que há um perfil exageradamente servil e obediente por parte das assistentes virtuais mesmo quando recebem inputs inapropriados e sugere que haja um equilíbrio do uso de vozes e nomes masculinos em assistentes virtuais assim como programações que permitam respostas mais assertivas em face a conteúdos agressivos ou abusivos.

Nos anos de 1960 os personagens da animação *Os Jetsons* eram atendidos por Rosie uma criada-robô que realizava as tarefas domésticas. No contexto geral da época a representação não só era comum, mas o trabalho desempenhado por Rosie libera a mãe Jane Jetson, do trabalho doméstico sem, contudo, questioná-lo. *Os Jetsons* se passa hipoteticamente no ano de 2062. Há menos de 40 anos de atingirmos o tempo histórico da animação, a transposição de certos ideais de subserviência feminina permanece impregnando as máquinas enquanto simulacro. A associação da mulher ao papel de assistente reflete a posição de subserviência imposta pela cultura de gênero a qual Butler se reflete, assim como as implicações negativas dessa cultura como a violência de gênero apontada pelo relatório da ONU/ UNESCO.

É absolutamente chocante pensar que as representações femininas imputadas às assistentes virtuais são passíveis de sofrerem violência de gênero. Ou seja, há violência de gênero até quando não há gênero algum, pois as máquinas são essencialmente neutras. É a antropomorfização e a identificação das assistentes com o gênero feminino, baseada tanto nas decisões dos usuários quanto das empresas desenvolvedoras dessas tecnologias, que reforça a questão do gênero, quando efetivamente, uma orientação diferente poderia contribuir com a sua desconstrução, daí a importância de trazermos esse debate para o campo da comunicação, uma vez que essas tecnologias são de caráter conversacional/ comunicacional.

Objetificando analisar de modo preliminar a representação de gênero nas assistentes virtuais, percebemos que os estereótipos de gênero impactam não só o desenvolvimento dessas inteligências artificiais, mas como elas respondem a determinados *inputs*. Com a evolução das inteligências artificiais, elas se infiltram cada vez mais no cotidiano, reforçando a pervasividade do digital sem, contudo, parecerem alienígenas, já que se apresentam como simulacros, o que gera não mais uma distinção entre real e virtual, mas um movimento de continuidade e ambiguidade. Segundo Santos (2022):

As tecnologias, como assistentes virtuais de voz, podem “servir” ao processo histórico de disciplinarização (ainda que a percepção disto seja ocultada) ao empregar uma voz

como “escolha padrão” - pretensa “escolha” a atender um grupo desejante no e do poder (capital) – e projetar ou instituir uma função (utilitária) e um campo de atuação (pessoal doméstico/domesticado, ainda como portátil) específicos para essa voz. Isso é um modo de construção performativa da realidade, ou seja, de reiterar a docilização dos corpos/vozes às construções categóricas hegemônicas e reforçar os estereótipos sociais, econômicos, culturais, espaciais, trabalhistas e de gênero, por exemplo.

Sendo uma construção performativa, a voz das assistentes virtuais é também parte da performance de gênero desses simulacros. As marcas de gênero que transbordam em atividades conversacionais/ comunicacionais implicam em atos de dominação e coerção, como indica Butler (2002, p. 168). Assim, se as vozes femininas imputadas às assistentes virtuais remetem à subserviência e docilidade, as masculinas apontam para o seu oposto dentro da ordem patriarcal capitalista na qual as *Big Techs* e outras empresas desenvolvedoras de inteligências artificiais se inserem. O risco disso está não na antropomorfização de tecnologias, o que contribui com sua melhor operação por parte dos usuários, mas na “fixação da posição do sujeito como masculino” (BUTLER, 2003, p. 169) que leva a um reducionismo no qual o masculino não apenas é menos subserviente, mas também é mais humano, pois até o momento parece estar menos associado às inteligências artificiais. Outra derivativa disso, é essa mais grave, é o reforço da violência de gênero, já que por serem menos humanos ou humanos de segunda classe, os sujeitos identificados com o gênero feminino – e suas representações, como o relatório da UNESCO entende que aconteceu com as assistentes virtuais – são mais vulneráveis à violência simbólica e física.

Efetivamente, e isso tem sido exaustivamente discutido recentemente, a técnica não é neutra. Ela depende tanto dos desenvolvedores quanto da interpretação dos usuários, como argumenta Introna (2014). Romper os estereótipos de gênero no digital implica também em romper tais estereótipos, ou pelo menos reduzir as distâncias, de gênero fora do virtual. Estamos aqui reiterando o argumento de Butler no qual é necessário observar cautelosamente a hierarquia de gênero socialmente imposta e suas implicações e isso pode se dar tanto através da tentativa de se buscar certa neutralidade de gênero para as inteligências artificiais, quanto para lembrar que, em termos estritos, a voz masculina também pode ser modulada para parecer amigável entendendo que a própria noção de “amigável” no âmbito do digital faz parte de construtos sociais que podem ser rearranjados em favor dos sujeitos. Não obstante, a redução das representações femininas à ideia de assistentes ou servas nas inteligências artificiais, “parece ser uma forma de contenção da ‘bruxa’, da mulher “independente”, que decide sobre o próprio corpo” (SANTOS, 2022, 113), uma regressão simbólica das conquistas femininas,

especialmente àquelas referentes ao trabalho, já que empurram ao feminino a um lugar secundário, de suporte e de apoio:

Essas assistentes pessoais, domésticas, com voz padrão feminina (não de escolha do usuário) reforçam o lugar da mulher na concepção patriarcal à medida que essa voz infiltra os lares, subjetivando as pessoas e avivando a posição da mulher introjetada como a daquela destinada à preocupação com os cuidados da família (Ibidem, p. 115).

Salientamos então que a opção por representar assistentes virtuais de forma feminina é ideológica, inscreve-se na ordem do trabalho e reforça – ao mesmo tempo em que se oriunda de – assimetrias de gênero. Isso faz com que ocorra, de modo duplo, por um lado a humanização de dispositivos tecnológicos, em função da antropomorfização e, por outro a desumanização das mulheres, já que esta antropomorfização acontece às custas da sujeição simbólica das representações femininas nas interfaces que permitem múltiplas operações no digital. A servilidade vazia desumaniza e reforça a possibilidade de violência. Em essência é possível que ainda estejamos tateando quanto à construção das interfaces amigáveis. Elas precisam ser representações femininas? Simulacros de corpos e comportamentos humanos ou há outros caminhos possíveis e ainda pouco explorados para o desenvolvimento de interfaces amigáveis não antropomórficas? No momento atual não somos capazes de responder a essas perguntas, mas apenas, a partir da análise feita, de insistir nos riscos do reforço aos estereótipos de gênero nas interfaces conversacionais/ comunicacionais das inteligências artificiais.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991

BRAGA, Joaquim. “A voz do estereótipo nos assistentes digitais”. *Acta Scientiarum. Language and Culture*. Coimbra, Portugal, v. 44, n. 1, 2022, p. 1-10. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v44i1.60071>>. Acesso em 22 jan. 2024.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.

BOGOST, Ian. “The cathedral of computation”. *The Atlantic*, 15 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/technology/archive/2015/01/the-cathedral-of-computation/384300/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, Pedro. *Conversations with ELIZA: sobre gênero e inteligência artificial*. 2018. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação e Novos Media) – Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

CUNHA, Lilian. “Por que a maioria das assistentes virtuais são mulheres? – até a Unesco cansou disso”. *Cultura*, São Paulo, 05 jan. 2021. Disponível em:

FIGUEIREDO, Caroline D..

Interfaces comunicacionais amigáveis e gênero: um levantamento preliminar sobre a representação feminina das assistentes virtuais

<[tps://cultura.uol.com.br/noticias/15354_por-que-a-maioria-das-assistentes-virtuais-sao-mulhere-ate-a-unesco-cansou-disso.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/15354_por-que-a-maioria-das-assistentes-virtuais-sao-mulhere-ate-a-unesco-cansou-disso.html)>. Acesso em 22 jan. 2023.

FISKE, S. T., CUDDY, A. J. C., GLICK, P., & XU, J. “A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition”. 2002. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878–902. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2002-02942-002>>. Acesso em 22 jan. 2024.

HESTER, Helen. 2016. *Technology Becomes Her*. New Vistas. 3 (1):46 — 50

INTRONA, Lucas. D. “Towards a post-human intra-actional account of sociomaterial agency (and morality)”. In: JOHNSON, C. *The information diet*. São Francisco: O’Reilly Media, 2015. p. 31-53

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Nova Iorque: Oxford Press University, 2005.

MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

RADFAHRER, Luli. “O meio é a mediação: uma visão pós-fenomenológica da mediação datacrática”. *Matrizes*, vol. 12, núm. 1, pp. 131-153, 2018.

SANTOS, Fabiene. *A voz feminina em assistentes virtuais: uma análise pelos estudos da linguagem*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

UNESCO. *I’d blush if I could*. 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367416.page=1>>. Acesso em 22 jan. 2024.

VIEIRA, Jéssica Monique de Lira; CORREA, Renato Fernandes. “Visualização da Informação na construção de interfaces amigáveis para Sistemas de Recuperação de Informação”. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 73–93, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n32p73>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Submetido em: 14/02/2025

Aceito em: 06/05/2025

Quando a História se Interroga: Joan Scott e seu ensaio “Depois da História?” em Perspectiva

*When History Questions Itself: Joan Scott and her essay “After
History?” in Perspective*

*Cuando la historia se cuestiona a sí misma: Joan Scott y su ensayo
“¿Después de la historia?” en perspectiva*

Ana Carolina Eiras Coelho Soares¹

O texto *Depois da História?*, de Joan W. Scott, embora originalmente publicado no final do século XX, mantém uma potente atualidade nas discussões historiográficas, teóricas e políticas de hoje. Escrito no calor dos debates sobre a “virada linguística” e os embates culturais nos Estados Unidos — especialmente as chamadas *guerras da história* —, o ensaio dialoga diretamente com temas que continuam a mobilizar historiadores e intelectuais públicos: a autoridade na escrita da história, a relação entre fatos e interpretações, a produção social das identidades e os limites (ou possibilidades) da objetividade.

O mundo acadêmico e político atual é marcado por disputas intensas sobre os sentidos do passado. Disputas que não se restringem ao campo das ideias, mas que atravessam legislações, plataformas digitais, políticas educacionais e práticas culturais. A crescente

¹ Professora Efetiva do PPGH/UFG e Professora Associada da Faculdade de História da UFG. Doutora em História (UERJ), realizou pós-doc em Antropologia no PPGAS/UNB (2015-2017) e em História na UFES (2020-2022). Atualmente é Diretora de “Mulheres e Diversidades” dentro da Secretaria de Inclusão da Reitoria da UFG e coordena os grupos: GEPEG-FH/UFG-CNPq; GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais/UFG-CNPq. Premiada em 2021 com a Cátedra Estudos Brasileiros/Estudos de Gênero pelo programa internacional Fulbright em UMass/Amherst, é colunista das Crônicas de Mãe-Revista Cláudia Online. Feminista, Mãe, Poeta, Escritora, Dançarina de dança árabe, Miss e Plantadora de Árvores. Esteve de licença maternidade em 2011 e em 2017/2018. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), especialização em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2008), mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos sobre a imprensa, literatura, feminismos e sexualidades, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, gênero, mulheres, violência, literatura, sexualidades, século XIX e XX, José de Alencar e Brasil. É escritora de livros de poesias, infanto-juvenil premiado, contos e livros acadêmicos. É autora de diversos artigos acadêmicos, capítulos de livros, livros de poemas, livro infanto-juvenil e participação em coletâneas de poemas e contos e os livros: “Moça Educada, Mulher Civilizada e Esposa Feliz: História e Relações de Gênero em José de Alencar” (EDUSC, 2012), “Amar é o verbo que rima com Paz” (Metanóia, 2015); História das Mulheres e das Relações de Gênero no Centro-Oeste (orgs.) (Life, 2020) e “Maternidades Plurais (orgs.) (Bindi, 2020)”, “História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades em Goiás (Paco, 2021)” e “Receitas de (in)felicidade e pedagogias dos sentimentos: lições de comportamento no Brasil do início do século XX” (CEGRAF/UFG, 2022).

circulação de discursos negacionistas, revisionismos autoritários, instrumentalizações da memória e apagamentos deliberados de vozes subalternas recolocam em cena muitas das preocupações que Scott antecipa em seu texto: quem tem o direito de contar a história? Que verdades são reivindicadas? Em nome de que experiências ou identidades?

Trata-se de um texto denso, filosófico e autorreflexivo que propõe repensar os fundamentos da prática historiográfica a partir de um lugar desconfortável: o reconhecimento de que a história não apenas representa o passado, mas também o constrói discursivamente. Scott não defende o abandono da pesquisa empírica, nem um relativismo ingênuo, mas propõe que os historiadores assumam a responsabilidade crítica por suas próprias mediações interpretativas — o que, longe de fragilizar o conhecimento histórico, pode fortalecê-lo como prática ética e politicamente situada.

A crítica que Scott formula à ideia de que a história pode ser uma narrativa objetiva e neutra, separada dos regimes de significação e dos conflitos de linguagem, se torna ainda mais necessária diante das tentativas contemporâneas de silenciar interpretações dissidentes, padronizar currículos escolares ou desqualificar abordagens interseccionais, decoloniais e feministas. Sua proposta de assumir a interpretação como parte constituinte do fazer histórico — e não como um desvio ou contaminação — permite compreender que toda história é escrita a partir de um lugar, em meio a disputas por sentido, pertencimento e legitimidade.

Embora publicado originalmente em 2001 e centrado em debates do campo intelectual norte-americano — como as “guerras da história”, as polêmicas sobre os Padrões Nacionais de História dos EUA e as contestações à narrativa liberal de Francis Fukuyama —, o texto permanece atual em seu esforço por compreender as formas pelas quais a história é invocada para fundar identidades, naturalizar hierarquias ou excluir futuros possíveis. Ao historicizar as próprias categorias com as quais se escreve a história — como objetividade, realidade, fato, identidade, verdade — Scott oferece ferramentas analíticas poderosas para lidar com os dilemas de nosso tempo: o avanço de narrativas autoritárias, a recusa da diversidade, a reivindicação de verdades únicas, o apagamento da diferença e o colapso da imaginação política.

Além disso, a crítica ao “fim da história” proclamado por autores como Francis Fukuyama ressoa fortemente num tempo em que o futuro parece interdito. A ascensão de discursos fatalistas, o esvaziamento das utopias e a repetição de narrativas neoliberais de fim de ciclo revelam a urgência de recuperar a história como um campo de abertura e não de clausura. Para Scott, a história só faz sentido se for capaz de sustentar a diferença, a ruptura e a possibilidade de transformação. É isso que a conecta ao tempo — não como cronologia vazia,

mas como dimensão ética onde o passado é interpretado, o presente é disputado, e o futuro permanece por vir.

Depois da História? oferece uma reflexão crítica e necessária para estudantes, professores e pesquisadores comprometidos com uma historiografia sensível às relações de poder, às dinâmicas da linguagem e à pluralidade das experiências humanas. Em um tempo em que se radicalizam tanto os ataques à ciência quanto as disputas pela memória, a leitura do texto de Joan W. Scott serve não apenas como uma ferramenta teórica, mas como um exercício de vigilância democrática e imaginação histórica.

Depois da História?²

“*After History?*”

“*¿Después de la historia?*”

Joan W. Scott³

Tradução Ana Carolina Eiras Coelho Soares

A história se encontra numa posição paradoxal: ela cria os objetos que afirma apenas descobrir. Ao dizer que cria, não me refiro a inventar coisas, mas a construí-las como objetos legítimos e coerentes de conhecimento. A construção é um processo complexo que se dá conforme padrões de coerência e inteligibilidade amplamente difundidos e, geralmente, não explicitados (funcionam como um tipo de “senso comum” disciplinar), exceto em momentos de crise. Nesses momentos — quando o escrutínio público se intensifica —, os historiadores se veem chamados a justificar seus padrões, tarefa nem sempre simples.

A posição paradoxal da história é reconhecida há muito tempo pelos historiadores, mesmo quando escrevem como se o passado existisse “tal como foi” na forma como o narram.

²Tradução do texto original “*After History?*” publicado originalmente na coletânea SCOTT, Joan. *Schools of Thought. Twenty-Five Years of Interpretative Social Science. Chapter 06. p.85-103. Cedido pela autora.*

³ Texto traduzido por Ana Carolina Eiras Coelho Soares e revisão técnica de Vitória de Souza Vaz.

Deixando de lado as numerosas observações de filósofos da história (os quais, por sua inclinação ao pensamento sistemático e à abstração, foram colocados fora do domínio da disciplina em sua origem no final do século XIX), não faltam comentários de historiadores sobre esse aspecto do ofício. Em 1954, o *Harvard Guide to American History* advertia contra uma crença ingênua na objetividade: “Se uma máquina do tempo estivesse disponível para levar o historiador de volta ao passado à vontade, ao desembarcar ele se depararia com os mesmos problemas de interpretação que pensava ter deixado para trás”. Antes disso, Crane Brinton rejeitava os “tons metafísicos” da crença em “uma realidade totalmente externa ao pensamento”. “Podemos agora admitir”, escreveu ele em 1939, “que o passado... está para sempre perdido para nós; que o historiador deve relacionar os fatos a um padrão, um esquema conceitual do qual ele pode apenas exigir que seja útil”. Mais recentemente, Neil Harris, refletindo sobre a controvérsia do *Enola Gay* no Smithsonian Institution, rejeitou a ideia de que a história outrora isenta de valores foi apenas recentemente corrompida. “Era tudo interpretativo”, disse ele – ou seja, sempre *já era* interpretativa. A futilidade de separar fato de interpretação foi capturada pela definição irônica que Merle Curti oferecia a seus seminários de pós-graduação na Universidade de Wisconsin nos anos 1960: sabia-se que algo era um fato quando havia relatos idênticos de duas testemunhas independentes não iludidas.

Em um artigo recente, o historiador da ciência Peter Galison acompanhou as mudanças na definição do conceito de objetividade entre os cientistas, e seu trabalho nos lembra que os termos que venho utilizando — história, realidade, interpretação, objetividade — devem, eles próprios, ser historicizados. (Galison mostra que, no início do século XIX, a objetividade não dizia respeito à percepção humana, mas à transmissão mecânica de imagens. Posteriormente, quando passou a referir-se à atividade dos cientistas, incluía, primeiro, qualidades morais e, depois, o treinamento do julgamento). Penso que o projeto de Galison poderia ser empreendido também em relação à história; ao invés de tratar a “questão da objetividade” como algo estático, cujo significado teria sido fixado quando formulado, seria interessante analisar os sentidos mutáveis que os historiadores atribuíram a termos como objetividade. No entanto, este não é meu propósito aqui.

Quero lembrar, em vez disso, é que existe um paradoxo no cerne da prática histórica: a realidade à qual a interpretação do historiador se refere é produzida por essa interpretação, embora a legitimidade dessa interpretação seja dita repousar sobre sua fidelidade a uma realidade que existiria fora dela ou anterior a ela. A história opera por meio de uma conexão inextricável entre realidade e interpretação — conexão esta que, ainda assim, é negada ao se

postular realidade e interpretação como entidades separadas e separáveis. O dilema inevitável do historiador consiste na necessidade simultânea de reconhecer a interpretação e negar o papel produtivo que ela desempenha na construção do conhecimento. Esse dilema não é uma descoberta recente, tampouco um produto dos delírios de relativistas radicais ou um subproduto de algum “desconstrucionismo” niilista; ele é inerente à própria prática da história.

Afirmar que a realidade histórica é produzida pela prática interpretativa chamada história não é negar a seriedade ou a utilidade da disciplina. Trata-se apenas de chamar atenção analítica às operações interpretativas da disciplina, às várias maneiras pelas quais ela constrói sua autoridade. Considero extremamente útil a dissecação estruturalista de algumas dessas operações realizada por Roland Barthes; sua clareza e caráter construtivo são inigualáveis, e por isso me fornecem uma estrutura para pensar os debates contemporâneos sobre essas questões.

Barthes observa que o discurso histórico alega apenas relatar o que, na verdade, constrói — e faz isso de várias maneiras. Ele suprime a presença subjetiva ou emotiva do historiador, substituindo-o por uma pessoa “objetiva”; então, já que não há nenhum “signo que se refira ao emissor da mensagem histórica, a história parece contar-se a si mesma”. Barthes chama isso de “ilusão referencial”, pois estabelece a (falsa) impressão de que o que está sendo referido existe completamente à parte da narrativa que se faz a seu respeito: “[O] fato jamais tem senão uma existência linguística (como termo do discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência linguística fosse apenas uma ‘cópia’ pura e simples de outra existência, situada num campo extraestrutural, o ‘real’” (Roland BARTHES, 1986, p. 138). Para que esse efeito se concretize, não apenas a voz do historiador deve ser neutralizada ou silenciada, mas sua escrita também emprega um “esquema semântico de dois termos” que equipara referente e significado. Dessa forma, a perturbadora intervenção da linguagem — a presença do significado na representação do real — é negada. O significante é tomado como fiel reflexo do referente; significado e referente tornam-se um só: “[N]a história ‘objetiva’, o ‘real’ não é nunca senão um significado não formulado, abrigado por trás da aparente onipotência do referente. Essa situação define o que podemos chamar de efeito de realidade” (BARTHES, 1986, p. 139).

O uso dos termos *ilusão referencial* e *efeito de realidade* por Barthes tem sido frequentemente interpretado como um gesto de deslegitimação, uma tentativa de minar a autoridade da história de nos dizer o que aconteceu no passado. Mas esse impacto negativo só se sustentaria caso adotássemos a posição filosófica ingênua de que a realidade externa possui o poder de se inscrever diretamente na mente humana. Se não acreditamos nisso, então não

podemos evitar as questões colocadas por Barthes sobre representação e significação. Ao problematizarmos as formas pelas quais a significação molda o passado, podemos examinar criticamente tanto o conhecimento que nos é oferecido quanto aquele que nós próprios produzimos.

Mas há mais. A análise do discurso histórico feita por Barthes tem, para mim ao menos, a virtude de descrever não apenas como o conhecimento histórico é produzido e como conquista sua autoridade, mas também por que a reinterpretação e a revisão são questões tão sensíveis, vitais e disputadas. O que está em jogo é “a própria realidade”:

A exclusão do significado do discurso ‘objetivo’, permitindo que o ‘real’ e sua expressão aparentemente se confrontem, não deixa de produzir um novo significado, tão verdadeiro é que, mais uma vez, dentro de um sistema qualquer ausência de um elemento é, em si, significação. Esse novo significado – extensivo a todo discurso histórico e, em última instância, definidor de sua pertinência – é a própria realidade... (BARTHES, 1986, p. 139)

Um dos recursos desse processo é sua abertura à mudança: a busca por um “real” sempre elusivo conduz a novos objetos de conhecimento e a novas interpretações que reorganizam a realidade. Essa reorganização altera não apenas nossa compreensão do passado, mas também nosso senso de possibilidade para o futuro. (Esse é, sem dúvida, o sentido do adágio “Cada geração escreve sua própria história”.)

Se, por um lado, a abertura ao futuro é um trunfo, por outro, também é uma fragilidade, pois expõe a instabilidade da realidade — sua dependência, no fim das contas, do discurso que a significa. Mesmo quando a mudança assume uma forma “científica”, com a descoberta de novas evidências ou com a introdução de documentação inédita para sustentar uma nova interpretação, o fato de que o conhecimento histórico pode ser revisado é perturbador. Quantas evidências são necessárias para desafiar uma compreensão vigente do passado? Qual é o teste de validade que provará a superioridade da nova narrativa? Não há respostas prontas para essas perguntas.

E então, qual é o critério contra o revisionismo falso e contra a má interpretação? As respostas fornecidas por alguns historiadores — aqueles que citei no início deste ensaio — não são definitivas; eles reconhecem a complexidade envolvida na definição dos fatos; vivem com a plausibilidade em vez da verdade; julgam de acordo com padrões disciplinares de procedimento e coerência em constante mudança.

Mas uma complexidade desse tipo não é fácil de sustentar em momentos de acalorado debate político sobre o passado e o futuro. Nestes momentos — como o que vivemos agora —

a busca pela verdade torna-se um modo de banir o paradoxo no coração do conhecimento histórico. Diante do paradoxo que não pode ser resolvido (“Esse discurso é, embora nunca seja possível alcançá-lo fora desse discurso” [BARTHES, 1986, p. 138]), alguns historiadores buscaram maneiras de instaurar a verdade — sob suas várias máscaras como objetividade, realidade, experiência, autenticidade, natureza humana ou moralidade transcendente — como garantidora do conhecimento que, de fato, produzem. Esse esforço não apenas violenta a prática histórica ao reprimir a interpretação que dá sentido ao passado e o vincula a um futuro que poderíamos ajudar a construir, como também substitui a investigação aberta por dogma. Quando o “efeito de realidade” é dispensado por completo ou apresentado como verdade incontestável, então chegamos ao fim da história.

O Fim da História?

Em 1989, Francis Fukuyama publicou um artigo na revista *The National Interest*, cujo título perguntava se o triunfo dos princípios da democracia liberal e do capitalismo de livre mercado (mais recentemente na antiga União Soviética e na Europa Oriental) significava “o fim da história”. Em 1992, ele expandiu o artigo em um livro cujo título já não formulava mais uma pergunta, mas afirmava um fato. Chamava-se *O Fim da História e o Último Homem* (*The End of History and the Last Man*). Na linguagem do evangelismo cristão, Fukuyama anunciou a “boa nova” de que a democracia liberal era o “ponto final da evolução ideológica da humanidade” e a “forma final de governo humano” (Francis FUKUYAMA, 1992, p. xi); o progresso tecnológico também havia garantido a “crescente homogeneização de todas as sociedades” (FUKUYAMA, 1992, p. xiv). A humanidade estaria agora às portas da “Terra Prometida”, e assim a História, “entendida como um processo único, coerente e evolutivo”, teria chegado ao fim (FUKUYAMA, 1992, p. xii).

Claro, concedia Fukuyama, eventos grandes e pequenos continuariam a ocorrer, e nem todos os países alcançariam a “democracia liberal estável”, enquanto “outros poderiam recair em formas mais primitivas de governo, como teocracias ou ditaduras militares”. No entanto, “o ideal da democracia liberal não poderia ser aprimorado” (FUKUYAMA, 1992, p. xi); o futuro seria, agora, apenas seu desdobramento. Sua visão da história, enraizada no idealismo hegeliano, não buscava validação em evidências empíricas, mas sim em um “padrão permanente e trans histórico”: o “homem como homem”. A verdade do homem teria sido lida na natureza por diversos filósofos. Incluía o desejo de “reconhecimento” como superior aos

outros, a necessidade de lutar e se esforçar com propósito, e o anseio por conforto espiritual em alguma forma de comunidade. Os excessos de igualdade e tolerância minavam essa natureza, criando o cidadão burguês complacente e frouxo que Nietzsche chamava de “o último homem”. O ponto de Fukuyama é que o fim da história não precisa produzir “o último homem”. A democracia liberal, o capitalismo de mercado, a hierarquia social, a desigualdade e a injustiça, a família e a religião são as condições que permitem que “o primeiro homem” — o homem natural — prospere.

Se isso soa como uma descrição do status quo, é porque é mesmo. Mas Fukuyama se livra da acusação de pleitear interesses específicos ao invocar uma verdade superior. A história, tal como normalmente praticada, não pode sustentar seu argumento, pois ela está sempre repleta de incertezas: “‘História’ não é um dado, nem simplesmente um catálogo de tudo o que aconteceu no passado, mas um esforço deliberado de abstração no qual separamos eventos importantes dos sem importância” (FUKUYAMA, 1992, p. 138). O relativismo que isso poderia implicar deve ser evitado, ele adverte, porque a “abordagem historicista” não pode nos proteger da ilusão, nem garantir que nossas avaliações estejam corretas. Em vez disso, precisamos de uma medida trans histórica, uma “História Universal” como garantia de inteligibilidade. A história cristã é um exemplo do que Fukuyama tem em mente:

As primeiras verdadeiras Histórias Universais na tradição ocidental foram as cristãs... O cristianismo, além disso, introduziu o conceito de uma história finita no tempo, com início na criação do homem por Deus e encerrando-se com sua salvação final... Como a narrativa cristã da história deixa claro, um ‘fim da história’ está implícito na escrita de todas as Histórias Universais. Os eventos particulares da história só podem se tornar significativos com relação a algum fim ou objetivo maior, cuja realização necessariamente encerra o processo histórico. Esse fim final do homem é o que torna todos os eventos particulares potencialmente inteligíveis. (FUKUYAMA, 1992, p. 56)

Munido de alguma forma de conhecimento indiscutível, “o Historiador Universal deve estar preparado para descartar povos e épocas inteiros como essencialmente pré-históricos ou não históricos, porque eles não contribuem para a ‘trama central’ de sua história” (FUKUYAMA, 1992, p. 139). Quando a trama já foi pronunciada, ela se torna a única realidade; os eventos, fatos, ações contingentes e anedotas precisam ser transformados em referentes cujo status de existência anterior sustenta a narrativa. Aqui, não é necessária nenhuma “ilusão referencial”. Ao contrário, as alusões a eventos e fatos são reconhecidas como significantes, como demonstrações ou ilustrações de uma verdade Divina ou Universal:

Sem um conceito subjacente de natureza humana que postulasse uma hierarquia de características humanas essenciais e não essenciais, seria impossível saber se uma paz social aparente representava uma verdadeira satisfação dos anseios humanos ou apenas o trabalho de um aparato policial particularmente eficiente — ou, ainda, a calma antes de uma tempestade revolucionária. (FUKUYAMA, 1992, p. 137)

Esse “conceito subjacente de natureza humana” oferece enorme conforto e certeza. É imune a desafios empíricos e éticos. Isso porque as questões empíricas só se tornam significativas dentro de um esquema preordenado (a realidade objetiva não é nada além da realização do conceito) e esse esquema repousa sobre fundamentos morais absolutos próprios⁴:

Não queremos nos desviar com objeções... por exemplo, apontando para este ou aquele grupo social ou indivíduo que está demonstravelmente insatisfeito por lhe ser negado o acesso igualitário às coisas boas da sociedade devido à pobreza, racismo, etc. A questão mais profunda é de princípios primeiros — isto é, se as ‘coisas boas’ da nossa sociedade são verdadeiramente boas e satisfatórias para o “homem enquanto homem”. (FUKUYAMA, 1992, p. 139)

Quando a verdade é o padrão, os historiadores são aliviados do dilema de avaliar interpretações concorrentes ou de justificar seus próprios princípios de seleção. Na verdade, sua prática se torna irrelevante:

Nem o historiador diplomático nem o historiador social podem escapar da escolha entre o importante e o não importante, e, portanto, da referência a um padrão que existe em algum lugar “fora” da história (e, incidentalmente, fora da esfera de competência dos historiadores profissionais enquanto historiadores). (FUKUYAMA, 1992, p. 139)

Esse comentário final entre parênteses (“e, incidentalmente...”) sugere um outro significado para o “fim da história”: com a hora de nossa salvação à mão, não há mais papel para os historiadores profissionais. Os padrões universais estão fora da história; os historiadores não foram treinados para reconhecê-los. A verdade universal vem de outro lugar — do domínio mais elevado da religião ou da filosofia. O trabalho dos historiadores, então, torna-se uma espécie de exegese bíblica, discernindo sinais do presente no passado. Eles já não escrevem com os olhos voltados para o futuro; ao contrário — nas palavras de um crítico desses desenvolvimentos —, passam a fornecer “à sociedade dos vencedores a enciclopédia de sua pré-história”.

Essa abordagem exclui de consideração aquilo que Fukuyama se refere como o “descontentamento popular nas sociedades reais, digamos, da Grã-Bretanha ou dos Estados

⁴ See Christina Crosby, “Dealing with differences”. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (ed.). *Feminist theorize the political*. New York: Routledge, 1992. p. 130-143, esp. 134.

Unidos” (FUKUYAMA, 1992, p. 138). As histórias dos descontentes seriam uma distração, pois nada significam em relação à História Universal; são referentes sem significância, ou seja, sem poder de significação. Mas também representam um desafio que Fukuyama sente que precisa abordar. Ele toma o exemplo do feminismo para ilustrar seu ponto. Algumas feministas contemporâneas, ele diz, argumentam que o matriarcado seria uma forma de sociedade mais consensual e pacífica do que o patriarcado. Isso não pode ser provado por referência ao passado, já que parece não haver sociedades desse tipo, e “ainda assim, a possibilidade de sua existência futura não pode ser descartada, se a compreensão feminista das possibilidades de libertação do lado feminino da personalidade humana se mostrar correta. E, se assim for, então claramente ainda não alcançamos o fim da história” (FUKUYAMA, 1992, p. 137-138).

Deixando de lado a questão da exatidão da representação de Fukuyama sobre os argumentos feministas, é importante perguntar: como ele — ou nós — saberíamos se eles são mais “corretos” do que seus próprios argumentos sobre o “homem enquanto homem”?

A resposta de Fukuyama é que sua posição se baseia em “princípios primeiros” e, portanto, é “trans histórica” e universal; presumivelmente, por contraste, o feminismo seria secundário diante da incontestabilidade de sua verdade. Sua incerteza mina tanto a plausibilidade da crítica feminista (e, por extensão, de qualquer forma de “descontentamento”) quanto a possibilidade de imaginar um futuro — por definição diferente do presente. Que o papel da história tem sido fornecer recursos para que futuros possam ser imaginados — precisamente por meio da pluralidade e da confusão de suas interpretações — é algo que o próprio Fukuyama reconhece ao vincular descontentamento, futuro e história. Se o futuro pode ser imaginado e trazido à existência, ele nos lembra, “então ainda não alcançamos o fim da história”.

A proclamação de Fukuyama sobre o “fim da história” pode ser lida como um documento conservador (se não reacionário). Ela desqualifica a política como força construtiva no mundo, pois o fim da história é também o fim da política. (Aqui me recordo do comentário do historiador inglês Edward Freeman, repetido incansavelmente pelos fundadores da Associação Americana de História: a história era “política passada e a política história presente”). Ou, ao menos, o fim da história reduz a política a uma atividade de segunda ordem — não mais voltada à mudança fundamental, mas à descoberta da melhor forma de atravessar o limiar da Terra Prometida.

Ainda assim, seria demasiado fácil descartar o livro por ser apenas uma polêmica de um publicista conservador travestido de intelectual público. Acredito que o livro de Fukuyama deve

ser levado como sintoma de uma crença mais geral que se desenvolveu na sociedade estadunidense no final do século XX. Uma crença que — seja ela associada à jubilosa expectativa pela chegada do Redentor ou a um profundo sentimento de desesperança — já não contempla a possibilidade de um futuro diferente e melhor. Se tomarmos o “fim da história” como a perda da futuridade, então o livro exemplifica uma consequência dessa perda: quando o tempo cessa, a verdade pode ser declarada.

A quem pertence a história?

A conexão entre verdade e o fim do tempo é evidente numa série de conflitos recentes que alguns passaram a chamar de *guerras da história*. Esses conflitos opõem fatos e interpretações — mas não como questões suscetíveis a diferentes opiniões ou abordagens. Em vez disso, ao se tomar a história como um legado finito, os debates passam a ser sobre direitos de propriedade sobre as histórias que os historiadores contam.

“Quem é dono da história?” perguntavam os críticos dos *Padrões Nacionais de História* nos EUA, ao denunciar o “negativismo” e o multiculturalismo “politicamente correto” que ameaçariam minar o “nosso” senso coletivo de identidade nacional. A ex-diretora da NEH (National Endowment for the Humanities), Lynne Cheney, acusou que os padrões haviam sido “sequestrados” por acadêmicos feministas e de minorias, que nutriam, segundo ela, “um ódio profundo pela história tradicional”. A noção de uma história “tradicional” sacralizada implicava que a “nação” não era uma “comunidade imaginada”, como escreveu Benedict Anderson, mas um ente fixo, com atributos, atitudes e comportamentos claramente discerníveis. Ser “dono” dessa história significava tanto possuí-la quanto afirmá-la como verdade⁵. “Somos pessoas melhores do que indicam os Padrões Nacionais”, declarou Cheney, “e nossos filhos merecem saber disso”.

A questão da propriedade apareceu repetidamente, em todas as posições do espectro político. Quando grupos de veteranos protestaram contra os planos do Smithsonian Institution para uma exposição sobre o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, fizeram-no em nome dos direitos de propriedade conferidos por sua experiência direta. Contra os curadores e historiadores “revisionistas”, que pareciam lançar dúvidas sobre “pontos de vista amplamente aceitos”, os veteranos e seus apoiadores no Senado argumentaram que apenas eles sabiam “o

⁵ Ver under “own”, *American Heritage Dictionary* (1992). p. 1294.

que realmente aconteceu durante aquela guerra” (*Journal of American History*, 1995, p. 1138).

O senador Wendell H. Ford, do Kentucky, colocou da seguinte forma:

Deixe-me dizer o que mais me incomoda agora. Tenho cinco netos maravilhosos e, diante de mim, está a história — pessoal, real, que se pode tocar com as mãos. Acho que nossa responsabilidade é garantir que esse reflexo real do que realmente aconteceu — e sublinho real e pessoal — seja projetado para o futuro e não sanitizado... (*Journal of American History*, 1995, p. 1139)

A sensação de que a história era palpável (“que se pode tocar com as mãos”) vinha, em parte, do fato de que a exposição incluiria a fuselagem do *Enola Gay*, o avião que lançou a bomba. Esse artefato era considerado transparente — em sua concretude, ele *era* a história, tanto quanto as memórias dos veteranos (referidas como “fatos comprovados no momento da decisão”). Juntos, fato e artefato compunham a única evidência aceitável para uma história “justa e imparcial” (*Journal of American History*, 1995, p. 1138).

(Essa é uma inversão do “historicismo especulativo” de Fukuyama. Aqui, o que opera é um “historicismo empirista”: os conceitos residem nos objetos reais e são determinados por eles)⁶. A noção do senador Ford de “projetar a história no futuro” significava algo como a transmissão de um legado fixo, talvez o equivalente ao testamento de uma grande propriedade. O objetivo era colocar essa narrativa fora do tempo, protegê-la contra a “erosão” e contra a “interpretação” (às vezes equiparada a “algo que um historiador sonhou”) (*Journal of American History*, 1995, p. 1100). Os proprietários deteriam para sempre os significados e usos de sua propriedade. O patriotismo exigia nada menos do que isso.

Do outro lado do grande espectro político, a preocupação com a propriedade da história não é menor — como forma de impedir a apropriação e a distorção de suas experiências e, portanto, de suas próprias existências. Em 16 de janeiro de 1995, o *New York Times* noticiou uma disputa entre a família de Martin Luther King Jr. e o *National Park Service*, a respeito do monumento a ser construído em homenagem ao líder dos direitos civis. A questão, segundo o porta-voz da família, Dexter King, era “quem interpretaria a história do povo”. Sustentando que a história do movimento dos direitos civis era “importante demais para ser controlada por uma agência governamental”, ele insistiu que sua história e o “legado do Dr. King permaneceriam para sempre sob os cuidados e a custódia da família King”.

⁶ Ver Crosby, “*Dealing with differences*”.

Na mesma matéria, um ex-ativista dos direitos civis relatou a criação da *Mississippi Community Foundation*, como reação ao filme *Mississippi em Chamas* (*Mississippi Burning*), que havia glorificado o papel do FBI nos eventos da década de 1960. Para evitar futuras distorções de suas experiências, os ativistas transferiram os direitos legais sobre suas histórias de vida à fundação, estipulando que esta teria a palavra final sobre qualquer obra produzida a respeito deles. “A questão é a propriedade e o controle de nossa história”, disse David Dennis, ex-líder do CORE. “Se não contarmos a história ou tivermos algum controle sobre sua narrativa, então ela não é mais sobre nós”.

Nesses exemplos — e em muitos outros que explodiram nos últimos meses (o mais recente envolvia quem teria o direito de representar a história dos irlandeses americanos em uma exposição no Museu da Cidade de Nova York) — a questão aparente tem sido os limites da interpretação. Historiadores foram acusados de *revisionismo* (um termo que já foi neutro ou até positivo, mas que agora evoca a negação do Holocausto), de manipular “pontos de vista amplamente aceitos” (*Journal of American History*, 1995, p. 1100) e de impor especulações acadêmicas esotéricas ao público em geral.

Durante as audiências sobre o *Enola Gay*, a senadora Dianne Feinstein, da Califórnia, chegou a culpar a própria interpretação. Recordando seus anos como estudante de História em Stanford, ela disse que naquela época a história era “essencialmente uma recitação de fatos... Agora o que se vê é a interpretação do autor... Eu me pergunto sobre a sabedoria de se apresentar uma interpretação” (*Journal of American History*, 1995, p. 1141).

Atribuir a esse comentário de Feinstein uma sofisticação excessiva seria um erro. Não se trata aqui de uma crítica à interpretação em si, mas à sua visibilidade (“agora o que se vê é a interpretação do autor”), o que pode ser lido como um apelo para que os historiadores contemporâneos sigam regras disciplinares e mantenham a retórica dos fatos e da realidade.

Talvez os historiadores estejam mesmo mais autoconscientes, mais dispostos a chamar atenção para os gestos interpretativos de seu trabalho. Mas não creio que essa autoconsciência tenha sido a fonte das controvérsias atuais. Afinal, os debates sobre as interpretações dos historiadores têm uma longa história — e não apenas entre profissionais. É quase um lugar-comum afirmar que diferentes histórias servem a diferentes interesses políticos, não necessariamente de maneira grosseira, mas implicitamente. De fato, um exercício típico de argumentação (frequentemente proposto a estudantes de pós-graduação) consiste em expor os investimentos que historiadores e outros depositam nas histórias que contam.

A importância das evidências factuais, claro, nunca foi descartada nesses debates; trata-se de negociações complexas entre interpretação e fato. Portanto, as questões sobre o status e a validade da interpretação não são novas; talvez sua familiaridade nos leve — rápido demais — a interpretar os debates recentes nesses mesmos termos. Mas o que me parece notável na nova conjuntura é o modo como a propriedade tem sido invocada como autoridade para reivindicações de verdade — como se a posse fosse o antídoto definitivo contra a incessante reinterpretação do passado, que é a marca da própria interpretação.

E talvez o seja. Talvez seja essa sensação de que chegamos ao “fim da história” que provoca o desejo de reivindicar um conhecimento final sobre nosso coletivo e nosso eu individual. Essa é, certamente, a implicação extraída pela teórica política Wendy Brown, em sua análise das políticas de identidade nos Estados Unidos. Brown insere sua análise num campo amplo:

Considero a identidade politizada como tanto uma produção quanto uma contestação dos termos políticos do liberalismo, dos regimes disciplinar-burocráticos, de certas forças do capitalismo global e dos fluxos demográficos da pós-colonialidade que, juntos, podem ser tomados como constitutivos da condição política norte-americana contemporânea (BROWN, 1995, p.54).

Ela continua:

Ela é moldada também pela problemática contemporânea da própria história, pela ruptura da modernidade tardia com a história como narrativa, com a história como algo que se encerra porque perdeu seu fim — uma ruptura que, paradoxalmente, confere à história um peso imensurável. (Wendy BROWN, 1995, p. 71)

O efeito dessa ruptura é contraditório:

Sabemos que estamos saturados de história, sentimos a extraordinária força de suas determinações; estamos igualmente imersos em um discurso sobre sua insignificância e, acima de tudo, sabemos que a história já não agirá — como de fato nunca agiu — como nossa redentora. (BROWN, 1995, p. 54)

Nesse contexto geral, o desejo de apropriação do próprio passado torna-se uma maneira de afirmar agência. Mas trata-se de uma agência que consolida o presente em termos do passado, uma agência sem futuro. A história oferece redenção apenas na medida em que fixa a identidade. Quando a política é disputada em termos de identidades duradouras, em vez de reformar as estruturas de poder que produzem a exclusão, então perdemos a noção de tempo e, com ela, a possibilidade de diferença e de mudança. “O tempo”, escreve Michel de Certeau, “é precisamente a impossibilidade de uma identidade fixada por um lugar”.

Ser capaz de agarrar um pedaço do passado como *nosso* nos permite ocupar um espaço significativo no presente; não há futuro a imaginar ou a vislumbrar. A história, então, torna-se

expressão e garantia da identidade; revisá-la ou reinterpretá-la significa ameaçar o próprio ser — a autenticidade, a verdade, a essência, a realidade — de um eu nacional, racial, étnico, sexual ou individual.

Existe história após o “Fim da História”?

Muito tem se escrito recentemente sobre a história depois da “virada linguística” — ela pode existir sem fundamentos? Os referentes são realmente reais? Nesses debates, historiadores têm passado bastante tempo, de forma infrutífera, tentando romper a conexão inseparável entre realidade e interpretação — ora defendendo a verdade, a factualidade e a objetividade; ora tentando estabelecer limites para a interpretação.

A questão muito mais inquietante — sobre a prática da história depois do “fim da história” — tem recebido bem menos atenção. Talvez isso se deva à constante demanda por historiadores como fornecedores de certidões de nascimento e títulos de propriedade para identidades politizadas. Talvez seja porque o aumento do interesse público por história (parques temáticos, revistas especializadas, museus, sociedades locais, canais de televisão por assinatura e até os debates sobre interpretação e propriedade) tenha sido mal interpretado como confirmação da vitalidade de uma história que ainda olha para o futuro.

Talvez seja, simplesmente, porque tomamos toda invocação da palavra “história” como se significasse a mesma coisa.

O que significaria refletir sobre nossa prática diante do declarado “fim da história”? Como podemos resgatar o tempo (e, com ele, algum senso de futuridade) sem reintroduzir a teleologia? Como podemos defender a validade de um relato em relação a outro? Como podemos trabalhar com a “ilusão referencial” sem reprimir a interpretação em nome da verdade?

Já foram oferecidas respostas a essas questões — mas porque fazem da interpretação (a produção de conhecimento e de suas categorias) o objeto da história. Quero propor algo diferente: é precisamente ao reconceitualizar o objeto da investigação histórica que podemos manter (no contexto discursivo atual) a conexão entre história e tempo.

Há ao menos três aspectos nessa reconceitualização: O primeiro é tomar a descontinuidade, e não a continuidade ou o desenvolvimento linear, como o princípio operativo da história. O segundo diz respeito não às linhagens da diferença, mas aos processos de diferenciação. E o terceiro consiste em historicizar a interpretação — compreendendo-a não como distorção envergonhada da objetividade, mas como fonte mesma do conhecimento.

Descontinuidade

Se a teleologia implica um “fim da história”, a descontinuidade a mantém para sempre aberta. O presente é compreendido como resultado de sua ruptura com o passado (ainda que muitos elementos ou traços do passado estejam sedimentados nas ações e comportamentos contemporâneos). A investigação histórica localiza essas rupturas, descreve-as como desvios em relação às normas estabelecidas e tenta explicar sua emergência — não em termos de princípios gerais de desenvolvimento, mas em termos da especificidade de sua ocorrência.

É isso que Foucault chamou de “história efetiva”:

A “história efetiva” ... trata dos eventos em termos de suas características mais singulares, suas manifestações mais agudas. Um evento, conseqüentemente, não é uma decisão, um tratado, um reinado ou uma batalha, mas a apropriação de um vocabulário voltado contra aqueles que um dia o usaram, uma dominação enfraquecida que se envenena à medida que se torna frouxa, a entrada de um ‘outro’ mascarado. As forças que operam na história não são controladas por destino ou mecanismos reguladores, mas respondem a conflitos fortuitos. Elas não manifestam formas sucessivas de uma intenção primordial e sua atração não é a de uma conclusão, pois sempre aparecem por meio da aleatoriedade singular dos eventos (FOUCAULT, 1977, p. 154).

Para Foucault, a aleatoriedade substitui a determinação; ela introduz a contingência na história:

Queremos que os historiadores confirmem nossa crença de que o presente repousa sobre intenções profundas e necessidades imutáveis. Mas o verdadeiro sentido histórico confirma nossa existência entre incontáveis eventos perdidos, sem marcos ou pontos de referência. (Michel FOUCAULT, 1977, p. 155)

A ausência de significados intrínsecos não nos lança num abismo; ao contrário, torna a produção de sentido uma atividade humana, embora historicamente variável e contestada. Se nada é inevitável quanto à direção da mudança, ela ainda assim ocorre — e o faz por intervenção humana. Essa intervenção não é uma afirmação de vontade autônoma, mas um desafio situado discursivamente às regras prevalentes e uma ruptura nas hierarquias existentes. Se não há marcos ou referências fixos, isso nunca impediu os humanos de criarem os seus próprios. Na verdade, a “lição da história” é que a agência humana consiste em impor sentido — de forma diferente e mutável — sobre os mundos que habitamos.

A descontinuidade estabelece rupturas fundamentais e, portanto, diferenças profundas entre presente e passado. Essas diferenças não funcionam apenas para marcar o presente como um tempo distinto (como em relações de contraste); elas são decisivas, disruptivas. Não há transmissão contínua do passado ao presente — seja de identidade, de ancestralidade ou de

“humanidade”. Diz Foucault: “História efetiva” difere da história tradicional por não ter constantes. Nada no homem — nem mesmo seu corpo — é suficientemente estável para servir como base para o autorreconhecimento ou para a compreensão de outros homens.” (FOUCAULT, 1977, p. 153)

As histórias de Foucault mostraram que as diferenças nos saberes sobre loucura, doença, sexualidade e ilegalidade produziam diferenças nos próprios fenômenos, tanto na forma como eram percebidos por observadores quanto na forma como eram subjetivamente experimentados. Os loucos e delinquentes do passado não tinham nada (além do nome, talvez) em comum com os do presente.

Privando-nos do conforto do autorreconhecimento, a “história efetiva” não apenas estabelece a diferença do passado e sua distância no tempo, mas também rompe sua conexão com o presente como antecedente ou precedente direto. Aquilo que mais tomamos como garantido perde sua dimensão universal ou transcendente. Depende apenas do tempo presente. E, assim, o presente é historicizado.

Essa historicização do presente abre caminho para um futuro. Não um futuro predeterminado ou de contornos previsíveis, mas um futuro que excede — de forma indeterminada e contingente — os limites do presente. A diferença do passado desafia a certeza do presente (por exemplo, sua autocompreensão como culminação de uma evolução) e, com isso, introduz a possibilidade de mudança. Se nem sentimentos, nem instintos, nem corpos foram sempre como hoje acreditamos, então a alegação de Fukuyama de conhecer o “homem como homem” não pode ser sustentada como uma verdade universal. Deve ser lida, em vez disso, como um gesto político realizado em determinado tempo.

A insistência da “história efetiva” na temporalidade de nossas categorias conceituais nega o poder totalizante de qualquer sistema de pensamento, de qualquer regime de verdade. O resultado não garante progresso, mas sustenta a crença na futuridade.

Michel de Certeau vincula essa crença ao projeto ético da história, um projeto no qual o tempo estabelece a diferença não apenas entre passado e presente, presente e futuro, mas também entre “o que é” e “o que deveria ser”:

Minha análise da historiografia (isto é, da escrita da história ou da prática histórica) deve ser situada no contexto de uma questão ampla demais para ser tratada aqui — a antinomia entre ética e aquilo que, por falta de palavra melhor, chamarei de dogmatismo. A ética se articula por meio de operações efetivas, e define uma distância entre o que é e o que deveria ser. Essa distância designa um espaço onde temos algo a fazer. Por outro lado, o dogmatismo se autoriza por uma realidade que afirma representar e, em nome dessa realidade, impõe a lei. A historiografia funciona entre

esses dois polos: mas, sempre que tenta romper com a ética, retorna ao dogmatismo.
(Michel de CERTEAU, 1986, p. 199)

Passar do “que é” para o “que deveria ser” não requer que identifiquemos história com progresso inevitável, mas sim que compreendamos que limites e regras (em todas as esferas conceituais: política, econômica, estética, religiosa, sexual etc.) sempre foram, e ainda são, suscetíveis de mudança. Sob essa perspectiva, o descontentamento não é (como Fukuyama queria tratá-lo) uma distração; é, como ele próprio também reconheceu, um sinal de que o movimento no tempo ainda é possível, ou seja, de que a história não chegou ao fim.

Processos de Diferenciação

Em contraste com as histórias que estabelecem as raízes de identidades politizadas em suas culturas e experiências distintas — e que, por isso, acabam essencializando essas identidades —, estou sugerindo que produzamos histórias que focalizem a produção da identidade como um processo de homogeneização e diferenciação.

Embora esse foco se aplique mais obviamente a grupos marginalizados, ele também é pertinente ao estudo das identidades dominantes, incluindo as identidades nacionais. Supor que a “americanidade” ou a “francesidade” consiste apenas em um conjunto duradouro de traços ou crenças estabelecidos (digamos, em 1776 ou 1789) é aceitar os termos ideológicos da identidade nacional, ao invés de escrever a história das múltiplas e mutáveis formas pelas quais essa “comunidade imaginada” foi consolidada ao longo do tempo.

Com a primeira abordagem, historiadores colaboram com o projeto nacionalista ao abstrair a Nação dos processos que continuamente a produzem e reproduzem; com a segunda abordagem, eles desmistificam a identidade nacional e expõem as diversas diferenças que essa identidade foi usada para equilibrar e conter.

No caso dos chamados grupos marginais, a história tem sido usada para mobilizar protesto, mas frequentemente produz um efeito análogo ao das histórias nacionais celebratórias: ela torna a identidade estática e a investe no passado. Nessas histórias, a dor do presente é demonstrada como antiga — e, portanto, mais intensa, mais injusta, mais imoral. Suas demandas tornam-se mais legítimas à luz de uma longa história. No entanto, passado e presente são conflacionados, e a identidade é reificada como uma narrativa universal e ahistórica de exclusão e sofrimento. Quando a identidade se torna sinônimo de exclusão e sofrimento, então a inclusão e o fim do sofrimento ameaçam o próprio sentido da identidade. Sob essa lógica, o futuro se torna inimaginável.

Wendy Brown descreve esse funcionamento da política de identidade da seguinte maneira:

Em sua emergência como protesto contra a marginalização ou subordinação, a identidade politizada se apega à sua própria exclusão... ela instala sua dor por uma história não redimida no próprio fundamento de sua reivindicação política, em sua demanda por reconhecimento enquanto identidade... A identidade politizada... se enuncia, faz reivindicações por si mesma, apenas ao reafirmar, dramatizar e inscrever sua dor na política; ela não pode prometer nenhum futuro — para si ou para outros — que triunfe sobre essa dor. (BROWN, 1995, p. 73–74)

Na medida em que as histórias de diferentes grupos produzem e refletem a política de identidade contemporânea, elas contribuem tanto para o que Brown chama de uma política do ressentimento (em que a expressão da dor substitui intervenções estratégicas voltadas à reforma estrutural), quanto para o “fim da história”.

É claro que essas histórias têm dado enorme visibilidade à diversidade e à diferença que associamos ao multiculturalismo. Mas também têm a tendência de naturalizar essas diferenças — como se elas sempre tivessem existido exatamente como são hoje — e de privá-las de sua especificidade política.

O filósofo Jacques Rancière oferece uma alternativa a essa naturalização da diferença ao propor histórias que se atentem à enunciação dos sujeitos sociais, à especificidade de sua expressão política:

A identidade do combatente social não é... a expressão da ‘cultura’ de algum grupo ou subgrupo. Ela é a invenção de um nome para reunir diversos atos de fala que afirmam ou desafiam uma configuração simbólica das relações entre a ordem do discurso e a ordem das coisas. (Jacques RANCIÈRE, 1994, p. 97)

Rancière sugere que a alternativa à universalização da diferença (entendida como cultura de um grupo) é a historicização da identidade. Se, em vez de perguntar como as mulheres foram tratadas em determinado tempo, perguntamos como e em que circunstâncias a diferença sexual passou a importar em seu tratamento, então teremos estabelecido as bases para uma análise de “mulheres” que não seja o reencontro de nós mesmas no passado⁷. Os exemplos se multiplicam: Se perguntamos como e quando a raça passou a justificar o trabalho forçado,

⁷ Esse é o projeto de Denise Riley, “Am I that name?” *Feminism and the category of “women” in history*. London: Macmillan, 1988. See also Riley, “A short history of some preoccupations”. In: BUTLER, Judith. SCOTT, Joan W. *Feminists theorize the political*. p. 121-29.

compreendemos a opressão dos escravizados, mas também devemos fazer outras perguntas sobre como o racismo constrói a identidade negra hoje; se não apenas documentamos a longa história da homofobia, mas analisamos os modos, os momentos e os termos em que determinadas práticas sexuais foram patologizadas e outras normalizadas, estamos historicizando — e não naturalizando — tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade ou voltando à identidade nacional, se perguntamos como a “americanidade” foi definida — e por quem — ao longo do tempo, podemos escrever a história dos Estados Unidos não como a realização de uma essência, mas como a história de contestações políticas contínuas em torno de termos e práticas que são ao mesmo tempo duradouros e mutáveis. Esse tipo de história exige um certo desidentificar-se com os objetos de nossa investigação — um esforço deliberado para nos separarmos daqueles que parecem ser como nós. A relação entre identidade e identificação muda. Tornar a identidade um evento contingente e histórico, e não uma propriedade fixa, cria uma distância analítica não apenas entre nós e nossos objetos, mas também em relação ao nosso próprio senso de identidade. A história se torna ‘efetiva’ na medida em que introduz descontinuidade em nosso próprio ser... Ela desestabiliza seus fundamentos tradicionais e interrompe, implacavelmente, sua pretendida continuidade. (FOUCAULT, 1986, p. 154)

Identidade, em outras palavras, não é um conjunto fixo de atributos com os quais nascemos; ela possui múltiplos e contraditórios aspectos que são articulados de maneira contextual e que mudam. Essa reconceitualização problematiza o reconhecimento ao tornar os termos do autorreconhecimento mais complexos. Se “as mulheres” do passado...?

A análise dos processos de diferenciação não consiste em aplicar uma grade pré-estabelecida aos eventos do passado — como se as diferenças (nacional, étnica, racial, religiosa, de classe, de gênero, sexual etc.) que ordenam nossos relacionamentos sociais sempre tivessem existido da mesma forma. Por isso, é necessário historicizar os próprios termos da diferença. Essa historicização nos remete de volta à questão da descontinuidade (às diferentes acepções de palavras aparentemente iguais) e nos conduz à terceira dimensão: a interpretação. Pois, se a análise histórica da diferenciação que estou propondo parte da descontinuidade, ela também toma a interpretação como um de seus objetos. A interpretação é o meio pelo qual participamos na construção da realidade.

Historicizando a Interpretação

E se, ao invés de pensarmos a interpretação como algo que os historiadores (e outros) fazem aos fatos da história, a compreendêssemos como um fato da história? Não quero dizer apenas que nenhum fato pode ser conhecido sem interpretação (ou, dito de outra forma, que os historiadores produzem conhecimento), mas que a interpretação está incrustada nos próprios fenômenos sociais — em instituições, relações, sistemas políticos, mercados, assim como nos diversos tipos de textos escritos.

O estudo da história desses fenômenos é, em seu nível mais profundo, uma análise das interpretações em mudança ao longo do tempo.

Como afirma Michel Foucault:

Se a interpretação fosse a exposição lenta do significado escondido em uma origem, então apenas a metafísica poderia interpretar o desenvolvimento da humanidade. Mas se a interpretação é a apropriação violenta ou sub-reptícia de um sistema de regras que, em si, não possui significado essencial — com o fim de impor-lhe uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, forçá-lo a participar de outro jogo e submetê-lo a regras secundárias —, então o desenvolvimento da humanidade é uma série de interpretações. O papel da genealogia é registrar essa história: a história da moral, dos ideais, dos conceitos metafísicos, a história do conceito de liberdade ou da vida ascética; como expressões da emergência de interpretações distintas, elas devem aparecer como eventos no palco do processo histórico. (FOUCAULT, 1977, p. 151–152)

Esse tipo de história compreende os fatos como objetos de conhecimento, tornados visíveis ou vestidos de importância dentro de um sistema conceitual. Eles são os dados que nos oferecem acesso a operações interpretativas específicas. Naturalmente, a visão obtida por essa análise “genealógica” não é mais fixa do que qualquer outra. Tampouco dispensa o chamado “efeito de realidade”, já que interpretações são tratadas como “fatos” da história, mesmo enquanto produzem outros tipos de fatos. Os debates sobre como os sistemas de conhecimento devem ser lidos, bem como sobre suas causas e efeitos, continuarão existindo.

Fazer da interpretação um objeto da história não exclui o juízo nem a necessidade de critérios de avaliação; a disciplina continuará tendo que oferecer meios para distinguir interpretações mais ou menos persuasivas. No entanto, esse deslocamento de foco envolve, pelo menos, duas consequências adicionais: significa que a atenção aos “fatos” implica atenção à significação como o meio pelo qual sujeitos e objetos de conhecimento são constituídos (voltaremos a isso mais adiante) e torna visível a interpretação dos próprios historiadores — pois não podemos ler diferenças conceituais sem distingui-las das nossas próprias. A consciência histórica, nessa abordagem, é sempre dupla: é um processo de confronto entre

interpretações. Ela reconhece que narrar os “fatos” de uma época sem analisar os sistemas de saber que os produziram significa ou reproduzir (e naturalizar) ideologias do passado, ou dehistoriciza-las ao impor categorias do presente.

Ela reconhece que a “descoberta” de novos materiais é, na verdade, uma intervenção interpretativa, que expõe os critérios de inclusão e exclusão nos saberes do passado. (A história das mulheres, sob essa perspectiva, não é uma simples adição de informações anteriormente ignoradas, nem uma correção empírica do registro, mas sim uma análise dos efeitos das concepções dominantes de gênero no passado — uma leitura crítica que, por si só, produz outra ‘realidade’.)

A consciência histórica assume a responsabilidade por suas interpretações, pelo lugar a partir do qual fala. “Conectar a história a um lugar é a condição de possibilidade para qualquer análise social”, escreve Michel de Certeau. E por isso ele quer dizer menos a declaração dos compromissos políticos individuais do historiador, e mais o exame das relações sociais (ou discursivas) que determinam não o impacto imediato das interpretações (se são boas ou ruins para determinado grupo), mas se e como elas protegem o tempo do fechamento ideológico, mantendo abertas as possibilidades de mudança.

Para Certeau, uma história que perde a dimensão do tempo não é história alguma. E uma história comprometida com o tempo é, necessariamente, uma história crítica:

[L]evar a sério o lugar do historiador é a condição que permite afirmar algo que não seja nem lendário (ou ‘edificante’), nem atópico (sem relevância). Negar a especificidade do lugar equivale, em essência, ao princípio da ideologia — e toda teoria é então excluída. Mais ainda: ao deslocar o discurso para um não-lugar, a ideologia impede que a história fale da sociedade e da morte, ou seja, de ser história. (CERTEAU, 1986, p. 69).

Assumir a responsabilidade por nossas interpretações também significa reconhecer o lugar delas na avaliação de outras interpretações, de outras histórias com as quais concordamos ou não. Não me refiro aqui à aplicação de um teste de “correção política”, mas ao reconhecimento do papel que a interpretação (conforme sistemas de conhecimento e critérios de coerência) desempenha na avaliação.

Esse reconhecimento não torna mais difícil recusar alegações revisionistas sobre, por exemplo, a inexistência do Holocausto — mesmo sem basear o conhecimento na “verdade” como entidade transcendente. Em vez disso, a precisão é estabelecida de acordo com procedimentos históricos compartilhados. E assim é possível uma leitura crítica dos

investimentos ideológicos dos revisionistas, um conjunto de perguntas sobre os locais discursivos de onde partem suas interpretações e os efeitos que pretendem produzir.

Do mesmo modo, ativistas dos direitos civis do Mississippi podem contestar as consequências de narrativas que atribuem agência heroica a agentes do Estado, oferecendo suas próprias leituras do que aconteceu — sem precisar reivindicar posse exclusiva da história. Se isso significa que os relatos históricos são sempre contestáveis, que assim seja. A alternativa (voltando à citação de Certeau mencionada anteriormente) é o dogmatismo. Somente uma história que seja, ao mesmo tempo, estudo e prática da interpretação, permite as “operações efetivas” que Certeau chamou de “ética”: “Ela define uma distância entre o que é e o que deveria ser. Essa distância designa um espaço onde temos algo a fazer” (CERTEAU, 1986, p. 102–103).

A historicização da interpretação é, necessariamente, a historicização da significação — e é aqui que nos reconectamos com os princípios anteriores: descontinuidade e diferenciação. Pois é por meio da atenção à significação que os historiadores praticam a história — trazendo o passado, o presente e o futuro à existência como funções do tempo.

Em sua crítica recente à história cultural — e especialmente à escola dos *Annales* —, Jacques Rancière propõe a “poética” como alternativa ao que ele chama de “crença cientificista”, associada à ideia de que a história teria chegado ao fim. Ele sugere que a história se interesse por:

A exploração dos múltiplos caminhos e intersecções imprevistas pelos quais se pode apreender as formas de experiência do visível e do enunciável, que constituem a singularidade da era democrática e também permitem repensar outras épocas. Ela se interessa pelas formas de escrita que a tornam inteligível na interligação de seus tempos, na combinação de números e imagens, de palavras e emblemas. Para isso, consente em sua própria fragilidade, no poder que detém de seu parentesco vergonhoso com os fabricantes de histórias e os contadores de estórias. (RANCIÈRE, 1994, p. 102–103)

Em resposta àqueles que temem a “invasão” das técnicas literárias no domínio da história, Rancière responde com palavras mais eloquentes do que qualquer uma que eu pudesse oferecer como encerramento deste ensaio. Deixo, portanto, a ele a última palavra:

[N]ada ameaça a história exceto o seu próprio cansaço diante do tempo que a formou, ou seu medo diante daquilo que torna seu material sensível ao seu objeto — o tempo, as palavras e a morte. A história não precisa se proteger de nenhuma invasão estrangeira. Ela só precisa se reconciliar com o seu próprio nome. (RANCIÈRE, 1994, p. 103)

Depois da História? História!

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

“History after the *Enola Gay controversy*”. Special issues of the *Journal of American History*, v. 82, n. 3, dez 1995. p. 1000.

BARTHES, Roland. “The discourse of history”. In: *The Rustle of language*. Trans. Richard Howard. New York: Hill & Wang, 1986. p. 131.

BERKHOFER Jr., Robert F. *Beyond the Great Story: history as text and discourse*. Cambridge: Harvard University Press, 1995. p. 64.

BROWN, Wendy. *States of injury: power and freedom in late modernity*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 54.

CERTEAU, Michel de. “History: science and fiction”. In: *Heterologies: discourse on the other*. Trans. Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986. p. 218.

CERTEAU, Michel de. *The writing of history*. Trans. Tom Conley. New York: Columbia University Press, 1988. p. 69.

CHENEY, Lynne V. “The end of history”. *Wall Street Journal*, A22, out. 1994.

FOUCAULT, Michel de. “Nietzsche, genealogy, history”. In: BOUCHARD, Donald F. (ed.). *Language, Counter-memory, practice: Selected essays and interviews*. Ithaca: Cornell University Press, 1977. p. 154.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Avon Books, 1992. For an important reading, see Jacques Derrida, *Specters of Marx: the state of the debt, the work of mourning, and the new internacional*. Trans. Peggy Kamuf. New York: Routledge, 1994. p. 49-76.

GALISON, Peter. *Judgment against objectivity*. Unpublished paper, 1995.

New York Times, 11 fev. 1996, sec. 2, p. 26;

New York Times, A1, A10, jan. 1995

NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The “objectivity question” and the american historical profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 141.

RANCIÈRE, Jacques. *The names of history: on the poetics of knowledge*. Trans. Hassan Melehy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 102.

See Christina Crosby, “Dealing with differences”. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (ed.). *Feminist theorize the political*. New York: Routledge, 1992. p. 130-143, esp. 134.

WIKLER, Karen J. “Who owns history?”. *Chronicle of Higher Education*. A1, jan. 1995.

Submetido em 30/06/2025

Aceito em 30/06/2025